



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO

RAFAEL BORGES MARQUES

DESINFORMAÇÃO ANTI-VACINA: ANÁLISE COMUNICACIONAL DO
GRUPO O LADO OSCURO DAS VACINAS

GOIÂNIA, 2021.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO (TECA) PARA DISPONIBILIZAR VERSÕES ELETRÔNICAS DE TESES

E DISSERTAÇÕES NA BIBLIOTECA DIGITAL DA UFG

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UFG), regulamentada pela Resolução CEPEC nº 832/2007, sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a [Lei 9.610/98](#), o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

O conteúdo das Teses e Dissertações disponibilizado na BDTD/UFG é de responsabilidade exclusiva do autor. Ao encaminhar o produto final, o autor(a) e o(a) orientador(a) firmam o compromisso de que o trabalho não contém nenhuma violação de quaisquer direitos autorais ou outro direito de terceiros.

1. Identificação do material bibliográfico

Dissertação Tese

2. Nome completo do autor

Rafael Borges Marques

3. Título do trabalho

DESINFORMAÇÃO ANTI-VACINA: ANÁLISE COMUNICACIONAL DO GRUPO O LADO OBSCURO DAS VACINAS

4. Informações de acesso ao documento (este campo deve ser preenchido pelo orientador)

Concorda com a liberação total do documento SIM NÃO¹

[1] Neste caso o documento será embargado por até um ano a partir da data de defesa. Após esse período, a possível disponibilização ocorrerá apenas mediante:

a) consulta ao(a) autor(a) e ao(a) orientador(a);

b) novo Termo de Ciência e de Autorização (TECA) assinado e inserido no arquivo da tese ou dissertação.

O documento não será disponibilizado durante o período de embargo.

Casos de embargo:

- Solicitação de registro de patente;
- Submissão de artigo em revista científica;
- Publicação como capítulo de livro;
- Publicação da dissertação/tese em livro.

Obs. Este termo deverá ser assinado no SEI pelo orientador e pelo autor.



Documento assinado eletronicamente por **Tiago Mainieri De Oliveira, Professor do Magistério Superior**, em 19/09/2021, às 11:45, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).

Documento assinado eletronicamente por **RAFAEL BORGES MARQUES, Discente**, em 20/09/2021, às 10:32, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de](#)



[8 de outubro de 2015.](#)



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site

[https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?](https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)

[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **2356199** e o código CRC **965D43F8**.

Referência: Processo nº 23070.045310/2021-68

SEI nº 2356199

RAFAEL BORGES MARQUES

**DESINFORMAÇÃO ANTI-VACINA: ANÁLISE COMUNICACIONAL DO
GRUPO O LADO OBSCURO DAS VACINAS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Comunicação da Faculdade de Informação e Comunicação da Universidade Federal de Goiás, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Comunicação.

Área de Concentração: Comunicação e Cidadania.

Linha de Pesquisa: Mídia e Cidadania.

Orientador: Prof. Dr. Tiago Mainieri.

GOIÂNIA, 2021.

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UFG.

Marques, Rafael Borges

Desinformação anti-vacina: [manuscrito] : análise comunicacional do grupo O Lado Obscuro das Vacinas / Rafael Borges Marques. - 2021.

195 f.

Orientador: Prof. Tiago Mainieri.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Goiás, Faculdade de Informação e Comunicação (FIC), Programa de Pós Graduação em Comunicação, Goiânia, 2021.

Bibliografia.

Inclui siglas, fotografias, tabelas, lista de figuras, lista de tabelas.

1. Desinformação. 2. Comunicação pública. 3. Ministério da Saúde. 4. Facebook. 5. Vacina. I. Mainieri, Tiago, orient. II. Título.

CDU 007



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS

FACULDADE DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

ATA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO

Ata nº **27/2021** da sessão de Defesa de Dissertação de **RAFAEL BORGES MARQUES**, que confere o título de Mestre em **Comunicação**, na área de concentração em **Comunicação, Cultura e Cidadania**.

Aos **trinta dias de agosto de dois mil e vinte e um**, a partir das **catorze horas**, realizou-se a sessão pública de Defesa de Dissertação intitulada “**DESINFORMAÇÃO ANTI-VACINA: ANÁLISE COMUNICACIONAL DO GRUPO O LADO OBSCURO DAS VACINAS**”. Os trabalhos foram instalados pelo Orientador, Professor Doutor **Tiago Mainieri de Oliveira (PPGCOM/FIC/UFMG)** com a participação dos demais membros da Banca Examinadora: Professor Doutor **Cristóvão Domingos de Almeida (PPGCOM/UFMT)**, membro titular externo; Professora Doutora **Nelia Rodrigues Del Bianco (PPGCOM/FIC/UFMG)**, membro titular interno, com a participação de todos por videoconferência. Durante a arguição os membros da banca não fizeram sugestão de alteração do título do trabalho. A Banca Examinadora reuniu-se em sessão secreta a fim de concluir o julgamento da Dissertação, tendo sido o candidato **aprovado** pelos seus membros. Proclamados os resultados pelo Professor Doutor **Tiago Mainieri de Oliveira**, Presidente da Banca Examinadora, foram encerrados os trabalhos e, para constar, lavrou-se a presente ata que é assinada pelos Membros da Banca Examinadora, aos **trinta dias de agosto de dois mil e vinte e um**.

TÍTULO SUGERIDO PELA BANCA



Documento assinado eletronicamente por **Tiago Mainieri De Oliveira, Professor do Magistério Superior**, em 30/08/2021, às 16:24, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Nelia Rodrigues Del Bianco, Usuário Externo**, em 30/08/2021, às 16:34, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Cristóvão Domingos de Almeida, Usuário Externo**, em 02/09/2021, às 15:11, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufmg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **2303634** e o código CRC **950495CF**.

Referência: Processo nº 23070.045310/2021-68

SEI nº 2303634

AGRADECIMENTOS

Escrever os agradecimentos foi a última etapa deste trabalho. Preferi assim pois tenho a chance de agradecer apropriadamente a tantas pessoas que me ajudaram na construção deste trabalho. Creio que nada de valor possa ser feito sem ao menos uma contribuição externa e este trabalho com certeza não foi uma exceção.

Há um bom tempo, embora tardiamente, a saúde mental na carreira acadêmica têm sido foco de diversas iniciativas que visam dar melhores condições de trabalho para pesquisadores no Brasil. Minicursos, consultas gratuitas com profissionais de saúde mental, grupos de apoio, e outras iniciativas têm sido, tenho certeza, um porto seguro para todos os pesquisadores no Brasil.

Embora eu duvidasse a princípio, eu também precisei de muita ajuda no decorrer deste trabalho. Um tema tão denso, um convívio tão pesado e um rol de imagens e textos macabros me custaram muito mais que imaginei que deveria dar para terminar essa dissertação. E, por isso, preciso dedicar primeiramente este trabalho para as pessoas a quem recorri quando precisei. E elas estavam lá por mim. Meus pais, Wander e Cleria, seu suporte e amor incondicional foram imensuráveis. Meus irmãos, Yago, Thamires, Raíssa, Ana e Rodrigo, a companhia de vocês, mesmo de longe, me fez mais forte. A minha companheira, Lara, que sempre me apoiou e incentivou. Nana e vovó, o que seria de mim sem vocês?

A minha trajetória acadêmica me proporcionou conexões incríveis com profissionais excepcionais. Se não fosse pela paciência, zelo e profissionalismo do meu orientador, Prof. Dr. Tiago Mainieri, este trabalho poderia não ter sido finalizado. Aos membros da minha banca, Profa. Dra. Nelia Del Bianco e Prof. Dr. Cristóvão Almeida, minha sincera estima por suas contribuições e boa vontade para me ajudar nesta etapa. Ainda devo agradecer às professoras Ângela Teixeira (PPGCOM UFG) e Claudia Quadros (PPGCOM UFPR) por aceitarem meu convite para compor minha banca, é um privilégio contar com a presença de vocês. Gostaria de agradecer também aos amigos e pesquisadores que já foram meus professores ou colegas, mas hoje são meus amigos. Obrigado por tudo Mayllon, Geder e Daniele. Este trabalho foi possível graças a vocês também.

Gostaria de agradecer ao Programa de Pós Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Goiás, a aos profissionais que o compõem por todo o apoio ao longo de minha trajetória. Estendo este agradecimento à Universidade Federal de Goiás, que me acolheu e me proporcionou alguns dos melhores anos de minha vida.

E, é claro, sou eternamente grato pelo financiamento público da minha pesquisa. Enquanto tantos pesquisadores são assolados pela negligência do poder público e constantes ataques e ameaças, vindos muitas vezes daqueles que deveriam protegê-los, eu fui privilegiado com uma bolsa e apoio incondicional do meu programa. Realizei o melhor trabalho que pude para que, de alguma maneira, esta pesquisa possa auxiliar aqueles interessados em combater a desinformação. O Brasil merece estar em uma situação muito melhor do que a atual e espero que logo esteja.

“Call the roller of big cigars,
The muscular one, and bid him whip
In kitchen cups concupiscent curds.
Let the wenches dawdle in such dress
As they are used to wear, and let the boys
Bring flowers in last month's newspapers.
Let be be finale of seem.
The only emperor is the emperor of ice-cream.

Take from the dresser of deal,
Lacking the three glass knobs, that sheet
On which she embroidered fantails once
And spread it so as to cover her face.
If her horny feet protrude, they come
To show how cold she is, and dumb.
Let the lamp affix its beam.
The only emperor is the emperor of ice-cream”.

Wallace Stevens

RESUMO

Em um contexto de coexistência de desinformação anti-vacina e comunicação pública pró-vacina nas redes, esta pesquisa tem por finalidade observar a atividade dos usuários no grupo no Facebook “O Lado Obscuro das Vacinas” para compreender sua dinâmica comunicacional. A intenção é, através das publicações, descobrir o que comunicam e como se comunicam os indivíduos dentro deste grupo, bem como entender em que ponto a campanha nacional de vacinação contra o Sarampo influenciou a dinâmica. Busca-se compreender a relação entre a desinformação anti-vacinação e a comunicação pública pró-vacinação à luz dos conceitos teóricos que embasam este trabalho a fim de responder à questão-problema: Como se dá a dinâmica comunicativa do grupo “O Lado Obscuro das Vacinas” no Facebook, em um contexto de coexistência entre a comunicação do Ministério da Saúde e a desinformação anti-vacina nas redes? A investigação é embasada por dados de índices de cobertura vacinais e epidemiológicos, que são obtidos a partir de relatórios e boletins epidemiológicos do Ministério da Saúde e da Organização Mundial da Saúde. São apresentadas as contribuições de Carvalho (1987), Succi (2018) e Levi (2013) para compreender o histórico da resistência e hesitação vacinal no Brasil e seus motivos. Como base de construção para o quadro teórico conceitual, utiliza-se as perspectivas teóricas de autores como McLuhan (1964), Castells (1999), Recuero (2010) e Kerckhove para compreender a relação entre tecnologia, comunicação e redes sociais na internet. Para estabelecer um conceito de desinformação, recorre-se aos autores D’Ancona (2018), Nyhan e Reifler (2007) e Fallis (2009). A comunicação pró-vacina exercida pelo Ministério da Saúde é analisada a partir do conceito de comunicação pública apresentado por autores como Duarte (2009), Kunsch (2012), Koçouski (2012), Silva (2009), Zémor (2009), Mainieri (2016) e Brandão (2009). A abordagem metodológica escolhida é a etnográfica, a partir dos autores Hine (2000), Kozinets (2010) e Fragoso, Recuero e Amaral (2011), utilizada, portanto, para compreender a dinâmica comunicacional do grupo. Para tanto, esta pesquisa possui caráter qualitativo, do tipo descritiva, de acordo com o entendimento de Gil (2002) e seu corpus de análise são as publicações registradas no ano de 2019, através da ferramenta de captura de tela Lighshot. A etnografia é procedida por uma análise temática categorial a partir da metodologia de análise de conteúdo de Bardin (1977) a fim de analisar os tópicos mais recorrentes no período. Em suma, observa-se que a discussão no grupo foi pautada pela campanha nacional de vacinação contra o sarampo, mas não de uma maneira positiva. Houve um impacto considerável em volume e relevância de posts com esta temática, mas, em sua maioria, eles não reproduziam o discurso científico da campanha. Ademais, destaca-se a difusão de informações potencialmente desinformativas, bem como a crítica a instituições e personalidades reconhecidas como antagônicas do movimento anti-vacina. Observa-se uma relação estreita da comunicação do grupo com o interesse em capital social que poderia prover poder, audiência ou dinheiro a determinados atores. Percebe-se uma apreensão de elementos legais, relacionais e midiáticos que envolvem a temática vacinação, além da presença de atores, páginas e sites que promovem ou vendem tratamentos e medicamentos de medicina alternativa em detrimento das vacinações, constantemente difundindo desinformação para este fim.

Palavras-chave: Desinformação; Comunicação pública; Ministério da Saúde; Facebook; Vacina; Etnografia.

ABSTRACT

In a context of coexistence of anti-vaccine misinformation and pro-vaccine public communication on the social media, this research aims to monitor user activities in the Facebook group “O Lado Obscuro das Vacinas” to understand their communicational dynamics. The intention is, through its publications, to discover what they communicate and how they communicate within this group, as well as to understand at what point the national measles vaccination campaign influenced it. This project seeks to understand the relationship between anti-vaccination misinformation and public communication for vaccination in the light of the theoretical concepts that underlie this work in order to answer the problem question: How does the communicative dynamics of the group “O Lado Obscuro das Vacinas” on Facebook, in a context of coexistence between the Ministério da Saúde’s communication and anti-vaccine misinformation on the social media? The investigation is based on data on vaccine and epidemiological coverage rates, which are obtained from epidemiological reports and bulletins issued by the Ministério da Saúde and the World Health Organization. The contributions of Carvalho (1987), Succi (2018) and Levi (2013) are presented to understand the history of vaccine resistance and hesitation in Brazil and its reasons. As a construction basis for the conceptual theoretical framework, the theoretical perspectives of authors such as McLuhan (1964), Castells (1999), Recuero (2010) and Kerckhove are used to understand the relationship between technology, communication and social networks on the internet. To establish a concept of disinformation, authors D’Ancona (2018), Nyhan and Reifler (2007) and Fallis (2009) are used. Pro-vaccine communication exercised by the Ministério da Saúde is analyzed based on the concept of public communication presented by authors such as Duarte (2009), Kunsch (2012), Koçouski (2012), Silva (2009), Zémor (2009), Mainieri (2016) and Brandão (2009). The methodological approach chosen is the ethnographic one, from the authors Hine (2000), Kozinets (2010) and Fragoso, Recuero and Amaral (2011), used, therefore, to understand the communicational dynamics of the group. Therefore, this research has a qualitative, descriptive type, according to the understanding of Gil (2002) and its corpus of analysis are the publications registered in the year 2019, through the Lighshot screen capture tool. The ethnography is carried out by a categorical thematic analysis based on Bardin’s (1977) content analysis methodology in order to analyze the most recurrent topics in the period. In short, it is observed that the discussion in the group was guided by the national measles vaccination campaign, but not in a positive way. There was a considerable impact on the volume and relevance of posts with this theme, but, for the most part, they did not reproduce the scientific discourse of the campaign. Furthermore, the dissemination of potentially uninformative information stands out, as well as the criticism of institutions and personalities recognized as antagonists to the anti-vaccine movement. There is a close relationship between group communication and interest in social capital that could provide power, audience or money to certain actors. There is an apprehension of legal, relational and media elements that involve the theme of vaccination, in addition to the presence of actors, pages and websites that promote or sell alternative medicine treatments and drugs to the detriment of vaccinations, constantly spreading misinformation for this purpose.

Keywords: Disinformation; Public communication; Ministério da Saúde; Facebook; Vaccine; Ethnography.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Gráfico de cobertura de dose 1 (D1) e dose 2 (D2) da vacina tríplice viral na rotina de vacinação das crianças de 1 ano de idade entre 2013 e 2018.	19
Figura 2: Peça comunicacional do Ministério da Saúde	20
Figura 3: Percentual de uso da internet no Brasil.	23
Figura 4: Estatísticas de uso global da internet.	43
Figura 5: Print da página Vacinação do site do Ministério da Saúde.....	74
Figura 6: Print da página do Saúde Sem Fake News no site do Ministério da Saúde.....	76
Figura 7: Print do Blog da Saúde, no site do Ministério da Saúde.....	78
Figura 8: Print da listagem de campanhas publicitárias.....	79
Figura 9: Processo de desconstrução dos posts	83
Figura 10: Audiência do Facebook no Brasil	86
Figura 11: Print da descrição do grupo.....	88
Figura 12: Print de publicação sobre conversa com jornalista.....	89
Figura 13: Print de publicação divergente.....	90
Figura 14: Print de publicação com afirmação implausível.....	94
Figura 15: Print com visão geral do grupo.....	96
Figura 16: Gênero dos participantes dos grupos O Lado Obscuro das Vacinas (Grupo 1) e Sou Contra a Vacina HPV (Grupos 2), por quantidade de membro.	96
Figura 17: Fluxo informacional do grupo	98
Figura 18: Área de formação dos responsáveis pelos vídeos nos grupos: a favor, neutro e contra o movimento anti-vacina.	100
Figura 19: Post de I.S. com Wakefield.....	108
Figura 20: Post em que F.A. alega ser uma sobrevivente das vacinas.....	109
Figura 21: Forma Texto.....	111
Figura 22: Publicação Anônima.	113
Figura 23: Histograma de frequência de postagem.....	132
Figura 24: Vacinas.....	134
Figura 25: Comentário de publicação sobre vacinas.....	135
Figura 26: Toxicidade	138
Figura 27: Comentário em publicação sobre toxicidade	139
Figura 28: Relacional.....	142
Figura 29: Comentário em publicação com tópico relacional.....	143

Figura 30: Política.	146
Figura 31: Comentário em publicação sobre política.	147
Figura 32: Ciência.	150
Figura 33: Comentário em publicação sobre ciência.	151
Figura 34: Notícias.	154
Figura 35: Comentário em publicação com o tópico notícias.....	155
Figura 36: Mortes.	156
Figura 37: Comentário em publicação sobre Mortes.....	157
Figura 38: Informativo.	159
Figura 39: Comentário em publicação com tópico informativo.	161
Figura 40: Big Pharma.....	164
Figura 41: Comentário em publicação com tópico Big Pharma.....	165
Figura 42: Autismo.	166
Figura 43: Comentário em publicação sobre autismo.	168
Figura 44: Medicina alternativa.	171
Figura 45: Comentário em publicação sobre medicina alternativa.	172
Figura 46: Mídia.	173
Figura 47: Comentário em publicação com o tópico mídia.....	174
Figura 48: Religioso.	176
Figura 49: Comentário em publicação com o tópico religioso.....	176

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Histograma do número de casos reportados de doenças imunopreveníveis no mundo.	17
Tabela 2: Os três maiores motivos para hesitação vacinal por renda.....	22
Tabela 3: Estudos envolvendo desinformação e vacinas.	25
Tabela 4: Estudos similares e metodologias aplicadas.	26
Tabela 5: Síntese do percurso metodológico.	36
Tabela 6: Sintetização dos objetivos da pesquisa.....	37
Tabela 7: Valores e Capital Social.....	50
Tabela 8: Definições de desinformação por Fallis (2009).....	54
Tabela 9: Fluxo da etnografia virtual.	92
Tabela 10: Origem e frequência de conteúdo.....	99
Tabela 11: Teor da origem.....	101
Tabela 12: Atores.....	104
Tabela 13: Formas.....	110
Tabela 14: Natureza do conteúdo.....	115
Tabela 15: Natureza do conteúdo desinformativo.....	117
Tabela 16: Argumentos anti-vacina	122
Tabela 17: Tópicos.....	130
Tabela 18: Cronograma da campanha nacional de vacinação contra o sarampo de 2019.	177
Tabela 19: Frequência citação de doenças.....	178
Tabela 20: Frequência do tópico sarampo.	179

LISTA DE SIGLAS

CNPQ	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
FIOCRUZ	Fundação Oswaldo Cruz
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
MS	Ministério da Saúde
OMS	Organização Mundial da Saúde
PNI	Programa Nacional de Imunizações
SUS	Sistema Único de Saúde
TIC	Tecnologia de informação e comunicação

Sumário

1. Introdução	14
2. Delimitação da pesquisa	17
2.1 Contexto do problema	17
2.2 Levantamento bibliográfico	25
2.3 Recorte, justificativa e metodologia	34
3. Comunicação, internet e desinformação	38
3.1 Tecnologia e comunicação	38
3.2 Redes sociais e comunidades	44
3.3 Desinformação	50
3.4 O Ministério da Saúde e a comunicação pública	58
3.4.1 A questão da cidadania e a esfera pública	58
3.4.2 Conceitos de comunicação pública	61
4. O Ministério da Saúde	69
4.1 A comunicação governamental pró-vacina na internet	73
5. Metodologia	81
5.1 Etnografia	85
5.1.1 Contexto: O grupo O Lado Obscuro das Vacinas	95
5.1.2 Origem	97
5.1.3 Atores	104
5.1.4 Formas	110
5.1.5 Natureza	114
5.1.6 Argumentos	121
5.2 Análise de conteúdo dos tópicos	129
5.2.1 Vacinas	132
5.2.2 Toxicidade	136
5.2.3 Relacional	141
5.2.4 Política	144
5.2.5 Ciência	148
5.2.6 Notícias	152
5.2.7 Mortes	155
5.2.8 Informativo	158
5.2.9 Big Pharma	163
5.2.10 Autismo	165
5.2.11 Medicina alternativa	168
5.2.12 Mídia	172
5.1.13 Religioso	175

5.3 Campanha nacional contra o sarampo	177
6. Considerações finais.....	181
Referências	190

**DESINFORMAÇÃO ANTI-VACINA: ANÁLISE COMUNICACIONAL DO GRUPO O
LADO OBSCURO DAS VACINAS**

1. Introdução

Em uma perspectiva histórica, a resistência à vacinação não é um fenômeno novo. De fato, no Brasil, são registrados movimentos do tipo desde as primeiras tentativas de imunização em massa promovidas pelo poder público. Décadas de trabalho de instituições, pesquisadores e profissionais de saúde foram necessárias para que algumas das doenças que possuem profilaxia fossem controladas ou, em alguns casos, erradicadas. Porém, desde 2016, dados oficiais de órgãos como a Organização Mundial da Saúde¹ e o Ministério da Saúde², por exemplo, demonstram que há uma tendência mundial de epidemias destas doenças.

Diversos fatores são apontados como fomentadores destes maus índices, como a relativização do risco de morte ou a falta de acesso à imunização, por exemplo. Mas, dentre os fatores apontados, um chama atenção: a facilidade de acesso a (des)informação sobre as vacinas. Em um contexto cada vez mais conectado, indivíduos nunca possuíram tanta facilidade em acessar informações e em se comunicar.

Esse acesso não significa habilidade em compreender criticamente os conteúdos veiculados nas redes e tampouco de reconhecer a credibilidade (ou falta dela) em portais de notícias. Em um ambiente fértil para a desinformação, os movimentos anti-vacina se aproveitam da lógica das redes e ameaçam a saúde pública. E é neste novo cenário de apropriação das redes para difusão de desinformação anti-vacina, que justifica a realização desta pesquisa.

Desta maneira, este estudo busca compreender a lógica por trás da comunicação destes indivíduos que, em posse de tecnologias de informação e comunicação que poderiam lhes dar acesso a informações científicas e seguras, escolhem aderir a narrativas conspiratórias ao fazerem parte de comunidades virtuais. Compartilhadas com outros indivíduos, estas narrativas ganham força, ultrapassando esferas econômicas, políticas e sociais.

A grande novidade no fenômeno anti-vacina de nosso tempo, portanto, é o contexto de conectividade, convergência e comunicabilidade que a nossa sociedade em rede proporciona. Assim a desinformação é exponenciada, alcançando cada vez

¹ Disponível em: https://www.who.int/gho/publications/world_health_statistics/2018/en/. Acesso em 01/09/2019.

² Disponível em: <https://www.saude.gov.br/boletins-epidemiologicos>; Acesso em 02/09/2019.

mais pessoas e influenciando negativamente índices de cobertura vacinais e epidemiológicos.

No capítulo 2, o tema deste trabalho é explorado, com a contextualização do problema, apresentação de índices de cobertura vacinais e epidemiológicos, do movimento anti-vacina e sua relação com a piora destes índices. Estes dados foram obtidos de relatórios e boletins epidemiológicos do Ministério da Saúde e da Organização Mundial da Saúde. São apresentadas as contribuições de Carvalho (1987), Succi (2018) e Levi (2013) para compreender o histórico da resistência e hesitação vacinal no Brasil e seus motivos.

Em seguida, é apresentado o levantamento bibliográfico de estudos sobre o tema no Brasil, para delimitação e norteamento da pesquisa. Estas primeiras etapas permitem a determinação de uma abordagem metodológica, recorte e *corpus* coerentes com o contexto do objeto e o estado atual da pesquisa sobre o tema.

A abordagem metodológica desta pesquisa é de natureza etnográfica. Porém, ela se estabelece em um ambiente virtual: o grupo no Facebook “O Lado Obscuro das Vacinas”. As publicações do grupo são o *corpus* da pesquisa e são analisadas pela metodologia de análise de conteúdo, através da análise temática-categorial. Desta maneira, é possível compreender como se comunicam e o que comunicam os indivíduos inseridos neste grupo.

Para prover embasamento teórico para esta etnografia e análise, são levantados no capítulo 3 os conceitos de tecnologia - apresentado principalmente por McLuhan (1964) e Kerckhove (2009), sociedade em rede - como apresentado por Castells (1999), Redes sociais e sua topografia - a partir de Recuero (2010), e desinformação - utilizando autores como D’Ancona (2018), Nyhan e Reifler (2007) e Fallis (2009). Esta discussão serve para estabelecer a perspectiva teórica comunicacional a ser adotada na observância do fenômeno desinformacional anti-vacina. Este embasamento é fundamental para a etnografia posterior, pois permite uma aproximação do *locus* de maneira mais pertinente e objetiva. Além, é claro, de fornecer elementos para análise dos resultados obtidos.

No capítulo 4 é realizada uma análise do outro lado da desinformação anti-vacina: a comunicação pró-vacina. O capítulo discute a comunicação do Ministério da Saúde em contraponto às perspectivas teóricas de comunicação pública. A contribuição de diversos autores como Brandão (2009), Duarte (2009), Kunsch (2012), Silva (2009) Koçouski (2012), Silva (2009) Mainieri (2016) e Zémor (2009) é

apresentada para o estabelecimento de um conceito de comunicação pública. Após isso, a comunicação exercida pelo Ministério da Saúde na internet em direção ao discurso de fomento e defesa da vacinação é apresentada.

A discussão deste capítulo serve para erguer uma contraposição ao corpus proveniente do grupo anti-vacina. Esclarecendo a natureza da comunicação realizada pelo Ministério da Saúde, é possível observar posteriormente, na fase etnográfica, a reação dos membros do grupo anti-vacina e ela. Para tanto, define-se o recorte temporal de janeiro a dezembro de 2019. A comunicação do Ministério no ambiente digital neste período é apresentada de maneira sucinta ao fim do capítulo, em observância ao conceito de comunicação pública estabelecido.

O quinto capítulo traz os resultados da etnografia, com dados e interpretações sobre a cultura do grupo, sua dinâmica comunicacional, fontes de conteúdo, atores envolvidos, etc. Esta etnografia é realizada com a contribuição de Hine (2000), Kozinets (2010) e Fragoso, Recuero e Amaral (2011). Esta análise é sistematizada a partir da discussão teórica, ao passo que ela fomenta elementos de análise para a construção do foco de observação do grupo. Ela também serve de base para a posterior análise de conteúdo.

As publicações são analisadas pelo seu tópico em uma análise temática-categorial através da análise de conteúdo de Bardin (1977). Esta análise permite a identificação e discussão dos temas mais relevantes e frequentes no grupo no período analisado. Espera-se obter, desta maneira, uma compreensão da natureza comunicativa do grupo a partir de seus tópicos e dos resultados da etnografia. Esta natureza é observada em comparação com a comunicação exercida pelo Ministério da Saúde no período para se descobrir se e como a campanha nacional de vacinação foi abordada.

O sexto capítulo apresenta os resultados da pesquisa, confrontados com os conceitos fundamentais desta pesquisa para buscar responder à questão problema: **Como se dá a dinâmica comunicativa do grupo “O Lado Obscuro das Vacinas” no Facebook, em um contexto de coexistência entre a comunicação do Ministério da Saúde e a desinformação anti-vacina nas redes?**

2. Delimitação da pesquisa

2.1 Contexto do problema

Poucos temas são tão caros ao interesse público quanto a saúde. A saúde populacional, ou uma ameaça a ela, interfere em todas as esferas sociais restantes, como economia, política e cultura, por exemplo. Uma epidemia em larga escala pode provocar crises institucionais e forçar mudanças de hábitos populacionais. No entanto, nos últimos anos, o Brasil tem visto diminuir suas taxas de cobertura vacinais e aumentar seus números de casos de doenças controladas e, em alguns casos, até mesmo erradicadas até então³. Em 2019, por exemplo, o Brasil não conseguiu bater sua meta de vacinação para nenhuma doença⁴. Fato inédito na história.

Tabela 1: Histograma do número de casos reportados de doenças imunopreveníveis no mundo.

Número de casos reportados	2018	2017	2016	2015
Sarampo	359.921	173.457	132.413	214.816
Coqueluche	153.631	162.938	174.177	149.089
Difteria	16.651	8.819	7.101	4.535
Febre amarela	2.064	876	1154	72
Caxumba	499.512	560.622	591.684	311.599

Fonte: Organização Mundial da Saúde, 2019.

Na Tabela 1 é possível ver o crescimento dos números de casos confirmados de infecções que são imunopreveníveis, ou seja, que possuem vacina. A hesitação à vacinação foi considerada um fenômeno global, como demonstrado pelo relatório da Organização Mundial de Saúde (OMS)⁵, o que desperta reações de instituições de saúde para sanar o problema. O Ministério da Saúde, por exemplo, intensificou campanhas de incentivo à vacinação⁶ após as quedas dos números de cobertura nacionais e o crescimento de casos de infecções.

Tomando como recorte o Sarampo, que possui um grande crescimento de casos confirmados pelo mundo, podemos observar a realidade da piora dos índices mesmo no Brasil, que possui um sistema público universal e gratuito de saúde. O

³ Saiba mais em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2019/06/brasil-tem-sete-vacinas-infantis-com-cobertura-abaixo-da-meta.shtml>. Acesso em 29/11/2019.

⁴ Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/saude/2020/10/26/pela-primeira-vez-brasil-nao-bate-meta-de-vacinacao-e-2020-preocupa>. Acesso em 01/10/2020.

⁵ Disponível em: <https://www.who.int/news-room/feature-stories/ten-threats-to-global-health-in-2019>. Acesso em 15/12/2019.

⁶ Saiba mais em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/saude/noticia/2019-04/campanhas-buscam-elevar-cobertura-vacinal-no-pais>. Acesso em 29/11/2019.

Sistema Único de Saúde (SUS) fornece imunização gratuita para dezenas de infecções transmissíveis, incluindo para o sarampo.

As vacinas para o Sarampo, segundo o Ministério da Saúde (MS)⁷, devem ser administradas em duas doses. Uma com doze meses de vida e uma segunda aos quinze meses, que é a última dose. Graças aos surtos, o Ministério agora também aplica a chamada dose zero, que se dá em recém-nascidos entre seis meses e um ano de idade.

Existem três tipos de vacina contra o sarampo disponibilizadas pelo SUS: 1) a dupla viral, que protege do vírus do sarampo e da rubéola e pode ser utilizada para o bloqueio vacinal em situação de surto; 2) a tríplice viral, o tipo mais comumente utilizado, que protege do vírus do sarampo, caxumba e rubéola; e 3) a tetra viral, que protege do vírus do sarampo, caxumba, rubéola e varicela (catapora).

De acordo com o Ministério⁸, houve um aumento exponencial nos casos de sarampo no país segundo casos confirmados entre 2003 e 2019. Sem um caso desde 2015, em 2018 houve um surto da doença, creditado à soma da entrada de refugiados venezuelanos no Norte do país e aos baixos índices de cobertura vacinal, foram registrados mais de 10 mil casos contra apenas três registros da doença em 2003. Em 2019, uma nova entrada do vírus, desta vez pelo Sudeste, por cruzeiros vindos de Israel e Noruega, somou-se, novamente, a índices de cobertura vacinal insuficientes para ocasionar um novo surto, resultando em mais de 18 mil casos confirmados.

Entre 2018 e 2019, treze estados brasileiros confirmaram casos de sarampo. Destes, apenas 5 possuíam os índices de cobertura vacinal para a primeira dose da vacina tríplice viral em um percentual indicado, que, segundo o Ministério da Saúde, deve ser de mais de 95%. Nenhum estado brasileiro alcançou a meta de cobertura da segunda dose da vacina. Vale ressaltar, como afirma o Ministério (BRASIL, 2019, p. 299-300), que 70% das pessoas contaminadas não comprovaram terem recebido nenhuma dose da vacina em suas vidas.

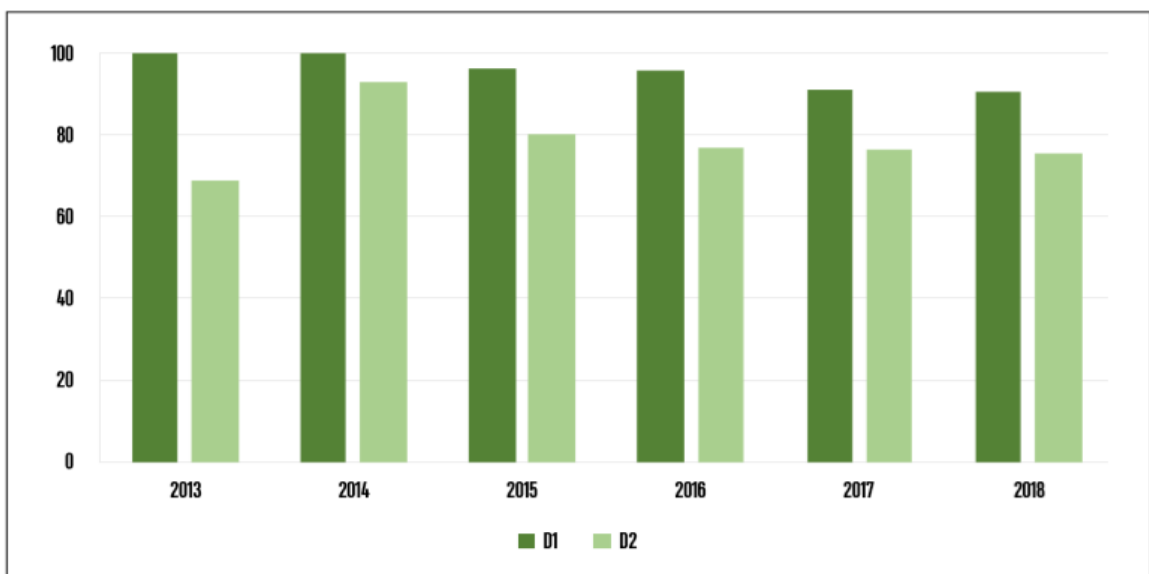
Como é possível observar na Figura 1, os índices de cobertura vacinal para a tríplice viral têm, de fato, reduzido. E isso se aplica a ambas as doses. Esta queda de

⁷ Saiba mais em : <https://www.saude.gov.br/saude-de-a-z/sarampo>. Acesso em 12/01/2020.

⁸ Disponível em: <https://portalarquivos2.saude.gov.br/images/pdf/2020/fevereiro/10/Boletim-epidemiologico-SVS-06.pdf>. Acesso em 01/03/2020.

índices pode ser melhor compreendida quando se observa que nos anos de 2015, 2018 e 2019 houve uma queda significativa em relação ao ano anterior. Estes foram os anos em que ocorreram surtos de sarampo no Ceará (2015), Norte (2018) e Sudeste (2019). A queda nos índices de imunização, assim, tem uma relação direta com o contágio e a vulnerabilidade ao vírus. Como afirma o MS (BRASIL, 2019, p. 299) o sarampo é uma doença infectocontagiosa de transmissão respiratória com alta virulência.

Figura 1: Gráfico de cobertura de dose 1 (D1) e dose 2 (D2) da vacina tríplice viral na rotina de vacinação das crianças de 1 ano de idade entre 2013 e 2018.



Fonte: Secretaria de Vigilância em Saúde / Ministério da Saúde.

O Ministério da Saúde aponta, assim, possíveis motivos para estes surtos. Entre eles os fatores de exposição a estrangeiros contaminados, negligência de outros países na imunização de suas populações, falha administrativa, operacional, organizacional e comunicacional do Poder Público em todas as suas instâncias que têm responsabilidade sobre a saúde pública, e da sociedade por não manter este assunto em pauta e conscientizar-se da importância de vacinar-se e a seus filhos. O Ministério, ainda, aponta mais um culpado.

Acrescenta-se ainda que os movimentos anti-vacina estão cada vez mais ganhando força nas sociedades contemporâneas, interferindo na adesão às ações de vacinação, contribuindo assim para as baixas coberturas vacinais. Como consequência, a diminuição da imunidade de rebanho expõe as pessoas que apresentam contraindicação absoluta à vacinação, elevando o risco da ocorrência de casos graves e até de mortes pelo sarampo (BRASIL, 2019, p. 300).

Os movimentos anti-vacina estão no radar da OMS e do MS, que os enquadram como influenciadores na hesitação à vacinação. Porém, como demonstra Succi (2018, p. 576), a hesitação à vacinação é determinada pela junção de diversos fatores socioculturais, políticos e pessoais. Por exemplo, a política pública de vacinação pode ter sido mal comunicada, o governo pode ter pouca credibilidade (estendendo-a para a imunização) ou motivos religiosos impedem parte da população de aceitar a imunização.

Figura 2: Peça comunicacional do Ministério da Saúde



Fonte: Ministério da Saúde.

Um exemplo histórico de reação popular negativa à políticas públicas de vacinação ocorreu no Rio de Janeiro, em 1904, na chamada Revolta da Vacina. José Murilo de Carvalho (1987, p. 126), em uma análise social e histórica do período tenta compreender os motivos dos revoltosos, identificados entre operários, estudantes, militares, enfim, membros de diversas classes sociais cariocas da época. Após a tentativa de implementação de uma legislação encabeçada pelo então Diretor Geral de Saúde Pública, o médico e sanitarista Oswaldo Cruz, que normatizava a vacinação obrigatória de maneira abusiva e sem diálogo algum com a população, a Revolta levou a meses de conflitos com as forças militares, resultando em mais de cem feridos e dezenas de mortos de ambos os lados. Carvalho (1987, p. 138) argumenta que os motivos e classes envolvidas variavam de acordo com o período da Revolta a ser observado, já que diversas pautas foram agregadas ao sentimento de insatisfação coletivo que existia em relação ao governo da época.

De qualquer maneira, dois aspectos da Revolta da Vacina merecem destaque. O primeiro diz respeito à intensa instrumentalização e participação dos jornais da

época na difusão de informações e manifestos sobre as vacinas (CARVALHO, 1987, p. 91-127). A estreita relação entre jornais como *O Paiz* e o *Jornal do Commercio*, por exemplo, com políticos, movimentos organizados e o poder público os colocou dentro da disputa discursiva para tentar convencer a população da legitimidade da Revolta, de seus motivos, de seus atores e da própria vacina. Trata-se, portanto, da apropriação, por atores sociais, de meios de comunicação para disseminação de informações contra a vacina e a obrigatoriedade de vacinação.

O segundo aspecto diz respeito aos motivos, de maneira geral, detectados por Carvalho (1987, p. 138): a insatisfação geral com o governo, a indignação com a radicalidade da política de imunização (obrigatória, arbitrária e invasiva) e a questão moral. Este último motivo, em especial, foi amplamente objeto de informações falsas difundidas através dos jornais da época. Segundo Carvalho (1987, p. 127-132), difusores argumentavam, tanto oralmente quanto através de meios de comunicação, que os agentes de saúde vacinariam as esposas e filhas dos cidadãos de maneira invasiva e/ou em regiões como a virilha ou as coxas, sem chance de recusa. Este discurso despertou uma reação emotiva grande entre os revoltosos, que sentiam sua honra ferida pela invasão de seu lar, sua privacidade e dignidade de suas esposas e filhas.

A Revolta da Vacina é importante por se tratar do mais significativo movimento popular contra a vacina no Brasil. Os aspectos destacados servem para evidenciar suas semelhanças com a hesitação vacinal contemporânea, já que também levaram os cidadãos da época a questionar a validade científica das vacinas, a legitimidade do Estado em ter poder sobre a saúde privada do cidadão e a dar credibilidade para discursos difundidos sem questionamento.

Traçando um paralelo desde a Revolta da Vacina até os dias atuais, Levi (2013) analisa as causas e consequências dos movimentos anti-vacina. Embora possuam semelhanças, os momentos históricos são distintos pois atualmente os movimentos “tornaram-se predominantemente um fenômeno de classes sociais mais altas e de certos grupos intelectuais” (LEVI, 2013, p. 20). O movimento não seria mais uma reação de massas pouco informadas, mas sim de indivíduos com maior acesso a capital e informação. Segundo Levi (2013, p. 11-12) as principais causas alegadas por indivíduos, pais ou responsáveis para não se vacinarem foram de ordem filosófica, médica e religiosa.

Succi (2018, p. 576) defende que, dentre os motivos para a hesitação à vacinação, estão também o acesso facilitado à informação (e desinformação) sobre vacinas, o que confunde ainda mais os cidadãos em estado de hesitação. É imperativo o papel das TIC's na difusão de desinformação anti-vacina. Embora a conectividade abrangente seja um dos maiores feitos da tecnologia e o acesso a informações traga inúmeros benefícios, a qualidade das conexões e conteúdo é outro nível a ser considerado.

Como demonstrado no relatório global sobre hesitação vacinal da Organização Mundial da Saúde (OMS)⁹ entre 2014 e 2016, quanto maior o nível de renda do entrevistado maior era sua propensão a questionar a validade científica das imunizações. Outro dado revela que nos níveis de renda menores os fatores determinantes para a hesitação em vacinar dizem mais respeito ao ambiente dos indivíduos. Na tabela 2 é possível ver os três motivos mais alegados para hesitação vacinal de acordo com o nível de renda.

Tabela 2: Os três maiores motivos para hesitação vacinal por renda.

Nível de renda	Determinantes	Frequência
Baixa renda	Religião/Cultura/Gênero/Socioeconômico	10
	Outro	10
	Risco-benefício (evidência científica)	9
Renda média-baixa	Risco-benefício (evidência científica)	21
	Conhecimento/Consciência	15
	Religião/Cultura/Gênero/Socioeconômico	13
Renda média-alta	Risco-benefício (evidência científica)	27
	Religião/Cultura/Gênero/Socioeconômico	15
	Conhecimento/Consciência	14
Renda alta	Risco-benefício (evidência científica)	31
	Crenças/Atitudes sobre saúde e prevenção	10
	Risco-benefício (percebido, heurístico)	9

⁹ Disponível em:

https://www.who.int/immunization/global_vaccine_action_plan/gvap_2017_secretariat_report_hesitancy_demand.pdf. Acesso em 29/11/2019.

Fonte: Organização Mundial da Saúde, 2017.

O constante aumento do acesso às tecnologias de comunicação e informação no país que pode ser observado na figura 3, é diretamente proporcional à renda e urbanidade dos cidadãos brasileiros, como demonstrado pela última Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD-C, 2017) sobre o tema. Esta correlação entre acesso a TIC's, renda e hesitação vacinal faz, pelo menos neste aspecto, das tecnologias um fator de propagação de desinformação sobre vacinas. Mais renda e urbanidade significam mais conectividade. Esta conectividade é uma porta de entrada para conteúdo desinformativo.

Figura 3: Percentual de uso da internet no Brasil.



Fonte: PNAD-C, TBGE, 2017.

Esta mudança de perspectiva que leva cidadãos a questionar a validade científica das vacinas tem como novidade, portanto, as TIC's como difusoras e conectoras. Diversos autores como Brites e Porcello (2018), D'Ancona (2018), e Fallis (2009) apontam que boatos e desinformação sempre existiram. A novidade, segundo os autores, está nas dimensões tomadas pela adoção das TIC's como difusoras da desinformação. Mas, antes de buscar um conceito para desinformação, é necessária uma introdução à desinformação sobre vacinas.

Tanto D'Ancona (2018, p. 69), quanto Levi (2013, p. 40), Kata (2012) e Vasconcellos-Silva et al (2015, p. 610) creditam ao artigo de Andrew Wakefield et al.

(1988), na revista inglesa Lancet, a origem das principais teorias conspiracionistas sobre as vacinas na atualidade. Neste estudo, Wakefield e seus coautores relacionam o autismo com a vacina tríplice viral contra o sarampo, caxumba e rubéola. O artigo foi rapidamente refutado pela comunidade científica inglesa e mundial e Wakefield foi questionado por conflito de interesses por ter relações com grupos que processavam o governo inglês por supostas sequelas vacinais.

Posteriormente, dez dos treze coautores retiraram seus nomes do artigo, que foi excluído do acervo da Lancet, e Wakefield teve sua licença para exercício da medicina revogada na Inglaterra. Desde então, Wakefield vive nos EUA, onde participou da produção do documentário anti-vacina Vaxxed¹⁰, que possui site próprio e grande repercussão no movimento anti-vacina estado-unidense.

Wakefield foi desacreditado cientificamente e diversos estudos posteriores refutaram a suposta correlação entre vacinas e autismo. Porém, como aponta D’Ancona (2018), “o processo de verificação que o desacreditou era mais fraco do que o vírus do medo que ele injetou a corrente sanguínea do público” (2018, p. 69). Confirmando a tendência de reprodutibilidade da desinformação graças às TIC’s, o documentário ganhou uma sequência, Vaxxed II¹¹. Como prova da notoriedade de Wakefield neste universo temático, divulgações do Vaxxed I e II e conteúdos relacionados ao estudo de Wakefield foram detectadas na pesquisa exploratória precedente deste trabalho.

Estando esclarecido o contexto, é possível observar que grupos anti-vacina encontram na internet oportunidade de conexão e difusão de informações falsas. Graças à natureza interconectiva da rede, estes indivíduos podem ter acesso a informações provenientes de grupos e indivíduos pertencentes ao movimento anti-vacina, informações às quais não teriam acesso sem as redes.

Instituições de saúde destacam o papel destes movimentos atuantes na internet na piora dos índices de cobertura vacinal. Estas relações entre indivíduos conectados na rede são potenciais causadoras de hesitação vacinal e ocorrem em uma dinâmica comunicacional em rede.

¹⁰ Disponível em: <https://vaxxedthemovie.com>. Acesso em 29/11/2019.

¹¹ Disponível em: <https://www.vaxxed2.com>. Acesso em 29/11/2019.

2.2 Estado da arte

Dentre tantas interfaces emergentes do tema, realizou-se uma pesquisa exploratória a fim de delimitar-se o objeto deste trabalho. Esta pesquisa teve de ser afinada dado o grande número de estudos que apenas perpassavam o tema desinformação, em diversas áreas do conhecimento e que abordam outras perspectivas para investigar a queda dos índices de cobertura vacinal.

Assim, uma busca nos bancos de dados de produção científica brasileira foi realizada, procurando trabalhos que continham os termos desinformação e vacinas. A pesquisa considerou os estudos realizados entre 2010 e 2020 nas áreas de conhecimento Ciências Sociais Aplicadas e Ciências da Saúde nos bancos de teses, dissertações da CNPQ¹² e da plataforma Sucupira¹³. Também foi realizada uma busca por publicações na plataforma do Instituto Fundação Oswaldo Cruz¹⁴ (Fiocruz). Foram considerados dissertações, teses, artigos em periódicos e livros. Também foram descartados estudos que investigam a natureza da desinformação, usando a desinformação anti-vacina apenas como experiência observada do objeto.

Seguindo esta lógica, foi possível a redução do número de estudos a serem analisados de milhares para apenas treze. Estes treze estudos são cronologicamente, tematicamente e metodologicamente mais próximos desta pesquisa, como observado na tabela 3.

Tabela 3: Estudos envolvendo desinformação e vacinas.

Número	Temática dos estudos	Resumo	Áreas de conhecimento
8	Desinformação e saúde pública	Pesquisas que traçam um paralelo entre desinformação e a saúde pública, apresentando dados históricos e estatísticos para demonstrar uma ligação entre a piora dos índices de cobertura vacinais e a desinformação difundida através das tecnologias de informação e comunicação.	Comunicação; Ciência da informação; Medicina; Ciências da computação; Saúde Pública.
6	Desinformação em redes sociais	Pesquisas que analisam a dinâmica comunicativa da desinformação anti-	Comunicação; Saúde Pública;

¹² Disponível em: <http://www.cnpq.br/>. Acesso em 01/12/2019.

¹³ Disponível em: <https://sucupira.capes.gov.br>. Acesso em 01/12/2019.

¹⁴ Disponível em: <https://portal.fiocruz.br/>. Acesso em 01/12/2019.

		vacinação na internet, especialmente em redes sociais digitais.	
--	--	---	--

Fonte: autor.

Porém, outro afinamento é possível. Em uma leitura dos trabalhos indicados, foi possível perceber duas grandes divisões temáticas. A primeira abordava a desinformação a partir da perspectiva da saúde pública, procurando analisar se e como ela influenciaria na queda dos índices de cobertura vacinal. Estas pesquisas, geralmente, são um pouco mais antigas que as do segundo grupo e se embasam, em sua maioria, em dados estatísticos, documentos históricos e relatórios de organizações da área da saúde para investigar este vínculo.

No segundo grupo, contudo, a relação entre desinformação e vacinas era investigada a partir das pressuposições de que: a) as tecnologias de informação e comunicação (TIC's) eram fundamentais para se compreender o problema, b) as redes sociais digitais eram o ambiente onde a desinformação era operacionalizada de maneira mais eficiente e c) a tríade relacional TIC's – Desinformação – Movimentos anti-vacina como responsáveis (em parte) pela piora dos índices de cobertura vacinal. As pesquisas deste grupo se embasam em dados provenientes de etnografias em grupos anti-vacina nas redes sociais, tendo como corpus as mensagens e posts compartilhados nestas redes.

Portanto, por similaridade, estes estudos foram considerados para fins de recorte de objeto, abordagem metodológica e perspectiva teórica. Estes seis trabalhos foram utilizados nesta pesquisa, de maneira complementar e referencial, embora nem todos sejam citados. Na tabela 4 é possível visualizar, de maneira sintetizada, a natureza de cada um deles, assim como seu objeto, metodologia e recorte.

Tabela 4: Estudos similares e metodologias aplicadas.

Título	Autor	Resumo	Metodologia
Fake news contra a vida: desinformação ameaça vacinação de combate à febre amarela	Adriana Teixeira, 2019. PEPGC OS/PUC-SP.	Esta dissertação faz a leitura da operação das notícias falsas, que circulam conteúdo sobre Saúde Pública, nas redes digitais e nos aplicativos de troca de mensagens. Para tanto, analisa posts que circularam no Whatsapp durante a campanha nacional de vacinação contra a febre amarela de 2016 a 2018. Estas publicações foram analisadas pela metodologia de análise do	Análise do discurso.

		discurso, para buscar compreender os seus argumentos.	
Movimento Antivacinas na Internet: apropriação e recirculação do jornalismo de saúde ao empoderamento de grupos no Facebook	Amanda Almeida, 2019. PPGCO M/UFPR.	Esta dissertação estuda os processos comunicacionais de redes sociais digitais por meio do conteúdo criado e (re) circulado em grupos contrários ou críticos à vacinação. Para tanto, foram escolhidas as três postagens com maior interação nos dois maiores grupos do Facebook com temática anti-vacinação: “O Lado Obscuro das Vacinas” e “Sou Contra a Vacina HPV”. Estas publicações foram analisadas pela metodologia de análise de conteúdo de Bardin, buscando-se compreender os assuntos, argumentos e perfil dos membros.	Análise de conteúdo
Minha filha, minhas regras: análise dos argumentos em um grupo online sobre a implantação da vacina contra o HPV no Brasil	José Eduardo Saraiva, 2018. PPGICS/ ICICT.	Esta dissertação analisa o discurso do grupo no Facebook “Sou Contra a Vacina HPV” através da netnografia, elencando os seis posts mais relevantes e analisando-os através do método de análise de conteúdo. Este discurso será analisado em contrapartida à estratégia de vacinação do governo no período entre Março de 2014 e Julho de 2015 (mesmo período de coleta dos dados).	Netnografia e análise de conteúdo
O movimento antivacina no YouTube nos tempos de pós-verdade: Educação em saúde ou desinformação?	Bianca Costa; Daiane Viegas; Thamyris Moreira; Paula Abreu. Revista Mídia e Cotidiano, 2020. PPGMC/ UFF.	Neste estudo, publicado na Revista Mídia e Cotidiano ¹⁵ , foi feita uma análise dos 14 vídeos mais relevantes nos períodos analisados sobre o movimento anti-vacina no YouTube para descobrir o seu impacto em visualizações, sua origem e a aceitação dos usuários.	Análise descritiva observacional
Discursos alternativos	Marcelo Garcia.	Este artigo, publicado na Revista Tempo Presente ¹⁶ e busca estudar as relações de	Análise do discurso

¹⁵ Revista Mídia e Cotidiano ISSN: 2178-602X Artigo Seção Livre Volume 14, Número 1, jan-abr de 2020. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/midiaecotidiano/article/view/38210>. Acesso em 01/03/2020.

¹⁶ Cadernos do Tempo Presente, n. 27, mar./abr. 2017, p. 101-11. Disponível em: <https://seer.ufs.br/index.php/tempo/article/view/7488>. Acesso em 01/03/2020.

sobre a vacinação contra o HPV: análise das mensagens em uma comunidade virtual no Facebook	Cadernos do Tempo Presente, 2017. UFS.	troca estabelecidas num grupo aberto do Facebook intitulado “Sou contra a vacina HPV”, de forma a identificar discursos e fontes de informações compartilhadas pelos seus membros, para mapear os sentidos construídos em torno da polêmica vacina. Para tanto, o autor analisa as publicações do grupo durante uma semana.	
---	--	---	--

Fonte: autor.

É possível identificar uma perspectiva nestes trabalhos que busca compreender a lógica do discurso anti-vacina, da interação dos indivíduos que creem neste discurso e estão conectados por meio de tecnologias de informação e comunicação. A lógica do primeiro grupo exposto no Quadro 1 era observar o que governos e organizações de saúde estão realizando, no âmbito comunicacional, político e organizacional, para responder à piora dos índices vacinais, tomando a desinformação como parte antagonista de seu objeto.

Enquanto isso, no segundo grupo, que é destrinchado melhor no Quadro 3, busca-se compreender a dinâmica comunicacional e lógica discursiva destes indivíduos pertencentes a estas comunidades virtuais. Assumindo que eles são parte essencial do problema, procura-se neles, talvez, respostas que possam ajudar a resolver este problema. Este trabalho situa-se neste segundo agrupamento.

Estas pesquisas procuram as aglomerações de indivíduos com opiniões contrárias à vacina, que, neste caso, são oportunizadas pelas redes sociais. Estas aglomerações podem ser de diversas formas, como um grupo no Whatsapp, um grupo no Facebook ou um canal no Youtube. A maioria destes estudos, contudo, concentra-se nos grupos do Facebook, pela natureza comunicativa da plataforma, que funciona através de publicações e comentários que geram debate nestes grupos. O Whatsapp e o Youtube, por exemplo, não possuem uma natureza de resposta a publicações originais tão clara ou de fácil acompanhamento. Os grupos observados são “O lado obscuro das vacinas”, “Sou contra a vacina HPV” e “Vacinas: o maior crime da história”.

Outra similaridade destas pesquisas é a abordagem metodológica. Com o objetivo de compreender, busca-se analisar seu discurso, seus conteúdos midiáticos veiculados e sua cultura. Para tanto, valem-se da etnografia, da análise de conteúdo

e da análise do discurso. Estudos sobre internet, midiatização, sociedade informatizada, discurso, desinformação e jornalismo científico fazem parte da base teórica destas pesquisas.

Nos parágrafos seguintes será feita uma síntese da abordagem metodológica e resultados das pesquisas listadas acima. Este panorama permite um posicionamento mais preciso deste estudo a fim de contribuir melhor com a pesquisa sobre o tema.

O artigo de Garcia (2017) na revista *Cadernos do Tempo Presente* estuda a comunicação do grupo no Facebook *Sou contra a vacina HPV* para compreender os discursos e fontes de informações que constituem os sentidos construídos sobre o tema. O autor (GARCIA, 2017, p. 101-111) também se vale da desinformação como ângulo para este tema, a partir de um embasamento teórico que aciona conceitos como discurso, diálogo, poder, comunicação e saúde.

O corpus da pesquisa é composto pelos posts do grupo entre 10 e 17 de agosto de 2015. Estes posts registrados são categorizados de acordo com o tipo de conteúdo do link disponibilizado e o conteúdo predominante na mensagem adjacente. Na análise ficou evidente a seguinte ordem de frequência: 1) relatos de casos de efeitos colaterais na imprensa (11 casos); 2) argumentação científica que questionavam o discurso médico/científico (9 casos); testemunhos diretos (9); acusações contra governos por envolvimento com a indústria farmacêutica; luta por direitos, processo legais, etc. (3 casos); panorama internacional relacionados a vacina (3 casos) (GARCIA, 2017, p. 101-11).

Garcia (2017, p. 109) conclui que há uma disputa pela conformação da realidade neste contexto, em desafio à comunicação unidirecional geralmente empregada pelo SUS. Sendo assim, o desafio, segundo o autor, não é calar essas vozes, mas sim compreender estes indivíduos e transformar a comunicação na área da saúde para conseguir alcançá-los.

O artigo de Costa et al (2020) na revista *Mídia e Cotidiano* analisa numa amostra de 14 vídeos anti-vacina mais relevantes no Youtube a fim de identificar a opinião apresentada neles e a potencial influência deles a partir de sua reação na plataforma. Estes vídeos foram agrupados em três categorias: a favor, contra e

jornalísticos sem opinião direta sobre o movimento anti-vacina (COSTA et al., 2020, p. 224). Foram 11 a favor, 37 contra e 11 neutros.

Um dado levantado pelos pesquisadores diz respeito à formação dos indivíduos responsáveis pelos vídeos. Costa et al. (2020, p. 226) apontam que dos 11 vídeos a favor do movimento, apenas um era de um profissional de saúde, autodeclarado representante da medicina alternativa e tradicional. Os outros 10 vídeos não informavam a formação de seus responsáveis tampouco possuíam relatos de opinião de profissionais de saúde.

Entre os vídeos na categoria contrária ao movimento, 19 deles apresentavam profissionais de saúde, todos com seus nomes e formação citados. Os do grupo neutro são em sua maioria, 9 de 11, outros profissionais abordando o assunto. Estes dados são importantes para elucidar quem fala o quê dentro da desinformação anti-vacina. Segundo os autores, os vídeos a favor são apresentados de maneira informal, sem muita produção e trazendo informações sensacionalistas. Diversas fake News características do tema foram identificadas (Costa et al., 2020, p. 231).

Os autores (COSTA et al., 2020, p. 236-237) concluem que, embora a maioria dos vídeos analisados seja contrários ao movimento anti-vacina e que estes sejam bem embasados e informativos, mais de 15% da amostra era composta por vídeos a favor do movimento e circulava livremente na plataforma, angariando repercussão e ocupando o mesmo espaço que reportagens ou vídeos de especialistas. A conclusão geral é pela urgência do tema e a necessidade de otimização da comunicação científica e médica.

A dissertação de Almeida (2019) é uma pesquisa focada na apropriação de conteúdo jornalístico da área da saúde e produção de conteúdo dentro de dois grupos anti-vacina. O recorte é o mês de agosto de 2018, mês da vacinação contra o Sarampo no país, e o corpus são as publicações dos dois grupos neste período. Os grupos analisados foram: O Lado Obscuro das Vacinas e Sou contra a vacina HPV

Através da análise de conteúdo temática-categorial a autora busca elencar os argumentos e assuntos mais frequentes usados pelos participantes no período analisado. Um ponto de destaque é que a autora reduziu seu recorte para o mês de

aplicação da vacina por também não poder contar com ferramentas de extração automática de dados na plataforma¹⁷. Este problema também atingiu esta pesquisa.

A autora parte do pressuposto de que, embora outros fatores sejam causa da queda dos índices de cobertura vacinal, a desinformação possui ligação direta com este fenômeno. Mais do que isso, alguns indivíduos dentro do grupo possuíam papel importante ao circular e recircular conteúdo jornalístico científico, principalmente o de saúde, que remetia a um papel de *gatewatching* em uma dinâmica desinformativa (ALMEIDA, 2019, p. 23).

Almeida (2019, p. 45) também relaciona a crise de credibilidade de instituições estabelecidas e aumento de credibilidade de influenciadores nas redes sociais, especialmente em grupos como os de terraplanistas e ativistas anti-vacina. Esta dissonância de credibilidade conta também com a emergência do paciente empoderado (2018, p. 60-62) na estrutura de poder biomédico. Este paciente possui condições de pesquisar informações (quer sejam verdadeiras ou não) e questionar o conhecimento, normas e indicações dos profissionais da área da saúde.

Em seu resultado de análise foi traçado um perfil dos usuários: mulheres casadas, com filhos, com ensino superior, moradoras da região Sudeste, com interesses que variam de política nacional e vida saudável a maternidade e religião. (ALMEIDA, 2019, p. 110). Este perfil parece ser comum a diversas pesquisas sobre o assunto.

Os resultados apresentados por Almeida (2019, p. 108-111) jogam luz sob a dinâmica relacional do grupo no contexto de vacinação. A argumentação mais frequente era embasada por links externos e imagens, denotando uma pesquisa para a publicação. Dentre estas, 22% eram conteúdos jornalísticos que, quando apropriados eram usados somente como forma de construção de outro argumento, geralmente consonante com a posição do grupo sobre vacinas relatos de experiências coma vacina contra o HPV. Ainda foram registrados as temáticas crítica ao governo, religião e a marcação de outros usuários para que vissem o conteúdo.

Os temas mais encontrados diziam respeito a segurança e eficácia das vacinas e efeitos colaterais. Em terceiro lugar no grupo O Lado Obscuro das Vacinas foi

¹⁷ Essa questão será melhor detalhada posteriormente neste capítulo.

detectado o tema da desconfiança dos reais efeitos de infecções na saúde da população e no grupo Sou contra a vacina HPV a posição ficou com discussões sobre responsabilização dos efeitos colaterais da vacina contra o HPV.

Em um estudo que analisa a circulação de notícias falsas no Whatsapp sobre vacinas durante a campanha de vacinação contra a febre amarela entre 2016 e 2018, Teixeira (2018) realiza uma análise discursiva sobre este corpus sob a luz do conceito de Michael Foucault de biopolítica. A autora (2018, p. 22-31) traça uma perspectiva histórica sobre o termo *fake news*, e momentos recentes marcados pela desinformação e suas consequências, como o Brexit e as eleições de Donald Trump nos EUA e Jair Bolsonaro no Brasil.

Teixeira (2018, p. 40-45) também levanta casos históricos para demonstrar que, embora seja comumente instrumentalizada por atores envolvidos na disputa de grande capital (político ou econômico), a desinformação também pode ser perpetuada pelo Estado, a última entidade que deveria sucumbir a este tipo de atitude. Esta perspectiva merece destaque por destigmatizar a desinformação como exclusiva de determinado grupo social, econômico, político ou cultural. O que não impede, é claro, a realização de estudos para identificar ocorrências e tendências nestes grupos.

O que Teixeira (2018, p. 64-69) também traça um histórico da resistência à vacinação e a presença da indústria da desinformação não só nestes movimentos, mas também em outros momentos históricos. É inclusive apontada a presença de métodos alternativos para se evitar a vacinação, como a medicina tradicional ou um estilo de vida saudável (TEIXEIRA, 2018, p.82). Toda essa análise é embasada numa perspectiva foucaultiana que busca compreender essa disputa pela enunciação da verdade numa relação entre o poder e o saber na sociedade.

A autora aponta que as *fake news* ganham essa batalha porque jogam de maneira desleal, se guiando pelas diretrizes de noticiabilidade sem compromisso ético com fatos ao mesmo tempo que se alimentam da desconfiança nas instituições e crescente confiança em crenças e experiências pessoais (TEIXEIRA, 2018, p. 80-81). Essa “tática suja” não é um momento social isolado ou uma ação localizada, é o resultado de um contexto histórico e social que permitiu que este fenômeno ocorresse, com a participação de indivíduos pertencentes a diversos grupos sociais, instituições e interesses. A grande urgência se dá na conclusão de Teixeira (2018, p. 82) de que,

embora argumente em prol da vida e da saúde e seus perpetuadores as enxerguem com estas vestes, as *fake news* anti-vacina matam.

Em sua dissertação, Saraiva (2017) realiza uma etnografia no grupo do Facebook Sou contra a vacina HPV e uma posterior análise de conteúdo. O autor (SARAIVA, 2017, p. 63-66) analisa as seis publicações mais relevantes do período analisado sob a ótica de construção de capital simbólico e poder simbólico, numa disputa por local de fala que teria como objetivo a participação no debate público como cidadãos. Esta análise é feita através de um recorte do grupo durante o período da campanha de vacinação contra HPV no período entre março de 2014 e julho de 2015.

Essa pesquisa considera os indivíduos inclusos no grupo como cidadãos requerentes de sua voz, buscando diálogo e participação no debate público (através das redes sociais) para buscar o que acham ser justo para si e outros. Esse pressuposto impede pré-julgamentos do autor e traz uma análise rica dos discursos e argumentos mais relevantes no período analisado ao mesmo tempo que evidencia a distância de uma comunicação pública eficiente e aquela posta em prática nesta campanha de vacinação.

Saraiva (2017, p. 97-99) consegue levantar informações importantes sobre os discursos circulantes do grupo. Os membros apresentaram maior preocupação com efeitos físicos e psicológicos da vacina; indicação de métodos preventivos, algumas vezes indicados até por profissionais de saúde, que poderiam evitar a vacinação (inclusive com um teor moralista e religioso incluído); cautela em confiar no discurso científico e de profissionais de saúde; um apelo para profissionais interromperem a vacinação; suspeita de lobby da indústria farmacêutica na utilização da vacina e na atuação governamental; questionamento sobre a escolha dos locais de vacinação (que incluíam escolas), capacidade dos profissionais responsáveis, campanha e reportagens focadas na faixa etária alvo (garotas adolescentes); questionamento sobre a eficácia e necessidade da vacina em relação ao seu risco-benefício.

Saraiva (2017, p. 99) também traça o perfil de usuários do grupo e apresenta mulheres como as mais ativas, com filhos e filhas na faixa etária alvo da campanha, aparentando pertencer à classe média urbana (característica perceptível, segundo o autor, pelos discursos correntes e falas sobre início de processo legal com advogado

particular) e com certo nível de ensino. Foi grande, ainda, a presença de indivíduos que se identificavam como religiosos.

A junção da etnografia com a análise de conteúdo proveu uma análise mais profunda que qualquer uma das duas poderia alcançar separadamente. Enquanto a etnografia pode ser difusa a análise de conteúdo pode ser precisa e onde a análise de conteúdo pode ser insensível a etnografia pode revelar nuances subjetivas. Saraiva (2017, p. 101) também aponta em seu trabalho a relação intrínseca da internet e o movimento anti-vacina contemporâneo e a urgência de mais estudos em comunicação e saúde que investiguem o tema.

Embora apenas tangencie o tema desinformação, esta é a pesquisa mais próxima deste estudo por observar o fenômeno através de uma perspectiva não apenas quantitativa ou categorizadora, mas que busca compreender mais a fundo quem são estes indivíduos. Longe de serem apenas “vítimas” do processo desinformativo, eles são munidos de (des)informações e medo, requerendo um debate público e local de fala na relação com o Estado e seu status como cidadão possuidor de estes e outros direitos.

No que se refere à abordagem metodológica, este trabalho encontra-se, portanto, mais próximo das dissertações de Almeida (2019) e Saraiva (2017). Saraiva (2017) adota também a abordagem etnográfica com aporte da análise de conteúdo. Almeida (2019) analisa através da análise de conteúdo o grupo O Lado Obscuro das Vacinas. Teixeira (2018) apresenta uma perspectiva ampla e bem embasada que serve de norte na abordagem teórica deste trabalho. Todos os estudos forneceram grande suporte para a elaboração deste trabalho, oportunizando profundidade maior de pesquisa graças às suas descobertas.

2.3 Recorte, justificativa e metodologia

Assim, para compreender a dinâmica comunicativa da desinformação nas redes sociais digitais, toma-se como *locus* o maior grupo declaradamente anti-vacina do Facebook: “O lado obscuro das vacinas”. Que contava, até a data de coleta dos dados, com 13.463 membros. O corpus do trabalho são as postagens no grupo, tomando como recorte o ano de 2019.

Esta pesquisa se caracteriza como qualitativa, do tipo descritiva, de acordo com o entendimento de Gil (2002, p. 42), que a define como uma descrição fenomenal com

estabelecimento de relação entre suas variáveis. Considerando-se, ainda, os trabalhos já realizados sobre o tema e a questão a ser respondida por esta pesquisa, é escolhida uma abordagem etnográfica, conforme pode ser observado no Quadro 4.

Primeiramente será realizada uma etnografia virtual neste grupo, a fim de responder aos questionamentos relativos à sua cultura comunicacional, seus hábitos de consumo de conteúdo, autoridades da comunidade e contexto. Esta etnografia será realizada a partir da perspectiva proposta por Hine (2000, p. 65), que estende a metodologia etnográfica para as comunicações mediadas por computador, adaptada para as condições em que estas relações são encontradas. Os elementos topológicos constituintes das redes sociais propostos por Recuero (2010) serão considerados nas etapas etnográficas.

Como recorte, serão registradas todas as publicações do grupo dos meses de janeiro a dezembro de 2019. A campanha nacional de vacinação contra o sarampo de 2019 se iniciou em outubro¹⁸, este recorte oportuniza uma janela de observação das atividades do grupo antes, durante e depois do início da comunicação pública sobre o tema.

Como ferramenta de registro, usa-se a ferramenta Lightshot¹⁹ para captura de tela. A escolha por este método de registro em detrimento de uma ferramenta de extração automática de dados exige uma breve contextualização. O Facebook se envolveu em um escândalo com a empresa Cambridge Analytica²⁰, que conseguiu extrair dados de milhões de usuários da rede social para uso em estratégias comunicacionais na campanha do então candidato à presidência dos EUA, Donald Trump.

Um grande debate público sobre a privacidade de dados de usuários e a exploração destes para fins comerciais e políticos levou ao questionamento do papel social e atuação do Facebook. Alguns dos argumentos provenientes destes debates

¹⁸ Disponível em: <https://www.saude.gov.br/noticias/agencia-saude/45873-campanha-de-vacinacao-contr-o-sarampo-comeca-na-segunda-feira-7-10>. Acesso em 29/11/2019.

¹⁹ Disponível em: <https://app.pnrtscr.com/pt-br/index.html>. Acesso em 11/11/2019.

²⁰ Saiba mais sobre em: https://brasil.elpais.com/brasil/2018/03/19/internacional/1521500023_469300.html; Acesso em 12/11/2019.

se deram em relação à conscientização dos usuários sobre o valor de seus próprios dados e estabelecimento de limites de coleta e registro destes dados pelas empresas.

A empresa Facebook foi especialmente alvejada por estas críticas, já que a corporação é dona não só da rede com mesmo nome, mas também outras como Instagram e Whatsapp. Como resposta a esta crise, a empresa suspendeu²¹ o acesso de qualquer aplicação aos dados privados dos usuários da rede social Facebook. Assim, ferramentas como o Netvizz, que são comumente usadas em estudos envolvendo dados da plataforma, deixaram de funcionar.

Portanto, para registro e acesso ao corpus, a ferramenta de captura de tela é utilizada em cada publicação do período analisado. Este material é organizado cronologicamente e, então, serão identificados elementos temáticos e processuais destas postagens para codificá-las e categorizá-las. Estas categorias temáticas serão tabeladas por frequência, relevância, conteúdo, autor, origem, etc. Por fim, estas categorias serão analisadas a partir da metodologia de análise de Conteúdo proposta por Bardin (1977) para compreensão da questão problema em complementariedade com os resultados obtidos através da etnografia virtual.

Tabela 5: Síntese do percurso metodológico.

Método etnográfico					
Coleta de dados – Observação não Participante		Análise – Análise de conteúdo			
Estabelecimento de parâmetros e observação	Registro, descrição e análise	Pré-análise dos dados provenientes da observação	Categorização	Análise	Resultados

Fonte: autor.

Assim, justifica-se esta pesquisa a partir da possibilidade de compreensão da dinâmica comunicativa dos indivíduos com opiniões contrárias à vacina conectados em rede. O que deve ser possível a partir dos aportes teóricos e metodológicos escolhidos, que fornecem uma perspectiva e recorte para responder à questão problema da pesquisa: **Como se dá a dinâmica comunicativa do grupo “O Lado Obscuro das Vacinas” no Facebook, em um contexto de coexistência entre a**

²¹ Saiba mais em: <https://about.fb.com/news/2018/07/a-platform-update/>. Acesso em 12/11/2019.

comunicação do Ministério da Saúde e a desinformação anti-vacina nas redes?

A compreensão desta dinâmica, comparada à comunicação na internet exercida pelo estado para promover, debater e informar a população sobre as vacinas no período, pode fornecer conhecimento sobre a natureza da relação entre desinformação e comunicação pública.

Esta discussão, ainda, deve ser esclarecida e fundamentada pelos conceitos de Sociedade em Rede, tecnologia, redes sociais, comunicação pública e desinformação. Na tabela 6 apresenta-se a sintetização dos objetivos a servirem de norte para esta pesquisa.

Tabela 6: Sintetização dos objetivos da pesquisa.

Tópico	Objetivo da pesquisa
Esta pesquisa se propõe a...	Observar a atividade dos usuários no grupo no Facebook “O Lado Obscuro das Vacinas” e analisar as publicações de 2019 do grupo.
Para...	Descobrir como se comunicam e o que comunicam os indivíduos dentro deste grupo.
Com a finalidade de...	Entender a dinâmica comunicacional do grupo e em que ponto a campanha nacional de vacinação contra o Sarampo a influenciou.
O que permitirá...	Compreender a relação entre a desinformação anti-vacinação e a comunicação pública pró-vacinação à luz dos conceitos teóricos norteadores deste trabalho.

Fonte: autor.

3. Comunicação, internet e desinformação

3.1 Tecnologia e comunicação

Para delimitar uma perspectiva teórica que forneça conceitos adequados para o desenvolvimento deste trabalho, é necessário um foco na relação entre tecnologia, comunicação e sociedade. É fácil dizer que o advento da internet revolucionou a sociedade, de boas e más maneiras, mas a internet é parte de um processo histórico, social e tecnológico muito maior.

Antes do surgimento da internet e do estabelecimento dos computadores como meio de comunicação viável, McLuhan (1964) compreendeu que os meios de comunicação operavam como extensão do homem, sendo tão significativos que eles, por si só, já significavam. Segundo o autor, “as consequências sociais e pessoais de qualquer meio [...] constituem o resultado do novo estalão introduzido em nossas vidas por uma nova tecnologia ou extensão de nós mesmos” (McLuhan, 1964, p. 21). Em outras palavras, o maior impacto das mensagens seria a própria existência do seu suporte na sociedade.

Explica-se melhor: McLuhan (1964) afirmava que a sociedade, desde seus tempos primórdios, produz sobre os indivíduos pressões e irritações cuja acumulação “conduz à invenção e à inovação como contra-irritantes” (1964, p. 65). Estas intempéries a que os sujeitos são expostos no mundo superam a extensão de seus próprios membros, seu corpo já não é mais suficiente. Assim como a roda foi uma resposta à demanda de velocidade que os pés não podiam mais comportar, a prensa de Gutemberg foi uma resposta as mãos que não podiam mais escrever tanto e o rádio as bocas que não podiam falar tão alto e tão longe.

Falando ainda da ascensão de meios de comunicação elétricos como a tv ou o rádio, mesmo que projetando um futuro protagonismo comunicacional dos computadores, McLuhan (1964) estendia o conceito para o sistema nervoso: “com o advento da tecnologia elétrica, o homem prolongou ou projetou para fora de si mesmo, um modelo vivo do próprio sistema nervoso central (MCLUHAN, 1964, p. 61). Esta perspectiva é corroborada por Derrick de Kerckhove (2009), que observou a sociedade pós-internet a partir do paradigma de McLuhan e criou o conceito de psicotecnologias. Kerckhove (2009) afirma que:

Os sistemas de processamento de informação, como os computadores e os vídeos, são extensões de algumas das principais propriedades intelectuais das nossas mentes. Desta forma, podem ser consideradas tecnologias da psique – psicotecnologias. As

psicotecnologias incluem os dispositivos e redes públicas e domésticas de processamento de informação “em modo direto”. (KERCKHOVE, 2009, p. 228).

Este processo de suplementação da capacidade humana por meio de tecnologia é chamado por McLuhan (1964) de auto-amputação: “qualquer invenção ou tecnologia é uma extensão ou auto-amputação de nosso corpo, e essa extensão exige novas relações e equilíbrios entre os demais órgãos e extensões do corpo” (1964, p. 63). A perspectiva de novas relações e equilíbrios de elementos está no cerne na concepção do papel central do meio em relação à mensagem.

McLuhan (1964, p. 22) afirmava que o conteúdo de qualquer meio ou veículo é, invariavelmente, outro meio ou veículo. Portanto, a variável de maior valor é o próprio meio de suporte. O autor complementa ao afirmar que ‘o meio é a mensagem’, porque é o meio que configura e controla a proporção e a forma das ações e associações humanas” (MCLUHAN, 1964, p. 22). A comunicação, assim, está sob forte influência de seu meio.

Ao ter suas extensões ampliadas, os indivíduos se deparam com um novo rol de realidades, problemas, possibilidades. Estas novas extensões tomam papel central da percepção do indivíduo sobre o mundo e a alienação neste processo seria focar no conteúdo da mensagem quando o mais impactante sobre ela seria o suporte desta mensagem.

Esta relação entre sociedade e tecnologia é profunda. Segundo McLuhan (1964), “fisiologicamente, no uso normal da tecnologia (ou seja, de seu corpo em extensão vária), o homem é perpetuamente modificado por ela, mas em compensação sempre encontra novos meios de modificá-la” (p. 65). Tornamo-nos dependentes desta tecnologia por ampliarmos nossos escopos de atuação quando nossos corpos já não possuem condições de lidar com estas novas pressões e irritações da sociedade, mas também a modificamos para acompanhar as novas pressões e irritações que surjam durante o caminho.

Outro conceito creditado a McLuhan é o de aldeia global. Segundo o autor (1972, p. 47-49), os meios de comunicação em massa poderiam retornar a humanidade a uma forma tribalista de comunicação, marcada pela utilização simultânea de vários sentidos, onde histórias e informação poderiam ser repassadas a muitos, que teriam acesso às mesmas mensagens e a oportunidade de comunicar-se com o mundo.

Esta aldeia global seria caracterizada pelos dispositivos de informação e comunicação eletrônicos, que gerariam um pensamento complexo, global, cuja “interdependência eletrônica recria o mundo à imagem da aldeia global” (MCLUHAN, 1972, p. 50). A conjectura de uma aldeia global surfou na crista da onda da globalização na segunda metade do século XX, servindo de horizonte para muitos estudos que foram marcados, principalmente, por um determinismo tecnológico do processo comunicacional.

Este conceito (Aldeia Global) foi criticado durante este mesmo período. Tremblay (2003, p. 17) comenta estas críticas e aponta que a metáfora de aldeia não é adequada para invocar a crescente interdependência do mundo conectado por pelo menos duas razões:

Primeiro, a imagem da aldeia não dá conta do processo em curso, porque as redes de troca e de comunicação religam sobretudo as cidades e não as aldeias. A globalização é, antes de mais nada, o negócio das grandes cidades do planeta. [...] A segunda razão, ainda mais fundamental, já que a da metáfora da aldeia me parece inadequada, deixa entender que a interdependência seria, na aldeia, maior do que em uma cidade. É o contrário que é verdadeiro, pois nós sabemos, desde os primeiros trabalhos dos pioneiros da sociologia e da economia política, que quanto mais a divisão do trabalho é elaborada em uma coletividade maior é a interdependência entre os seus membros (TREMBLAY, 2003, p. 18).

Tremblay (2003), porém, aponta que a metáfora ganhou vida e outros significados. “A metáfora da aldeia global funciona, porque ela exprime a esperança insensata de que o futuro nos conduz à reprodução de um passado idealizado” (ibid. p. 19). O autor acrescenta que a expansão das redes de troca e informação não resultam deste tipo de interdependência observada nas sociedades deste passado idealizado.

Contudo, Kerckhove (2009, p. 200) procura atualizar a metáfora, assim como reagir às críticas. Segundo o autor, a percepção literal da metáfora é o problema, que induz os críticos a associarem uma ideia de quietude rural à ideia de aldeia: “tal como a cidade se torna uma entidade com base no espaço, a aldeia global foi o primeiro nome dado à terra quando esta se constituiu numa única comunidade que comunica a distância” (KERCKHOVE, 2009, p. 200).

O conceito, segundo Kerckhove (2009, p. 201) foi concebido na era da televisão, no século passado, e o foi feito porque ela nos deu o conhecimento de que existiam várias outras nações na Terra que agora estavam “conectadas”. Éramos todos aldeões de diversas “tribos” colidindo diretamente com a percepção uns dos

outros. Observando a internet, podemos apontar que a aldeia global ainda é uma metáfora válida, embora os conflitos entre os aldeões sejam problemáticos.

As TIC's, assim, se constituem em tecnologias que impactam profundamente a sociedade. Manieri (2016, p. 65) afirma que elas imprimem novos contornos aos processos de comunicação. Se a comunicação é, portanto, fundamental para a estrutura social, também são grandes os impactos em uma tecnologia de comunicação.

Manuel Castells (1999) também entende que a tecnologia tem papel central na construção da sociedade, embora não a defina imperativamente. O autor (ibid., p. 51-53) aponta três fundamentos que a definem e são diretamente impactadas pelas revoluções tecnológicas: produção, experiência e poder. Produção é a ação da humanidade sobre a natureza, para apropriar-se dela e transformá-la para quaisquer fins. Experiência é a ação dos sujeitos sobre si mesmos, determinada pela interação entre suas identidades (biológicas e/ou culturais) em relação a seus ambientes (sociais e/ou naturais). Poder é a relação entre os sujeitos que, com base na produção e na experiência, impõe a vontade de alguns sobre os outros pelo emprego potencial (ou real) de violência física ou simbólica.

Na nova revolução tecnológica, cerne do que o autor chama de Era da Informação, Castells (1999, p. 53-54) identifica um novo modo de desenvolvimento, o informacional, onde a fonte da produtividade baseia-se em TIC's para gerar conhecimentos, processar informações e comunicar símbolos. Esta lógica de rede da internet, segundo o autor (ibid., p. 89), cria uma lógica que pode ser aplicável a todo elemento que pode ser conectado eletronicamente, culminando no que o autor chama de Sociedade em Rede.

O novo paradigma da tecnologia desta Sociedade em Rede, segundo Castells (1999, p. 107-109), é marcado por cinco características: 1) A informação é sua matéria-prima, são tecnologias para agir sobre a informação, não apenas informação para agir sobre a tecnologia; 2) A penetrabilidade dos efeitos das novas tecnologias: como a informação é uma parte integral de toda atividade humana, todos os processos de nossa existência individual e coletiva são diretamente moldados pelo novo meio tecnológico; 3) A lógica de redes em qualquer sistema ou conjunto de relações contemporâneas, usando essas novas tecnologias da informação; 4) A flexibilidade: processos, organizações e instituições podem ser modificadas, e até mesmo fundamentalmente alteradas, pela reorganização de seus componentes; e 5) A

crescente convergência: de tecnologias específicas para um sistema altamente integrado, no qual trajetórias tecnológicas antigas ficam literalmente impossíveis de se distinguir separadamente.

Henry Jenkins (2014) defende a importância da capacidade de propagabilidade de conteúdo para seu sucesso. Fugindo da noção de conteúdo viral e reconhecendo o papel empoderado do usuário contemporâneo na internet, o autor afirma:

Nesse novo modelo, o público tem um papel ativo na “propagação” de conteúdos, em vez de somente servir como portador passivo da mídia viral: suas escolhas, seus investimentos, seus interesses e propósitos, assim como suas ações, determinam o que ganha valor (JENKINS et al., 2014, p. 47).

O usuário possui, então, poder decisivo na circulação e alcance de conteúdos online. Esta perspectiva rompe com a noção de que indivíduos participantes das redes são meras vítimas de conteúdo desinformativo. Na verdade, como será exposto posteriormente, os indivíduos possuem coordenação, cultura grupal e estratégias de relevância online a partir do compartilhamento de experiências, informações e conteúdo.

Essa relevância de discurso, almejada pelo movimento no seu embate com o discurso científico e médico, pode ser alcançada a partir da satisfação de alguns fatores de propagabilidade do conteúdo, conforme apontado por Jenkins et al (2014, p. 244-248): a) superprodução de conteúdo possibilitada pelo baixo custo; b) disponibilização do conteúdo onde e quando o público quiser; c) portabilidade de conteúdo para compartilhamento; d) facilidade de reutilização de diversas maneiras; e) relevância para vários públicos, incluindo o alvo; f) ser parte de um fluxo constante de material.

Além disso, a nuance mais relevante para a propagabilidade de conteúdo segundo Jenkins et al. (2014, p. 247) é a relação entre conteúdo compartilhado, padrões pessoais e expectativa de relevância social nos grupos aos quais o indivíduo participa. Em outras palavras, os indivíduos consomem conteúdo que seus próprios padrões permitam e compartilham aquilo que lhes gere maior valor social em seus respectivos grupos.

A noção de propagabilidade é importante para compreender a disseminação de conteúdo desinformativo por fornecer uma ótica que ajuda a compreender a apropriação de conteúdos pelos atores e sua dinâmica comunicacional. Os indivíduos

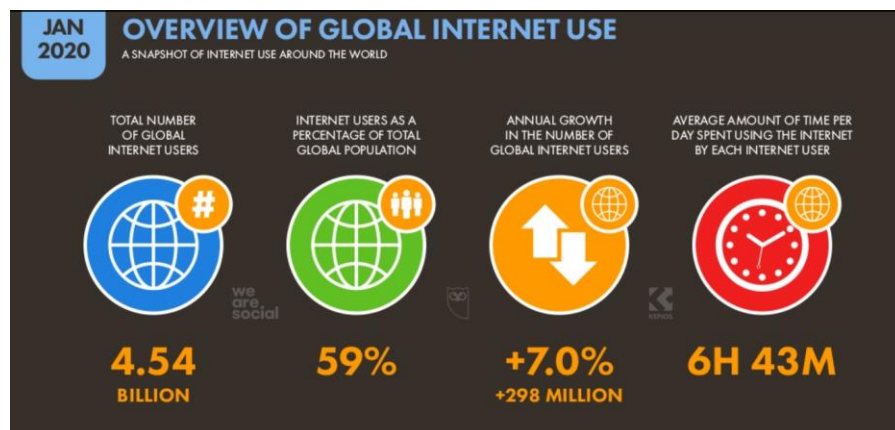
em rede “usam os textos de mídia à sua disposição para estabelecer conexões entre si, para mediar as relações sociais e dar sentido ao mundo em torno deles” (JENKINS et al., 2014, p. 354). Longe de serem meros agentes passivos, eles se apropriam deste conteúdo para então transformá-lo e reutilizá-lo com seus próprios fins.

Em outra obra, Castells (2015, p. 58-65) analisa as relações de poder na Sociedade em Rede, e identifica o papel central da comunicação na Era da Informação. Entendendo que a dominação se dá através das instituições, mas o poder é relacional e transcende toda instituição, Castells (2015) afirma:

Nosso contexto histórico é caracterizado pelos processos contemporâneos de globalização e pelo surgimento da sociedade em rede, ambos dependentes das redes de comunicação que processam o conhecimento e as ideias para criar e destruir a confiança, a fonte decisiva do poder. (CASTELLS, 2015, p. 63).

A confiança, portanto, seria a base para estratificar discursos que legitimem o poder. E, segundo o autor (ibid., p. 62) o poder legitimado através da confiança é muito mais eficiente do que a força ou o dinheiro. O entendimento desta dinâmica pode fornecer uma nova perspectiva das disputas de poder entre instituições estabelecidas e discursos ou redes de contra-poder. Nesta perspectiva, o poder na sociedade em rede é o poder da comunicação, pois vivenciamos uma sociedade hiperconectada que vive uma quase onipresença da internet, onde redes de comunicação podem ter o poder de ameaçar a saúde pública, por exemplo. Esta hiperconectividade pode ser observada na figura 4, que demonstra que 59% da população mundial está conectada na internet, gastando, em média, 6h34m na rede.

Figura 4: Estatísticas de uso global da internet.



Fonte: HootSuit; WeSocial; 2020.

Se a Revolta da Vacina de 1904 contava com jornais, os movimentos anti-vacina contemporâneos contam com meios muito mais eficazes de disseminação de informações e diálogo: a internet e as redes sociais. E é exatamente esta a maior distinção e a maior ameaça destes movimentos: eles agregam todas as possibilidades da comunicação em rede: alcance, adaptabilidade, penetrabilidade, etc. Na sociedade em rede, a desinformação anti-vacina não tem fronteiras, centralidade, localidade ou liderança imputável e determinada.

3.2 Redes sociais e comunidades

Estas características potencializadas pela internet oportunizam que a desinformação se materialize nas redes sociais digitais. Mesmo longe do mundo *offline*, as redes sociais podem assumir uma nova forma na internet. Hine (2000, p. 9-11) argumenta que a internet (ou seus ciberespaços) pode ser percebida tanto como uma cultura ou como um artefato cultural. Ela é uma cultura enquanto espaço online onde a cultura é formada e reformada. Ela pode ser também compreendida como um artefato cultural enquanto um produto produzido por indivíduos com objetivos e prioridades específicas. Enquanto é difícil unificar e generalizar a internet enquanto uma cultura, é possível observar as redes sociais materializarem a relação entre indivíduos conectados e, assim, ter uma noção mais apurada do que está acontecendo naquela rede social.

Assim como Castells (1999, p. 108) aponta, na sociedade em rede, as relações sociais também obedecem a uma lógica de rede na internet. Já Recuero (2010, p. 24) considera que redes sociais digitais, parte significativa da internet, são grupos sociais expressos através de conexões entre diversos atores mediadas pelo computador. Dois elementos, assim, são essenciais para a compreensão de uma rede social: atores e conexões.

Os atores nas redes sociais são, graças à natureza da comunicação mediada por computador (CMC), “construções identitárias do ciberespaço” (RECUERO, 2010, p. 25). Estas construções identitárias digitais interagem entre si e criam laços, formando a própria estrutura social do espaço em questão. Hine (2000, p. 118-119) aponta que o distanciamento físico entre os indivíduos envolvidos na CMC permite que os indivíduos brinquem com suas próprias identidades e assumam diferentes personalidades daquelas que têm na vida real.

Esta possibilidade, segundo a autora, embora não seja uma regra, é um elemento que causa desconfiança entre os usuários das redes em que os limites entre

a vida real e virtual são grandes. Uma plataforma como o Facebook, que é baseada na interatividade entre perfis de pessoas reais e proíbe perfis falsos²² (*fakes*), reduz estes níveis de desconfiança interativa entre seus usuários.

As conexões são o segundo elemento essencial para a compreensão de uma rede social. Segundo Recuero (2010, p. 30), elas são constituídas dos laços sociais provenientes das interações entre os atores da rede. Estas interações podem ser percebidas como as ações performáticas comunicativas dos atores em suas conexões. Uma foto, um texto, uma reação a algo com um clique e até mesmo a confirmação de visualização de uma mensagem são interações entre usuários que constituem relações entre os atores.

Hine (2000, p. 116) argumenta que as redes sociais são espaços tanto performáticos quanto performados. Eles são performáticos por exigir que os atores ajam de maneiras estandardizadas neles. Por exemplo: ao usar o Twitter, um ator conta com X número de ações possíveis dentro da plataforma, como escrever um texto, compartilhar um link, postar uma foto. Etc. Ao mesmo tempo, as redes sociais também podem ser espaços performados por serem constituídos, essencialmente, destas ações. Por exemplo: o que faz o Facebook são as fotos publicadas, textos escritos e reações entre usuários. Sem eles a plataforma seria inerte.

Assim, Recuero (2010 p. 33-40) aponta algumas características das redes sociais que explicam melhor sua relação com o mundo real: a) as relações estabelecidas entre atores nas redes envolvem interações comunicativas assíncronas, obedecendo a um ritmo que só plataformas digitais permitem; b) elas são capazes de migrar de plataformas, mantendo-se os laços entre os atores mas adaptando estas relações a uma nova plataforma, tendo-se a possibilidade de presença simultânea em diversas plataformas; c) a interação mediada pelo computador é geradora de relações sociais complexas que podem gerar laços sociais; d) estes laços sociais podem ser mais fracos (associativo) ou mais fortes (dialógico), baseados no tipo de interação (reativa ou mútua) entre os atores.

É possível compreender a complexidade da relação entre o mundo *online* e *offline* pela efemeridade da linha que separa os dois. Se observarmos a internet a partir da perspectiva de artefato cultural, como afirma Hine (2000, p. 9), o surgimento de redes sociais específicas, com laços fortes e interação mútua, sobre tópicos

²² Saiba mais em: https://www.facebook.com/help/306643639690823?helpref=uf_permalink. Acesso em 27/11/2019.

controversos que não encontrariam espaço no debate público do mundo offline faz mais sentido.

Como afirma Recuero (2010) “a mediação pelo computador oferece novos lugares, ou seja, novos espaços para conhecer parceiros com interesses em comum e estabelecer laços iniciais” (RECUERO, 2010, p. 44). O movimento anti-vacina é um grande exemplo. A construção identitária permitida pelas plataformas associada com a natureza relacional permite que indivíduos com interesses em comum se associem.

Outro elemento essencial para compreender as relações das redes sociais é o capital social delas. Dentro do contexto relacional das redes, os indivíduos utilizam-se e almejam este capital social enquanto membros do grupo. O conceito de capital social pode ser compreendido a partir da perspectiva de Bourdieu (2015):

Capital social é o conjunto de recursos atuais ou potenciais que estão ligados à posse de uma rede durável de relações mais ou menos institucionalizadas de interconhecimento e de inter-reconhecimento ou, em outros termos, à vinculação a um grupo, como conjunto de agentes que não somente são dotados de propriedades comuns (passíveis de serem percebidas pelo observador, pelos outros ou por eles mesmos), mas também são unidos por ligações permanentes e úteis (BOURDIEU, 2015, p. 75).

O capital social, portanto, diz mais respeito a quem você conhece do que ao que você possui. Ele está intimamente ligado a uma ideia de coletividade. Essa noção de pertencimento a um grupo vem acompanhada aos benefícios que o indivíduo pode ter ao acionar os recursos disponibilizados pelos outros indivíduos do grupo:

Os lucros que o pertencimento a um grupo proporciona estão na base da solidariedade que os torna possível. O que não significa que eles sejam conscientemente perseguidos como tais, mesmo no caso dos grupos que, como os clubes seletos, são expressamente arranjados com vistas a concentrar o capital social e obter assim o pleno benefício do efeito multiplicador implicado pela concentração e assegurar os lucros proporcionados pelo pertencimento – lucros materiais como todas as espécies e “serviços” assegurados por relações úteis, e lucros simbólicos tais como aqueles que estão associados à participação num grupo raro e prestigioso (BOURDIEU, 2015, p. 76).

Como afirma o autor, este “lucro” pode inclusive vir na forma da satisfação pessoal por fazer parte de um grupo seletivo ou, no caso estudado aqui, um grupo com autopercepção de consciência cidadã e conhecimento primoroso.

Como aponta Recuero (2010, p. 50-51) o capital social de uma rede é um conjunto de recursos de um determinado grupo que pode ser usufruído por todos os seus membros, mesmo que possam ser apropriados individualmente, e está baseado na reciprocidade. Este capital, como aponta a autora, pode ser:

a) relacional – que compreenderia a soma das relações, laços e trocas que conectam os indivíduos de uma determinada rede; b) normativo – que compreenderia as normas de comportamento de um determinado grupo e os valores deste grupo; c) cognitivo – que compreenderia soma do conhecimento e das informações colocadas em comum por um determinado grupo; d) confiança no ambiente social – que compreenderia a confiança no comportamento de indivíduos em um determinado ambiente; e) institucional – que incluiria as instituições formais e informais, que se constituem na estruturação geral dos grupos, onde é possível conhecer as “regras” da interação social, e onde o nível de cooperação e coordenação é bastante alto (RECUERO, 2010, p. 51).

Pode-se perceber, portanto, que toda forma de interação social entre os atores na rede constitui capital social. A rede enquanto espaço e artefato cultural é performada, mas também performa-se por estas interações. E cada rede possui uma natureza de capital social e em cada momento possui um modo de apropriação deste capital social por seus atores. Esta característica torna, então, o capital social, e, conseqüentemente, a rede social um objeto dinâmico em constante mudança. Como afirma a autora, “uma rede social, mesmo na internet, modifica-se em relação ao tempo. Não é estática, não está parada no tempo” (RECUERO, 2010, p. 79).

Isto é importante ao considerar-se o tema deste trabalho. Qualquer pesquisador que objetive investigar uma rede social se depara com a dinamicidade dela. O que é registrado e analisado em um mês pode não ser daquela maneira no mês seguinte ou a rede pode nem existir mais na plataforma onde foi feita a pesquisa. Como afirma Hine (2000, p. 39) a tecnologia da CMC enquanto metáfora textual provê maneiras de se explorar a relação entre usuários e as interpretações destas. O que a pesquisa sobre redes permite, portanto, é uma compreensão da expressão do grupo registrada na internet através das interações. O capital social assume também essa função.

Ainda mais, “esse capital é construído e negociado entre os atores e permite o aprofundamento dos laços e a sedimentação do grupo” (RECUERO, 2010, p. 55). A sedimentação do grupo é essencial para o funcionamento de comunidades nas redes sociais. Para a realização deste trabalho, que inclui uma etnografia virtual no grupo e uma análise de seu conteúdo e interações, é importante compreender a natureza desta dinâmica. Em outras palavras, para estudar o grupo O Lado Obscuro das Vacinas é necessário compreender o que é uma comunidade virtual e quais são as suas características.

Neste ambiente interacional, constantemente em mudança, as redes sociais possuem elementos característicos da natureza do paradigma da sociedade em rede,

citados por Castells (1999, p. 106-108) como a flexibilidade de seus processos e a convergência dos processos comunicacionais - dada a conectividade de todas as tecnologias e plataformas. Dentro desta perspectiva, Recuero (2010, p. 81) também aponta alguns elementos que conferem esta dinamicidade relacional destas comunidades nestas redes.

A primeira delas é o aparecimento da cooperação, da competição e do conflito como processos sociais que influenciam a rede (RECUERO, 2010, p. 81-85). Os atores relacionam-se em prol de um objetivo comum, para sobressaírem-se em relação aos outros ou mesmo para conquistar uma disputa discursiva ou de poder. Para que uma comunidade exista, é necessária cooperação, embora sempre haja espaço para competição e antagonismo, mesmo que este possa ser punido. Estas relações formam o sentimento de pertencimento à comunidade, tanto pela colaboração quanto pela reafirmação de identidade pela polarização com outros sistemas (RECUERO, 2010, p. 85).

Também são elementos de dinamicidade a capacidade de ruptura e agregação das redes (RECUERO, 2010, p. 86), que dizem respeito à capacidade das redes de agregar mais atores ou que estes atores rompam com ela. Este processo é chamado de clusterização e um tipo de ator é essencial para seu sucesso: o conector. Estes conectores são atores que possuem mais conexões do que outros atores na comunidade, o que lhes confere papel de destaque na disseminação de informação no grupo.

Outro elemento apontado por Recuero (2010, p. 87-89) é a capacidade de adaptação e auto-organização das comunidades. Para se manter viva, a comunidade deve constantemente se adaptar, o que gera novos padrões estruturais nela. Esta capacidade adaptativa, que também obedece à lógica de rede e flexibilidade proposta por Castells (1999, p. 108) é especialmente relevante para o tema deste trabalho por dois motivos: 1) o movimento anti-vacina é internacional, compartilhando referências, informações, desinformações e conexões; 2) existe um esforço internacional para atacar o discurso anti-vacina, que inclui campanhas governamentais, cerceamento discursivo²³, repreensão social e até a possibilidade de punições legais²⁴.

²³ Saiba mais em: <https://epoca.globo.com/coluna-facebook-instagram-investem-em-combate-movimento-antivacina-23936142>. Acesso em 01/02/2020.

²⁴ Saiba mais em: <https://sbim.org.br/noticias/782-nao-vacinar-criancas-e-ilegal-afirmam-advogados>. Acesso em 01/02/2020.

Mais do que isso, a rede deve procurar sobrevivência para garantir seu objetivo. Castells (2018, p. 95) afirma que na sociedade em rede as dinâmicas de resistência à dominação e de dominação dependem da formação de redes e de estratégias de ataque e defesa destas redes. A flexibilidade e penetrabilidade facilitam o trabalho do movimento anti-vacina de várias maneiras, como no alcance do público para difusão de informações, mobilização de atos políticos, a possibilidade de evasão para outra plataforma ou para o ataque à credibilidade de instituições como a ciência, por exemplo.

Hine (2000, p. 65) aponta que as CMC possuem seu tempo e espaço deslocados do mundo offline. O que dá valor a estas comunicações, portanto, é um fator mais relativo às conexões estabelecidas do que um espaço propriamente dito ou quando os indivíduos estão conectados. Redes podem migrar de plataforma e conteúdos podem ser transferidos ou registrados para disseminação futura. E é justamente nessa adaptabilidade e flexibilidade das redes que o movimento anti-vacina encontra campo.

Como a comunicação mediada por computador proporciona que essas interações sejam transportadas a um novo espaço, que é o ciberespaço, novas estruturas sociais e grupos que não poderiam interagir livremente tendem a surgir (RECUERO, 2010, p. 89).

Esta natureza comunitária das redes sociais contrasta com a concepção de aldeia global de McLuhan (1972, p. 47) que previa um mundo conectado, com acesso a informações e conhecimento que gerariam uma cultura global empática e solidária. Não é justo dizer que, em parte, a aldeia global não exista. Existem inúmeros exemplos de comunidades em redes sociais ocupadas com ações altruístas como defesa do meio ambiente e dos direitos da mulher. Mas a tribalização na internet possibilitou a aglomeração e crescimento de grupos cuja expressão é socialmente prejudicial, como o movimento anti-vacina.

Uma comunidade em rede social, enfim é definida por Recuero (2010, p. 143) como centrada em atores sociais com interesses, desejos e objetivos com papel ativo na formação de suas conexões sociais. Os atores em comunidade estão lá porque querem e têm objetivos em comum. A comunidade, no entanto, não se estende a todos os atores conectados na rede, mas, sim, aos atores mais conectados.

A partir desta ideia, limita-se a noção de comunidade ao núcleo dos grupos sociais. Trata-se justamente do centro, que mantém um determinado grupo social coeso, porque é ali que existe o comprometimento, a organização e a predominância dos laços fortes. Os demais membros do grupo, embora

possam dividir um laço forte com uma ou outra pessoa, não possuem laços sociais com todos e tampouco comprometimento com aquele grupo (RECUERO, 2010, p. 146).

A capacidade de difusão de informação nestas comunidades, como apresentado anteriormente, depende de conectores. São eles que determinam o grau de penetrabilidade das informações difundidas e enriquecem seus status dentro do grupo por isso. Porém, dentro da dinâmica interativa das comunidades nas redes sociais, os atores estão em constante relação com o capital social do grupo. Recuero (2010, p. 118) aponta que eles estão conscientes da imagem que querem criar e a reputação que desejam ter dentro do grupo e isso determina que tipo de informação eles escolhem divulgar dentro do próprio grupo.

São dois tipos de capital social que fazem parte do processo de difusão de informação em uma comunidade: o relacional e o cognitivo (RECUERO, 2010, p. 118-121). O capital social relacional tem um apelo de proximidade, buscando o fortalecimento dos laços sociais com os outros atores. O segundo tipo é o cognitivo, que está numa esfera mais informacional, com objetivo claro de gerar conhecimento entre os atores da comunidade.

Estes tipos de capital social no grupo são percebidos como valor para seus membros. Estes elementos são importantes para a etnografia a ser realizada, já que indicam pontos de foco no fluxo comunicacional do grupo. Como pode ser observado na tabela 7, a comunidade e a plataforma pode ser melhor compreendidas a partir desta relação.

Tabela 7: Valores e Capital Social.

Valor percebido	Capital social
Visibilidade	Relacional
Reputação	Relacional cognitivo
Popularidade	Relacional
Autoridade	Relacional cognitivo

Fonte: Recuero, 2010, p. 114.

Portanto, estando compreendida a natureza de uma comunidade de rede social e sua capacidade de difusão de informação, cabe contextualizar isto ao objeto deste trabalho. O movimento anti-vacina é notoriamente conhecido por difundir informações falsas sobre vacinas. A seguir, será estabelecido um conceito de desinformação a ser utilizado ao longo do trabalho e que serve de parâmetro para a análise do corpus.

3.3 Desinformação

Embora a fabricação de notícias falsas não seja novidade na história humana, as novas formas de socialização oportunizadas pelos novos meios de comunicação digitais propiciaram novos patamares para este problema. Traquina (2005, p. 180) afirma que notícias são o resultado de um processo de produção simbólica, onde ocorre a percepção, seleção e transformação de acontecimentos em um produto final, a notícia. O autor, porém, sinaliza para a necessidade de atenção ao poder político e social que os meios de comunicação possuem.

Se ninguém controla o jornalismo nas sociedades democráticas, as novas capacidades que a internet oferece aos jornalistas e ao público na obtenção de dados e de acesso à informação, a proliferação de canais e a explosão de locais de comunicação e de informação, nomeadamente os milhares de sites no ciberespaço, as novas oportunidades de acesso aos jornalistas para as vozes alternativas da sociedade, são fatores que apontam para a debilitação do controle político do jornalismo e para a existência dum campo jornalístico que é cada vez mais uma arena de disputa entre todos os membros da sociedade (TRAQUINA, 2005, p. 210).

Traquina (2005), então, aponta que a pluralidade e saturação de fontes de informações pode tornar esparsa a atenção dos consumidores de mídia e reduzir a relevância de meios tradicionais. Como complementa Wolton (2011, p. 50-53), a abundância de informação não significa verdade, pelo contrário, elas são frequentemente idênticas e podem levar a intolerância e a desinformação. E desinformação é um conceito chave para entender as *fake news*.

Mas, antes de abordar a questão da disseminação de informações falsas, é oportuno buscar compreender o que é informação, de fato. Em sua obra, onde postula a instituição de uma filosofia da informação, Fernando Ilharco (2003, p. 10-11) aponta que a informação é a fundação sobre a qual surgem outros fenômenos e investigações diversos, com a comunicação, a mídia, os sistemas de informação e as tecnologias.

Esta proposição seria intrinsecamente ligada à relação da informação com as TIC's. Segundo o autor "A problemática da informação emerge intrinsecamente ligada à expansão tecnológica mais rápida da história, a das tecnologias de informação e de comunicação (TIC) (ILHARCO, 2005, p. 40). Já Wolton (2011), ao questionar a postura otimista sobre o potencial da internet em gerar e difundir conhecimento através da comunicação, define o que seria informação:

Existem três grandes categorias de informação: oral, imagem e texto. Esses dados podem estar presentes em diversos suportes. Têm-se a informação-

notícia ligada à imprensa; a informação-serviço, em plena expansão mundial graças especialmente à internet; e a informação-conhecimento, sempre ligada ao desenvolvimento dos bancos e bases de dados. Falta a informação relacional, que permeia todas as demais categorias e remete ao desafio humano da comunicação (WOLTON, 2011, p. 17)

Nesta perspectiva, a informação é elemento essencial de toda a vivência social que constitui a sociedade. Independentemente de seu suporte ou forma, a informação está intrinsecamente ligada a tudo que realizamos no nosso dia-a-dia. Informações falsas, portanto, possuem potencial de agir negativamente nesse processo, especialmente no que se refere a este desafio humano da comunicação.

Um nome comumente associado a estas informações falsas compartilhadas é *fake news*. Segundo Brites e Porcello (2018), *fake news* não são notícias erradas ou mal apuradas, são notícias falsas criadas propositalmente a fim de cumprir determinado propósito. Os autores lembram que boatos sempre existiram para cumprir este fim, mas a capacidade de propagação que as TIC's oferecem ampliam sua força. As *fake news* crescem se aproveitando da lógica de consumo de mídia nas redes de comunicação digitais, como o Facebook e o Whatsapp, por exemplo.

Fake news é, ainda, um conceito em formação. Matthew D'Ancona (2018) aumenta o escopo de análise do problema ao entender que as *fake news* são um sintoma de algo maior. Segundo D'Ancona (2018, p. 34) a novidade do fenômeno não são as mentiras ou manipulações dos políticos e instituições, mas sim a resposta do público em relação a isso. O autor argumenta que a indignação deu lugar à indiferença o que, por fim, levou à convivência do público com mentiras. Esta convivência vem marcada por uma extrema desconfiança sobre as instituições que outrora foram baluartes da verdade e uma nivelção de opiniões que disputam entre si apenas com critérios de audiência emotivos. Desta maneira, o termo *fake news* não será utilizado neste trabalho para definir o processo de engano através de notícias falsas ou mesmo o contexto de insegurança informativa contemporâneo. Para tal, utilizaremos o conceito de desinformação.

D'Ancona (2018) argumenta a existência de uma indústria da desinformação, definida por ele como uma difusão sistemática de informações falsas por organizações não facilmente identificáveis em favor de grupos de interesse que se beneficiaram com um obscurecimento dos fatos, confusão e/ou controvérsia do público sobre determinado tema (D'ANCONA, 2018, p. 46-48).

Os historiadores Naomi Oreskes e Erik Conway (2010) analisam diversos acontecimentos na história dos EUA representantes de diversas indústrias, cientistas, e governo se enfrentaram para influenciar no estabelecimento da verdade.

Em seu livro, os autores (ORESQUES; CONWAY. 2010, n.p.) explicitam como cientistas antiéticos foram cooptados por indústrias para defenderem seus interesses disfarçando lobby de ciência. Casos notáveis apontados são da indústria do cigarro que questionava estudos relacionando o tabagismo ao câncer ou empresas do ramo petrolífero questionando a relação entre combustão de combustíveis fósseis e o aquecimento global.

Estas disputas não eram meramente discursivas, Oreskes e Conway (2010, n.p.) detalham como estes poucos cientistas fraudavam dados, infringiam o processo científico, mentiam e disseminavam informações falsas, abusavam de sensacionalismo midiático, faziam falsas acusações contra “oponentes” para intimidar ou desacreditar eles, ocultavam informações e dissimulavam um processo científico de fachada para credibilizar seus próprios estudos (com resultados sempre favoráveis ao discurso defendido) Tudo isso enquanto recebiam financiamentos diretos e indiretos destas indústrias e mantinham relações próximas com agentes públicos que também tinham interesse na manutenção do status quo.

Outro fato importante é que estes cientistas contavam com uma mídia complacente que, para justificar o espaço dado a este tipo de discurso, argumentava que todos os lados deveriam ser ouvidos. Em última instância, os autores (ORESQUES; CONWAY, 2010, n.p.) concluem que todo esse maquinário desinformativo era projetado e mantido com o propósito claro de defender aos interesses de donos de capital interessados em *laissez-faire*, o liberalismo econômico, onde donos de capital fazem o que bem entendem e o Estado permanece mínimo e abnegado de regulamentação.

A regulamentação era o grande medo destes industriais e eles insistiam que o mercado traria todas as soluções para quaisquer problemas. Isto levou a um confronto com a ciência, que desconstruiu esta prerrogativa ao pesquisar e comprovar fatos que ameaçavam os interesses econômicos destas indústrias. Isso levou a um intenso debate, à geração de falso conhecimento científico e ao contentamento da ciência que geraram consequências no mundo até os dias de hoje.

Esta análise corrobora e complementa a percepção de indústria da desinformação de D’Ancona (2018) já que a concepção de indústria traz consigo a ideia de organização, indivíduos trabalhando em prol de um objetivo. Tomando por exemplo a relação de Wakefield com advogados que processavam o Estado inglês por supostos efeitos colaterais de vacinas ou a proeminente presença de personalidades oferecendo tratamentos homeopáticos e/ou alternativos observada no grupo O Lado Obscuro das Vacinas podem ser indícios para uma investigação futura.

Nyhan e Reifler (2007) realizaram experimentos com indivíduos expostos a notícias falsas que posteriormente foram expostos a notícias verdadeiras e constataram que os participantes se recusaram a mudar de opinião sobre o tópico. Na verdade, em alguns casos, eles chegaram a fortalecer ainda mais suas crenças. Em suma, Nyhan e Reifler (2007) constataram que o comprometimento ideológico ultrapassava contradições factuais das crenças. A desinformação, percebe-se, trata não de racionalidade, mas sim de convicção e emoção, fato que também é apontado por D’Ancona (2018).

Em uma tentativa de sistematizar a desinformação e sua operacionalidade, Don Fallis (2009) busca conceituar desinformação, colocando o termo (*disinformation*) em contraste com informações falsas provenientes de erros sinceros (*misinformation*) e mentiras. Em busca deste conceito, Fallis (2009) analisa os possíveis processos desinformativos, equacionando-os em termos sequenciais. Na tabela 8 são listadas as sete definições encontradas pelo autor.

Tabela 8: Definições de desinformação por Fallis (2009).

Nº	Processo	Limite do conceito
1	Você desinforma o indivíduo X somente se você diz a proposição P, acreditando que P é falso. Você tem a intenção de que infira P.	O sucesso no engano não é pré-requisito para a desinformação. Além de disseminar, o indivíduo deve ter a intenção de enganar, ou seja, a intenção de que X infira algo falso.
2	Você desinforma o indivíduo X somente se você diz a proposição P para X, acreditando que P é falso. Você tem a intenção de que X infira P. P é falso.	A informação base pra a desinformação não precisa ser falsa. Para que ocorra desinformação, X precisa despertar uma crença falsa. Em adendo, não é necessário dizer algo, somente comunicar é suficiente.

3	Você desinforma o indivíduo X somente se você comunica a proposição P para X, acreditando que P é falso. A comunicar P, você tem a intenção de que X infira P. P é falso.	A comunicação pressupõe um conhecimento mútuo que a desinformação não requer. A desinformação não necessita da expressão de proposições, ela pode ser representacional.
4	Você desinforma o indivíduo X somente se você dissemina a informação I, acreditando que P é falso. Ao disseminar I, você tem a intenção de que X infira P. P é falso.	Pode não ser razoável que X infira P a partir de I. Para que a desinformação ocorra, X deve ser capaz de inferir P de I.
5	Você desinforma o indivíduo X somente se você dissemina a informação I, acreditando que P é falso. A comunicar P, você tem a intenção de que X infira P. P é falso. É razoável para X inferir P a partir de I.	O conteúdo da informação não é considerado.
6	Você desinforma o indivíduo X somente se você dissemina a informação I, acreditando que P é falso. A comunicar P, você tem a intenção de que X infira P a partir do conteúdo de I. P é falso. É razoável para X inferir P a partir do conteúdo de I.	Você pode não ter a intenção de enganar de determinada maneira X. É necessário que você anteveja que X pode ser enganado a partir de I.
7	Você desinforma o indivíduo X somente se você dissemina a informação I, acreditando que P é falso. A comunicar P, você prevê que é provável que X infira P a partir do conteúdo de I. P é falso. É razoável para X inferir P a partir do conteúdo de I.	

Fonte: Fallis (2009).

Há de se considerar ainda, como aponta Fallis (2009) que outros elementos interferem no processo desinformativo, como a origem indeterminada da informação, a temporalidade, entre outros elementos que podem fazer parte do processo desinformativo sem, contudo, serem campo comum dele. O sétimo conceito de desinformação será o considerado neste trabalho para a análise dos conteúdos desinformativos do corpus.

Claire Wardle, diretora do First Draft News, organização internacional de combate à desinformação, elaborou em parceria com o pesquisador Hossein

Derakhshan um relatório em que destrincha o ecossistema da desinformação em seu processo e conteúdo. Este relatório (WARDLE; DERAKHSHAN, 2017) fornece elementos valiosos para análise de conteúdo desinformativo.

Segundo o relatório conteúdos podem ser classificados quanto a seu modo de propagação (WARDLE; DERAKHSHAN, 2017, p. 5): a) Informação incorreta (*Mis-information*): compartilhamento de informação falsa, sem intenção de dano. Conteúdos com falsa conexão ou conteúdo enganoso. b) Desinformação (*Dis-information*): compartilhamento de informação falsa, com intenção de dano. Conteúdos com falso contexto, conteúdo manipulado, fabricado ou impostor; c) Mal-informação (*Mal-information*): compartilhamento de informação genuína, com intenção de dano. Conteúdos como vazamentos, assédio e discurso de ódio, por exemplo.

Destes três modos de propagação, a mal-informação é o único que possui teor de simples falsidade, de acordo com Wardle e Derakhshan (2017). Ela pode sim ser prejudicial, mas os outros dois modos de propagação possuem um teor prejudicial ou hostil, por estar incumbido de intenção. Enquanto isso, a informação falsa (*mis-information*) e a desinformação (*disinformaton*) possuem conteúdo falso e são pertinentes a este trabalho.

De acordo com os autores (WARDLE; DERAKHSHAN, 2017, p. 17), este ecossistema da desinformação (*disinformation* e *misinformation*) é composto por sete conteúdos distinguíveis. São eles: 1) Sátira ou paródia: conteúdo sem intenção de prejudicar, mas com potencial de enganar; 2) Conteúdo enganoso: uso de informações de maneira enganosa para enquadrar um assunto ou indivíduo; 3) Conteúdo impostor: personificação de uma fonte genuína; 4) Conteúdo fabricado: conteúdo 100% falso criado com a intenção de enganar e prejudicar; 5) Falsa conexão: quando manchetes, ilustrações ou legendas estão em desacordo com o conteúdo; 6) Falso contexto: conteúdo genuíno compartilhado com informações contextuais falsas; 7) Manipulação do contexto: quando uma informação ou imagem autêntica é manipulada com o objetivo de enganar.

Contudo, um elemento do processo desinformativo adotado não pode ser acessado nesta abordagem metodológica. É impossível determinar se o indivíduo disseminador da desinformação (neste trabalho, o ator da rede que posta conteúdo

desinformativo) crê que o conteúdo veiculado é verdadeiro ou falso. Embora seja possível analisar o conteúdo da postagem para determinar a sua veracidade e assumir o desejo do ator da rede de persuadir pelo ato de postar, analisar os outros elementos do processo descrito por Fallis (2009) e Wardle e Derakhshan (2017) se torna problemático em uma pesquisa etnográfica.

Duas possibilidades são abertas: a do desinformador, que age deliberadamente com intuito de desinformar, e a do disseminador de desinformação, que pode não suspeitar da inveracidade do conteúdo que dissemina. Embora seja difusa a diferença entre elas e improvável a identificação de qual seja o caso, porém é possível apontar quais informações são falsas e o porquê de serem falsas. Porém, em ambos os casos, conteúdo falso é o ponto central. Assim, é possível indicar quais publicações são desinformativas e quais atores estão disseminando desinformação. Também é possível identificar quais portais disseminam este tipo de conteúdo.

Outro ponto de observação possível são os argumentos dos indivíduos anti-vacina. A psiquiatra canadense Anna Kata (2012), em um estudo expressivo sobre o tema, identificou as estratégias e argumentos mais usados por ativistas anti-vacina na internet. Segundo Kata (2012, p. 3781-3782), as táticas mais comuns foram: 1) deturpação da ciência – atacam a ciência mas quando conveniente eles se apropriam do discurso científico, mesmo que distorcido ou falso; 2) mudança constante de hipóteses – assim que fica insustentável uma hipótese eles criam uma nova que consiga manter de pé suas “teorias”; 3) censura – o movimento anti-vacina não aceita críticas, ou você está com eles ou está fora; 4) ataque a opositores – quer seja com processos, difamações ou até fisicamente.

Kata (2012, p. 3783-3784) ainda elencou os argumentos mais frequentemente utilizados pelo movimento: 1) “eu não sou anti-vacina, eu sou a favor de vacinas mais seguras”; 2) “vacinas são tóxicas”; 3) “vacinas deveriam ser 100% seguras”; 4) “você não pode provar que vacinas são seguras”; 5) “vacinas não nos salvaram de doenças”; 6) “vacinas não são naturais”; 7) “é necessário escolher entre a doença ou as sequelas da vacina”; 8) “Galileu também foi perseguido” (no sentido de que aqueles que se opõem ao status quo sofrem perseguições mesmo que estejam certos); 9) “a ciência já esteve errada antes”; 10) “tantas pessoas (anti-vacina) não podem estar todas erradas”; 11) espantinho – o grupo ataca uma representação ridicularizada e enganosa de indivíduos pró-vacina e seus argumentos; 12) “você foi comprado pela

indústria farmacêutica”; 13) “eu não acredito em coincidências”; 14) “no que se refere ao meu filho, eu sou um(a) especialista” – ou seja, um profissional de saúde não tem opinião mais válida, a não ser que seja consonante com a sua.

A contribuição de Kata (2012) é rica por fornecer estratégias e argumentos para iniciar uma busca com certa luz. Porém é preciso fazer a ressalva de que este é um estudo de um contexto social e histórico diferente e adaptações serão feitas de acordo com a realidade do objeto.

As publicações serão analisadas pelo seu tópico, origem, forma e conteúdo a fim de identificação do argumento, checagem da fonte e modo de interação no grupo. A fim de tentar buscar uma resposta que se aproxime da intenção e crença dos atores disseminadores, o seu comportamento no grupo e presença na rede será analisado na etapa etnográfica. Esta estratégia pode fornecer informações que permitam inferir sobre suas intenções de disseminação de conteúdo. Porém, não é possível afirmar arbitrariamente sua crença ou não no conteúdo.

Para obter uma resposta sobre a ressonância do conteúdo da publicação, desinformativo ou não, serão registradas as reações dos outros membros a estas publicações. A lógica de interação social da plataforma Facebook prevê cinco tipos possíveis de interação entre usuários: a) reação a publicação; b) comentário em publicação; c) compartilhamento de publicação; d) mensagem privada; e) “cutucar”, que equivale a chamar a atenção de um usuário. As duas últimas maneiras de interação não são públicas, de maneira que não entram na lista de interações analisadas.

Assim, ficam delimitados os elementos de análise das publicações no âmbito desinformativo: 1) ator (quem); 2) origem (de onde); 4) forma (de que maneira); 5) reações/comentários/compartilhamentos (com que reação) e 6) conteúdo (o quê).

3.4 Comunicação pública

3.4.1 A questão da cidadania e a esfera pública

Antes de avançar para a pesquisa empírica, é necessário o estabelecimento de outros parâmetros para compreender melhor o contexto do tema. A comunicação pública pro-vacina é o discurso antagônico do discurso anti-vacina. Órgãos governamentais, organizações de saúde, mídia e outras instituições agem em direção

ao incentivo à vacinação, à propagação da comunicação científica e à educação cívica na área da saúde.

Esta comunicação ocorre na esfera pública, concepção habermasiana que é essencial para a compreensão da comunicação pública. Mainieri (2016, p. 93) aponta que a comunicação pública está profundamente ligada ao conceito de esfera pública. Esta relação essencial entre comunicação pública e esfera pública é frisada também por Matos (2009, p. 52), que afirma que ela se constitui por espaços físicos e imateriais onde agentes sociais podem participar do processo de comunicação pública.

Porém, para que haja possibilidade de participação do cidadão neste processo na esfera pública, outras duas coisas são necessárias: democracia e cidadania. De maneira correlata, um regime democrático, que delega ao cidadão as decisões de governo através da representação por voto, propicia a cidadania e a cidadania fortalece o sistema democrático. Esta necessária interligação entre Estado e cidadão para a cidadania é demonstrada por Kunsch (2012):

É importante lembrar que cidadania se refere aos direitos e às obrigações nas relações entre o Estado e cidadão. Falar em cidadania implica recorrer a aspectos ligados a justiça, direitos, inclusão social, vida digna para as pessoas, respeito aos outros, coletividade e causa pública no âmbito de um Estado (KUNSCH, 2012, p. 12-16).

O fundamento desta relação, portanto, é a posse de direitos dos cidadãos e suas obrigações com o Estado. Em uma análise do contexto histórico de obtenção de direitos no Brasil, Carvalho (2002, p. 119-220) aponta que, ao contrário da Inglaterra, exemplo comum de aquisição e estabelecimento de direitos pelos cidadãos, o Brasil não possui uma trajetória salutar.

Os níveis de direitos do cidadão são apresentados na seguinte ordem (CARVALHO, 2002, p. 9-10): 1º) Direitos civis, que dizem respeito à liberdade, à vida, à propriedade e à igualdade perante a lei. Sem os direitos civis não há vida em sociedade; 2º) Direitos políticos, que dizem respeito ao direito ao voto, à participação no governo da sociedade; 3º) Direitos sociais, que garantem a participação ao cidadão na riqueza coletiva. Dizem respeito à educação, a um salário justo, à aposentadoria, etc. São balizados pelo bem-estar e justiça social.

Pode-se perceber, portanto, uma lógica de ampliação contínua dos direitos e a busca por uma sociedade mais sadia. Embora nem todos os países tenham esta mesma ordem de trajetória e este seja somente o modelo inglês (CARVALHO, 2002,

p. 117-120), observa-se a progressão da cidadania e a constante autoconsciência do cidadão enquanto tal perante seu governo, o que acaba por mudar todo o sistema social e político para este objetivo.

O que ocorreu na história brasileira, contudo, foi uma inversão na ordem de conquista destes direitos. O Brasil possui um histórico de governabilidade em que a democracia possui pouco espaço. Passamos por períodos ditatoriais, golpes militares e supressão de direitos. Desde o império até os dias de hoje, alguns direitos continuam negados aos cidadãos. Como aponta Carvalho (2002):

Aqui, primeiro vieram os direitos sociais, implantados em período de supressão dos direitos políticos e de redução dos direitos civis por um ditador que se tornou popular. Depois vieram os direitos políticos, de maneira também bizarra. A maior expansão do direito do voto deu-se em outro período ditatorial, em que os órgãos de representação política foram transformados em peça decorativa do regime. Finalmente, ainda hoje muitos direitos civis, a base da sequência de Marshall, continuam inacessíveis à maioria da população. A pirâmide dos direitos foi colocada de cabeça para baixo. (CARVALHO 2002, p. 219-220)

Tem-se, assim, um papel definitivo da falta de democracia na história brasileira na obtenção direitos pelos cidadãos no país. Em regimes não-representativos, a concessão destes direitos era realizada em forma de barganha para vantagens políticas e/ou econômicas. Em última instância, isso significa uma estrada que não leva a uma sociedade mais sadia e justa, mas sim para uma sociedade recheada por desigualdades e contradições.

Isto está fortemente atrelado a um sentimento de paternalismo na relação entre Estado e cidadão que é influenciado e influencia ela. Carvalho (2002, p. 220-221) aponta que, nesta perspectiva paternalista, o Estado é visto como todo-poderoso ou repressor, um distribuidor de empregos e favores. Os líderes do Executivo, representante mais próximo do Estado para o cidadão, é visto como um messias ou salvador da pátria ao agir desta maneira. É este o cerne desta problemática, direitos são transformados em moeda de troca, reforçando o paternalismo estatal e afastando os cidadãos da representatividade pelos outros poderes.

Esta problemática, é claro, tem relação direta com a história da comunicação pública no Brasil. Da mesma maneira que foi realizada com os direitos, a comunicação pública, geralmente, foi descaracterizada, tornando-se um instrumento de manutenção política. Como aponta Matos (2009):

Desde Vargas até FHC, tem-se reduzido a comunicação pública a aspectos secundários. Os governos a entendem como propaganda, publicidade institucional, como marketing, como relações públicas [...] Em todos os casos, fez-se pouca ou nenhuma comunicação pública. Nem nunca houve preocupação por estabelecer diretrizes nacionais na área. Produzir hoje uma comunicação pública brasileira seria reescrever essa história (MATOS, 2009, p. 56)

Portanto, democracia e cidadania são essenciais para a comunicação pública por serem essenciais para a participação do cidadão no processo. Isto requer diálogo entre Estado e sociedade, diálogo do tipo que só é possível com direitos assegurados pelo cidadão e a autopercepção dele enquanto tal. Pois, se um cidadão goza de seus direitos, ele tem mais capacidade de requerer seu papel na gestão da coisa pública. Camargos (2005, p. 147-148) aponta que há uma relação diretamente proporcional entre os níveis de cidadania e o interesse do cidadão pelo o que acontece na esfera pública. Por sua vez, se há mais interesse do cidadão, há mais responsabilidade do Estado na lida com a comunicação pública.

A comunicação pública, portanto, tem uma relação interdependente com a democracia e a cidadania. Mais ainda, ela tem capacidade de fomentá-las. É através da comunicação pública que o Estado pode educar, informar e propagar assuntos e temas de interesse público. É através dela que o cidadão pode ter acesso ao diálogo com o Estado.

3.4.2 Conceitos de comunicação pública

Mas, afinal, qual é o conceito de comunicação pública? Assim como a comunicação, a comunicação pública é uma área interdisciplinar. Esta natureza gera uma pluralidade de conceitos e termos que dificulta o estabelecimento de uma definição mais assertiva. Kunsch (2012), afirma que “a comunicação pública abrange distintos campos de conhecimento e de práticas sociais e profissionais” (2012, p. 22).

Segundo Brandão (2009, p. 1), é possível listar cinco áreas diferentes de conhecimento e de atividade na comunicação pública. A primeira é a Comunicação Pública identificada com os conhecimentos e técnicas da área de Comunicação Organizacional. Segundo a autora, em muitos países é comum a denominação da comunicação praticada em organizações como comunicação pública. Entram nesta concepção a comunicação mercadológica, estratégica, voltada para os públicos e para a venda de uma imagem ou mesmo produto.

Em segundo lugar, a autora (BRANDÃO, 2009, p. 3-4) lista a comunicação pública identificada com comunicação científica. As sociedades no contexto de industrialização, urbanização e globalização assimilaram a compreensão de que a ciência e a tecnologia são essenciais para o progresso humano. Isso acarretou em uma demanda por informações e comunicações científicas. Este elo entre produção científica e sociedade geralmente é realizado pela mídia, embora possa ser realizado por outras instituições. Os documentos utilizados neste trabalho advindos da Organização Mundial da Saúde e do Ministério da Saúde são exemplos deste tipo de comunicação pública.

Em terceiro, Brandão (2009, p. 4-5) lista a comunicação pública identificada com comunicação de Estado ou governamental. Esta manifestação de comunicação pública é a mais frequentemente identificada como tal. Nesta perspectiva, o Estado e seus governantes têm a responsabilidade de estabelecer um fluxo informativo e comunicativo com seus cidadãos. É um processo essencialmente voltado para a cidadania.

O Estado e o Governo teriam, então, papel essencial na esfera pública, promovendo debates de interesse público. Koçouski (2012, p. 90) afirma que o Estado ocupa esta posição de destaque por possuir a obrigação legal de pautar sua comunicação pelo interesse público e ser transparente em suas ações. Brandão (2009, p. 5) entende como legítimo o papel, desde que os governantes objetivem despertar o sentimento cívico; informar e prestar contas sobre seus atos, divulgar programas e políticas de interesse público e utilidade pública; motivar a população para participar de momentos importantes para o país; proteger e promover a cidadania e convocar os cidadãos para o cumprimento dos seus deveres.

Em quarto lugar, Brandão (2009) lista a Comunicação Pública identificada com comunicação política. Embora as fronteiras entre a comunicação governamental e a política possam ser efêmeras, principalmente para governantes inescrupulosos, a comunicação política tem como foco, segundo Kunsch (2012, p. 17) os partidos políticos e as eleições. Brandão (2009) aponta a mídia como principal agente deste processo. Segundo a autora (2009, p. 6) a relação entre mídia e o poder é intrincada e esses laços se estendem para a comunicação política. Para a autora:

Pode-se entender a área de comunicação política sob dois ângulos: (1) a utilização de instrumentos e técnicas da comunicação para a expressão

pública de ideias, crenças e posicionamentos políticos, tanto dos governos quanto dos partidos; (2) as disputas perenes entre os proprietários de veículos e detentores das tecnologias de comunicações e o direito da sociedade de interferir e poder determinar conteúdos e o acesso a esses veículos e tecnologias em seu benefício (BRANDÃO, 2009, p. 6).

E, por último, Brandão (2009, p. 7-8) lista a comunicação pública identificada com as estratégias de comunicação da sociedade civil organizada. Esta perspectiva foca na participação de agentes sociais, quer sejam organizações não governamentais (ONGs), associações comunitárias ou movimentos sociais, que geralmente lutam por direitos. São cidadãos que não se consideram representados de outra maneira no debate público e se organizam para fazer parte da esfera pública e terem suas vozes ouvidas.

Como visto, comunicação pública é um conceito com uma abrangência extensa. Porém, é possível delimitar o conceito a um termo comum no contexto brasileiro. Brandão (2009, p. 9) afirma que, dentre tantos significados, um ponto comum para os conceitos de comunicação pública encontrados na literatura brasileira é sobre o processo comunicativo que se instaura entre o Estado, a sociedade e o governo com o objetivo de informar para a construção da cidadania. Antes de dizer o que a comunicação pública é, talvez, seja mais fácil apontar o que ela não é.

A primeira fronteira a ser ultrapassada pela comunicação pública é a necessidade da participação da sociedade em seu processo. A comunicação pública não pode ser limitada a comunicação governamental, uma comunicação do Estado voltada às massas. “A comunicação pública exige a participação da sociedade e seus segmentos. Não apenas como receptores da comunicação do governo e seus poderes, mas também como produtores ativos do processo (MATOS, 2009, p. 52).

Esta participação, porém, não se limita à dualidade mídia e Estado. A concepção de comunicação pública como comunicação de Estado traz esta limitação de que o Estado pode somente se comunicar através de campanhas na mídia, de maneira unilateral e, comumente, com um viés governamental. A histórica monopolização e falta de democratização do acesso à mídia no Brasil também é um entrave à participação cidadã na comunicação pública.

O que se verifica no Brasil é que a estrutura de comunicação formada tradicionalmente não confere ao cidadão o direito pleno à comunicação. A realidade do país compreende a concentração da propriedade dos veículos de comunicação na mão de poucos, em geral constituindo grupos multimídia, configurando um cenário de ausência de pluralidade de opiniões e de

diversidade cultural, uma relação da mídia com as elites políticas regionais e locais, a ausência da participação da sociedade na definição de políticas públicas para o setor e a inexistência de mecanismos sociais eficientes de interferência do cidadão nos assuntos relacionados à área como a qualidade do conteúdo dos programas, a disponibilização de informação de utilidade pública, produção cultura e educativa, etc. (DUARTE, 2009, p. 108).

Portanto, todo e qualquer ator social deveria ter voz na esfera pública onde ocorra comunicação pública. Autores como Koçouski (2012, p. 89) e Matos (2009, p. 47) apontam a imprescindibilidade da presença não só do Estado e da mídia, mas também de empresas privadas, sociedade civil organizada, partidos políticos, etc. nestes espaços físicos e imateriais a fim de representatividade dos diversos segmentos da sociedade.

A segunda fronteira a ser ultrapassada é o interesse público. O tópico da comunicação pública deve ser de interesse público. Koçouski (2012, p. 89-90) reforça este argumento ao apontar que a comunicação pública não é determinada prioritariamente pelos promotores da ação comunicativa, ela é determinada pelo objeto que a mobiliza – o interesse público. Mas o que seria interesse público?

[...] interesse público não existe em si, ou por si mesmo, mas trata-se de um emaranhado de interesses, de confrontos discursivos, ancorados nos processos sociais em curso. Múltiplos atores e manifestações sociais, às vezes provisórios, às vezes com movimentos pendulares. A imagem mais apropriada pode ser associada a um caldeirão, cujo conteúdo final, ainda desconhecido, reúne vários ingredientes na fervura. A figura hipotética de um chefe de cozinha leva, imediatamente, ao papel das organizações jornalísticas. A imprensa, como nenhuma outra instituição, reúne as credenciais adequadas para servir, à mesa da sociedade, o conteúdo do caldeirão, conteúdo este trabalhado, modificado, reforçado ou atenuado pelos ingredientes adicionados, ou suprimidos (FARIA, 2009, p. 175).

A mídia, portanto, teria o papel de externalizar o interesse público na esfera pública. Contudo, este papel central da mídia deve ser observado pelos demais atores sociais. Pois, como apontado anteriormente, a dualidade Estado e mídia pode ser perigosa para a comunicação pública por excluir atores sociais e privilegiar a comunicação governamental graças à natureza comercial da mídia e seus estreitos laços com os governos.

Ainda a respeito do tópico, autores como Bueno (2009, p. 134) e Peruzzo (2009, p. 154) alertam para iniciativas de comunicação pública que, na verdade, são governamentais ou mercadológicos, cujos objetivos atendem a interesses privados de um determinado grupo. Publicidade governamental indevida, marketing social ou verde, comunicação de ONG's instrumentalizadas pelo segundo setor, são alguns

exemplos apresentados pelos autores de como agentes sociais podem ocupar a esfera pública para agir em benefício próprio e não com um tópico de interesse público.

A terceira fronteira a ser ultrapassada é a do acesso e fomento. O Estado, em sua posição de gestor da coisa pública e orientado pelo interesse público, deve prover conhecimento, meios e fomentar a participação dos agentes sociais na esfera pública para a comunicação pública. Matos (2009, p. 53) argumenta que a disponibilização de canais físicos de trocas de informação não garante a visibilidade ou o debate dos assuntos de real interesse público. Na verdade, elas podem ser excludentes por silenciar uma infinidade de agentes sociais por não prever seu acesso ou reconhecer sua capacidade de se expressar.

Pense em uma ouvidoria de um site governamental. Quantos cidadãos estão impedidos de manifestarem suas opiniões por não terem acesso a internet, conhecimento de informática ou consciência desta seção do site? Mais do que prover acesso, o Estado deve se certificar que o cidadão esteja apto a participar. Gil e Matos (2012, p. 161) afirmam que para que a comunicação pública verdadeiramente inclua e dialogue com os atores sociais, é preciso empoderar a sociedade para a participação.

A última fronteira a ser ultrapassada pela comunicação pública é a da operacionalização. Esta operacionalização, lembrando, deve contar com um ambiente democrático para ocorrer e contar com a atuação do Estado de maneira assertiva, objetivando o interesse público e uma sociedade sadia. As etapas de operacionalização da comunicação pública, desta maneira, são: I) Planejar; II) Tematizar; III) Informar; IV) Publicidade e V) Diálogo.

Antes da criação de espaços, materiais e imateriais, para a comunicação pública e a capacitação do cidadão em ocupar estes espaços e utilizá-los para seu devido fim, têm-se a necessidade de planejamento. Assim como qualquer espaço comunicacional, eles precisam ser pensados para seu público específico, com usabilidade e linguagem adequados. A internet e as redes sociais fornecem esta possibilidade, o Ministério da Saúde, por exemplo, possui diversas pontes virtuais de contato com o cidadão. No entanto, Kunsch (2012, p. 25-26) faz a ressalva de todos estes meios devem ser utilizados sem prescindir de um planejamento eficiente e uma

produção adequada. Há de se conjecturar, inclusive, conteúdo didático no próprio espaço para capacitação de utilização pelos cidadãos.

A segunda etapa seria tematizar a comunicação pública. Esta tematização deve, como apresentado anteriormente, ocorrer obedecendo ao critério de interesse público. O interesse público deve servir de parâmetro para ela. Todos os agentes sociais deveriam ter condições de tematizar o debate dentro da esfera pública. Esta tematização, enquanto possibilidade para o cidadão é dever para o Estado. Matos (2009, p. 54) aponta que a tematização deve vir acompanhada de regras para a instituição e o processo do debate. Uma normatização para organização, não para a censura e uma orientação para fomentação, não para influência.

A terceira etapa seria informar. A disponibilização de informação, quer seja sobre a coisa pública quer seja sobre a própria sociedade, é um dos direitos mais requeridos na comunicação pública. Como afirma Jorge Duarte (2009) “é um meio para acesso e uso dos outros direitos referentes à cidadania. Informação é a base primária do conhecimento, da interpretação, do diálogo, da decisão” (DUARTE, 2009, p. 62).

A mídia tem interesse especial no requerimento destas informações, já que elas podem representar uma notícia em potencial. Mas, desde 2011, qualquer cidadão brasileiro pode requerer informações públicas ao Estado graças à Lei nº 12.527/2011²⁵. Isto representa um grande passo no empoderamento do cidadão na relação com o Estado, pois, em posse do direito de requerer informações, ele pode adquirir conhecimento relevante para sua atuação enquanto cidadão. Jorge Duarte classifica a informação no âmbito da comunicação pública nas seguintes categorias:

- a) Institucionais: referentes ao papel, políticas, responsabilidades e funcionamento das organizações [...];
- b) De gestão: relativas ao processo decisório e de ação dos agentes que atuam em temas de interesse público [...];
- c) De utilidade pública: sobre temas relacionados ao dia-a-dia das pessoas, geralmente serviços e orientações. Buscam informar, mobilizar, prevenir ou alertar a população ou setores específicos dela para temas de seu interesse [...];
- d) De interesse privado: as que dizem respeito exclusivamente ao cidadão, empresa ou instituição;
- e) Mercadológicos: referem-se a produtos e serviços que participam de concorrência no mercado;
- f) De prestação de contas: dizem respeito à explicação sobre decisões políticas e de uso de recursos públicos, viabilizando o conhecimento, a avaliação e a fiscalização;
- g) Dados públicos: aqueles de controle do Estado

²⁵ Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011. Regula o acesso a informações. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Lei/L12527.htm. Acesso em 01/02/2020.

que dizem respeito ao conjunto da sociedade e a seu funcionamento (DUARTE, 2009, p. 62).

Outro aspecto relevante sobre a informação na comunicação pública é a necessidade de tratamento e adequação dos dados para compreensão dos cidadãos. As TIC's podem ter facilidade a disponibilização de informações quase automática, mas, como Wolton (2011, p. 11-16) afirma, produzir informações e a elas ter acesso não significa mais comunicar. Na verdade, o acesso a informações desorganizadas, não-tratadas (dados brutos) ou em linguagem inadequada pode prejudicar a apropriação delas pelos cidadãos, prejudicando o processo de comunicação pública.

A quarta etapa seria a publicidade. Aqui faz-se um adendo para a expansão do termo publicidade para além da concepção de compra de espaço publicitário em meios de comunicação. A publicidade do Estado é obrigação legal segundo o 1º Parágrafo do Artigo 37 da Constituição Federal (Brasil, 1988), que determina:

A publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos deverá ter caráter educativo, informativo ou de orientação social, dela não podendo constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos (BRASIL, 1988).

Luiz Martins Silva (2009, p. 188-189) analisa o dever de publicização do Estado e a sua relação com a democracia. Segundo o autor o poder necessita da visibilidade de seus atos por dois motivos: a) quanto mais democrático é um regime, mais publicizável ele se torna e b) quanto mais legítimo é um regime, menos necessidade de desvirtuar a comunicação pública ele tem e, portanto, dará mais visibilidade aos atos do que as pessoas.

A publicidade de Estado, segundo Silva (2009, p. 180-183), possuiria seis níveis. O primeiro é o que diz respeito ao princípio republicano da publicidade, que estabelece que todo ato do Poder Público tem que ser publicado. O Diário Oficial da União é um exemplo. O segundo patamar são os dados que o Estado armazena, sobre a coisa pública e sobre cidadãos, ressalvados os impublicáveis como dados privados e segredos de Estado. O Ministério da Saúde o faz quando emite boletins epidemiológicos. O terceiro diz respeito aos novos tipos de dados de utilidade pública que a internet possibilita ao Estado possuir e que ele pode publicizar. São informações como número de usuários de serviços público digitais, por exemplo.

Um quarto patamar engloba a necessidade de o Estado produzir informações de tipo jornalística sobre assuntos que a mídia convencional não se interessaria, mas

que podem ser de interesse público. Um exemplo são as seções de notícias dos sites de prefeituras. O quinto patamar, em consequência, diz respeito à manutenção de empresas públicas de radiodifusão, que produziriam conteúdo cultural e educativo. A Empresa Brasileira de Comunicação (EBC) faz um trabalho neste nível. E, por último, o sexto patamar seria a contratação de espaço publicitário na mídia pelo Estado, com fins de divulgação de suas mensagens, como um anunciante.

A última etapa, portanto, seria o diálogo com o cidadão. É importante ressaltar que, como demonstrado, este diálogo necessita das etapas anteriores para ocorrer de maneira salutar. Democracia, cidadania, envolvimento, acesso, fomento à participação, educação, criação de espaços planejados, informativos, tematização do debate e publicização estatal são etapas precedentes. O diálogo pressupõe a escuta deste cidadão e isso requer que tanto Estado quanto cidadão considerem a comunicação pública como uma arena com pluralidade de vozes.

Manieri (2016, p. 94) aponta ainda o caráter idealístico da comunicação pública concebida como um espaço de participação equânime da sociedade e do Estado. Segundo o autor, a disputa de poder ocorre através de trocas simbólicas entre os atores na esfera pública. “O desafio posto é garantir que múltiplas vozes disputem, por meio das trocas simbólicas, a esfera pública” (MAINIERI, 2016, p. 94)

Pierre Zémor (2009, p. 220-241) lista como responsabilidades do Estado na comunicação pública: a) receber e orientar o cidadão; b) escutá-lo não só de maneira passiva, mas ativamente. Isso significa ir até o cidadão e requisitar sua participação; c) dialogar com o cidadão, verdadeiramente; d) promover ambientes e oportunidades de aprendizado para melhor exercício da cidadania na democracia; e) criar e gerir um bom sistema de comunicação interna que otimize a atuação do Poder Público.

É possível perceber um enfoque dos autores, principalmente de Zémor, no papel do Estado na comunicação Pública. Não por menos, pela sua posição, o Estado não somente deve ocupar a esfera pública para este fim como ele tem a obrigação de preenche-lo com outros atores sociais. Matos (2009, p. 54) alerta o perigo de se manter as discussões sobre comunicação pública somente em torno do governo, esquecendo-se da sociedade. A autora resume, assim, as condições ideais de manifestação da comunicação pública:

Se todos os agentes participam do debate das questões de interesse e utilidade comum, se essa participação é possível graças à existência de uma infraestrutura que materializa a esfera pública, se eles se sentem aptos e motivados a participar graças à cultura de valorização de seu papel social, se os critérios de instituição e processo do debate são claros e equitativos, então será possível preencher os requisitos mínimos para o reconhecimento de comunicação pública. (MATOS, 2009, p. 56)

Como observado, a comunicação pública distingue-se claramente da comunicação governamental, embora seja, muitas vezes, realizada pelos governantes. Por fim, é fácil confundir o pautamento da esfera pública com comunicação pública. Uma distorção do conceito poderia até mesmo ser apropriada pelo movimento anti-vacina para se afirmarem praticantes de comunicação pública.

4. O Ministério da Saúde enquanto comunicador

O Ministério da Saúde (MS) foi institucionalizado em 1953, através da Lei nº 1.920²⁶, a partir do desmembramento do então Ministério da Saúde e Educação e agregando as funções do Departamento Nacional de Saúde (DNS). Ao longo dos anos, o MS foi agregando atribuições, incorporando outros órgãos e estabelecendo um papel central na gestão da saúde pública brasileira. Destacam-se a incorporação da prestação de assistência médica da Previdência Social durante o período militar, a outorga da responsabilidade de criação e coordenação da Política Nacional de Saúde em 1967, incorporação das Secretarias de Saúde e de Assistência Médica e, por último, a Constituição Federal de 1988, que estabeleceu como dever do Estado garantir o acesso à saúde por toda a população, criando, assim, o Sistema Único de Saúde (SUS).

Legalmente, o MS é o órgão do Poder Executivo Federal responsável pela organização e elaboração de planos e políticas públicas voltados para a promoção, a prevenção e a assistência à saúde dos brasileiros. Sua função primária é proteger e recuperar a saúde da população, reduzindo as enfermidades, controlando as doenças endêmicas e parasitárias e melhorando a vigilância à saúde, dando, assim, mais qualidade de vida ao brasileiro. O MS estabelece como sua missão:

Promover a saúde da população mediante a integração e a construção de parcerias com os órgãos federais, as unidades da Federação, os municípios, a iniciativa privada e a sociedade, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida e para o exercício da cidadania (BRASIL, Regimento Interno do Ministério da Saúde).

²⁶ Lei nº 1.920 de 25 de julho de 1953. Cria o Ministério da Saúde. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/1950-1969/L1920.htm. Acesso em 01/09/2019.

O MS é uma instituição cuja esfera comunicacional²⁷ não poderia ser analisada neste trabalho em sua totalidade. O órgão veicula publicidade em diversos meios, possui uma assessoria de comunicação responsável por produzir conteúdo digital e impresso e uma assessoria de imprensa, realiza eventos, entre outros serviços. Ainda há de se considerar suas diversas pastas, secretarias, órgãos colegiados, hierarquias, entidades vinculadas e sua atuação integrada em nível municipal, estadual e federal.

Dada a natureza de seu propósito e a dimensão de sua estrutura, o Ministério da Saúde possui um histórico de difusão de informações em massa. Campanhas nacionais voltadas para a saúde são frequentemente veiculadas na mídia e na internet. Porém, esta lógica comunicacional comumente adotada na mídia tradicional encontra pouca repercussão na internet, onde a produção de sentido é mais relacional que institucional. Conforme apontado anteriormente por Castells (2015) e Recuero (2010), a conexão e o diálogo são elementos essenciais para a construção de confiança nas redes sociais.

Na verdade, uma análise intransigente poderia encontrar dificuldades em aplicar o conceito de comunicação pública adotada neste trabalho nestas comunicações do Ministério. Em uma pesquisa detalhada para sua dissertação, Johnny Ribas (2020) procurou compreender como foi o acionamento dos processos sintonizados com os princípios de comunicação pública durante a campanha nacional de vacinação contra a poliomielite e o sarampo em 2018. O autor (RIBAS, 2020, p. 232-234) aponta que o Estado não só falhou em mobilizar a população para a campanha daquele ano como também em estabelecer um processo dialógico e interativo que fizesse jus a um processo de comunicação pública eficiente.

A pesquisa de Ribas é importante para balizar nosso entendimento sobre o andamento da comunicação na saúde pública brasileira. E, em flagrante espantoso nesta ausência do Estado, os próprios cidadãos esclarecem as dúvidas uns dos outros sobre assuntos relacionados ao tema, principalmente no Facebook e Instagram (RIBAS, 2020, p. 219).

²⁷ O organograma do Ministério está disponível em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/por_dentro_ministerio_saude_orientacoes_1edicao.pdf. Acesso em 21/02/2020.

Isso demonstra problemas sérios na gestão do Ministério da Saúde que demonstram não só a má utilização da comunicação na saúde pública, mas também o quão pouco ela é levada a sério. Esta falha passa por obstáculos técnicos, normativos e gerenciais do Ministério (RIBAS, 2020, p. 234-236) cuja resolução exige um comprometimento profundo do Estado e o abandono de práticas inadequadas apontadas por Araújo e Cardoso (2007) anteriormente.

Há de se considerar ainda as ações do MS fora do âmbito *online*, através dos esforços em parcerias com instituições, nas unidades básicas de saúde, audiências públicas, trabalho de campo dos agentes de saúde, etc. Isto, contudo, está fora da alçada deste trabalho. O que é proposto é um mapeamento da comunicação governamental do Ministério, no âmbito digital, com o tema vacina. Se estas ações mapeadas constituem ou não comunicação pública, será analisado em sequência.

Talvez, pela própria natureza dialógica e livre que a internet possui em suas redes sociais, os atores da rede que aderem ao discurso anti-vacina podem considerar-se portadores de um conhecimento autêntico proveniente de debate e pesquisa. Como demonstrado anteriormente, o capital social do tipo relacional proporciona este sentimento de comunidade enquanto as informações e conhecimentos compartilhados constituem capital social do tipo cognitivo entre os membros (RECUERO, 2010, p. 118-121). Enquanto eles próprios constroem um entendimento mútuo em suas redes, assistem a mensagens de massa midiáticas na tv e internet pelo Ministério da Saúde. O diálogo só está presente em um dos cenários.

Inesita Araújo e Janine Cardoso (2007, p. 61) estabelecem bem a relação entre saúde pública e comunicação num contexto em que defendem as diretrizes universais do SUS como basilares de toda comunicação da área da saúde. E esta relação passa longe da observada na prática:

Não se pode tratar a comunicação no campo da saúde coletiva como se fosse numa empresa comercial. Nesta, trata-se com 'clientes', objetiva-se o lucro, a comunicação confunde-se com marketing e está voltada para a publicidade de marcas e a venda de produtos. No campo da saúde, a comunicação não se dissocia da noção de direito, é dirigida a 'cidadãos', objetiva o aperfeiçoamento de um sistema público de saúde em todas suas dimensões e a participação efetiva das pessoas na construção dessa possibilidade. Em consequência, não pode se limitar a ter a persuasão como estratégia, nem trabalhar apenas com a ideia de divulgação: o objetivo deve ser, minimamente, estabelecer um debate público sobre temas de interesse e garantir às pessoas informações suficientes para a ampliação de sua

participação cidadã nas políticas de saúde (ARAUJO; CARDOSO, 2007, p. 61).

Em outras palavras, a saúde deve e merece ser protagonista de um processo de comunicação pública eficiente, dialógico e inclusivo. A disseminação em massa de informações, prática histórica do Ministério da Saúde, não condiz nem mesmo com os princípios do SUS “lembrando que são eles 1) princípios doutrinários: universalidade, equidade e integralidade; 2) princípios organizativos: descentralização, hierarquização e participação” (ARAUJO; CARDOSO. 2007, p. 61).

Têm-se um antagonismo, portanto, entre estas comunidades e a comunicação governamental do Ministério da Saúde sobre vacinas. Vasconselos-Silva et al. (2015) analisaram o processo de produção de sentido e de tomada de decisões de grupos anti-vacina na internet. Segundo os autores, a constante midiaticização (não só pela internet, mas também pela grande mídia) de notícias que ameaçam sua saúde e de seus próximos cria uma ansiedade por respostas e soluções nos indivíduos. Esta ansiedade encontra uma válvula de escape:

A popularização da internet e das redes sociais virtuais como fonte de consumo de informações sobre saúde, segue em paralelo à sua expansão como recurso para publicação de discursos e verdades de múltiplas e, não raro, dissonantes versões e origens (VASCONSELLOS-SILVA et al., 2015, p. 612).

A tradicional lógica de comunicação governamental, aquela que se utiliza da grande mídia para apenas informar e tentar persuadir a população pode encontrar resistência em atingir este tipo de indivíduo. Cercado de informações, ele é obrigado pela ansiedade de morte a fazer escolhas quando não tem tempo para estudar o assunto. Com acesso a redes de comunicação que o colocam em contato com outros indivíduos com pensamentos semelhantes e mensagens de apelo emocional e respostas simples, ele adere a um discurso que questiona a credibilidade das instituições tradicionais e estabelece novas “verdades”:

As ações racionais do consumidor em saúde se dão em condições de crescente credibilidade da internet nas questões de proteção e manutenção da vida saudável perante novas e inúmeras bioameaças que se apresentam. Na perspectiva de consumidores de informação em saúde, no vácuo das certezas, é mais prudente se unir aos rostos célebres e biografias que soam familiares do que, ao contrário, se orientar às médias das estatísticas oficiais, indeterminadoras e intangíveis por natureza. (VASCONSELLOS-SILVA et al., 2015, p. 613)

A ansiedade gerada pela emoção de iminente ameaça à vida despertada pelas mensagens de apelo emocional exige uma resposta dos indivíduos ou responsáveis.

Segundo Vasconcellos et al. (2015), a realidade construída nestas redes leva em consideração o peso da administração do cotidiano (os indivíduos não têm muito tempo para dedicar ao assunto) e pelo anseio por certezas racionalizadas que reduzam ou eliminem a complexidade do decidir.

Em um ambiente onde a lógica de relevância não se dá por fatos (NYHAN; REIFLER, 2007), mas por emoções que despertem interesse, a credibilidade pode ser construída do zero. E a credibilidade, conforme apontado por Hine (2000), Castells (2015) e Recuero (2010), tem valor e é objetivada pelos atores nas redes sociais. Portanto, a mensagem apelativa, de resposta fácil e com provimento de dados obedece tanto à lógica relacional das redes sociais quanto à ansiedade identificada por Vasconcellos et al. (2015).

Têm-se um círculo vicioso com atores ansiosos inseridos na comunidade consumindo informações produzidas por atores com objetivos específicos, em um sistema relacional que só reforça os laços entre eles e legitima todo processo. A cooperação apontada por Recuero (2010) faz seu papel aglomerador enquanto o conflito faz o papel de induzir a rejeição pela comunicação governamental e reforçar o sentimento de comunidade dos membros.

Em ausência de uma legislação específica sobre o tema, as redes sociais, que poderiam auxiliar a sanar este problema, se mostraram uma faca de dois gumes, pois também foram apropriadas por indivíduos que difundem informações falsas por diversos motivos. O Ministério da Saúde faz parte de uma tradição, dentro do Poder Executivo, que enxerga a comunicação governamental e a comunicação pública de uma maneira limitada. Ele agora se vê em posição de enfrentar um fenômeno que se fortalece em sua própria natureza.

4.1 A comunicação governamental pró-vacina na internet

Realizou-se o mapeamento do site do Ministério da Saúde, em outubro de 2019, para identificar os locais em que o tema vacina era abordado. Para realizar este mapeamento, utilizou-se a ferramenta My SiteMap Generator²⁸, que possibilitou a extração de um arquivo .xml com os links de todas as páginas e subpáginas do site

²⁸ Disponível em: <https://www.mysitemapgenerator.com>. Acesso em 05/09/2020.

do Ministério. Desta maneira, foi possível identificar todas as páginas principais e secundárias onde vacinas eram citadas.

Após estes locais terem sido identificados, eles foram visitados para a realização de uma análise da natureza comunicacional em exercício, tomando como amostra o conteúdo disponível no momento da visita (outubro de 2019). Foram identificadas duas páginas que, por sua vez, agregavam mais subpáginas sobre o tema: “Vacina” e “Blog da Saúde”.

A maior - e mais relevante - é a página exclusiva para o tema Vacina (dentro da página “Saúde de A a Z”), que possui as subpáginas “Importância da vacinação”, “Calendário de vacinação”, “Segurança das vacinas”, “O que precisa?”, “Orientações”, “Viajantes”, “Páginas temáticas” e “Fake News”. A página “Vacinação” possui caráter informativo, buscando esclarecer dúvidas e incentivar a vacinação. Na Figura 5 é possível visualizar a página:

Figura 5: Print da página Vacinação do site do Ministério da Saúde



Fonte: <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/saude-de-a-a-z/c/calendario-de-vacinacao>.

Acesso em 30/10/2019.

Esta página, e suas subpáginas, aproximam-se do conceito adotado de comunicação pública ao propiciar um espaço onde informação de utilidade pública é veiculada, conteúdo educativo é disponibilizado para capacitar o cidadão a utilizar o site e fomentar o dever cívico. Além disso, um espaço para contato com o Ministério é disponibilizado. Duas subpáginas merecem um detalhamento maior: “Páginas temáticas” e “Saúde Sem Fake News”.

A subpágina “Páginas temáticas” disponibiliza conteúdo relativo a cada vacina específica, em tópicos. Na página geral são disponibilizadas, também, publicações e dados sobre a situação da vacinação brasileira, relatórios epidemiológicos das doenças cobertas pelas vacinas, manuais de manejo dos medicamentos, organização de equipes de saúde, gestão processual, etc. Nela também foram encontradas as reproduções das campanhas publicitárias de incentivo à vacinação veiculadas pelo Ministério da Saúde, com uma listagem em carrossel das mais recentes.

A natureza da comunicação desta página, de caráter informativo e educativo, cumpre seu papel enquanto discurso de uma instituição pública responsável pela saúde. Embora necessária, ela talvez possa ser apenas suficiente para servir de maneira referencial àqueles que já dão credibilidade ao órgão. Em outras palavras, ela diz a quem lhe quer escutar e pode escutar. Porém, como Castells (2015) lembra, os discursos de contra-poder estão municiados dos mesmos meios que as instituições, e as usam para disputar a confiança. As TIC's estão ao acesso de todos e, como Recuero (2010) aponta, grupos que não poderiam se encontrar e organizar no mundo offline pode fazê-lo no mundo online.

A Aldeia Global prenunciada por McLuhan (1964) traz, de fato, uma comunicação tribal, mas, neste caso, quem grita mais alto ganha a atenção da tribo. A probabilidade de um ator sair de sua rede e acessar o site do Ministério atrás de informações que conflitam com o capital social de seu grupo parece pequena. Tampouco pode-se supor que a natureza da comunicação exercida nela tem poder de mudar sua opinião.

Na subpágina “Fake News” identificou-se o portal Saúde sem Fake News²⁹ com acesso para um tópico próprio com informações sobre o programa, regras de utilização do portal e link para notícias no blog geradas graças a ele. O Saúde Sem Fake News é um portal de checagem de notícias falsas sobre a saúde. O MS disponibiliza um número de *Whatsapp* para onde usuários da plataforma podem encaminhar notícias que desconfiam ser desinformação. Após uma triagem que avaliará se a mensagem serve ao intuito do portal, a equipe encaminhará a notícia para um setor responsável dentro do próprio Ministério que possui autoridade no assunto.

²⁹ Disponível em: <https://www.saude.gov.br/fakenews>. Acesso em 01/12/2019.

Após o esclarecimento, sem prazo definido, será veiculada uma notícia no Blog da Saúde, informando a desinformação original e o esclarecimento posterior. Ao usuário denunciante, será enviado uma figurinha (*sticker*) informando se a notícia é falsa ou verdadeira. As regras de uso da plataforma deixam claro que esta é a única finalidade dela e que não aceita perguntas, reclamações ou algo do tipo. Na figura 6, é possível a visualização da página institucional do Saúde Sem Fake News no site do Ministério:

Figura 6: Print da página do Saúde Sem Fake News no site do Ministério da Saúde.



Fonte: <https://antigo.saude.gov.br/fakenews/>. Acesso em 05/05/2021.

Em um estudo recente, Monali e Bertolli Filho (2019) analisaram o portal, buscando identificar o teor discursivo das *fake news* usadas como base nas notícias publicadas.

O perfil de fake news que pode ser traçado diante dos dados obtidos pelo canal de comunicação é o de uma mensagem que opta por palavras que remetem aos termos “perigo”, “ameaça” e “cura”, o que pode estar relacionado a espetacularização da doença e a propagação de soluções para problemas cotidianos dos cidadãos. Outra característica é a utilização de adjetivos, algo que não está presente na rotina jornalística, e a busca pela proximidade com o público por meio do texto, do áudio, do vídeo ou da foto (MONELI; BERTOLLI FILHO, 2019, p. 183).

É notável a coerência destes resultados com o proposto por D’Ancona (2018), Vasconcellos-Silva et al (2015) e Nyhan e Reifler (2007) que indicam a apelação às emoções, principalmente negativas, da desinformação, assim como a simplificação da realidade complexa para uma linguagem mais cotidiana.

Segundo Moneli e Bertolli Filho (2019, p. 184), a plataforma recebeu 3.860 mensagens nos seus três primeiros meses de existência, gerando 33 notícias.

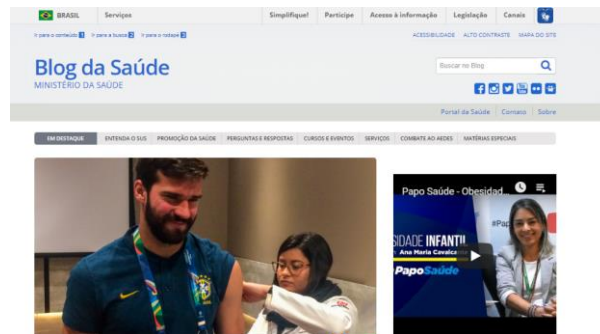
Somado à natureza processual do portal, que é passiva, este dado demonstra uma falta de assertividade em relação ao problema. O cidadão precisa, além de aprender a usar canais de checagem, usar a internet de forma consciente com o intuito de combater notícias falsas. Moneli e Bertolli Filho (2019) concluem que é necessária, portanto, a criação de outros mecanismos que proporcionem a diminuição da circulação deste tipo de conteúdo na internet.

Analisando o Saúde Sem Fake News partir do conceito adotado de comunicação pública podemos identificar elementos como a abertura para participação do cidadão, o interesse público, a escuta passiva de sua voz, a criação de um espaço de fácil acesso e a disponibilização de informação (em caso de produção de conteúdo sobre a desinformação enviada). Porém, há de se questionar se há diálogo entre cidadão e Estado neste processo. Assim como outras agências de checagem, há somente um processo burocrático, não há retorno a perguntas ou requerimentos do cidadão. A plataforma se limita a este fim em suas próprias regras de uso.

D'Ancona (2018) aponta que agências de checagem dificilmente serão capazes de conter o problema da desinformação. A lógica de consumo de notícias na internet privilegia a repercussão acima da credibilidade. Embora seja fundamental a presença discursiva do Ministério da Saúde com notícias que possam marcar presença na disputa pela confiança e poder, o Blog da Saúde também corre o risco de somente falar a quem o quer ouvir.

A segunda página que aborda o tema vacinação é o Blog da Saúde¹². O Blog veicula notícias e informações sobre diversos subtemas da saúde, inclusive vacinação. Além de servir, é claro, como portal de esclarecimento de notícias falsas provenientes do portal Saúde Sem Fake News. Nele também são encontrados conteúdos institucionais, produção audiovisual do Ministério, conteúdos e programas provenientes de outras plataformas, como o Youtube e o Facebook, notícias sobre eventos promovidos, eventos dos quais o MS é participante, parcerias firmadas, etc.

Figura 7: Print do Blog da Saúde, no site do Ministério da Saúde.



Fonte: <http://www.blog.saude.gov.br/>. Acesso em 30/10/2019.

Este tipo de conteúdo faz parte do quarto patamar de publicização apontado por Silva (2009, p. 183), quando o Estado produz notícias de interesse público por conta própria. Estes espaços são positivos para legitimidade institucional para o cidadão e também operam, conseqüentemente, informando e disseminando conhecimento sobre a área da saúde. Também é aqui que são produzidos os conteúdos que são republicados nas redes sociais de maneira confluyente para o site.

Como apontado anteriormente, o escopo de análise deste trabalho se limita à comunicação no âmbito digital do Ministério. Contudo, é necessário lembrar que o órgão possui diversas ações comunicativas fora deste escopo. As campanhas, por exemplo, são transversais aos meios e geralmente são compostas também por palestras, treinamentos, eventos, material gráfico impresso, publicidade paga na mídia, etc.

A campanha nacional de vacinação contra o sarampo, iniciada em 7 de setembro de 2019, teve sua comunicação digital iniciada antes desta data e permaneceu no site até o início de uma nova campanha. Está se falando aqui de comunicação na internet, todos os materiais, notícias e conteúdos veiculados durante o período ainda estão disponíveis no site do Ministério e em suas redes sociais. Na figura 8 é possível ver uma das peças digitais da campanha.

Figura 8: Print da listagem de campanhas publicitárias.



Fonte: <https://www.gov.br/saude/pt-br/campanhas-da-saude/2019/vacinacao-contra-sarampo>. Acesso em 30/10/2019.

Após a análise destas páginas, foram identificadas ações comunicacionais de incentivo à vacinação da seguinte natureza: 1) informacional; 2) educativa; 3) publicitária; 4) noticiosa. O portal Saúde Sem Fake News distingue-se dessas categorias, dada a sua natureza.

A presença do Ministério em um meio de comunicação que é utilizado para difusão de desinformação é um grande passo em direção a um processo de comunicação pública, embora seu efeito esteja aquém do necessário. As iniciativas de caráter informacional obedecem ao critério de disponibilização e, por vezes, um teor institucional, o que dificilmente levaria a uma mudança de percepção sobre o tema nos atores comunidades em redes sociais onde a desinformação prolifera. Dados crus e complexos não têm o mesmo apelo que mensagens emotivas e simplificadas no contexto digital.

Os conteúdos de caráter educativo observados nas páginas pressupõem a predisposição dos cidadãos em acessar, confiar e consumir este conteúdo. Boa parte, inclusive, destinando-se somente a profissionais envolvidos na área da saúde (dada a complexidade destes dados). As campanhas publicitárias cumprem o objetivo de difusão de mensagens pela mídia tradicional e por mídias digitais, mas seu caráter de comunicação de massa obedece mais a critérios quantitativos do que qualitativos.

Os conteúdos noticiosos produzidos pelo Ministério são importantes, principalmente em associação ao Saúde Sem Fake News, mas também se escoram

na credibilidade do órgão, se destinando ao público que confia nele e em seus discursos. Os atores pertencentes a comunidades em redes sociais anti-vacina atuam em uma lógica relacional de oposição, onde o discurso proveniente do Ministério é rejeitado em detrimento dos conteúdos veiculados dentro da própria comunidade.

Todas as iniciativas têm seu mérito, a proliferação da comunicação governamental (ou pública) sobre o tema deve existir, não importa o quê. Mas elas parecem estar presas em um círculo comunicacional vicioso, típico do poder executivo brasileiro, que só considera a perspectiva da Instituição, alheia à dinâmica da desinformação. É preciso compreender que a comunicação pública envolve empatia do Estado para com o cidadão, inclusive em promover sua presença na esfera pública de debate. Como aponta Brandão (2009):

Comunicação Pública é o processo de comunicação que se instaura na esfera pública entre o Estado, o Governo e a Sociedade e que se propõe a ser um espaço privilegiado de negociação entre os interesses das diversas instâncias de poder constitutivas da vida pública no país. (BRANDÃO, 2009, p. 31).

D'Ancona (2018, p.115) afirma que, no contexto das redes sociais e proliferação de desinformação, a verdade é abafada a menos que seja ressoante. Informações, notícias e um canal passivo para lidar com o tema não parecem ser eficientes para o caso. A única presença do órgão que tangencia o diálogo entre cidadão e público é passiva, pouco dialógica e com uma relação recebimento/produção baixa.

Se as psicotecnologias, como aponta Kerckhove (2009), são capazes de estender a psiquê humana aos ambientes digitais, a interação entre estas psiquês interligadas na internet é um ambiente que causa problemas como o objeto deste trabalho. E é este ambiente que deve ser alvo da comunicação do Ministério, a esfera relacional e dialógica da internet. É necessário compreender o processo de aquisição de crenças, de concessão de autoridade, de consumo de conteúdo dentro destas comunidades.

Enfim, é necessário focar nestes atores para compreendê-los. Pois, acima de tudo, ainda são cidadãos que precisam da comunicação pública. Para que, tendo acesso a informações, ambientes de debate, conhecimento e diálogo eles possam abandonar suas concepções anti-vacina.

5. Metodologia

Conforme apontado no primeiro capítulo, este trabalho possui uma abordagem etnográfica. Busca-se compreender a dinâmica comunicativa dos atores na comunidade O Lado Oscuro das Vacinas no Facebook através de suas interações públicas. Para tanto, é realizada uma pesquisa etnográfica virtual, a partir dos indicadores apontados por Hine (2000).

Alguns pontos importantes a serem observados na etapa etnográfica são estabelecidos após o contato inicial com o corpus e as contribuições metodológicas de Saraiva (2017), Almeida (2019), Teixeira (2018), Kata (2012), Wardle e Derakhshan (2017), Fallis (2009) e Recuero (2010) sobre desinformação, internet e o movimento anti-vacina.

Estes pontos concernem aos elementos que compõem o processo desinformativo mas também à lógica relacional da plataforma e às informações que se pode obter pelas técnicas metodológicas escolhidas. São eles: a) atores responsáveis pelas publicações, b) origem do conteúdo, c) forma do conteúdo (texto,

imagem, vídeo), d) relevância (repercussão em número de interações da publicação) e e) conteúdo (natureza, tema e argumento).

A etapa etnográfica, é claro, não pode ser meramente catalográfica. Deve-se observar características intrínsecas da dinâmica cultural e comunicacional do grupo para um melhor entendimento de seu processo. Esta prudência tem a capacidade de fornecer amparo para a posterior análise de conteúdo e diminuir chances de uma apropriação quantitativa do objeto. Desta maneira, busca-se estabelecer elementos para a constituições das categorias temáticas a serem analisadas posteriormente, assim como parâmetros para sua análise posterior.

O fenômeno desinformativo na nossa análise possui três dimensões nas quais é possível identificar e analisar o discurso desinformativo. A primeira dimensão diz respeito aos portais, páginas, sites, etc. que disseminam desinformação institucionalmente e frequentemente. A eles a alcunha de desinformadores convém e não corre risco de ser mal interpretada como pressuposição de intenção.

A segunda dimensão diz respeito aos atores na rede social. Eles podem, sim, serem desinformadores ou somente propagar informação falsa. Se a intenção dos atores não pode ser identificada com clareza, ao menos a alcunha de disseminador de desinformação lhes pode ser atribuída.

E, por último, o conteúdo, que pode ser destrinchado e, se identificado como desinformativo, ser categorizado em sua estratégia e forma desinformativa. De acordo com Wardle e Derakhshan (2017) e Kata (2012). Esse destrinchamento obedece à lógica descrita na Figura 9 a seguir:

Figura 9: Processo de desconstrução dos posts



Fonte: Elaborado pelo autor.

Os posts serão analisados a partir dos elementos identificados pelos autores para compreender sua natureza, estratégia e conteúdo. Este processo permite identificar conteúdo desinformativo, falso, suspeito ou legítimo no grupo. Explica-se estas categorias determinadas a seguir.

A categoria “Desinformativo” diz respeito aos posts que forem identificados como desinformativos pela natureza de suas estratégias e conteúdo a partir das concepção de Wardle e Derakhshan (2017). De acordo com os autores (WARDLE; DERAKHSHAN, 2017, p. 17), o ecossistema da desinformação possui sete tipos de conteúdos distintos: 1) Sátira ou paródia; 2) Conteúdo enganoso; 3) Conteúdo impostor; 4) Conteúdo fabricado; 5) Falsa conexão; 6) Falso contexto; e 7) Manipulação do contexto.

A categoria “Suspeito” diz respeito aos posts cujo conteúdo não pode ser conferido diretamente em sua veracidade ou aqueles cujas afirmações não puderam ser negadas, embora tenham teor inverossímil. Conteúdo como relatos sem fontes, teorias conspiracionistas, etc. pertencem a este grupo.

A categoria “Legítimo” inclui os posts de natureza relacional, como compartilhamento direto de notícias para discussão, memes, conteúdo religioso, etc. Este tipo de post possui uma função conectiva no grupo e consegue fazer evidente

relações amistosas e grupais entre os membros, assim como também a natureza de sua dinâmica cultural e comunicativa.

E, por fim, a categoria “Conteúdo informativo” inclui o compartilhamento direto de dados, relatórios, artigos, documentos, etc. Estes posts comumente tem como única função o compartilhamento de material informativo, constituindo um acervo informacional do grupo.

Após isto, é realizada uma análise de conteúdo a partir das categorias temáticas inferidas após a etnografia sob a perspectiva da discussão teórica e factual levantada até aqui. Esta análise será feita a partir da metodologia proposta por Bardin (1977), adaptada ao objeto deste trabalho e à metodologia etnográfica. Esta etapa de análise busca extrair conhecimento sobre as publicações registradas no período.

Estes pontos são basilares nesta etapa de registro e categorização do conteúdo:

- a) Origens mais frequentes de conteúdo – Site, rede social, página, perfil ou membro responsável pelo post;
- b) Atores mais frequentes – aqueles que mais postaram no período;
- c) Atores mais relevantes;
- d) Formas favoritas de postagem – se é através de texto, imagem, vídeo ou combinações;
- e) Formas mais relevantes de postagem;
- f) Frequência de postagem no período – Em comparação com a campanha de vacinação contra o sarampo;
- g) Natureza do conteúdo – O post é desinformativo? Por que? Como?
- h) Argumentos usados contra as vacinas – A partir da contribuição de Kata (2012) sobre estratégias e argumentos do movimento anti-vacina, mas adaptada à realidade desta pesquisa.
- i) Tópicos mais populares – Em comparação com a campanha de vacinação contra o sarampo. Também serve para o estabelecimento de categorias temáticas;
- j) Post mais relevante por categoria temática;

É a partir destes dois últimos itens que se constitui a análise de conteúdo que serve para elucidar a questão problema deste trabalho. Serão escolhidos para análise

o post mais relevante de cada categoria temática estabelecida. O critério de relevância adotado aqui é a repercussão da publicação na comunidade, então é somado o número de reações, comentários e compartilhamentos para hierarquizar as publicações neste âmbito.

5.1 Etnografia

A tradição da pesquisa etnográfica, geralmente envolve estudos antropológicos e sociais, que incluem viagens a lugares físicos e um contato face-a-face com os indivíduos pertencentes a cultura a que se queria investigar. Assim, a concepção de etnografia em ambientes virtuais despertou muitas discussões teóricas (FRAGOSO et al., 2011, p. 171-172) sobre a adaptação do termo para ambientes deslocados de fisicalidade e temporalidade.

Estes ambientes podem ser considerados deslocados, segundo Hine (2000, p. 65), pela capacidade de unirem registros de interação que não exigem presença física ou temporal dos atores. Pense em um ator visualizando uma resposta do dia anterior realizado por outro ator em uma publicação sua de um mês atrás. Tempo e espaço tem um papel diferente do da vida real nas comunicações mediadas por computador.

Etnografia na internet conta com uma gama de termos associados a este campo de pesquisa acadêmica e mercadológica. Segundo Fragoso et al. (2011, p. 198), netnografia, etnografia digital, webnografia e ciberantropologia são alguns exemplos da pluralidade de termos que tenta nomear este tipo de pesquisa. Hine (2000) cunhou o termo etnografia virtual, que é o adotado neste trabalho, mas Kozinets (2010) também alcançou grande aceitação ao cunhar o termo netnografia.

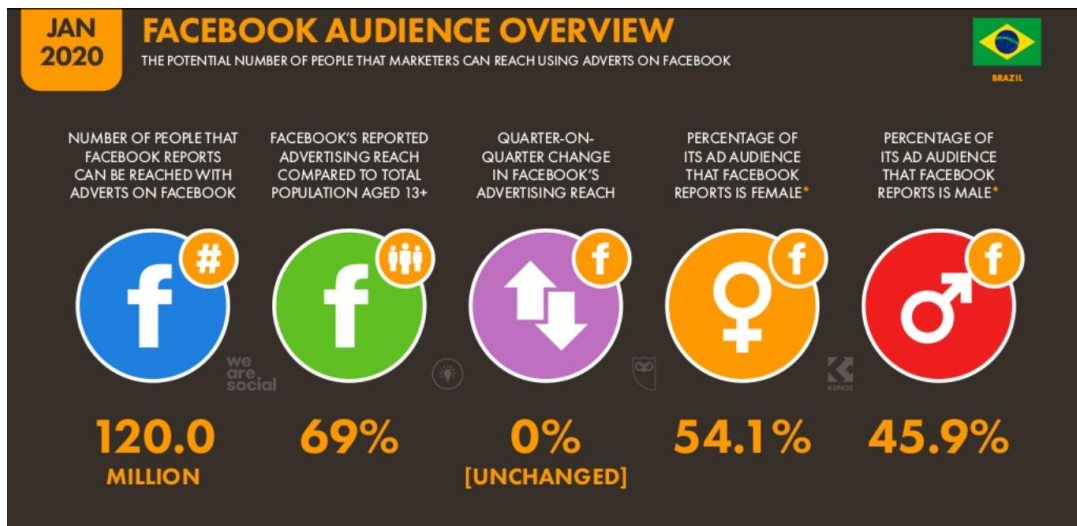
Essencialmente, os termos definem o mesmo processo, embora Kozinets (2010) apresente uma perspectiva mais recente sobre estudos na área do que Hine (2000), que analisava redes de notícia na internet. Por fim, Fragoso et al. (2011, p. 178) defende que o termo etnografia pode ser retomado por este tipo de estudo, desde que as diferenças técnicas e metodológicas sejam observadas e explicadas distinguindo níveis *offline* e *online*.

A abordagem etnográfica na internet, segundo Hine (2000, p. 9) pode seguir duas perspectivas, a primeira é enxergar a internet enquanto espaço, onde a cultura é formada e reformada, a segunda é enxergá-la enquanto artefato cultural. Esta é a perspectiva que guia a nossa abordagem etnográfica por compreender que as

interações entre os atores na rede não se limitam ao ambiente online ou são majoritariamente influenciadas por ele. Elas estão intimamente ligadas ao mundo real.

Assim como Castells (1999, p. 108) e McLuhan (1964, p. 22) afirmam, a relação entre experiência social e tecnologia é bem próxima. No contexto contemporâneo, é prudente assumir esta proximidade e o quanto as experiências sociais mediadas por computador influenciam a sociedade. A penetrabilidade não só da internet, mas das redes sociais é determinante nesta relação. Como pode ser observado na figura 9, o Facebook conta com 120 milhões de usuários no Brasil, isso é quase 70% da população brasileira. Desta forma, justifica-se a escolha do grupo O Lado Oscuro das Vacinas como *locus* deste trabalho.

Figura 10: Audiência do Facebook no Brasil



Fonte: Global Digital Report. HootSuit; WeSocial. 2020.

A natureza da plataforma, é claro, determina a interação social entre os atores conectados. Em uma comunidade virtual não é diferente. Embora seja possível questionar se os atores são quem eles afirmam ser na comunidade ou se as interações são autênticas, Hine (2000, p. 118) afirma que o etnógrafo almeja compreender como a cultura é organizada e vivida. Esta perspectiva, segundo a autora, exige uma mudança de foco para como, quando e onde identidades e realidades são tornadas públicas na internet.

Este acesso pode ser feito somente através dos registros deixados por estes atores. E é aqui que a etnografia virtual encontra uma grande vantagem em relação à

etnografia tradicional. O distanciamento de espaço e tempo em relação ao mundo *offline* possibilita, segundo Hine (2000, p. 23) que o etnógrafo possa acessar conteúdos e eventos depois de ocorridos, sem a necessidade de ocupar o mesmo tempo ou espaço que estes fenômenos.

Outro fator que pode ser questionado é a autenticidade. Estes atores até têm a possibilidade de performar identidades diferentes nas comunidades virtuais, mas não é possível desassociar esta prática do mundo real. Segundo Hine (2000, p.144), os atores que falam sobre quem são ou sobre algum tópico estão se referindo a algo relacionado ao mundo *offline*. Embora estes espaços virtuais sejam configurados e vividos de maneira distinta, eles não perdem todas as referências com o mundo real.

Embora Kozinets (2010) e Hine (2000, p. 65) apontem a observação participante como passo importante na etnografia em ambientes virtuais, a realização deste trabalho esbarrou em algumas peculiaridades do objeto. Pode-se entender a observação participante como a interação com os atores no *locus* de forma participativa. Kozinets (2010, p. 95) aponta que a falta completa de participação do etnógrafo no campo de maneira participativa o priva de uma compreensão mais profunda da cultura a ser observada, o que poderia resultar em um trabalho meramente descritivo. Fragoso et al. (2010, p. 187) estende esta potencial fragilidade para a extração automatizada de dados, que poderia facilmente se confundir com a própria etnografia e resultar em um trabalho igualmente descritivo, mas nomeado como etnográfico.




Contudo, como afirma Kozinets (2019, p. 95), existe um grande espectro de modos de participação e observação que etnógrafos podem fazer uso de acordo com as peculiaridades de seu campo de trabalho. E, no caso deste trabalho, essa ressalva deve ser feita pelos seguintes motivos: a) o movimento anti-vacina enfrenta críticas sociais, o que pode colocar indivíduos pertencentes a ele em posição de defesa contra “forasteiros”; b) o grupo pesquisado, à época de ingresso do autor, possuía perfil privado de acesso. Isto significa que somente membros poderiam postar, comentar e visualizar publicações e outros membros; c) o ingresso na comunidade virtual exigia aprovação pelo ator administrador, o que poderia significar uma checagem do perfil privado; d) na descrição do grupo, está explicitamente postulado que publicações a favor de vacina não são permitidas; e) o pesquisador, enquanto indivíduo associado

à instituição ciência, pode sofrer resistência em aceitação perante a identificação dele como tal.

Estas condições exigiram alguns passos prévios ao primeiro contato com o grupo, que seria a solicitação de ingresso. Primeiramente, o autor alterou a privacidade de todas as suas publicações em seu perfil para “Apenas amigos”. Desta maneira, o ator que administra o grupo não conseguiria visualizar nenhuma publicação que talvez se tornasse um impeditivo para a aceitação. Por este mesmo motivo, todas as formações acadêmicas e ocupações que fizessem alusão a universidades foram removidas do perfil, o que eliminava outra possibilidade de rejeição da solicitação.

Após a aceitação e contato inicial com as normas estabelecidas no grupo, foi constatada a proibição de conteúdos pró-vacina, como pode ser observado na figura 11, o que exigiu uma nova adaptação: o autor não poderia manifestar-se em favor de vacinas ou contra os assuntos abordados no grupo. Nem mesmo reações como curtir poderiam ser feitas, já que podem possuir significado dentro do contexto.

Figura 11: Print da descrição do grupo.

<p>Sobre este grupo</p>	<p>Querem saber um pouco sobre a Polio?</p>
<p>Descrição</p>	<p>https://www.facebook.com/oladoobscurodasvacinas/photos/p.434435763692608/434435763692608/?type=1&theater</p>
<p>GRUPO ABERTO ! LEIAM ESSA POSTAGEM!</p>	<p>https://www.facebook.com/oladoobscurodasvacinas/photos/a.362576370878548/475170096285841/?type=3&theater&ifg=1</p>
<p>OBS: 1. Postagens em inglês, sem tradução não serão liberadas! Por favor, usem o google tradutor. A demanda é muito grande. Precisamos de vocês ajudando na tradução.</p>	<p>https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/22591873?fbclid=IwAR0D0hPjn3xmDx-xzyEkpzFSdcamR9uxzuFMXpcRAHG40FwCDJ9Aqgm8Wvw</p>
<p>2. Nem todas as postagens serão liberadas por alguns motivos especiais, aonde geralmente admin e moderadores discutem risco e benefício.</p>	<p>https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/8041891?fbclid=IwAR3jRDBx8QuFnmDSOHCN-Y50kf9TjboqEk-qZsN9oVyG7eCf_PX-AagX5cw</p>
<p>3. Uma dica: Tenha paciência, e não ataque alguém que lhe atacou primeiro, me avise, que tenho uma solução pacífica!</p>	<p> Público Qualquer pessoa pode ver quem está no grupo e o que é publicado nele</p>
<p>4. Este grupo destina-se principalmente para divulgar informações sobre todas as possíveis vacinas e seus conteúdos que podem fazer mal para nosso corpo. A decisão de vacinar, deveria caber aos pais, e não a obrigatoriedade do governo.</p>	<p> Visível Qualquer pessoa pode encontrar este grupo</p>
<p>5. Se você não está convencido de que as vacinas fazem mal, existe certamente um outro grupo, que poderia servi-lo melhor: Discussões de vacinação somos contra. Paz! ❤️</p>	<p> Geral</p>

Fonte: <https://www.facebook.com/oladoobscurodasvacinas/>.

A impossibilidade de identificação do autor enquanto pesquisador no ambiente delimitou assim o grau de participação da observação. Em consequência, entrevistas e questionários não podem ser realizados. Uma ação nesse sentido poderia significar expulsão do grupo e impedimento de conclusão da dissertação.

Este impedimento também foi vivido na dissertação de Almeida (2019). Em sua pesquisa no grupo Sou contra a vacina HPV, com abordagem etnográfica semelhante

à desse trabalho, a autora afirma que “tomar pública a presença da pesquisadora neste em outros grupos contrários às vacinas, portanto, poderia levar a limitações, como a restrição aos conteúdos a serem analisados” (ALMEIDA, 2019, p. 34).

Essa resistência foi observada numa publicação de janeiro, onde I.S., a administradora do grupo, compartilha uma conversa que teve com uma jornalista da revista Vice. A jornalista queria fazer uma entrevista com I.S. sobre o movimento anti-vacina e I.S. pede que ela envie as perguntas por e-mail. Como pode ser observado na figura 12, I.S. consultou o grupo sobre esta possibilidade e compartilhou os prints da conversa.

Figura 12: Print de publicação sobre conversa com jornalista



Fonte:

<https://www.facebook.com/groups/OLadoObscuroDasVacinas/permalink/2216565568586052>

O que se segue nos comentários é um ataque generalizado à jornalista e à imprensa. Também foram registrados comentários conspiratórios duvidando da possibilidade de ela realmente ser uma jornalista, levantando hipóteses como ela ser uma espiã (e levantando suspeitas sobre alguns usuários do grupo com opiniões dissonantes serem um perfil falso desta jornalista) dentro do grupo a favor da indústria farmacêutica ou do governo. Alguns poucos propõem que ela aceite dar a entrevista

para aproveitar a oportunidade de fazer o movimento ser ouvido na mídia, mas são repreendidos por outros membros.

A interação dissonante, a propósito, é imediatamente atacada. Na figura 13 é possível observar o membro D.P. que posta uma imagem ironizando o discurso anti-vacina. Não só ele não obtém nenhuma reação dos outros membros, sendo ignorado, como ele foi expulso do grupo.

Figura 13: Print de publicação divergente.



Fonte: <https://www.facebook.com/oladoobscurodasvacinas/>.

Apesar de ser uma prática incomum no período de observação, a dissonância de crenças nas publicações é severamente atacada pelos demais membros. Portanto, fica claro que a permanência do pesquisador no grupo tem grande probabilidade de fracasso em caso de exposição através de identificação ou manifestação de qualquer maneira dissonante com as crenças ou afinidades do grupo. Uma opinião/manifestação pró-vacina, científica ou proveniente da mídia pode ser duramente retaliada na dinâmica relacional do grupo.

Esta condição, de observância não-interativa, necessária aqui, é chamada por Hine (2000, p. 48) de *lurker*, ou espreitador. O espreitador seria um observador

invisível que não perturbaria o campo, e é papel que pode ser ocupado por qualquer membro do grupo. Embora Hine (2000) aponte que o pesquisador que agir como espreitador perde a capacidade de testar suas interpretações na prática da interação, ele ganha em ter acesso a um campo autêntico por praticamente não contar com suas digitais.

Porém esta é uma questão complicada. Conforme Fragoso et al. (2011, p. 192) a mera inserção do pesquisador no campo transforma o objeto, mesmo que ele não se identifique para os atores e não seja um participante inserido na cultura do campo. Este espectro de observação e participação tem muitas nuances e deve ser observado caso a caso. Dos trabalhos realizados em grupos anti-vacina, Almeida (2019) - nos grupos Sou Contra a Vacina HPV e Lado Obscuro das Vacinas, e Saraiva (2017) – no grupo Sou Contra a Vacina HPV, adotaram também a observação silenciosa como técnica, o que aponta uma paridade de condições de pesquisa.

E, por último, há a questão ética. Existem três questões que devem ser levantadas: 1) o autor não se identificou enquanto pesquisador, 2) os atores observados são indivíduos com opiniões rejeitadas socialmente e 3) a exposição de sua atividade no grupo poderia resultar em prejuízos para os atores observados. Esta situação está longe da ideal em um estudo etnográfico, mas as condições exigem este nível de interação na observação. Fragoso et al. (2011) comenta:

Algumas pesquisas desvelam detalhes e levantam tópicos que podem ser prejudiciais à vida e à imagem dos informantes, conforme a divulgação na forma de artigos, comunicações em congressos, conferências e relatórios, o que constituiria o chamado “material sensível”. O material sensível abrange uma gama de critérios como: a faixa etária dos participantes da cultura, suas profissões, as temáticas debatidas no ambiente, entre outros (FRAGOSO et al., 2011, p. 196).

Desta maneira, quando os prints das publicações forem apresentados, os dados pessoais e rostos dos atores estarão ocultados por ferramenta de edição de imagem e quando eles forem citados serão utilizadas somente as iniciais de seus nomes de perfil. Vale apontar que isso não se aplica a personalidades envolvidas publicamente com o movimento anti-vacina e que sejam tópico das publicações do grupo. A restrição ética se faz ao *locus* e os atores presentes nele.

Feitas estas ressalvas, estrutura-se o fluxo da etnografia virtual na tabela 9, de acordo com o proposto por Kozinets (2010, p. 61):

Tabela 9: Fluxo da etnografia virtual.

1º passo	Questões da pesquisa	Como se dá a dinâmica comunicativa do grupo?
	Tópicos de investigação	Contexto; Capital social; Fluxo comunicacional; Tópicos; Origem do conteúdo; Forma; Frequência; Reação dos membros; Desinformação.
2º passo	Identificação da comunidade e seleção	Grupo no Facebook O Lado Obscuro das Vacinas. Serão analisados, nesta etapa do trabalho, as publicações de janeiro a dezembro de 2019.
3º passo	Observação não participativa e coleta de informações	O autor é membro do grupo desde 2018, acompanhando as publicações e comportamento dos membros. As publicações foram registradas por captura de tela com a ferramenta Lighshot. No total foram registradas 1185 publicações no ano de 2019.
4º passo	Análise da informação	A etnografia é feita à luz dos conceitos teóricos do trabalho. As publicações são analisadas de acordo com os tópicos de investigação.
	Interpretação iterativa dos dados encontrados	As publicações são inseridas em uma planilha cronológica com valores atribuídos pelos tópicos analisados.
5º passo	Escrever, relatar e apresentar os resultados da pesquisa	Após tratamento dos dados, são apresentados os resultados da etnografia utilizando-se a metodologia de análise de conteúdo como aporte.
	Implicações teóricas	Estes resultados são apresentados em luz à discussão teórica proposta e à comunicação governamental pró-vacina do período a fim de entender a relação entre a dinâmica comunicativa do grupo e a comunicação executada pelo Ministério da Saúde no âmbito digital.

Fonte: Kozinets (2010).

Há ainda que se justificar um dos tópicos de observação. O contexto da campanha nacional de vacinação contra o sarampo pressupõe uma oportunidade de análise da interação dos atores do grupo em vigência de comunicação governamental pró-vacina. Essa perspectiva temporal perpassa também alguns dos estudos realizados e que serviram de aprendizado para este trabalho.

Por exemplo, Saraiva (2017) realizou uma netnografia aportada por análise de conteúdo no grupo Sou Contra a Vacina HPV no período de veiculação de campanha de incentivo à vacinação contra a doença. Já Almeida (2019) realizou uma análise

dos posts de dois grupos anti-vacina no período de um mês. E Teixeira (2018) tomou como corpus as publicações circulantes no Whatsapp durante o mês da campanha nacional de vacinação contra o Sarampo.

Os trabalhos citados, portanto, se assemelham a esta pesquisa em elementos como sua base teórica, abordagem, metodologia, seu *corpus* ou até mesmo seu *locus*. Então, qual é a novidade deste trabalho?

Primeiramente, este trabalho soma as capacidades da metodologia etnográfica e de análise de conteúdo, o que proporciona tanto uma perspectiva de vivência mais profunda quanto de maior familiaridade com a dinâmica relacional do grupo. Em segundo lugar, o corpus são todas os posts no grupo em 2019, somando um total de 1185 publicações. Este volume de registros é maior que de todos os trabalhos citados. E, por fim, há a questão da perspectiva teórica: busca-se compreender o fenômeno desinformativo em sua relação com o Estado com o foco na discussão de um grupo anti-vacina.

Portanto, os estudos citados proveram suporte na realização deste trabalho, fornecendo perspectivas e resultados que foram aproveitados nesta pesquisa, mas estas características distinguem esta pesquisa num esforço para enriquecer o debate acerca do fenômeno desinformativo anti-vacina.

Outro aspecto de estudos etnográficos é a inerente parcialidade dos mesmos. Hine (2000, p. 65) afirma que uma perspectiva holística do campo e sua cultura é impossível. Os etnógrafos possuem acesso condicionado e temporário ao campo e a ideia de representação objetiva da realidade deve ser descartada. O que é possível é a observância contextual sob a luz de ideias estrategicamente relevantes para a construção de conhecimento.

Um último aspecto que merece destaque é o risco que este campo de pesquisa possui de fazer o etnógrafo se tornar um “nativo”. Hine (2000, p. 141) aponta que a perda da perspectiva cética no campo pode levá-lo a aceitar toda informação veiculada, o que acaba com a pequena fronteira que o credibiliza enquanto etnógrafo. Isso é especialmente relevante quando considerada a natureza da desinformação, que se vale de apelos emocionais para convencimento.

Para o autor, visualizar por longos períodos conteúdos com imagens de crianças doentes, notícias de mortes, teorias da conspiração, vídeos de ataques epiléticos, desmaios, lamentos, mães sendo tutoradas a não vacinar seus filhos, conteúdo de medicina alternativa potencialmente danosos, etc. constituiu um desafio. Observe o exemplo da figura 14, onde M.C. noticia que o Fórum Econômico Mundial, em sua reunião anual, discutiu controle mental usando ondas sonoras.

Figura 14: Print de publicação com afirmação implausível



Fonte: <https://www.facebook.com/oladoobscurodasvacinas/>.

Embora pareça absurda a colocação, a metodologia deste trabalho exigiu que o autor pesquisasse a afirmação a fim de atribuir a ela o valor de desinformação ou não. Surpreendentemente é uma notícia verdadeira³⁰, embora seja claramente descontextualizada e exagerada por M.C. em seu texto. Na verdade, o físico Antoine Jerusalem afirmava na entrevista que é possível influenciar ou matar determinados neurônios pela manipulação de micro-ondas sonoras. Segundo o cientista, esta tecnologia poderia no futuro resultar em controle mental se colocada em mãos erradas.

Esta publicação serve de exemplo de como a desinformação pode ser sutil. É difícil discernir os conteúdos verdadeiros dos falsos, ou mesmo dos verdadeiros sendo

³⁰ Embora o artigo esteja indisponível no site da Fórum Econômico Mundial (talvez pela repercussão negativa) é possível visualizar a palestra do físico Antoine Jerusalem na programação do Fórum: <https://www.weforum.org/agenda/2018/11/mind-control-ultrasound-neuroscience/>. Acesso em 02/02/2020.

usados de maneira tendenciosa ou enganosa. Por isto a realização deste trabalho exigiu certos cuidados.

Foram registradas 1185 publicações ao longo do ano de 2019. Destas, 63 foram excluídas, resultando em 1122 publicações válidas. Foi a partir destas que a análise foi feita. Cada post foi categorizado de acordo com sua origem, ator, forma, reação e conteúdo (incluindo aqui o tópico, a natureza e, se desinformativo, a estratégia e argumento deste conteúdo).

5.1.1 Contexto: O grupo O Lado Obscuro das Vacinas

O grupo foi criado em 24 de dezembro de 2014 e possui um número atual de 14.759 membros até a data de análise (05/03/2021). O tipo de privacidade do grupo foi recentemente alterado para aberta, o que quer dizer que usuários do Facebook que não são membros do grupo podem ver suas atividades, membros e administradores. Anteriormente era necessária uma solicitação de ingresso e aprovação da administração para fazer parte do grupo, visualizar e interagir com seus membros e conteúdo.

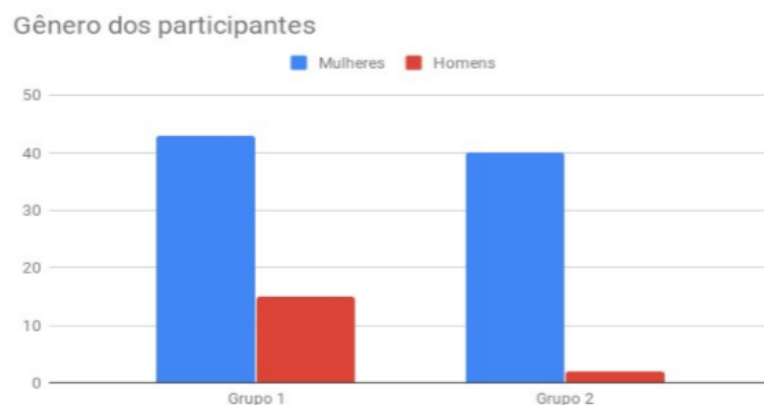
A administração e a moderação do grupo são realizadas por apenas uma pessoa (I. S.), através de um perfil pessoal, e pela página do grupo, que funciona como um espelho de postagem do conteúdo veiculado no grupo. Esta administradora e moderadora pode excluir publicações, membros, alterar o caráter de privacidade do grupo, aceitar ou rejeitar usuários que solicitem entrada no grupo e também pode, a qualquer momento, suspender ou excluir o grupo.

Embora a descrição do grupo descreva a atividade de moderadores no grupo. Não foi identificado nenhum ator na comunidade com este status e nenhum deles alegou o ser nas publicações do período analisado. Tampouco na descrição das atividades administrativas do grupo é possível ver algum dos atores listados como tal. Almeida (2019) pesquisou o perfil dos membros do grupo recentemente, a partir das publicações com maior número de interações. Este recorte é adequado pois, como será demonstrado posteriormente, a atividade do grupo é realizada por uma minoria de atores participativos e a grande maioria é compostas por atores espreitadores (*lurkers*).

Figura 15: Print com visão geral do grupo

Fonte: <https://www.facebook.com/oladoobscurodasvacinas/>.

A análise por perfil de gênero, que pode ser vista na figura 16 abaixo, demonstra uma participação maior de mulheres nas interações do grupo. Outros dados apontados por Almeida a partir da análise dos perfis privados destes atores participantes (2019, p. 66-69) foram: a) 60% dos atores demonstravam ser pais por meio de fotos ou publicações; b) a região sudeste concentra 40% dos membros do grupo; c) 35% dos participantes possuíam nomes de faculdades ou universidades em seus perfis (como indício de um curso superior), 10% afirmavam terem ensino médio completo, 3% cursaram ensino técnico e 2% não passaram pelo ensino fundamental. O restante não disponibilizou informações sobre sua escolaridade.

Figura 16: Gênero dos participantes dos grupos O Lado Obscuro das Vacinas (Grupo 1) e Sou Contra a Vacina HPV (Grupos 2), por quantidade de membro.

s.

Fonte: Almeida (2019).

A descrição do grupo estabelece as regras para os usuários, assim como manifesta seu propósito: discutir supostos malefícios das vacinas e requerer o direito

de não obrigatoriedade de se vacinarem. A administradora deixa claro que publicações pró-vacina não serão toleradas. As regras são apresentadas em tópicos:

OBS: 1. Postagens em inglês, sem tradução não serão liberadas! Por favor, usem o google tradutor. A demanda é muito grande, precisamos de vocês ajudando na tradução. 2. Nem todas as postagens serão liberadas por alguns motivos especiais, aonde geralmente admin e moderadores discutem risco e benefício. 3. Uma dica: Tenha paciência e não ataque alguém que lhe atacou primeiro, me avise, que tenho uma solução pacífica! 4. Este grupo destina-se principalmente para divulgar informações sobre todas as possíveis vacinas e seus conteúdos que podem fazer mal para nosso corpo. A decisão de vacinar, deveria caber aos pais, e não a obrigatoriedade do governo. 5. Se você não está convencido de que as vacinas fazem mal, existe certamente um outro grupo, que poderia servi-lo melhor. Discursões de vacinação somos contra. Paz! (Descrição do grupo O Lado Obscuro das Vacinas, 2019).

Por último, a descrição termina com uma lista de links para postagens, sites e vídeos que questionam a credibilidade da vacina contra a poliomielite e atribuem a teorias conspiracionistas a propagação da doença.

É importante frisar que a criação da comunidade tem o propósito claro de divulgar informações (ou desinformação) sobre as vacinas, partindo do pressuposto que são maléficas para a saúde. Portanto, é possível assumir que o interesse de I.S. é o crescimento da comunidade e causar real impacto no mundo. Embora esteja tratando de sites, Hine (2000) define bem o posicionamento de um criador de uma página na web. Segundo a autora, (HINE, 2000, p. 148), eles diariamente posicionam suas ações de acordo com as possíveis reações da audiência, e ajustam suas páginas para maximizar as chances destes indivíduos revisitarem suas páginas.

É possível estender este posicionamento para o comportamento de I. S. por três motivos: 1) à época do estudo de Hine, não existiam redes sociais digitais; 2) I. S. também é dona da página O Lado Obscuro das Vacinas, que reproduz o discurso anti-vacina; 3) como será demonstrado posteriormente, I. S. assume papel fundamental na estrutura da comunidade, enquanto conectora, normatizadora e centralizadora do capital social do grupo.

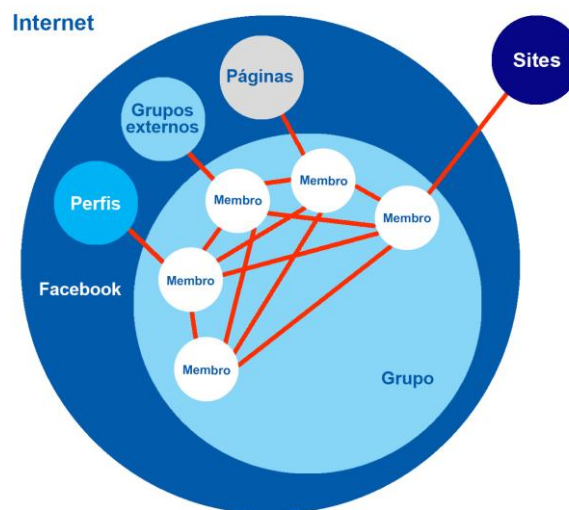
5.1.2 Origem

Dentro da lógica interativa do Facebook, o ator nesta rede pode compartilhar um link externo de um site (incluindo outras redes sociais), compartilhar publicações de outras páginas do Facebook, de outros grupos do Facebook e de perfis pessoais na rede social.

O compartilhamento dentro da plataforma diz respeito a publicações cujo conteúdo foi replicado da própria plataforma Facebook, ou seja, outros grupos, páginas e perfis. O compartilhamento é bastante popular e exerce um papel de integração da comunidade a outras fontes de conteúdo dentro da própria plataforma.

E, por último, é possível publicar sem compartilhamento, com uma manifestação do ator na própria comunidade. Esta maneira de publicação possibilita ao ator anexar imagens, documentos ou vídeos originais. A origem destes conteúdos, no entanto, é indefinida, não pode ser acessada. Na figura 17 é possível visualizar as possibilidades de origem de conteúdo, com os traços vermelhos demonstrando as conexões da publicação.

Figura 17: Fluxo informacional do grupo



Fonte: Autor.

Esta multiplicidade de origens demonstra a participação dos atores em outras comunidades, sua audiência em outras páginas e sites e a sua vontade de compartilhar com o grupo assuntos que julgam relevantes. O maior número de interconexões, contudo, é dentro do próprio grupo, naturalmente. Recuero (2010, p. 135) afirma que a estrutura básica de uma comunidade é um aglomerado de nós com maior densidade de conexões. Estas origens poderiam ser simultâneas ao passo que um ator poderia compartilhar um link externo ao mesmo tempo que se manifestava sobre ele, por exemplo.

Na tabela 10 é possível visualizar a frequência de ocorrências dos tipos de origens registradas na análise.

Tabela 10: Origem e frequência de conteúdo.

Origem	Frequência
Site	422
Próprio	380
Perfil externo	193
Página	120
Grupo externo	6
Evento	1
Total	1122

Fonte: Autor.

Percebe-se, portanto, uma prevalência de publicações oriundas e uma fonte externa à plataforma, somando mais de 37% do conteúdo total. Em seguida, as publicações próprias, criadas pelos próprios usuários, totalizam mais de 33% do total. As categorias de origem seguintes (Perfil Externo - 17%, Página - 10%, Grupo Externo - 0,5% e Evento - 0,08%) são do próprio Facebook.

Algumas destas origens não eram brasileiras, foram registradas fontes estrangeiras em inglês, espanhol, francês e italiano. Contudo, nesta análise, conteúdos em língua estrangeira tem pouquíssimas interações e não demonstraram muita relevância na análise. Estas conexões estabelecidas entre o grupo e representantes de movimentos anti-vacina de outros países demonstra sua capacidade de ultrapassar fronteiras territoriais e linguísticas. Segundo Castells (2018):

A cultura da sociedade em rede é uma cultura de protocolos de comunicação entre todas as culturas no mundo, desenvolvida com base na crença comum no poder de formar redes e na sinergia obtida ao dar a receber de outros. (CASTELLS, 2018, p. 84)

Embora seja proibida nas normas do grupo a postagem de conteúdo que não seja traduzido, I.S. parece não excluir estas publicações ou os membros que as republicam. Esta demanda por conteúdo em língua estrangeira sobre vacinas e oriundo de movimentos anti-vacina internacionais gerou um ímpeto na administradora de construir uma ponte de acesso para os membros. Em alguns momentos ela solicita auxílio dos membros do grupo para traduzir determinadas publicações.

Há de se salientar a grande proporção de utilização de conteúdos externos, uma apropriação que usa até o limite as possibilidades da plataforma. Hine (2000, p. 141) afirma que o uso de uma voz diferente, geralmente de alguém com mais autoridade aos olhos da comunidade, acrescenta autenticidade para o ator ao

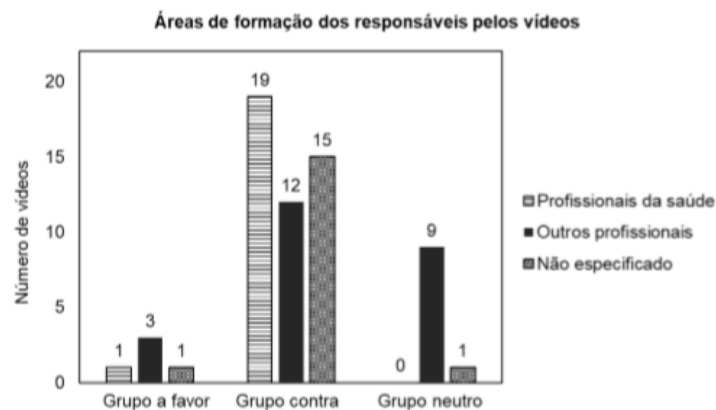
emprestar a ele corroboração. Esta predominância de links externos demonstra também a importância da atividade de atores atuarem como conectores dentro da rede, trazendo conteúdos para os outros membros.

O segundo lugar, bem próximo, de publicações originais demonstra também a importância de interatividade em detrimento de somente compartilhamento de informações entre os membros. Estas características apontam para a constituição de uma rede densa, conforme apontado por Recuero (2010).

A inferioridade dos outros quatro tipos de origem demonstram, talvez, uma concorrência de relevância entre grupos, páginas e perfis anti-vacina na plataforma. Se o objetivo do grupo é crescer e se fortalecer, a escolha de origem diz muito sobre que tipo de fonte o grupo dá preferência no compartilhamento de conteúdo. Ou, mais ainda, também dá indício de que o sistema desinformativo anti-vacina no Facebook, ou seja, o conjunto de páginas, grupos e perfis que propagam este tipo de conteúdo, pode ser desagregado, isolado pela plataforma, reduzido ou qualitativamente ordinário.

O Youtube foi parte da categoria “Site” por se tratar de outra rede social e possuir frequência elevada na observação frequentemente associado a um teor desinformativo ou suspeito. Essa convergência informacional associada a conexões entre atores remete à ideia da Aldeia Global, de certa maneira. Em uma análise dos vídeos que tocavam no tema movimento anti-vacina no Youtube, Costa et al. (2019) descobriram que a plataforma apresentava mais resultados que contrariavam o movimento do que apoiavam. Veja na figura 18:

Figura 18: Área de formação dos responsáveis pelos vídeos nos grupos: a favor, neutro e contra o movimento anti-vacina.



Fonte: Costa et al. (2019).

Este gráfico demonstra quatro coisas: 1) o movimento anti-vacina continua enfrentando rejeição social; 2) as iniciativas das empresas de tecnologia e informação, como o Google (dono do Youtube) de excluir conteúdo desinformativo anti-vacina dos seus resultados de busca e plataformas pode ter começado a fazer efeito; 3) os indivíduos anti-vacina escolhem seletivamente suas fontes de conteúdo, ignorando todos os resultados que contradizem suas crenças; 4) os indivíduos produtores de conteúdo anti-vacina no Youtube possuem majoritariamente formação em áreas diferentes da saúde.

Mais ainda, o trabalho de Costa et al. (2019) demonstra as estratégias argumentativas dos vídeos.

De modo geral, os vídeos “A favor” são apresentados de maneira informal, sem muita elaboração e edição e tampouco trazem dados confiáveis organizados em gráficos ou tabelas. Nestes vídeos foram identificadas *fake news* por meio de características como a utilização de afirmações sensacionalistas como dizer que nas vacinas há agentes esterilizantes ou que a nova ordem mundial quer reduzir a população promovendo genocídio. (COSTA et al., 2019).

Mas, além do seu tipo, também é importante compreender a natureza desta origem, qual é o tipo de conteúdo que ela comumente produz e qual é a sua relevância para o grupo. Na tabela 11 é possível observar a classificação proveniente da análise, com o teor da origem, a sua frequência total e a média de reações que esta categoria alcançou nas publicações.

Tabela 11: Teor da origem.

Teor da origem	Frequência	Média de reações
Perfil ou página comum no Facebook	602	15,44
Mídia tradicional	163	58,22
Desinformativo	155	25,69
Outros	59	35,62
Governamentais/científicos	52	22,96
Medicina alternativa	46	19,86
Suspeito	45	22,82
Total	1122	

Fonte: Autor

Enquanto a maioria das categorias são autoexplicativas, algumas devem ser melhor detalhadas. Há a distinção de origens legítimas no Facebook, enquadrados na categoria “Perfil ou página comum no Facebook” para as desinformativas, que foram enquadradas em sua respectiva categoria. Já a categoria “Outros” agrega origens com

foco em entretenimento, blogs genuínos, canais no Youtube legítimos, etc. Enfim, fontes que não tem foco relevante para este trabalho.

Com frequência majoritária (53%) perfis e páginas comuns no Facebook poderiam ser perfis próprios, perfis externos, grupos ou páginas que fossem comuns. Em geral eram publicações próprias no grupo. Os perfis externos eram, em sua maioria, de membros do grupo. Os atores postavam manifestações ou conteúdos em seus perfis pessoais e depois compartilhavam no próprio grupo. Alguns o faziam, talvez, com intenção de agregar capital social para si dentro do grupo. Outros apenas compartilhavam uma publicação sua em que compartilhavam outro conteúdo. A menor proporção de compartilhamento externo foi a de perfis de terceiros, páginas e grupos.

Origens com teor de Medicina Alternativa mereceram um destaque pela sua frequência e relevância na análise. Elas eram comumente associadas a desinformação contra vacinas e apresentavam tratamentos, medicamentos ou práticas terapêuticas como alternativas à vacinação. Não é possível afirmar que algum dos membros é proprietário das empresas por trás destes sites, mas é possível afirmar que estes sites, ao promover a hesitação vacinal em detrimento da compra de seus serviços e produtos, promovem seu próprio negócio utilizando desinformação. Este fato parece corroborar a afirmação de D'Ancona (2018) de que existe uma indústria da desinformação.

Para categorizar uma origem como desinformativa recorreremos a algumas referências: As diversas origens foram consultadas por uma pesquisa no site por notícias/informações sabidamente falsas, pela presença em sites checagem de fatos como propagador de notícia falsa e a partir do Manual de identificação de Fake News elaborado pelos grupos de divulgação científica Vidya Academics e Pretty Much Science³¹. Em última instância, foi realizada uma pesquisa sobre as alegações e fatos do conteúdo para, caso fossem descobertos como falsos, serem categorizados como desinformativos.

Para caracterizar uma origem como suspeita, observou-se a veiculação de uma informação, notícia ou relato inverossímil e/ou exagerado, sem fontes ou com relato inacessível. Por exemplo, é comum nesta categoria vídeos e relatos escritos de óbitos

³¹ Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1J1LSiyenP74KkFZ6CiSJs6GyxGMkne59/view>. Acesso em 05/05/2021.

e intoxicação por vacinas cujos autores, localidades e vítimas não podem ser identificados. As origens desta categoria estão muito mais próximas da desinformação do que da legitimidade, mas não foi possível comprovar que suas alegações eram falsas.

A categoria desinformativa consegue uma boa média de reações e está em terceiro lugar em frequência. A categoria suspeita também demonstra boa capacidade de repercussão. Isso demonstra a relevância deste tipo de conteúdo, mas também que não é só disso que se faz a dinâmica comunicativa dentro do grupo.

O maior destaque em relevância, ou seja, em capacidade de gerar reações nas publicações ficou com a categoria “Mídia tradicional”. As publicações que compartilhavam matérias jornalísticas legítimas buscavam gerar debate usando uma notícia verdadeira como ponto de discussão, base para emitir uma opinião ou mesmo para associar uma desinformação.

Embora possa parecer exagero projetar este cenário, a lógica da comunicação na sociedade em rede condiciona e é condicionada pelo processo de aquisição de credibilidade. Às vezes, esta credibilidade pode ser mais facilmente alcançada em movimento antagônico à credibilidade de outras instituições.

Os conflitos de nosso tempo são travados por atores sociais em rede com o objetivo de atingir sua clientela e seus públicos-alvo por meio da comutação decisiva com as redes de comunicação multimídia (CASTELLS, 2018, p. 95).

O uso de uma fonte legítima, pelo menos aos olhos do senso comum pode agregar credibilidade ao discurso do ator, afastando uma percepção de que o seu argumento é falso ou desinformativo. A mesma lógica ocorre com fontes do tipo “Governamentais/científicos”, que aglomeram comunicados, dados, estudos, notícias oficiais e científicas legítimas.

A maior capacidade de gerar reações dentro do grupo está associada, portanto, ao uso de fontes legítimas. Isso pode ter ocorrido pelas seguintes razões: a) forte oposição ao discurso oficial/científico, gerando debate fervoroso, b) a preocupação de aparentar legitimidade e credibilidade, c) ao enxergar fontes com credibilidade social noticiando tópicos de seu interesse, o grupo se sentia representado de certa maneira em seu ativismo.

5.1.3 Atores

Saber quem posta também enriquece a observação da dinâmica do grupo. Afinal, são os atores que postam que dão vida ao grupo e que disponibilizam conteúdos que, talvez, os outros membros não teriam acesso de outra maneira. Saber quem são os atores que mais postam e sua relevância é saber quem são os conectores do grupo, aqueles que trazem conteúdo de fontes externas e servem de referência e influência para os demais membros.

Um dos aspectos mais importantes notados na observação é a presença desmedida de I.S., a administradora do grupo, que pode ser visualizada na tabela de frequência de postagem. Ela é o membro mais ativo da comunidade e são raras as publicações de outros membros em que ela não comente. Embora os comentários não entrem na análise desta etapa do trabalho, é possível mensurar a diferença entre a atividade de I.S. e os outros atores da comunidade pelo registro de frequência de publicações. Na tabela 12 é possível visualizar os dez atores que mais publicaram no ano de 2019 e suas médias de reações de publicações.

Tabela 12: Atores.

Atores	Frequência	Média de reações
I. S.	385	64,11
V. W.	27	4,11
S. M.	26	38,29
I.D.S.	23	1,69
A. S.	22	3,77
J. P.	18	16,5
F. A.	18	29,27
G. C.	18	20,33
M. C.	16	32,06
P. T.	13	41,07

Fonte: Autor

I. S. é o ator mais relevante desta análise. Ela não só é o ator que mais posta como também o de maior relevância, considerando-se sua média de reações em publicações. Dentro da definição de Recuero (2010), ela é um ator conector. Este fato faz dela a maior agregadora de capital social do tipo relacional da comunidade, tendo autoridade normativa e reputação entre os membros. Até mesmo poder sobre quem pode ou não pertencer ao grupo e o que será discutido ou censurado ela possui. É

inegável, também, o seu acesso ao capital cognitivo, uma vez que compartilha documentos, vídeos, notícias, documentários, etc.

Estabelece-se uma hierarquia que concede certo nível de poder na rede para I.S. Esta relação entre poder e rede é abordada por Castells (2018, p. 91) em seus conceitos de programador e comutador. Segundo Castells (2018) a capacidade de controle sobre os outros nas redes dependem de dois mecanismos:

(1) a capacidade de constituir rede(s) e de programa/reprogramar a(s) rede(s) em termos de metas e ela(s) atribuídas; e (2) a capacidade de se conectar e garantir a cooperação de várias redes, por meio do compartilhamento de metas comuns e associação de recursos, ao mesmo tempo que se afasta a competição por parte de outras redes por meio do estabelecimento de uma cooperação estratégica (CASTELLS, 2018, p. 95).

O grupo e a página no Facebook O Lado Obscuro das Vacinas são constructos de I. S., administrados por ela e cuja dinâmica comunicacional conta com sua participação de maneira decisiva. Ao estabelecer as normas e delimitar o propósito do grupo, I. S. cria um espaço de agregação de indivíduos com opiniões convergentes e onde ela tem controle.

A trajetória de conquista de relevância e capital social de I.S. no grupo durante o período analisado fica mais evidente a partir de dois eventos específicos. O primeiro é a crise midiática da vacinação contra o HPV no Acre, em 2019.

A partir de 2015 começaram a ser reportados casos de reações de meninas à vacina contra o vírus do papiloma humano (HPV) no estado do Acre³². As famílias de cerca de 82 garotas alegavam sintomas como dores de cabeça, indisposição e, em alguns casos, convulsões e desmaios em suas filhas e acusavam a vacina de ser a responsável. O governo estadual não dialogou apropriadamente com essas famílias e o movimento anti-vacina começou a ganhar força na região. Ativistas começaram a fazer atos em frente aos postos de vacinação, pedindo para as mães não vacinarem suas filhas contra o vírus.

O escalonamento da crise alcançou seu auge em 2019, quando o assunto já era amplamente abordado pela mídia local e conseguiu o apoio de políticos do estado. Em uma pesquisa realizada em 2016, Quevedo et al. (2016, p. 16) concluem que a má execução da comunicação pública de saúde durante a campanha

³² Saiba mais em: <https://saude.abril.com.br/medicina/vacina-contr-o-hpv-acre/>. Acesso em 02/02/2020.

foi a questão central da crise. Mais do que isso, a tradição hierarquizada e não-dialógica da tomada de decisões na área era provavelmente a razão deste problema, que gerou um vácuo ocupado pela mídia:

A mídia acabou ocupando um espaço aberto deixado pelo governo na rede de atores, ao não dar acesso a algumas informações sobre a vacina nem sobre possibilidades de escolha entre tecnologias de prevenção. Uma explicação para esta posição pouco flexível do governo pode estar ligada à histórica estrutura organizacional deste tipo de ações de saúde pública no Brasil, bastante verticalizada, e com dificuldades de estabelecer formas mais participativas em todas as instâncias de cuidado. (QUEVEDO et al, p. 18, 2016)

Uma das vozes mais proeminentes no caso, após sua repercussão midiática, é a da médica Maria Emília Gadelha Serra, que usou sua autoridade para corroborar o discurso de que a vacina envenenava as jovens. Importante ressaltar que Serra é adepta e realiza um tratamento da medicina alternativa conhecido como Ozonoterapia, que ela alegava ser a solução para desintoxicar as jovens e anular os efeitos negativos da vacina. Serra também difunde desinformação sobre vacinas em seus perfis nas redes sociais.

O grupo conseguiu força o suficiente para realizar uma audiência pública na Assembleia Legislativa do Acre com espaço para discurso de Serra. Após isto, as ativistas conseguiram o apoio das deputadas Mara Rocha (PSDB), Jéssica Sales (MDB), Vanda Milani (Solidariedade), Perpétua Almeida (PC do B) e a senadora Mailza Gomes (PP) que exigiram uma resposta do governo para o caso.

Posteriormente, um grupo de pesquisadores do Instituto de Psiquiatria (IPq) do Hospital das Clínicas da USP solicitaram que as 12 jovens que apresentaram os sintomas mais graves fossem a São Paulo para serem avaliadas e diagnosticadas. Estes resultados foram apresentados em audiência na data de 20/11/2019, na Câmara Federal dos Deputados, através do Requerimento nº 333/2019³³.

A conclusão do estudo foi que dez das doze jovens tinham uma síndrome psicogênica, que dispara os sintomas por motivos psicológicos. Os pesquisadores explicaram que adolescentes são facilmente influenciáveis e o pânico gerado em torno da vacina e a ansiedade pelos casos correntes acarretava nos sintomas relatados. Os outros dois casos, um casal de irmãos, foram diagnosticados com uma doença

³³ Disponível em:

<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2227036>. Acesso em 02/02/2020.

genética que leva à epilepsia que normalmente se manifesta na adolescência, mesmo período de aplicação da vacina.

Serra, a médica que defendia a ozonoterapia, também participou da audiência e repetiu seu discurso anti-vacina HPV. Após a audiência, foi criada uma frente parlamentar contra a vacina HPV³⁴ com a adição do deputado estadual Cadmel Bonfim (PSDB) e a Secretária Nacional do Ministério da Família Dra. Ângela Gandra.

Este caso provocou uma grande discussão no grupo, gerando um salto no número de publicações no mês de novembro. Ao longo de todo período de análise, foram registradas 44 publicações sobre o tema. Era comum observar enaltecimento das mães ativistas, compartilhamento de matérias sobre o caso, ataques ao estudo realizado pelos pesquisadores da USP e publicações para acompanhamento da audiência pública. Em determinado momento, I.S. compartilhou algumas publicações diretamente do perfil de Serra no Facebook.

Este é um grande exemplo de como as interações da comunidade dizem respeito ao mundo real. Como Recuero (2010, p. 144) aponta, em um estudo de redes sociais na internet é preciso atentar-se aos indícios de laços sociais que transcendem a fronteira entre o mundo *offline* e *online*. Em determinada postagem do período, I. S. chega mesmo a pedir para os membros sugestões de frases contra a vacina do HPV para confeccionar em camisetas. Em outras, é possível ver troca de informações sobre como esvair-se da vacinação obrigatória. Estes laços fortes estavam presentes no caso da crise do Acre e resultarem em algumas das publicações mais relevantes da análise.

O segundo evento que serve de vitrine para a trajetória de I.S. é o Autism One³⁵, um evento que ocorreu nos EUA em maio cujo tópico era a relação entre autismo e vacinas. Em sua programação estava incluída a participação de um leque de celebridades do movimento anti-vacina internacional, como o advogado ativista Robert Kennedy Jr, o vendedor de palestras anti-vacina e Phd. James Tyler Weiler, a médica e escritora Suzane Humpfries, o jornalista e escritor Del Matthew Bigtree e o renegado médico inglês e autor Andrew Wakefield.

³⁴ Disponível em: <http://www.al.ac.leg.br/?p=29403>. Acesso em 01/02/2020.

³⁵ Disponível em: <https://autismone.org/>. Acesso em 05/05/2021.

I.S. se encontrou com várias destas personalidades do movimento, fez *lives* para o grupo durante o evento, compartilhou fotos de outros ativistas que estavam presentes e fez diversas publicações com vídeos comentando os tópicos discutidos, conversas tidas e experiências adquiridas. A mais relevante e emblemática delas pode ser vista na figura 19 abaixo, onde I.S. posa ao lado de Wakefield e enaltece o ex-médico.

Figura 19: Post de I.S. com Wakefield



Fonte: <https://www.facebook.com/groups/OLadoObscuroDasVacinas/permalink/2299495620293046>

Após sua participação no Autism One, I.S. ganhou ainda mais notoriedade no grupo e passou a assumir um papel muito mais ativo e presente, se projetando enquanto referência e sugerindo atitudes políticas contra vacinas. Após isto, foi possível constatar uma postura muito mais politizada na administradora, criticando políticas públicas, insistindo num programa de indenização às "vítimas das vacinas" e ao direito da "livre escolha", ou seja, o direito de consentimento informado para vacinação.

Outro exemplo de escalada em busca de capital social no grupo é o de F. A. No início do período analisado, ela começa postando notícias e informações pertinentes ao grupo, depois posta um relato sobre como sobreviveu às vacinas, após isso consegue ser repostada por I.S. no grupo e ganha o selo do grupo em sua publicação (que ela passa a utilizar em suas próprias publicações). Por fim, aparece em uma foto com I.S. em dezembro, enaltecendo a administradora por todo seu

trabalho em prol do movimento anti-vacina, sendo também elogiada nos comentários por I.S. e outros membros do grupo.

F.A. é uma profissional de medicina alternativa e já postou sobre o tema diversas vezes, em uma das publicações, pede para que se faça um cadastro de todos os profissionais do tipo no grupo e suas localidades. Na figura 20 é possível observar seu relato compartilhado de seu perfil pessoal, onde ela também compartilha desinformações anti-vacina, tratamentos e remédios de medicina alternativa e oferta seus serviços.

Figura 20: Post em que F.A. alega ser uma sobrevivente das vacinas.



Fonte: <https://www.facebook.com/oladoobscurodasvacinas/>.

Embora essa ocorrência também tenha sido encontrada em outros casos, como será demonstrado posteriormente, o exemplo de F. A. é notório por um motivo: há uma relação clara entre a produção de conteúdo anti-vacina e a promoção de medicina alternativa no perfil privado dela. Na verdade, F. A. trabalha e/ou é

proprietária de empresas envolvidas na área da saúde no Brasil e na Itália. Uma delas é descrita como uma empresa de remédios orgânicos.

Essa aproximação entre medicina alternativa e discurso anti-vacina ocorre diversas vezes, mas dificilmente é detectável de maneira tão pessoal. Geralmente são páginas e sites que vendem este tipo de produto ou tratamento que compartilham informações e notícias atacando a medicina tradicional e, em alguns casos, as vacinas. O angariamento de capital social diretamente por uma profissional de medicina alternativa serve para elucidar possíveis objetivos na disseminação deste tipo de conteúdo.

Por fim, há de se esclarecer que frequência não equivale a relevância. Um dos atores na tabela, I. d. S., um membro estrangeiro do grupo, tem uma relevância irrisória em suas publicações. Sua média de reações é baixíssima, condição provavelmente causada pelo fato de ele postar somente em espanhol, sua língua nativa.

Publicações em série em um curto período de tempo, estratégia adota por alguns membros novos em busca de reconhecimento, também resultaram em relevância baixa das publicações. Parece haver uma ligação direta entre reputação, capital social, constância e relevância no grupo. Outro fato observado é que não houve dissonância entre nenhum dos 10 membros com maior número de publicações, o que demonstra uma forte harmonia de crenças dentro do grupo, mesmo que imposta.

5.1.4 Formas

A forma nesta análise diz respeito a como a publicação ou o conteúdo dela é apresentada no grupo. O estabelecimento destas categorias provém da lógica interativa da própria plataforma, que possibilita determinadas maneiras de compartilhamento de informações e conteúdo. Uma publicação pode agregar mais de uma forma de conteúdo e, na maioria das vezes (64%), elas foram publicações de formas combinadas. Na tabela 13 é possível visualizar a frequência de uso de cada forma e a média de reações quando ela estava incluída na publicação.

Tabela 13: Formas.

Forma	Frequência	Média
Texto	964	42,25
Link	565	38,53

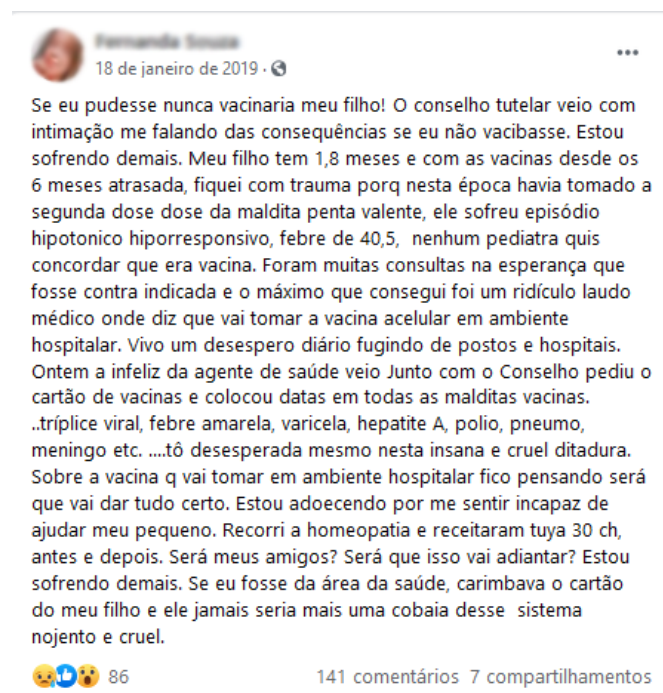
Imagem	375	48,57
Vídeo	152	30,31
Arquivo	22	11,09
Enquete	5	23,2
Config. Pág.	2	10,5
Página externa	1	29

Fonte: Autor.

A preferência por texto condiz com a preferência por manifestar-se em publicações previamente demonstrada. A forma “Texto” pode ser utilizada como um comentário em um link de notícia, como legenda de um vídeo ou foto, ou como contexto de uma enquete, por exemplo. O texto provê à publicação um teor opinativo, original, relacional. Essa versatilidade, incomum a outras formas, também ajuda a explicar sua alta frequência. Por exemplo, é impossível o compartilhamento de um arquivo e um vídeo ao mesmo tempo.

O texto era forma exclusiva de algumas das publicações com mais reações no período analisado, pois geralmente se tratavam de interação no campo do capital relacional, gerando diálogos e debates acalorados. Na figura 21 é possível observar F.S., usando somente texto, desabafando sobre a pressão para vacinar seu filho e relatando ter recorrido à homeopatia, o que gerou grande repercussão nos comentários.

Figura 21: Forma Texto.



Fonte: <https://www.facebook.com/groups/OLadoObscuroDasVacinas/permalink/2217679358474673>

Links externos também são populares, ao passo que demonstram busca de conteúdo em fontes externas à plataforma. Estes links podem ser provenientes de sites midiáticos, blogs, vídeos no Youtube, etc. Ou seja, qualquer fonte externa à plataforma. A sua utilização conota um apelo a uma fonte externa para compartilhamento de conteúdo, qualquer que seja.

A maior média de reações de imagens sobre links pode talvez se explicar pela facilidade de absorção de um conteúdo dado, imagético, sem exigência de compreensão focada ou longa. Ao passo que a maior relevância da forma “Link” sobre “Vídeo” parece contrapor esta noção, mas pode se justificar pela alta probabilidade de uma manchete proveniente de um link (quer seja de um site midiático, desinformativo, suspeito, etc.) gerar discussão no grupo.

Imagens, vídeos e arquivos são formas utilizadas quando o próprio ator insere conteúdo adicional ou compartilha uma publicação dentro da própria plataforma que os contêm. É importante ressaltar que estes arquivos podem ser impossíveis de ter sua origem ou veracidade legitimadas, uma vez que podem ter sido disponibilizadas por fontes suspeitas ou desinformativas.

Neste sentido, foi comum a observância de material com alterações na imagem (borrão, setas, texto, selo do grupo, etc.) e conteúdo sem contexto, fonte ou detalhamento. Na figura 22 é possível observar uma publicação de um suposto relato anônimo recebido por I.S., supostamente de um membro do grupo que a contactou para que ela postasse por ele. Este tipo de publicação foi registrado várias vezes no período analisado.

Figura 22: Publicação Anônima.

Administrador · 9 de agosto de 2019 ·
 Meu primeiro post aqui.
 Estou no grupo já faz tempo, pq meu filho tinha tido uma reação muito forte a vacina com 4 meses com a penta e a rota vírus. Cerca de 10 minutos apos a vacinação ele teve uma convulsão (a mais forte ate hj) foi atendido na emergência e 1 mês de sangramento intestinal. Desde então nunca mais vacinei.
 Meu pequeno hj com 3 anos tem vários problemas de saúde ele tem Síndrome látex alimento que é uma alergia rara ele é extremamente alérgico e a alergia já o colocou em risco de vida diversas vezes 16 choques anafiláticos ate hj.
 Esofagite eosinofílica
 Traço falciforme que descobrimos no exame do pezinho
 Epilepsia
 E é autista
 Levei ele com medo no CRIE do hospital São Paulo para ver como ficaria as vacinas estava com medo do sarampo.
 Passei em entrevista com a médica (não sei o nome dela)
 Depois de ouvir meus relatos e olhar os laudos do S me informou que provavelmente o S não poderia tomar a vacina. Ela acredita que ele tenha reagido ao hidróxido/dióxido de alumínio e disse que não dava para tirar o componente da vacina.
 Quando perguntei se a convulsão foi da vacina Ela me respondeu que o S já deveria ter pré disposição a epilepsia e por isso desencadeou a doença logo apos a vacina.
 A primeira crise foi com a vacina e depois voltaram com 1 ano.
 Fiquei assustada!!
 Peço que se alguém for compartilhar meu relato que oculte meu nome e foto.

POSTAGEM ANÔNIMA
O LADO OSCURO DAS VACINAS

62 48 comentários 10 compartilhamentos

Fonte: <https://www.facebook.com/groups/OLadoObscuroDasVacinas/permalink/2351820305060577>

Esta é uma dinâmica de conteúdo empregada poucas vezes por I. S. Ela posta mensagens com nomes e remetentes ocultados com relatos de reações a vacinas e elementos gráficos inclusos. Este tipo de conteúdo não pode ser averiguado e é usado para fortalecer o discurso anti-vacina.

Há ainda o compartilhamento de outras páginas, enquetes (que têm objetivo relacional ou de mobilização do grupo), e arquivos. Arquivos crus contaram com pouquíssimo engajamento. Geralmente se tratavam de artigos científicos, compilados de informações (suspeitos e desinformativos), bulas de medicamentos, livros e outros tipos de documentos que engajaram pouco os membros.

A presença destas diferentes formas de conteúdo obedece ao que Hine (2000, p. 142) chama de performance de autenticidade de uma página (neste caso, uma comunidade). Isto diz respeito a maneiras de induzir confiança nas informações difundidas na publicação. A autora aponta que os autores destes conteúdos se valem de um rol de estratégias estéticas e discursivas para tornar seu discurso convincente. Isso inclui o uso de linguagem jornalística, dados científicos e a estrutura discursiva de documentários, por exemplo, para corroborar seu discurso.

Um fato importante observado foi que conteúdos com declarações exacerbadamente escandalosas ou exageradas, com longos textos, arquivos e dados crus, em outras línguas, destoantes e dissonantes das crenças do grupo tendem a ter pouca repercussão. Isso denota uma preferência por conteúdos cujo conteúdo seja de simples compreensão e credíveis, dentro dos parâmetros de crença do grupo.

5.1.5 Natureza

Antes de apresentar o resultado da análise da natureza dos conteúdos que, conforme apresentado anteriormente, podem ser: a) legítima, b) informativa, c) suspeita e d) desinformativa, deve-se distinguir um tipo de narrativa que transpõe estas categorias: as teorias conspiratórias.

As narrativas presentes em teorias da conspiração não são o foco deste estudo, portanto elas não serão destrinchadas. Porém, vale citar que elas são constantemente veiculadas nos posts do grupo, geralmente para reforçar um argumento anti-vacina já categorizado. Contudo teorias conspiratórias sobre diversos tópicos foram registradas, como as que citam Illuminatis, reptilianos, o *Deep State*, a Nova Ordem Mundial, entre vários outros exemplos.

Keeley (2006, p. 51) define teorias da conspiração como uma explicação proposta para algum (ou vários) evento histórico (s) a partir da ação causal de um grupo relativamente pequeno de pessoas (os conspiradores) agindo em segredo. Essa explicação é adotada, segundo Sandra Silva (2010) para se referir a tentativas de explicação alternativas àquelas veiculadas oficialmente pela imprensa, ciência ou governos.

Contudo, Keeley (2006, p. 45-46) distingue estas teorias que confrontam versões de eventos históricos das que são completamente injustificadas e não sobrevivem aos fatos apresentados. Estas, segundo Keeley (2006 p. 59), constituem uma super racionalização da realidade que leva à procura de respostas onde elas podem não existir. Esta ânsia deriva de uma perspectiva cética (quase niilista, na perspectiva do autor) de questionar motivações e comportamentos de outras pessoas e as instituições a quais elas pertencem.

Keeley (2006, p. 60) afirma que não existe uma distinção clara entre teorias da conspiração más ou boas. Na verdade, algumas delas se provam corretas, como o caso Watergate nos EUA, por exemplo. Isto demonstra que elas não são injustificadas

por definição, ou seja, alienadas da realidade e carentes de factualidade *a priori*. O problema geral com as teorias da conspiração, portanto pode ser psicológico, ancorado nos próprios indivíduos que não sabem onde parar na sua busca por resposta para a realidade.

As teorias conspiratórias registradas focavam em narrativas perpetuadas pelo Estado, pela ciência e pela imprensa. Elas apresentavam toda uma nova proposta de compreensão de eventos históricos, principalmente aqueles ligados às vacinas, onde as narrativas “oficiais” eram desmentidas por elaborados esquemas ultrassecretos com objetivos escusos como a redução populacional, implantação de microchips ou feminilização masculina, por exemplo.

A partir desta discussão é importante apontar que teorias da conspiração podem ser desinformação e, como afirma D’Ancona (2018) desinformação é um fenômeno emocional, não racional. Os membros da comunidade provavelmente são fisgados pelas chamadas apelativas que geralmente acompanham este tipo de publicação e podem ser vítimas de desinformação, neste percurso. Neste sentido, teorias conspiratórias têm uma tendência não imperativa para a desinformação.

Teorias da conspiração, portanto, podem ser enquadradas somente a partir das suas alegações. Elas puderam ser enquadradas nas categorias de natureza suspeita e desinformativa. Se fosse possível conferir os fatos relacionados as suas alegações em fontes confiáveis (mídia, ciência e governo, os mesmos alvos-comum destas teorias) e comprovados falsos, elas eram enquadradas na categoria desinformativa. Se suas alegações fossem impossíveis de serem averiguadas ou contivessem relatos inacessíveis de testemunhas, especialistas, etc. eram enquadradas na categoria suspeita.

Na tabela 14 é possível observar a frequência de cada categoria de natureza de conteúdo e sua média de reações no grupo.

Tabela 14: Natureza do conteúdo

Natureza	Frequência	Média
Conteúdo legítimo	585	44,01
Desinformativo	381	36,24
Suspeito	153	36,93
Informativo	3	12,66

Fonte: Autor.

Como pode ser observado, conteúdos do tipo legítimo são os mais frequentes e com melhor média de reações. Este tipo de conteúdo engloba compartilhamento de notícias, conteúdo opinativo legítimo, relacional, entre outros. A maior média de reações demonstra que a comunidade se ancora não somente no compartilhamento de desinformação ou conteúdo informativo, mas principalmente em conteúdo que legitima seu discurso e fortalece os laços relacionais dos membros.

Isto demonstra um grande capital social gerado pelos atores, que demonstram não somente uma grande atenção ao mundo “lá fora” como também a força dos seus laços intergrupais. Sua legitimidade enquanto movimento social reside na conexão entre o mundo online e offline, na esperança de gerar real impacto na sociedade e em suas vidas sob o prisma de suas crenças.

Postagens com conteúdo do tipo informativo foram raras. Elas englobam o compartilhamento de documentos, bulas ou artigos científicos de maneira crua e que não foram enquadrados como desinformativos ou suspeitos. Ou seja, o compartilhamento de documentos legítimos, mas de teor informativo.

A baixíssima média de reações deste tipo de conteúdo demonstra que os membros não têm interesse na sua natureza. Isto pode se dar pela sua legitimidade intrínseca, que denota conexão com o discurso científico ou oficial, ou pelo fato de disponibilizar um documento com informações complexas e de difícil compreensão. Inverter esta lógica demonstra que tipo de conteúdo pode obter maior sucesso de reações: conteúdos de fácil compreensão, apelativos, tendenciosos ou condizentes com suas crenças e discursos.

Algumas postagens puderam ser enquadradas como suspeitas usando um critério similar ao usado para enquadrar origens deste tipo. Se as afirmações, relatos ou fatos apresentados na publicação soaram exageradas, apelativas, inverossímeis, ou impossíveis de serem checadas, elas foram enquadradas nesta categoria. Em falta de provas de que são falsas, concede-se o benefício da dúvida a estas publicações. Não é possível provar que elas sejam falsas, mas a natureza de seu conteúdo certamente tende a soar duvidosa.

Assim como as teorias conspiratórias podem ser enquadradas nesta categoria, alguns relatos sem fonte, nomes, locais ou datas também o foram. Parecem ser discursos construídos com intuito de convencer, na maioria das vezes, sobre os

malefícios das vacinas, a falta de credibilidade da ciência, mídia e governo, entre outros discursos e crenças do grupo.

Como citado anteriormente, não é possível identificar a intencionalidade desinformativa nos atores observados, condição essencial para o desinformador, como apontado por Fallis (2009). Porém, é possível identificar sites e conteúdo desinformativo através da comprovada inveracidade de suas alegações e natureza enganosa de seu conteúdo.

O conteúdo desinformativo possui uma média de reações quase igual aos suspeitos, o que também demonstra o quão tênue é a linha que separa os dois tipos de conteúdo. Eles puderam ser categorizados assim graças a um critério semelhante ao usado nas origens desinformativas. Se suas alegações, fatos, relatos, dados ou eventos puderam ser checados e identificados enquanto falsos, eles puderam ser enquadrados nesta categoria.

Como apontado por Wardle e Derakhshan (2017, p. 17) o conteúdo desinformativo, dentro da compreensão de um ecossistema desinformativo, tem sete naturezas distinguíveis. Todo conteúdo que foi identificado como desinformativo foi, então, categorizado segundo a definição dos autores. A frequência e média de reações de cada um pode ser observada na tabela 15.

Tabela 15: Natureza do conteúdo desinformativo.

Natureza do conteúdo desinformativo	Frequência	Média
1) Sátira ou paródia: conteúdo sem intenção de prejudicar, mas com potencial de enganar	0	0
2) Conteúdo enganoso: uso de informações de maneira enganosa para enquadrar um assunto ou indivíduo	253	32,77
3) Conteúdo impostor: personificação de uma fonte genuína	64	28,70
4) Conteúdo fabricado: conteúdo 100% falso criado com a intenção de enganar e prejudicar	76	32,07
5) Falsa conexão: quando manchetes, ilustrações ou legendas estão em desacordo com o conteúdo	18	38,61
6) Falso contexto: conteúdo genuíno compartilhado com informações contextuais falsas	70	47,52
7) Manipulação do contexto: quando uma informação ou imagem autêntica é manipulada com o objetivo de enganar.	0	0

Fonte: Autor.

Antes de analisar a tabela, é importante salientar que as publicações, em determinados casos, puderam ser enquadradas em mais de uma categoria. Tudo dependia da complexidade dos recursos utilizados na publicação. Por exemplo, uma mesma publicação poderia usar uma matéria jornalística que citasse uma morte de

um recém-nascido. Neste mesmo post, compartilhando este link, o ator compartilha um texto na publicação contextualizando erroneamente aquela matéria, associando a morte do bebê a uma vacina. A partir deste momento seria possível enquadrá-lo na categoria de “Falso contexto”.

Mas, se ao mesmo tempo o ator cita e disponibiliza o link de um artigo científico falso que associa a vacina contra tétano à morte de recém-nascidos para corroborar seu argumento, seria possível enquadrar essa publicação simultaneamente na categoria “Conteúdo impostor”. Portanto, esta seria uma publicação multicategorial, condição frequente nesta análise.

Começando pela mais frequente das naturezas, a “Conteúdo enganoso”. Ela envolve uma teia de informações associadas a fim de enganar. Um exemplo comum era um ator citar dados de relatórios de cobertura vacinal ao mesmo tempo que disponibilizava um histograma de mortes de recém-nascidos e concluía que os dois eventos estavam interligados. Ou seja, quanto mais vacinas se aplicavam mais bebês morriam.

Esse salto de raciocínio ignora todas as outras variantes possíveis no aumento do número de mortes, como acesso a saúde, saneamento básico, atendimento pré-natal, IDH, etc. para fazer uma relação causal direta com a suposta letalidade das vacinas. Esta conclusão, embora use informações verdadeiras, as associa de maneira enganosa para embasar uma conclusão falsa, que ele quer propagar para o grupo.

Esta estratégia pode ser muito sutil e de difícil detecção, quanto mais para um membro que já compartilha as crenças do grupo ou pelo menos tem certa hesitação com vacinas. Ela também poderia ser embasada em informações falsas, descontextualizadas ou diversas outras que também a enquadrariam em outras categorias.

Se imaginarmos o percurso desinformativo de um indivíduo, ele poderia ser descrito como um redemoinho. Este redemoinho capturaria os indivíduos orbitando ao seu redor de forma leve e insuspeita. Um indivíduo que pode ou não ter uma postura exageradamente crítica quanto aos discursos “oficiais” sobre a realidade ou que têm certo receio a um tópico específico como, por exemplo, as vacinas, pode ser atraído por um conteúdo desinformativo leve. Este conteúdo pode ser de uma

natureza que personifique uma fonte oficial (conteúdo impostor) ou manipule uma imagem para enganar (manipulação do contexto), por exemplo.

Seguindo esta metáfora, o indivíduo seria tragado aos poucos dentro deste redemoinho desinformativo, consumindo cada vez mais conteúdos desinformativos, agora de outras naturezas. É claro que este não é um caminho linear ou sem volta, mas, nesta metáfora, o fundo do poço deste redemoinho parece ser o da segunda categoria mais frequente na análise: o de conteúdo fabricado.

Nesta categoria estão aqueles conteúdos completamente falsos, sem embasamento nenhum em dados, eventos ou informações reais. É aquela que abrange teorias conspiratórias e origens desinformativas que lucram com acessos e anúncios em seus sites. É, por exemplo, uma publicação que noticia que Bill Gates auxiliou a criação de vacinas com microchips para afeminar os homens com o objetivo de um domínio comunista de uma nova ordem mundial.

O consumo deste tipo de conteúdo implica, provavelmente, num estado de crença que superou o ceticismo e o engano e chegou a um ponto quase alienado da realidade, onde impera a lógica do nós (os detentores da verdade e defensores do bem) contra “eles” (os conspiradores e os alienados, envolvidos numa trama maligna).

Embora sua frequência, bem menor do que a primeira, demonstre que este tipo de conteúdo não é tão popular dentro da comunidade, ela demonstra que ela constitui parte significativa do conteúdo compartilhado. Se pode-se inferir que a grande maioria do conteúdo diz respeito a usuários no topo deste redemoinho, uma parte significativa e igualmente relevante (em sentido de média de reações) diz respeito a usuários no fundo.

O terceiro tipo de conteúdo desinformativo mais frequente foi o da categoria “Falso contexto”. É aquele conteúdo que, embora genuíno, é compartilhado com informações contextuais falsas. Geralmente ele engloba notícias compartilhadas que são enganosamente vinculadas a toxicidade ou fatalidade de vacinas ou mesmo artigos científicos que investigam contraindicações a vacinas compartilhados como se as reações adversas fossem universais.

A generalização e a falsa conexão são elementos chave neste tipo de conteúdo que visa para criar uma relação causal aparentemente legítima entre o discurso e o

material legítimo compartilhado. Normalmente os maiores alvos são a ciência e a vacinação especificadamente.

Essa aparente credibilidade explica, talvez, a altíssima média de reações deste tipo de publicação. Também indica que este tipo de conteúdo, aparentemente legítimo aos olhos de um membro no início do redemoinho desinformativo, é o mais popular no grupo. O que, por sua vez, indica que o grosso dos membros pode ser de indivíduos nessa condição, não aqueles completamente convertidos e conspiratórios.

Esta mesma lógica atende ao quarto tipo de conteúdo mais frequente, o “Conteúdo impostor”. As vestes de credibilidade proporcionada por instituições tradicionalmente legitimadas e com boa reputação na sociedade, como a ciência, a mídia e as instituições de Estado, servem bem para simular conteúdo produzido por elas, enquanto veicula desinformação.

Pode-se citar como exemplos deste tipo de conteúdo artigos científicos falsos, notícias em sites desinformativos que simulam a linguagem jornalística, ou, até mesmo, o uso de uma terceira voz supostamente integrante destas instituições.

O uso da voz de terceiros, por exemplo uma autoridade médica ou um pesquisador, pode servir para corroborar a crença anti-vacina e dar autoridade à afirmação. No contexto, nem importa sobre que vacina o estudo original era, o que importa é o fato de que ele corrobora o argumento apresentado. Este tipo de publicação angaria capital social para o ator e gera grande repercussão, principalmente pelo fato destas teorias se basearem em pressupostos da comunidade.

Toma-se como exemplo o frequente compartilhamento de conteúdos desinformativos produzidos por profissionais médicos, pesquisadores ou terapeutas da medicina alternativa na internet. Exemplos destes tipos de profissionais que foram identificados no corpus do trabalho são Victor Sorrentino, Hussein Awada, Jaime Bruning, Dr. Mercola, Dr Roncó, Dr Lair Ribeiro, e, é claro, a própria médica e terapeuta de ozonoterapia Maria Emilia Gadelha.

Como é possível que um ator na rede, na condição de crédulo em relação aos discursos “oficiais” sobre vacinas e hesitante vacinal não abraçar o discurso de um médico, terapeuta ou profissional da saúde que ataca as vacinas? Mesmo que isso signifique comprar um suplemento, um tratamento alternativo ou um livro, estes

discursos podem suprir uma necessidade de credibilidade no discurso anti-vacina para adesão do ator e também uma resposta à ausência de alternativa à vacinação para prevenir e cuidar de sua saúde.

Por fim, as categorias “Sátira ou paródia” e “Manipulação do contexto” não registraram frequência. A ausência de casos da primeira, talvez, se dê pela impossibilidade de detectar intenção dos atores no ato de disseminar desinformação. Mesmo que o conteúdo apresente nuances que remetam a esta categoria, é impossível determinar a ausência de intenção de prejudicar alguém ao compartilhá-lo.

A ausência de frequência na categoria “Manipulação do contexto”, que implica em uma informação ou imagem autêntica que foi manipulada com o objetivo de enganar, se explique talvez pela natureza do grupo. Os atores desinformados não aparentam ser pessoas com conhecimento técnico para alteração de imagens ou documentos com objetivo de desinformar. São, em geral, cidadãos, pais e mães preocupados com sua saúde e de sua família.

Por fim, as origens identificadas enquanto desinformadoras não lançaram mão desta estratégia para produzir seus conteúdos. Talvez conteúdo desta natureza exija a instrumentalização de um verdadeiro capital humano e econômico para um projeto desinformativo específico, tal como previsto na indústria da desinformação descrita por D’Ancona (2018).

O que se detectou não foi uma força-tarefa deste tipo, mas, sim, instituições, profissionais e indivíduos com interesses em lucrar (quer seja com capital econômico, político ou social) com a crença anti-vacina de maneira tangente aos movimentos. Para estes atores envolvidos, o que importa não é se organizar para atacar as vacinas em um projeto planejado, mas sim contribuir com a dúvida, porque ela pode se converter em algum tipo de lucro individual a ser colhido por eles.

5.1.6 Argumentos

Dentro dos conteúdos desinformativos foi possível identificar uma extensa maioria (83%) de publicações deste tipo cujo foco eram vacinas ou vacinação. Este segmento de publicações (a totalidade de conteúdo desinformativo) foi, então, analisado a partir de seus argumentos. A exemplo das naturezas de conteúdo

desinformativo, apresentadas na seção anterior, uma mesma publicação poderia conter mais de um argumento para atacar as vacinas.

Esta instância de análise foi possível graças à contribuição de Kata (2012, p. 3783-3784) em sua listagem dos argumentos mais frequentes do movimento anti-vacina na internet. Em sua análise dos grupos “Sou Contra a Vacina HPV” e “O Lado Obscuro das Vacinas”, Almeida (2019, p. 94-99) também listou os argumentos mais utilizados em seu período de análise, com destaque para argumentações do tipo “Apoio aos comentários dos colegas” no grupo analisado neste trabalho. Isto indica uma rede densa e coesa na análise de Almeida (2019) e valida o uso desta abordagem.

Partindo da lista de Kata (2012), esta pesquisa realiza uma adaptação desta lista, que contém originalmente 14 argumentos identificados, e adicionou dois novos argumentos que emergiram durante a análise etnográfica. A tabela 16 lista todos os argumentos identificados, sendo que os argumentos 15 e 16 são particulares deste trabalho.

Tabela 16: Argumentos anti-vacina

Argumento	Frequência	Média
1) “eu não sou anti-vacina, eu sou a favor de vacinas mais seguras”	22	35,63
2) “vacinas são tóxicas”	318	36,04
3) “vacinas deveriam ser 100% seguras”	33	14,69
4) “você não pode provar que vacinas são seguras”	5	14
5) “vacinas não nos salvaram de doenças”	79	32,53
6) “vacinas não são naturais”	171	35,84
7) “é necessário escolher entre a doença ou as sequelas da vacina”	13	13
8) “Galileu também foi perseguido” (no sentido de que aqueles que se opõem ao status quo sofrem perseguições mesmo que estejam certos)	161	47,62
9) “a ciência já esteve errada antes”	31	18,77
10) “tantas pessoas (anti-vacina) não podem estar todas erradas”	13	7
11) espantinho – o grupo ataca uma representação ridicularizada e enganosa de indivíduos pró-vacina e seus argumentos	15	45,86
12) “você foi comprado pela indústria farmacêutica”	83	30,65
13) “eu não acredito em coincidências”	12	7,58
14) “no que se refere ao meu filho, eu sou um(a) especialista” – ou seja, um profissional de saúde não tem opinião mais válida, a não ser que seja consonante com a sua	3	21
15) Requerimento de direitos/liberdade	44	40,22
16) Outros	166	35,94

Fonte: Autor.

O argumento mais frequente, aquele que relaciona vacinas a algum nível de toxicidade, inclui a citação de doenças, condições psicossomáticas ou outros males ocasionados por vacinas, questionamento sobre a composição supostamente tóxica das vacinas, reações alérgicas, autismo por vacinação etc.

A alta média de reações deste tipo de conteúdo, associado a seu alto número de frequência indica que este é um dos temas centrais de discussão no grupo. A hesitação vacinal cerca, principalmente, o medo de um suposto impacto na saúde dos indivíduos e seus familiares. E o medo é uma porta de entrada para a natureza emocional da desinformação.

A gama de consequências das vacinas na saúde listadas nas publicações é grande e inclui deste aquelas legítimas mas enganosamente citadas, como as erupções cutâneas que ocorrem após certas vacinas, até algumas absurdas, como mudança de sexo através de alteração no DNA.

O segundo argumento mais frequente é aquele que alega que vacinas não são naturais. Este argumento engloba diversos ângulos, como o questionamento da composição da vacina a partir de uma perspectiva moral (alega-se que ela possui fetos abortados ou DNA de macacos, por exemplo), a alegação de que nosso sistema imune não precisa de vacinas para se defender ou de que a seleção natural deve ser obedecida, a de que qualquer doença pode ser tratada através de tratamentos ou terapias alternativas, entre outros.

O ponto central neste tipo de argumentação é derrubar a ideia de que vacinas são necessárias, moralmente aceitáveis ou a única opção viável. Nessa perspectiva, geralmente, alternativas para a vacinação são convenientemente citadas³⁶: ozonoterapia, suplementos vitamínicos, hemoterapia, protocolos nutricionais, etc.

A categoria “Outros” dentro dos argumentos listados foi uma das duas categorias que teve de ser criada para contingenciar todos os argumentos registrados neste trabalho. Ela é a terceira mais frequente e possui média de reações alta em comparação com os outros argumentos listados.

³⁶ A relação entre este argumento e a medicina alternativa será melhor explicada na seção seguinte, no tópico “Medicina alternativa”.

Esta categoria engloba as teorias da conspiração anti-vacina com seu criativo leque de argumentos e alvos, o questionamento contestável da eficácia e eficiência das vacinas, o questionamento espúrio da validade e capacidade da ciência (incluindo aqui pesquisadores, medicina, profissionais da saúde, instituições científicas, etc.), o questionamento enganoso sobre as políticas públicas voltadas para a área da saúde executadas pelo Estado, o ataque à mídia (por não dar espaço para que o movimento divulgue a “verdade” sobre as vacinas ou supostamente acobertar eventos por interesses financeiros) e outras desinformações que não dizem respeito a vacinas (como ataques a filantropos como Bill Gates e George Soros, por exemplo).

A boa média de reações desta categoria demonstra que: a) está confirmada a boa receptividade a teorias conspiratórias, embora sua frequência não seja proeminente; b) a oposição à instituição ciência (englobando o leque de atores envolvidos neste termo), ao Estado e à mídia encontra eco dentro do grupo; e c) o ambiente desinformativo anti-vacina engloba indivíduos que compartilham outros ambientes desinformativos com outros focos (como política ou religião, por exemplo).

O quarto argumento mais frequente, “Galileu também foi perseguido”, é uma figura de linguagem utilizada por Kata (2012) para englobar aqueles argumentos que ressaltam uma suposta perseguição ou retaliação aos indivíduos que se opõem às vacinas ou ao “sistema” que as suporta (este sistema pode englobar a *Big Pharma* – conglomerado de empresas da indústria farmacêutica, OMS, grupos secretos conspiratórios, políticos, mídia, cientistas, etc.).

Este argumento geralmente está associado a teorias conspiratórias, relatos de celebridades do movimento anti-vacina que dizem ter sofrido consequências por seu posicionamento, notícias de ativistas supostamente assassinados pelo “sistema” para ocultar algum segredo, “denúncias” de censura ou movimentação política contra os ativistas anti-vacina, etc.

Em suma, este argumento gira em torno da dualidade nós contra eles, num sentido quase tribal de associação que exige um posicionamento mais assertivo por parte dos membros do grupo. Não por coincidência este é o tipo de argumento com maior média de reações do grupo. O apelo a este sentimento de perseguição e/ou de retaliação faz emergir um sentimento de corroboração das crenças dos indivíduos. A linha de pensamento parece ser: “Se estão nos atacando é porque estamos certos”.

Em seguida aparece o argumento “Você foi comprado pela indústria farmacêutica”, que diz respeito à descredibilização de um indivíduo ou instituição por supostos laços com a *Big Pharma*. Este tipo de ataque tem alto teor conspiratório por insinuar que há um grande conluio dentro das corporações envolvidas com a indústria farmacêutica para corromper instituições públicas, científicas e médicas, além de profissionais de imprensa e saúde para que a “verdade” sobre as vacinas continue oculta ou que vacinas sejam aprovadas e recomendadas sem necessidade.

A média de reações a publicações e frequência deste tipo de argumento demonstra que ele é relevante e obtém certa importância na dinâmica relacional do grupo. O apelo deste tipo de publicação também deixa claro o aspecto emocional da desinformação, com frases como “a indústria farmacêutica não quer que você descubra isso” ou “a Monsanto que financia a OMS” sendo alguns dos exemplos deste tipo de publicação.

O argumento “vacinas não nos salvaram de doenças” aparece em sexto lugar em frequências, com uma significativa média de reações. Este tipo de publicação argumenta que vacinas não foram as responsáveis pela erradicação de suas respectivas doenças. Segundo as publicações registradas, as doenças cujo controle ou dizimação são creditados às vacinas na verdade foram resolvidas pela imunidade de rebanho, evolução natural, ato de deus ou uma mudança de determinado hábito.

Este tipo de publicação demonstrou uma grande convergência com a veiculação de conteúdo desinformativo e pró-medicina alternativa. Afinal, se vacinas não são necessárias e não nos serviram de nada é porque podemos resolver qualquer doença com meios alternativos. Esta é a janela para a venda de diversos tipos de produtos e serviços dentro desta área.

O sétimo tipo de argumento mais frequente também foi uma das categorias criadas especificadamente para esta análise. A mobilização do movimento anti-vacina deixa claro a intenção de agir politicamente para interferir nas políticas públicas da área da saúde e influenciar a opinião pública. Desta maneira, os argumentos do tipo “requerimento de direitos/liberdade” possuem forte apelo ao senso de comunidade dos membros do grupo. Este fato fica claro pela média de reações superior à maioria das outras categorias de argumentos.

É importante ressaltar que ele não é necessariamente desinformativo. Na verdade, a frequência registrada desta seção diz respeito somente àquelas publicações que eram ao mesmo tempo desinformativas e que argumentavam em prol de possuir direito ou liberdade maior em relação às políticas públicas na área da saúde (principalmente à vacinação). Um grande número de publicações com este tema foi enquadrado na categoria “Política” a ser analisada posteriormente na seção de tópicos.

A partir deste momento, serão tratados aqueles argumentos com baixa frequência. A grande maioria destes restantes não alcançou uma média alta de reações dentro desta análise. Portanto, divide-se em dois grupos a parte seguinte da análise de argumentos: primeiramente serão apresentados os dois que mantiveram uma alta média de reações apesar de sua baixa frequência, em seguida o restante, que somou a baixa frequência a uma baixa média.

O argumento do “Espantalho”, ou seja, aquele em que uma representação ridicularizada dos indivíduos pró-vacina e seus argumentos são atacados, obteve a segunda melhor média de reações observada, apesar de sua baixa frequência. Publicações que contêm este tipo de argumento costumam usar memes, humor, ironia ou erros de atores e instituições que suportam as vacinas para estabelecer um argumento de maneira enganosa.

Um exemplo frequente é o questionamento do porquê de indivíduos anti-vacina serem uma ameaça à saúde pública se vacinas realmente funcionam. Ou seja: se vacinas funcionam as pessoas que não se vacinam não vão se contaminar e tampouco contaminar ninguém, caso contrário elas nem ao menos funcionam. Esta simplificação enganosa se ancora na lógica de imunidade de rebanho³⁷ (e ignora vários preceitos de infectologia e gestão de saúde pública) para ridicularizar e atacar políticas públicas de vacinação e críticas a indivíduos anti-vacina.

A alta média deste tipo de publicação mostra a eficiência do reducionismo e generalização da realidade para melhor se comunicar dentro do grupo. Ao retratar o outro lado como tolo, o grupo reafirma seu próprio senso de razão e superioridade. A ironia deste tipo de publicação não é nem ao menos considerada pelos membros do

³⁷ Saiba mais em: <https://saude.abril.com.br/especiais/o-que-significa-a-tal-da-imunidade-de-rebanho/>. Acesso em 05/05/2021.

grupo. Em sua perspectiva, eles estão plenamente corretos e o outro lado plenamente enganado (população) ou errado (“conspiradores”).

A segunda categoria com baixa frequência, mas alta média de reações é aquela que se vale do seguinte argumento: “Eu não sou anti-vacina, eu sou a favor de vacinas mais seguras”. Este tipo de publicação geralmente acompanha publicações enganosas, mas não conspiratórias. Dentro da metáfora do redemoinho desinformativo, elas estariam na borda ou no início. Sua alta média de reações corrobora sua relevância para a dinâmica relaciona do grupo.

É comum a este tipo de publicação a descontextualização de notícias, apropriação de dados ou informações enganosas, divulgação de tratamentos ou medicamentos alternativos, manifestações relacionais no grupo entre outros tipos de publicação. O ponto central aqui parece ser uma hesitação à vacinação causada pela desinformação sobre a toxicidade às vacinas.

Um primeiro ponto importante é a aparente necessidade, neste tipo de publicação, de se afirmar como um indivíduo que não é anti-vacina. Isso demonstra uma sensação de distanciamento dos argumentos mais exagerados, exacerbados ou alienados dentro do grupo. Porém, este tipo de publicação pode ser um anzol extremamente eficiente para fisgar novos membros com este tipo de hesitação vacinal. Crê-se na importância e eficiência das vacinas, mas têm-se medo de suas reações. Para um desinformador eficiente, isto pode ser o suficiente.

A partir de agora, serão tratados os argumentos com baixa frequência e baixa média de reação no período de análise. Mais do que apenas impopulares, estes argumentos demonstram a baixa aderência do grupo a suas estratégias argumentativas em detrimento das anteriormente citadas. O pouco comentado diz muito sobre o muito comentado.

O argumento “Vacinas deveria ser 100% seguras” possui grande similaridade com o analisado anteriormente, “Eu não sou anti-vacina, eu sou a favor de vacinas mais seguras”. A diferença entre os dois fica clara em dois pontos. Primeiro ele possui um posicionamento menos moderado que o anterior, o que pode explicar sua baixa adesão. O segundo fica por conta de uma exigência científica de que um medicamento deveria ser completamente eficaz e seguro.

Isto está longe de ser cientificamente possível³⁸, sempre haverá riscos relacionados ao uso de um medicamento, casos em que ele não surte o efeito desejado e efeitos colaterais. O processo de pesquisa e desenvolvimento busca otimizar ao máximo a relação entre custo e benefício deste medicamento antes de oferece-lo ao público.

O que este argumento parece querer defender é que vacinas não deveriam ser tomadas, dadas os seus possíveis efeitos colaterais, tampouco utilizados em massa na população. A alternativa, segundo diversas associações dentro desta categoria, ficaria por conta de tratamentos preventivos e paliativos “alternativos” em massa. Mais uma vez a porta fica aberta para mensagens desinformativas que beneficiam a indústria da medicina alternativa.

Outro argumento nesta linha de pensamento é o: “vocês não podem provar que vacinas são seguras”. Publicações que a utilizaram geralmente questionavam os próprios métodos científicos implicados na pesquisa de desenvolvimento e experimentação de vacinas. Em outras palavras: a ciência não é confiável ou capaz de comprovar que vacinas são seguras. A conclusão dada variava entre a conclusão de que vacinas eram essencialmente inseguras até a de que havia um grande complô para ocultar esta insegurança.

Outro tipo de argumento era o: “A ciência já esteve errada antes”. Publicações deste tipo levantavam erros, fictícios ou verdadeiros, para desacreditar a ciência como método e base para tomada de decisões na esfera pública, privada e de Estado. Esta apropriação era enganosa a partir do momento que generalizava erros (éticos, metodológicos, processuais, etc.) para toda a comunidade científica de qualquer área.

A ironia deste tipo de publicação é que, em casos de cientistas anti-vacina marginalizados por seus erros enquanto profissionais ou pesquisadores, o discurso dos indivíduos anti-vacina muda completamente, enquadrando estes cientistas simpáticos à causa como os Galileus perseguidos pelo “sistema”.

A baixa relevância destes três últimos tipos de publicação pode, talvez, ser explicada por exigir certo conhecimento do processo científico para construir uma crítica, mesmo que de maneira completamente errônea. Se o fenômeno

³⁸ Saiba mais em: https://www.far.fiocruz.br/wp-content/uploads/2016/07/cartilha_web5.pdf. Acesso em 01/10/2019.

desinformativo tem maior apelo através do espectro emocional, uma frente racional de ataque pode possuir uma popularidade naturalmente menor entre os membros.

Os últimos quatro tipos de argumentos se ancoram unicamente na experiência pessoal para compreender a realidade. Este fenômeno é explicado por Marineli (2020), que aponta que a crise de credibilidade nas instituições que normalmente são basilares da verdade nas democracias pode gerar este tipo de reação:

Muitas vezes os indivíduos descartam uma ideia ou informação, ou simplesmente consideram-nas falsas, pelo mero motivo de serem contrárias às suas crenças pessoais. Quando a dúvida sistemática recai sobre as instituições, quando se duvida da imprensa, da ciência, da política, as pessoas se tornam cada vez mais dependentes das próprias experiências e crenças sobre como o mundo funciona (MARINELI, p. 1176, 2020).

Portanto, quando o indivíduo argumenta: “Tantas pessoas (anti-vacina) não podem estar todas erradas”, “É necessário escolher entre a doença ou as sequelas da vacina”, “eu não acredito em coincidências” e/ou “no que se refere ao meu filho, eu sou um especialista”, o que está confiando ou afirmando que relatos pessoais, experiências pessoais e crenças pessoais sobrepujam quaisquer fatos ou dados que a contraponham.

Talvez, a baixa relevância deste tipo de argumento nesta seção, que analisa somente aqueles conteúdos que foram identificados como desinformativos, se dê pelo fato de que relatos pessoais foram geralmente enquadrados como suspeitos pela impossibilidade de checagem de veracidade.

O que não quer dizer que não são parte significativa desta análise. Na verdade, como será demonstrado na seção posterior, publicações com conteúdo enraizado nesta lógica de pensamento constituíram grande parte do corpus de análise de tópicos, com alta média de reações dos usuários.

5.2 Análise de conteúdo dos tópicos

A análise dos tópicos fica a cargo da metodologia da análise de conteúdo temática-categorial, a partir da perspectiva de Bardin (1977). Segundo a autora (BARDIN, 1977, p. 95) a metodologia exige três passos: 1) pré-análise, que foi cumprida na pesquisa exploratória prévia e determinação de recorte e pontos de foco; 2) exploração do material, que consistiu no registro das publicações e codificação das

unidades de registro (posts) para posterior catalogação em planilha; 3) tratamento dos resultados, inferência e interpretação.

O maior desafio para codificação das publicações, como dito anteriormente, foi a pluralidade de tópicos das publicações. A análise de conteúdo temática-categorial exige estabelecimento de índices claros para codificação e sequente categorização das unidades de registro (BARDIN, 1977, p. 95-98). Na pré-análise e na fase etnográfica foram identificadas temáticas frequentes que, talvez, serviriam de norte. A solução encontrada foi a leitura da mídia proposta e registro de seus diversos tópicos centrais para tentar enquadrá-la em alguma categoria pré-existente e, se não possível, criar uma nova categoria para ela.

Porém, ao longo da pesquisa, foi notado que existiam mais camadas possíveis. A mesma publicação poderia conter diferentes índices que resultariam em diferentes codificações e uma ambiguidade de classificação. Por exemplo, é possível afirmar que vacinas são tóxicas (categoria: Toxicidade) ao mesmo tempo em que se critica o poder público por tornar a vacinação obrigatória (categoria: Política), por exemplo.

Esta dinamicidade torna as publicações não só plurais em seus tópicos, mas também, como apresentado anteriormente, plurais em suas formas, estratégias desinformativas e argumentos (no caso das publicações desinformativas). Inclusive, não raras vezes, foi observado a soma de argumentos contraditórios na mesma publicação. Como afirma D'Ancona (2018), “a pós-verdade é, acima de tudo, um fenômeno emocional. Diz respeito à nossa atitude em relação à verdade, e não à própria verdade”.

Desta maneira, deixa-se claro que os tópicos não são exclusivos e, sim, eventuais. Ou seja: a mesma publicação pode possuir mais de um tópico e, frequentemente, o possuía. Dito isto, na tabela 17, é possível observar os tópicos mais frequentes assim como sua média de reações das publicações em que este tópico esteve presente.

Tabela 17: Tópicos.

Tópico	Frequência	Média
Vacinas	796	40,78
Toxicidade	491	40,46
Relacional	416	47,93
Política	327	42,17

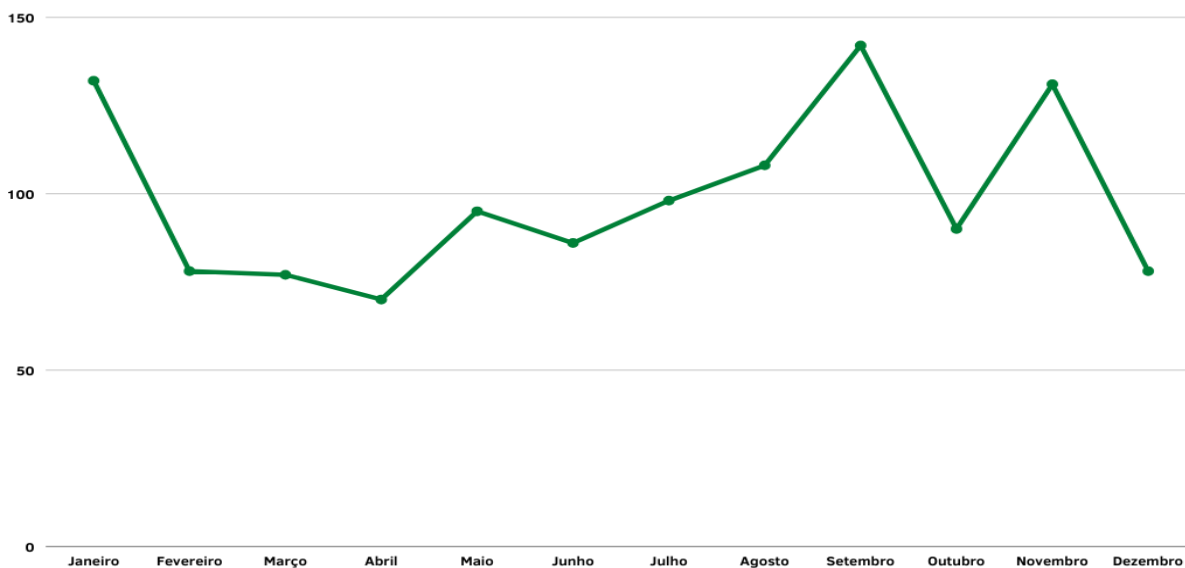
Ciência	299	44,69
Notícias	216	53,72
Mortes	144	39,62
Informativo	122	30,90
Big Pharma	113	30,60
Autismo	100	35,22
Medicina alternativa	65	32,33
Mídia	41	55,19
Religioso	35	42,08

Fonte: Autor.

Feita a frequência dos tópicos e categorização, segue a análise das categorias por amostra mais relevante. A relevância é calculada a partir das maneiras de interação na comunidade possíveis de serem acessadas publicamente: reações, comentários e compartilhamentos. Estes números são somados para encontrar, então, a amostra de maior relevância do período por categoria.

Um último ajuste necessário a se citar sobre as amostras é a coincidência. Algumas das publicações mais relevantes se enquadram em mais de uma categoria. Tecnicamente elas deveriam estar representando todas as suas categorias temáticas, mas, para efeito de elucidação no trabalho, toma-se a liberdade de impedir que uma publicação sirva de amostra simultaneamente. Desta maneira, usa-se o tópico mais evidente da publicação para desempate categorial e escolhe-se a publicação mais relevante seguinte para representar a categoria agora carente de amostra.

Antes de seguir com a análise, contudo, apresenta-se o histograma do volume de publicações durante o ano de 2019, disponível na figura 23. Este gráfico possibilita a visualização do número de publicações por mês, o que pode contribuir na discussão posterior dos tópicos. O eixo vertical na esquerda indica o número total de publicações no mês, incluindo aquelas que foram excluídas. O eixo horizontal na parte inferior indica a progressão histórica no período de análise em meses.

Figura 23: Histograma de frequência de postagem

Fonte: Autor

Como pode ser observado, o número publicações começa em alta no mês de janeiro, mantêm uma baixa constante até o início de abril, quando inicia uma subida que atinge o ápice da análise no mês de setembro. Em outubro, mês de início da campanha de vacinação contra o sarampo, há uma brusca queda de publicações seguida por uma alta em novembro, mês de término da campanha, e uma nova queda em dezembro.

Esta contextualização com a campanha nacional de vacinação contra o sarampo e o histograma representando o volume de publicações no período pode fornecer contexto às publicações a serem analisadas a seguir. As categorias de tópicos serão apresentadas em ordem hierárquica, da mais frequente a menos frequente.

5.2.1 Vacinas

A categoria “Vacinas” abrange aquelas publicações que focavam no tema vacina de alguma maneira. Isto inclui notícias sobre vacinas, relatos de efeitos colaterais pós-vacinação, teorias conspiratórias sobre vacinas, ataques a campanhas de vacinação, questionamentos à composição química de vacinas, enfim, qualquer tipo de publicação que tocasse no tema basilar para o próprio grupo.

Não é surpresa, portanto, que este é o tópico mais frequente. Num universo de treze categorias distintas, esta possui mais de 70% da frequência total de todas as

publicações registradas (796 de 1122). Mais do que isto, as publicações que tocaram neste tópico obtiveram boa média de reações dos usuários do grupo.

Estes dados demonstram tanto a centralidade deste tema na dinâmica relacional quanto a sua relevância apesar desta grande frequência. Ou seja, mesmo discutindo o tema constantemente, o interesse do grupo pelo tema não se esgota. Para um grupo com a palavra vacina no nome, isto demonstra conexões fortes e coesas com a sua proposta temática. Mais do que isso, um engajamento ativo dos atores participantes.

É difícil determinar o perfil das publicações desta categoria ao passo que, por serem tão frequentes, perpassaram todas as classificações usadas até agora: natureza de conteúdo, natureza de origem, forma de compartilhamento, estratégia desinformativa, argumento desinformativo, etc.

A amostra da categoria, disponível na figura 24, é justamente uma teoria conspiratória. É uma publicação do dia 8 de novembro e possui 50 reações, 7 comentários e 452 compartilhamentos. A publicação conta uma história envolvendo a pesquisadora virologista estado-unidense Judy Mikovits.

Mikovits, que agora é uma ativista anti-vacina, alega ter sido presa e proibida de falar qualquer coisa sobre suas descobertas por 4 anos pelo governo norte-americano por contrariar os interesses da *Big Pharma*, ou o conglomerado das grandes indústrias farmacêuticas. A história compartilhada conta que Mikovits descobriu que as vacinas continham retrovírus que causavam câncer, síndrome de fadiga crônica e distúrbios do neurônio motor e por isto sofreu esta retaliação.

Uma rápida busca³⁹ resulta em resultados que demonstram que o estudo de JM continha manipulação de dados⁴⁰ e que o vírus foi resultado de contaminação de laboratório e não oriundo das células humanas. O processo contra ela, e a prisão de 5 dias, se deram pelo roubo de dados e material de laboratório de seu antigo empregador. A revista *Science*⁴¹ não só se retratou pelo ocorrido como publicou

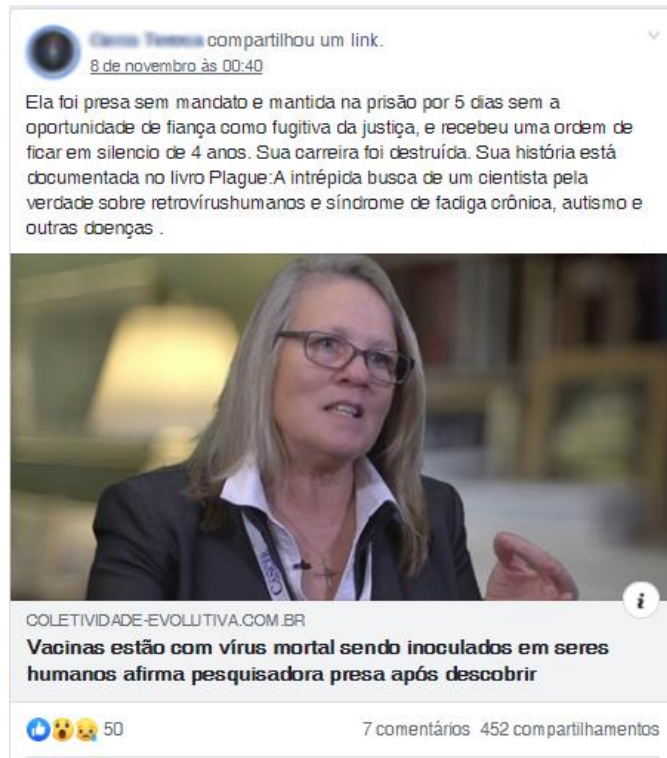
³⁹ Saiba mais em: <https://www.chicagotribune.com/lifestyles/health/chi-chronic-fatigue-syndrome-paper-10032011-story.html>. Acesso em 02/02/2020.

⁴⁰ Saiba mais em: <http://g1.globo.com/ciencia-e-saude/noticia/2011/12/revista-science-se-retrata-apos-vincular-fadiga-cronica-e-retrovirus.html>. Acesso em 01/02/2020.

⁴¹ Disponível em: <https://www.sciencemag.org/news/2012/09/final-study-confirms-virus-not-implicated-chronic-fatigue-syndrome>. Acesso em 05/02/2020.

estudos que provavam que Mikovits estava errada. Perante a ojeriza pública e de seus pares, Mikovits publicou um livro⁴² em que reafirma sua posição e associa as vacinas também com o autismo.

Figura 24: Vacinas



Fonte: indisponível⁴³.

Nesta publicação o que chama a atenção é o exorbitante número de compartilhamentos desta “notícia” que foi publicada em um site identificado como desinformativo: Coletividade Evolutiva⁴⁴. Este site emula o layout, linguagem e estética jornalística em suas publicações para disseminar desinformações sobre diversos tópicos, inclusive vacinas.

Este alto número de compartilhamentos demonstra a penetrabilidade de fontes externas à plataforma para a disseminação de desinformação, que foi demonstrada na predominância da origem “Site” na seção 5.1.1, e também a propensão do grupo

⁴² Disponível em: <https://www.amazon.com/Plague-Scientist%C2%92s-Intrepid-Retroviruses-Syndrome/dp/1510713948>. Acesso em 05/02/2020.

⁴³ A publicação foi excluída em algum momento após a realização da análise, não estando mais disponível no grupo.

⁴⁴ Disponível em: <https://www.coletividade-evolutiva.com.br>. Acesso em 05/05/2021.

para disseminar conteúdo desinformativo para fora do grupo, ultrapassando as fronteiras da comunidade formada.

Enquanto o postador, G.T., opera como um conector entre o grupo e outras fontes de conteúdo, os usuários oportunizam que indivíduos em suas próprias conexões individuais externas ao grupo também tenham acesso a este tipo de conteúdo. A um olhar leigo ou desinteressado, uma publicação deste tipo, que simula a linguagem jornalística, contém uma manchete chamativa, apela para o medo de morte e denuncia uma suposta conspiração é uma grande isca para a desinformação.

Os comentários demonstram novamente que teorias conspiratórias possuem relevância para o grupo, embora esta publicação tenha superado seus pares. Este fato pode talvez ser explicado por alguns dos elementos pertinentes a esta publicação parecerem dar um ar mais factual à narrativa, como o fato de Mikovits ser realmente uma pesquisadora, de seu livro realmente existir e o embate com seu antigo empregador realmente ter ocorrido.

Os comentários da publicação, em sua maioria, dão respaldo às suas afirmações, atacando o “sistema”, lamentando o ocorrido e levantando questões religiosas. Contudo, um dos comentários chama a atenção por sua discrepância. Observe a figura 25.

Figura 25: Comentário de publicação sobre vacinas

Andrews Luz <https://www.snopes.com/fact-check/scientist-vaccine-jailed/>
 Hmm pena que é falso as pesquisas que ela se envolveu não tem relação com vacinas feitas hoje e nem foi um estudo sobre elas, ta aí a reportagem:
<https://www.chicagotribune.com/.../chi-chronic-fatigue...>
 O livro que ela publicou também não tem relação alguma com vacinas, é a explicação sobre os estudos que ela fez sobre infecções dos problemas que ela estudou, o livro tem até no brasil:
<https://www.livrariacultura.com.br/.../plague-42164171>
 Fico me perguntando se o movimento de vocês talvez ganhasse força se vcs parassem de postar fake news.

SNOPE.COM
 Was a Scientist Jailed After Discovering a Deadly Virus Delivered Through...

Curtir · Responder · 2 sem

William Davidson Andrews Luz engraçado tudo contra vacinas é fakeneews ...
 Ela menciona no livro ,que foi pedido a ela que se retratasse dizendo que foi um erro seu estudo. A revista onde foi publicados o estudo se retratou dizendo que foi um erro este estudo. Mas ela não aceitou , por isso perdeu o emprego , por não se curvar ao sistema.
 O estudo dela relaciona o Retrovírus nas vacinas.
 Sugiro você ler o livro e buscar uma fonte confiável. Sites não são confiáveis , você entende, fakeneews é este tipo de post que você faz, sem fundamento.

Curtir · Responder · 2 sem · Editado

Fonte: indisponível⁴⁵.

O membro A. L., aparentemente alguém que não corrobora o argumento anti-vacina, desmente a notícia em alguns de seus pontos e em seguida afirma: “*Fico me perguntando se o movimento de vocês talvez ganhasse força se vcs parassem de postar fake news*”. O locutor, ao dizer, “o movimento de vocês”, expressa um possível distanciamento dele mesmo do próprio movimento anti-vacina.

Este possível distanciamento é mais do que suficiente para despertar a reação de B.D. Embora não seja um dos dez usuários que mais postaram, B.D. é um membro extremamente ativo do grupo, principalmente na seção de comentários, e compartilha constantemente conteúdo do grupo em seu próprio perfil pessoal. A forte coesão do grupo demonstra a força de suas conexões e a existência de um sistema quase tribal de crenças.

Sendo um usuário com crenças convergentes com a do grupo, B.D. replica: “*A.L., engraçado como tudo contra vacinas é fakenews...*”, depois repete as informações da matéria como fonte de veracidade da própria matéria e então conclui: “*Sugiro você ler o livro e buscar uma fonte confiável. Sites não são confiáveis, você entende, fake news é este tipo de post que você faz sem fundamento*”.

Esta réplica demonstra de maneira muito clara a lógica desinformativa dentro do grupo. A desconfiança das instituições é tão extrema que a própria razão é descartada para se corroborar um argumento que reforce suas próprias crenças. B.D. diz que a notícia do site é verdadeira porque o livro e a matéria o são. Mas, segundo ele, sites não são confiáveis, tampouco a publicação que A.L. fez, com fontes externas, questionando as informações da publicação. Esta lógica distorcida só tem uma lei: se a fonte corrobora minha crença, ela é válida.

5.2.2 Toxicidade

Em raros casos, as vacinas realmente causam reações alérgicas ou morte. Existem contraindicações para a vacinação⁴⁶, mas elas não podem ser generalizadas nem para todas as vacinas nem para todos os grupos de indivíduos para os quais a vacina é contraindicada. O processo de pesquisa e produção das vacinas, assim como

⁴⁵ A publicação foi excluída no grupo em algum momento após a análise.

⁴⁶ Disponível em: <https://jornal.usp.br/radio-usp/sao-poucas-mas-existem-contraindicacoes-para-vacinas/>. Acesso em 05/05/2021.

de qualquer medicamento cientificamente elaborado, obedece a critérios rígidos de controle de qualidade e redução de riscos. Além disso, o erro médico sempre é possível e pacientes podem sofrer consequências em sua própria saúde.

Porém, estes casos de reações e mortes por vacinas e erro médico são superdimensionados e superpublicizados pelos indivíduos dentro do grupo. Como, por exemplo, no caso das reações à vacina HPV ou da infecção imunizada do Sarampo. O número de casos em relação ao total de vacinados é muito baixo, mas extremamente valorizado no discurso anti-vacina. Ao mesmo tempo que as condicionantes que levaram aos eventos são ignoradas numa construção narrativa que busca vilanizar a vacina e tudo que a suporta ou apoia.

A partir desta breve contextualização sobre a toxicidade das vacinas e sua relação com a dinâmica comunicativa do grupo, é possível compreender melhor a categoria “Toxicidade”. Ela é composta por publicações sobre reações, sequelas, mortes e doenças associadas às vacinas. Esta associação pode ser verdadeira, como casos em que há relatos noticiados de uma reação vacinal com fonte; suspeita, em casos que essa associação não pode ser provada ou acessada; e falsa, quando ela é falsa, descontextualizada ou enganosa.

As origens deste tipo de publicação são diversas, mas é notório o uso de vídeos e imagens de pessoas com males atribuídos às vacinas e notícias de imprensa sobre reações vacinais específicas. A natureza de conteúdo desta categoria geralmente oscila, portanto, entre suspeita e legítima, sem deixar de apresentar momentos desinformativos.

A publicação amostral desta categoria é um link do portal de notícias Folha do Acre⁴⁷, postado por F.M. em 22 de outubro, e que noticia a declaração da médica e ozoterapeuta Maria Gadelha sobre as supostas reações na já citada Crise do HPV no Acre. Na figura 26 é possível observar a publicação., que obteve média de reações quase idêntica à da categoria “Vacinas”.

⁴⁷ Disponível em: <https://folhadoacre.com.br>. Acesso em 15/01/2020.

Figura 26: Toxicidade



<https://www.facebook.com/groups/OLadoObscuroDasVacinas/permalink/2409177522658188>

Ela soma 339 reações, sendo a mais relevante da categoria “Toxicidade” e também a que melhor representa a popularidade deste evento no grupo. Seu alto número de compartilhamentos demonstra, novamente, a propensão do grupo em compartilhar conteúdo proveniente de fontes externas. Neste caso, a origem é legítima, assim como seu conteúdo.

Contudo, seria oportuno questionar até que ponto os critérios de noticiabilidade de portais jornalísticos estão alinhados ao interesse público ao passo que dão espaço para discursos anti-vacina sob justificativa de isenção, dever de informar ou dever de ouvir os dois lados de um tópico.

Todo o evento relacionado a esta crise já foi abordado, mas é importante apontar que a correção destas informações, ou seja, a pesquisa na USP com as garotas que sofreram reações que desmentiu a hipótese de reação vacinal defendida

pela médica, não teve a mesma extensão de cobertura na mídia e menos ainda de penetração no grupo.

Os diversos comentários da publicação têm um tom geral de apoio à médica e ao discurso anti-vacina. Também estão presentes muitos comentários de membros alegando que também sofreram ou são pais de adolescentes que sofreram reações a esta vacina. Uma usuária, contudo, questiona a publicação e é duramente atacada pelos outros membros. Observe a figura 27.

Figura 27: Comentário em publicação sobre toxicidade



Fonte:

<https://www.facebook.com/groups/OLadoObscuroDasVacinas/permalink/2409177522658188>

C.S. inicia uma discussão acalorada em vários comentários. O print demonstra um deles, onde é possível observar mais uma característica da dinâmica relacional dentro do grupo e enriquece a discussão neste trabalho. Nele C.S. escreve: “É mesmo? Tomei 3 e estou muito bem. Inclusive melhor que antes”. Este tom de confronto é adotado pelo ator em outros comentários e em todos eles a reação é dura, com críticas, ataques e ameaças de banimento do grupo.

Neste exemplo, F.D. marca I.S., a administradora do grupo, em um tom de ameaça de exclusão imediatamente reconhecido por C.S.: “uai, agora nem postar que não tive reação pode?”. Ao que F.D. responde: “Continue rindo lindeza [...] já sabe né?”, expressando uma certeza de exclusão de C.S. por confrontar as crenças do grupo.

Após isto, P.T., um dos dez atores que mais postaram no grupo, age para inundar este e os outros comentários dissonantes de C.S. com matérias, links e imagens que corroboram a hipótese de que a vacina HPV causa reações, que vacinas são tóxicas, supostas mortes por vacinas, etc. O papel deste ator aqui parece ser o de extinguir qualquer dúvida à crença anti-vacina que os comentários de C.S. possam ter despertado.

Convocada por F.D. para a discussão, I.S. posteriormente agiu e excluiu todos os comentários de F.D. e baniou a usuária do grupo, mantendo a publicação intacta. Esta reação demonstra a geração de capital social pela coesão entre os membros para agir em conjunto, prover informações, repelir e expulsar um “forasteiro”. Mais do que isso, demonstra a figura de autoridade que I.S. possui no grupo e a sua reputação de mantenedora da ordem e coesão de crenças.

Outra questão importante relacionada a esta publicação é que o apelo à experiência pessoal em detrimento de fatos ou informações provenientes de instituições como a ciência, a mídia ou o Estado apontado por Marineli (2020) só é válido quando também corrobora a crença dos indivíduos. A experiência pessoal de C.S. é completamente deslegitimada, combatida e posteriormente ocultada. Ao mesmo tempo, outros relatos pessoais de supostos males causados pela vacina na mesma seção de comentários são enaltecidos.

Na dinâmica comunicativa do grupo, a censura contra o movimento anti-vacina é constantemente criticada e instituições como o Estado, a mídia, as plataformas de redes sociais e a ciência são sistematicamente atacadas por também não abrirem espaço para o discurso do grupo. Contudo, quando qualquer discurso dissonante ou proveniente destas instituições surge no grupo ela é aniquilada, ignorada ou ocultada. Para os membros desta comunidade, a realidade é o que eles querem ou permitem.

5.2.3 Relacional

Grande parte da dinâmica relacional do grupo depende de publicações que fortaleçam os laços criados entre os atores. É assim, fortalecendo estes laços, que cada vez mais capital social é gerado e mais densa vai ficando esta rede. Esta categoria engloba justamente publicações desta natureza, aquelas que contribuem de uma maneira ou de outra para fortalecer a relação dos membros do grupo. Elas podem dizer respeito a perguntas feitas aos membros, requerimentos de informações ou documentos, enquetes, pedidos de ordem relacional ou normativa, memes, piadas internas, mobilização política do movimento, etc. As publicações deste grupo acionam fortemente o capital relacional e cognitivo do grupo, com algumas obtendo grande número de reações.

É comum observar mães pedindo dicas de como evadir a obrigatoriedade vacinal de seus filhos, pessoas solicitando determinados documentários ou artigos anti-vacina que são famosos (como o documentário Vaxxed ou o artigo de Wakefield) e pessoas relatando confrontos com profissionais da saúde ou parentes que insistem na vacinação de seus filhos.

Este pedido representa bem a categoria ao passo que gera debate e aciona o capital relacional e cognitivo da comunidade. Também representa o perigo da apropriação das TIC's pelo movimento anti-vacina. Graças às redes sociais, indivíduos não só podem adquirir a crença anti-vacina como podem aprender maneiras de se esquivar das obrigações vacinais através da conexão com outros indivíduos da comunidade. As relações existentes no grupo ultrapassam a esfera virtual facilmente ao influenciarem ações destes indivíduos em suas vidas.

A falta de compartilhamento é outra característica deste tipo de publicação, exceto nos memes e posts bem humorados, pois se refere a um tipo de comunicação mais interna do grupo e debates sobre algum tópico específico o suficiente para não ser compartilhado em perfis pessoais ou outros grupos. A média de reações, que se destaca em relação às das outras categorias, demonstra que este tipo de conteúdo é extremamente relevante para o grupo e sua frequência diz que ele constitui parte importante da dinâmica comunicativa dele.

Sendo um meme, a publicação amostral desta categoria possui um número de compartilhamentos que não é facilmente visto em seus semelhantes. As reações,

como um todo, também possuem um número expressivo, demonstrando o sucesso da utilização deste tipo de linguagem e recurso no grupo. Na figura 28 é possível observar esta imagem, postada por I.S. em 27 de outubro com 394 reações.

Figura 28: Relacional.



Fonte: <https://www.facebook.com/groups/OLadoObscuroDasVacinas/permalink/2413744385534835/>

O primeiro fato relevante a se citar nesta publicação é que quem produziu e postou esta imagem é I.S., a administradora do grupo. Como foi demonstrado na seção 5.1.3, I.S. possui uma média de reações distinta, graças ao alto grau de capital social que ela possui no grupo. A imagem, a exemplo de outras, possui até um selo “oficial” do grupo, demonstrando que aquela é uma publicação do grupo para o grupo. O que não impede, é claro, que a imagem fosse compartilhada mais de uma centena de vezes ou fosse repostada outras vezes.

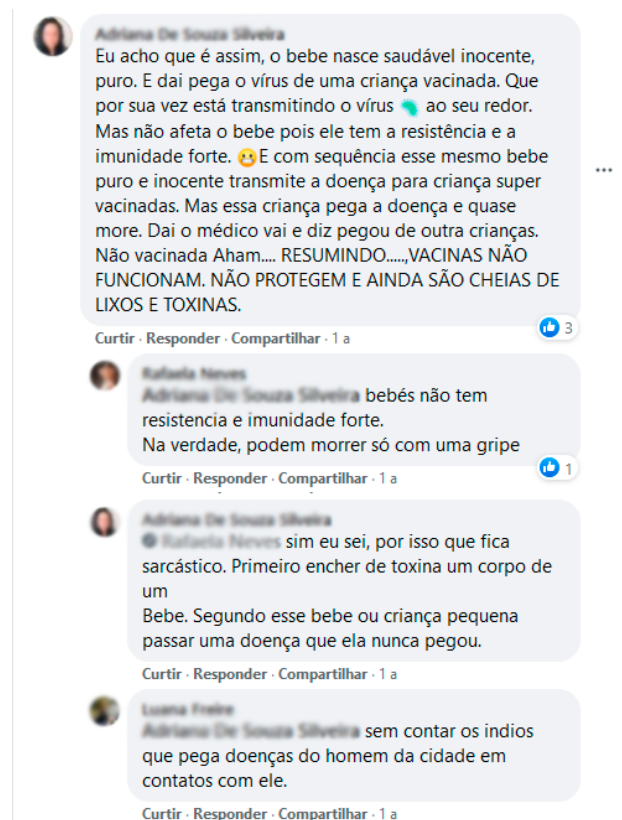
O segundo aspecto é o uso de ironia para descredibilizar o discurso pró-vacina. De maneira enganosa, o post brinca com uma das frases mais vistas no grupo: Se

vacinas funcionam, porque não vacinados são uma ameaça aos vacinados? Este argumento já foi explicado antes⁴⁸ e provado enganoso. A sua presença aqui só reforça a preferência do grupo por conteúdos de simples compreensão e sua aversão a conteúdos complexos, informações científicas, oficiais e que desafiam suas crenças.

Em relação aos comentários, esta publicação recebeu amplo apoio, celebração e gargalhadas. O recurso do humor se mostrou extremamente eficiente e um caminho para a disseminação do discurso anti-vacina para além do grupo, alcançando outros atores da rede fora desta comunidade, além de fortalecer os laços internos do grupo.

Alguns dos comentários, porém, trazem interpretações do conteúdo e opiniões pessoais emitidas de maneira a complementar o sentido original, gerando um debate entre os membros. Na figura 29 é possível observar um destes comentários, usados aqui como exemplo.

Figura 29: Comentário em publicação com tópico relacional



Fonte: <https://www.facebook.com/groups/OLadoObscuroDasVacinas/permalink/2413744385534835/>

⁴⁸ Disponível na seção 5.1.6.

A.S. escreve: *“Eu acho que é assim, o bebe nasce saudável inocente, puro. E daí pega o vírus de uma criança vacinada. Que por sua vez está transmitindo o vírus. ao seu redor. Mas não afeta o bebê pois ele tem a resistência e a imunidade forte. E com sequência esse mesmo bebe puro e inocente transmite a doença para criança super vacinadas. Mas essa criança pega a doença e quase more. Daí o médico vai e diz pegou de outra crianças. Não vacinada Aham...(...)[sic]”*.

Neste texto, A.S. atribui ao bebê os adjetivos de saudável, inocente e puro, em oposição a uma criança vacinada. A partir desta disposição de adjetivos infere-se que as vacinas, ou a criança vacina (que não é pura, inocente e saudável), violam este estado. Este apelo a elementos morais serve para reforçar o seu argumento final: vacinas não só não funcionam como também adoecem a espalham a doença a que supostamente deveria imunizar.

A resposta de R.N., que cita que bebês não nascem com imunidade forte, em oposição à afirmação de A.S., é completamente ignorada. A.S. escreve: *“Sim eu sei, por isso que fica sarcástico (...)”* seguindo por uma repetição do que disse anteriormente. Ou seja, ela responde à crítica, concordando com ela, mas sem considerar suas implicações, somente reafirmando seu ponto. A razão é uma carência comum nas discussões do grupo.

E, para finalizar, L.F. escreve: *“Sem contar os índios que pega doenças do homem da cidade em contatos com ele [sic]”*. O ator expande as implicações supostamente negativas das vacinas para uma dimensão ainda maior, ao levantar a hipótese de que elas poderiam ser responsáveis pela contaminação de indígenas.

Este último comentário ilustra bem como qualquer conteúdo pode servir de base para os membros propagarem crenças anti-vacina. Legítimo ou não, este conteúdo pode ser completamente desvirtuado para servir a esta função.

5.2.4 Política

Esta é uma categoria heterogênea, que abrange muito mais do que apenas conteúdos relacionados a noção habitual do que é política. Aqui encontram-se conteúdos cujo tópico perpassa a atuação do Estado, de representantes eleitos, instituições públicas, mobilização social, elaboração de políticas públicas, execução de campanhas de vacinação, teorias conspiratórias envolvendo governos e

instituições públicas ou científicas, discussões sobre direitos sociais, projetos de lei e legislação vigente (nacional e estrangeira) e manifestações políticas.

Este leque de objetos foge a qualquer hipótese de que o conteúdo veiculado no grupo pode ser pautado majoritariamente por um posicionamento político específico. Na verdade, nesta análise, ficou claro que embora haja uma afinidade do discurso anti-vacina com o discurso da extrema direita, capitaneada atualmente pelo movimento bolsonarista que engloba, entre outros discursos polêmicos, o discurso anti-vacina, ela não é incondicional ou homogênea.

Em diversas ocasiões há embates entre os membros sobre apoio ou não ao governo e parece haver uma parcela de integrantes que são apoiadores incondicionais deste movimento ultraconservador. Estes últimos são agressivos com qualquer membro que questione ou desafie qualquer elemento pertinente ao governo vigente e rebatem seus interlocutores com adjetivos como comunista, petralha, etc.

A grande parte do grupo, porém, parece ter um grande descontentamento com o atual governo federal. Mas isso não é, na maioria dos casos, pela sua gestão como um todo, mas sim por ele ter flexibilizado sua agenda anti-vacina ao longo do mandato. Mesmo com todos os percalços sofridos na área da saúde pública desde 2018, o Ministério da Saúde continuou a empenhar esforço (mesmo que menor) em campanhas de vacinação e conscientização no país, para desgosto do grupo. Outro evento que causou ressentimento do grupo foi o afastamento do governo do influenciador Olavo de Carvalho, que é assumidamente anti-vacina.

A relação entre a desinformação e instituições, *think tanks* e outros tipos de organizações conservadoras e de direita citadas por Oreskes e Conway (2010) ficou clara somente nas origens desinformativas nesta análise. Nas discussões dentro do grupo, essa associação pode ser descrita, no máximo, como simpática. Embora diversos elementos pertinentes ao discurso mais conservador e de direita possam ser percebidos com frequência, como o uso destas fontes, o discurso religioso e a defesa de um Estado mínimo, os tópicos centrais continuam a ser as vacinas e assuntos relacionados ao movimento contra elas.

Esta categoria também contou com boa frequência e média de reações, indício de sua relevância para o grupo. Dito isto, é possível passar para a análise da amostra desta categoria. A publicação, que pode ser vista na figura 30, foi postada por M. C.

em 11 de novembro e possui 305 reações. Seu tópico central é um documentário lançado em 2019⁴⁹, rodeado por polêmicas e questionamentos quanto a sua veracidade e ética.

Figura 30: Política.



Fonte: <https://www.facebook.com/groups/OLadoObscuroDasVacinas/permalink/2418535471722393>

A origem do link, o site Inteligentista⁵⁰, foi identificada como desinformativa, mas o conteúdo desta matéria é verdadeiro. Se trata de uma transcrição literal de uma matéria no The Guardian⁵¹, que também noticia o lançamento deste documentário e seu conteúdo. Em suma, o documentário ressuscita uma antiga teoria conspiratória soviética de que indivíduos organizados estavam contaminando africanos propositalmente com Aids. Este tipo de boato na Guerra Fria servia para desestabilizar

⁴⁹ Saiba mais em:

https://www.em.com.br/app/noticia/internacional/2019/08/15/interna_internacional,1077548/documentario-afirma-que-mercenarios-infectaram-sul-africanos-negros-co.shtml. Acesso em 10/04/2020.

⁵⁰ Disponível em: <http://www.inteligentista.com/>. Acesso em 01/07/2020.

⁵¹ Disponível em: <https://www.theguardian.com/world/2019/jan/27/south-african-intelligence-officers-spread-aids-black-communities>. Acesso em 01/11/2020.

a presença do inimigo em regiões ocupadas, associando esta presença a atos nefastos ou nocivos para a população local.

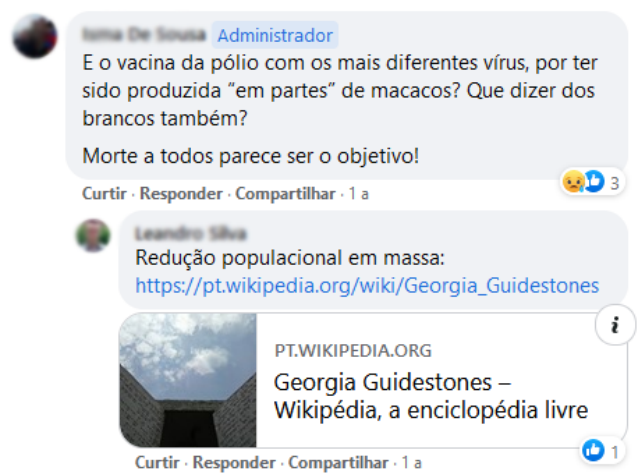
Mas, como o movimento anti-vacina se beneficia dessa história? Em primeiro lugar, esse discurso mascara o fomento à desconfiança da ciência e do Estado com uma preocupação com populações vulneráveis, vítimas de racismo, atos imperialistas, genocidas e desigualdade social. Esta máscara enfeita o discurso conspiracionista e o deixa muito mais atraente para um leitor desavisado.

Em segundo lugar, ela busca criar uma hesitação vacinal por medo de doenças ou morte. Como dito por D’Ancona (2018), o espectro emocional é extremamente importante no processo desinformativo. Quanto mais pessoas desconfiarem de governos, ciência e mídia, quanto mais pessoas hesitarem à vacinação, maior e mais forte é o movimento político de combate às vacinas.

O alto número de compartilhamentos comprova a relevância e impacto deste tipo de conteúdo no grupo. Além disso, assim como os três últimos tópicos, ele demonstra uma alta capacidade propagabilidade, o que, segundo Jenkins (2014) é essencial para a disseminação de qualquer tipo de conteúdo na internet.

Os comentários da publicação são poucos. Ela não despertou um intenso debate neste sentido. Talvez isso se dê por seu alto grau de propagabilidade: pode ser mais interessante compartilhar um conteúdo tão “interessante” do que gastar tempo discutindo sobre ele na seção de comentários. Todos os comentários demonstram horror com a notícia e não questionam seu conteúdo. Na figura 31 é possível observar, contudo, que I.S. acrescenta algo mais.

Figura 31: Comentário em publicação sobre política.



Fonte: <https://www.facebook.com/groups/OLadoObscuroDasVacinas/permalink/2418535471722393>

I.S. escreve: “*E o vacina da pólio com os mais diferentes vírus, por ter sido produzida ‘em partes’ de macacos? Que dizer dos brancos também? Morte a todos parece ser o objetivo!* [sic]”. Se a associação intencionada das alegações deste documentário não estava explícita até agora, a administradora fez questão de deixar. Além disso, talvez por querer impactar aqueles membros que não se sensibilizariam com doença e morte de pessoas negras africanas, ela alerta para um possível perigo contra brancos também. E termina alegando que o plano das vacinas é a morte de todos. É possível um plano mais malvado?

L.S. corrobora I.S. ao associar a sentença “morte a todos” a um plano de redução populacional. L.S. traz um link da Wikipedia⁵² sobre um monumento famoso entre conspiracionistas. Muitos alegam que este monumento faz parte de um plano da Nova Ordem Mundial para reduzir a população do planeta. Está dado o final para a história: vacinas fazem parte de um plano conspiratório para reduzir a população mundial.

Este é um exemplo de como, colaborativamente, os membros reconstróem narrativas para construir novos significados que façam sentido para sua dinâmica comunicacional.

5.2.5 Ciência

A ciência é um ponto central para o movimento anti-vacina. Cientistas, instituições científicas, universidades e até mesmo a própria metodologia científica são atacados constantemente, questionados e acusados de quantas atrocidades a criatividade dos indivíduos integrantes do movimento permitir. Esta categoria agrega, portanto, postagens pautadas por críticas à eficiência das vacinas, à medicina, a órgãos de saúde, duvidando da existência de vírus, desinformações que simulam informação científica, etc.

Essa centralidade está refletida na sua posição alta na hierarquia de frequência e também por possuir alta média de reações dos membros. A repulsa por informações, notícias e dados advindos de fontes que nem precisavam ser científicas, mas que foram pautadas pelo método científico, é um sentimento generalizado dentro do grupo.

⁵² Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Georgia_Guidestones. Acesso em 05/07/2020.

Em contrapartida, a simulação do discurso científico ou a divulgação de conteúdo de fontes ligadas à ciência, mas que estão praticando o que Oreskes e Conway (2010) chamam de *junk science* recebem apoio e celebração. Os membros do grupo abraçam o discurso de qualquer profissional que alegue ter conhecimento científico de qualquer nível e o tratam como inquestionável, desde que corroborem suas crenças.

Exemplos destes profissionais da ciência não faltam no grupo: o youtuber e geofísico Alonso Lopes, a ex-pesquisadora e virologista Judy Mikovits, o médico cardiologista Lair Ribeiro, a médica e ozoterapeuta Maria Gadelha, entre outros. O que estes profissionais têm em comum? Eles não possuem relevância em sua própria área de atuação, e se voltaram para a disseminação de conteúdo desinformativo ou duvidoso para lucrar com livros, palestras, cursos, terapias, tratamentos, medicamentos, etc.

Não importa para os membros do grupo a formação ou reputação destes profissionais, contanto que eles corroborem suas crenças, atendam à sua ânsia de informação que justifique seu movimento. E é desta maneira que um geofísico influencia milhares de inscritos no seu canal a não vacinar seus filhos sem ter qualquer tipo de formação ou atuação na área da saúde.

A publicação amostra desta categoria traz um personagem célebre no movimento anti-vacina: Andrew Wakefield, o ex-pesquisador, ex-médico e autor do artigo que associava vacinas com autismo. I.S., durante o Autism One, tirou uma foto com Wakefield e compartilhou nesta publicação de 27 de maio, alcançando 239 reações. A imagem pode ser vista na figura 32.

Figura 32: Ciência.



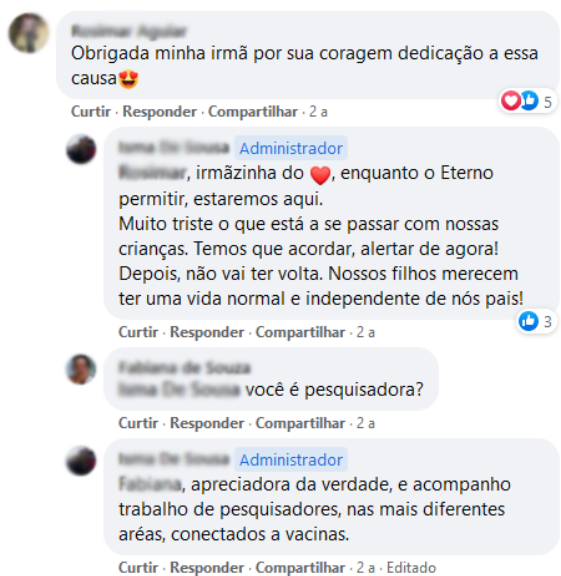
Fonte: <https://www.facebook.com/groups/OLadoObscuroDasVacinas/permalink/2299495620293046>

I.S. enaltece Wakefield, afirma que o autor sofreu uma grande perseguição por revelar a “verdade” sobre a epidemia do autismo causada pelas vacinas e afirma: *“Hoje vários outros pesquisadores, confirmam à verdade que ele foi o primeiro a revelar sobre vacinas relação com o autismo [sic]”*. Esta informação é falsa. Na verdade, o estudo de Wakefield foi desmentido diversas vezes e retratado pela revista Lancet.

O propósito desta publicação, além de enaltecer um dos porta-vozes “científicos” do movimento anti-vacina, parece ser gerar capital social no grupo, ao gerar entusiasmo com o alcance e veracidade do movimento, além de gerar um imenso ganho de capital social para a própria administradora. Este entusiasmo se demonstra pelo grande número de reações (“curtir”, “amei” e “uau”) à publicação.

Os comentários recompensam esta publicação com massivo apoio e enaltecimento tanto de Wakefield quanto de I.S. O autor é glorificado por sua contribuição à causa e I.S. por sua atuação enquanto ativista. O tom é homogêneo e é demonstrado nos comentários exemplares da figura 33.

Figura 33: Comentário em publicação sobre ciência.



Fonte: <https://www.facebook.com/groups/OLadoObscuroDasVacinas/permalink/2299495620293046>

R.A. escreve: “*Obrigado minha irmã por sua coragem dedicação a essa causa*”, exaltando o papel de I.S. para a causa. Fica clara a reputação e imagem positiva que a administradora construiu no grupo e quanto capital social ela conseguiu agregar em torno de si. Essa demonstração de apreço é respondida em tom afetuoso, onde I.S. evoca elementos morais e religiosos e finaliza de forma quase política: “*Nossos filhos merecem ter uma vida normal e independente de nós pais!*”.

F.S. questiona I.S.: “*Você é pesquisadora?*”, ao que I.S. responde: “*F.S., apreciadora da verdade, e acompanho trabalho de pesquisadores, nas mais diferentes áreas, conectados a vacinas*”. I.S. pode ter mentido ao dizer que é apreciadora da verdade, mas não mentiu ao dizer que acompanha pesquisadores de diversas áreas relacionados às vacinas.

I.S. executa um trabalho intenso de curadoria e divulgação de artigos científicos, notícias, relatórios, dados e eventos relacionados à vacinas no grupo. Porém, este trabalho intenso é profundamente marcado por estratégias desinformativas, conteúdos falsos, descontextualizações, associações enganosas entre tantas outras táticas que deixam claro o seu papel no grupo: ela atua como um gigantesco conector que liga os membros a conteúdos que eles nunca teriam acesso antes. Quase todos voltados para atacar vacinas de diversas maneiras, incluindo aqui o discurso científico. O capital social relacional e cognitivo gerado é gigantesco.

5.2.6 Notícias

A imprensa ocupa um papel ambíguo dentro da dinâmica comunicativa do grupo. Ao mesmo tempo em que é atacada sistematicamente por supostamente fazer parte do “sistema” pró-vacina e recusar espaço de voz para o movimento anti-vacina, ela é a portadora de diversas notícias que são de extremo interesse para a discussão no grupo. Desde que sirva para construção de um argumento coeso com as crenças do grupo, membros utilizam notícias da imprensa de maneira tão natural quanto qualquer um e fora do movimento.

Notícias de relatos de reações vacinais, mortes pós-vacinação, corrupção envolvendo algum dos atores pró-vacina, notícias sobre atos políticos anti-vacina, matérias sobre porta-vozes “científicos” anti-vacina, entre outros tipos de conteúdo jornalístico compõem o corpo desta categoria. Conseqüentemente, esta é uma categoria essencialmente legítima, já que inclui somente matérias veiculadas pela imprensa profissional.

Há de se fazer um adendo, no entanto. Embora os critérios de noticiabilidade tragam credibilidade para conteúdo jornalístico divulgado, a imprensa tradicional não só pode, mas também comete erros em seu trabalho. Eles podem ocorrer por falhas em seu processo de checagem, abrindo brechas para mentiras e desinformação serem disseminadas usando a própria estrutura da imprensa, ou até mesmo numa atuação intencionalmente escusa por decisões escusas editoriais.

O primeiro caso pode ser exemplificado pela entrevista realizada pela Jovem Pan com o médico toxicologista Anthony Wong⁵³, defensor de tratamentos alternativos com cloroquina e hidroxicloroquina para a Covid-19. Já o segundo caso pode ser exemplificado pela participação questionável da grande imprensa brasileira no período lava-jatista de 2016 a 2018 (ALBUQUERQUE, 2019).

Lewandowsky et al. (2012) aponta que a mídia, aqui entendida não só como a grande imprensa, mas como todo o sistema midiático, é uma das possíveis fontes de desinformação

(...) A mídia às vezes inevitavelmente relata informações incorretas por conta da sua necessidade de cobertura midiática oportuna. Existem, no entanto, várias outras razões sistêmicas do porquê a mídia errar. Primeiramente, a

⁵³ Disponível em: <https://jovempan.com.br/programas/direto-ao-ponto/ao-vivo-assista-a-entrevista-do-dr-anthony-wong-no-direto-ao-ponto.html>. Acesso em 18/03/2021.

mídia pode inadvertidamente simplificar demais, deturpar ou dramatizar demais resultados científicos. (...) Em segundo lugar, em todas as áreas de reportagem, jornalistas tendem a almejar uma história balanceada (LEWANDOWSKY et al., p. 110-111, 2012, tradução nossa).

Desta maneira, fica claro que o papel da imprensa, mesmo que de pressuposto legítimo, não pode estar imune a questionamentos. Uma imprensa livre é, de fato, um dos pilares democráticos e deve ser defendida a todo custo. Mas, por mais paradoxal que possa parecer para este trabalho, uma crítica à imprensa má gerida pode significar uma crítica à difusão de desinformação anti-vacina.

É coerente, portanto, que esta categoria esteja entre as mais frequentes e apresenta a segunda melhor média de reações desta análise, maior do que todas as categorias apresentadas até aqui. Isto demonstra duas características desta categoria: a) que notícias jornalísticas, contra ou a favor das crenças do grupo, compõem papel essencial na discussão; b) que mesmo aqueles indivíduos que não acompanham conteúdo jornalístico conseguem ter acesso a ele através dos conectores do grupo.

Seguindo esta linha de raciocínio, é possível observar a publicação amostral desta categoria, disponível na figura 34. Nesta publicação de I.S., uma matéria do site G1 sobre a morte decorrente de meningite do neto do ex-presidente Lula.

Figura 34: Notícias.

compartilhou um link.
 Administrador · 1 de março de 2019 · 🌐

Triste! Neto do ex Presidente Lula morre de meningite aos 7 anos!
 Os fatores que determinam o aparecimento de doença invasiva ainda não são totalmente esclarecidos. <http://www.cives.ufrj.br/informacao/dm/dm-iv.html>
<https://g1.globo.com/.../neto-do-ex-presidente-lula-morre...>

G1.GLOBO.COM
Arthur Lula da Silva, de 7 anos, neto do ex-presidente Lula, morre de meningite bacteriana em SP

👍👎👏 113 154 comentários 6 compartilhamentos

Fonte: <https://www.facebook.com/groups/OLadoObscuroDasVacinas/permalink/2245067712402504>

A publicação, que obteve 273 reações, não possui tom político no sentido de atacar um representante de esquerda. Na verdade, ela tem tom de solidariedade à fatalidade que a família enfrentou. Posteriormente um laudo médico solicitado pela família constatou que a criança não morreu por meningite, como informado pelo hospital, mas sim por uma infecção bacteriana⁵⁴.

Na época, a informação disponível era a de que morte era decorrente de meningite e isto gerou um alto número de comentários na publicação. Em nenhum deles há qualquer tipo de ataque, ironia ou deboche da morte da criança – o que poderia ocorrer pelo fato do garoto ser neto de Lula. O tom majoritariamente era de lamento sobre o ocorrido.

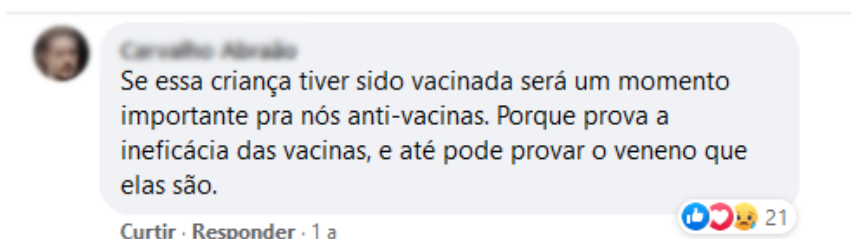
Mas, como era de se esperar, a questão da vacinação contra a meningite entrou em pauta. Diversos comentários iniciam uma discussão se a criança era ou não vacinada. Outros começam a solicitar esta informação. Logo aparecem diversos links,

⁵⁴ Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2019/04/02/neto-de-lula-nao-morreu-de-meningite-aponta-laudo.ghtml>. Acesso em 28/04/2021.

prints e relatos de que a criança era sim vacinada, o que já leva para uma enxurrada de ataques à suposta ineficiência da vacina contra meningite.

Outros comentários apresentam dietas e receitas naturais para evitar o contágio ou sintomas de meningite, se aproveitando da oportunidade para difundir conteúdo de medicina alternativa. Já o comentário escolhido para elucidar esta análise possui outro foco, como pode ser observado na figura 35.

Figura 35: Comentário em publicação com o tópico notícias.



Fonte: <https://www.facebook.com/groups/OLadoObscuroDasVacinas/permalink/2245067712402504>

Neste comentário, C.A. expõe uma tática comum no grupo: a instrumentalização de tragédias completamente desassociadas com vacinas para fortalecer o discurso e o movimento anti-vacina. A sentença de C.A., “*Se essa criança tiver sido vacinada será um momento importante pra nós anti-vacinas*”, evidencia esta intenção e reproduz a mesma lógica usada no compartilhamento de conteúdos da imprensa: se nos é útil, serve.

5.2.7 Mortes

Esta categoria concentra afirmações que poderiam estar na categoria “Toxicidade”, mas são mais incisivas, associando vacinas à morte. Ela merece ser destacada desta última por jogar com a estratégia de provocar ansiedade pelo medo da morte apontado por Vasconcelos et al. (2015). As publicações deste tipo envolvem relatos e compartilhamento de links e publicações cuja autenticidade, em sua maioria, não pode ser verificada. Assim como a categoria “Toxicidade”, tem um perfil de forma muito imagético, com frequência de vídeos e imagens grande.

Mesmo com estas similaridades, sua frequência e média de reações é inferior, o que pode se dar por dois fatores: primeiramente notícias reais de mortes pós-vacinas são mais raras do que notícias de reações vacinais, o que diminui a possibilidade de ancoragem em recursos verdadeiros para causar engajamento. Em segundo lugar, conteúdos relatando mortes tem um aspecto emocional muito negativo, o que pode

inibir certos indivíduos de reagirem ou compartilharem este tipo de conteúdo em suas próprias redes sociais.

A amostra desta categoria representa bem o perfil de postagem dela. É uma notícia compartilhada de um portal de notícias, onde a família de um idoso falecido alega que ele foi vacinado pela gripe e teve uma reação alérgica. A publicação de I.S., que pode ser vista na figura 36, possui 248 reações e foi postada em 10 de julho.

Figura 36: Mortes.



Fonte: <https://www.facebook.com/groups/OLadoObscuroDasVacinas/permalink/2330663573842917>

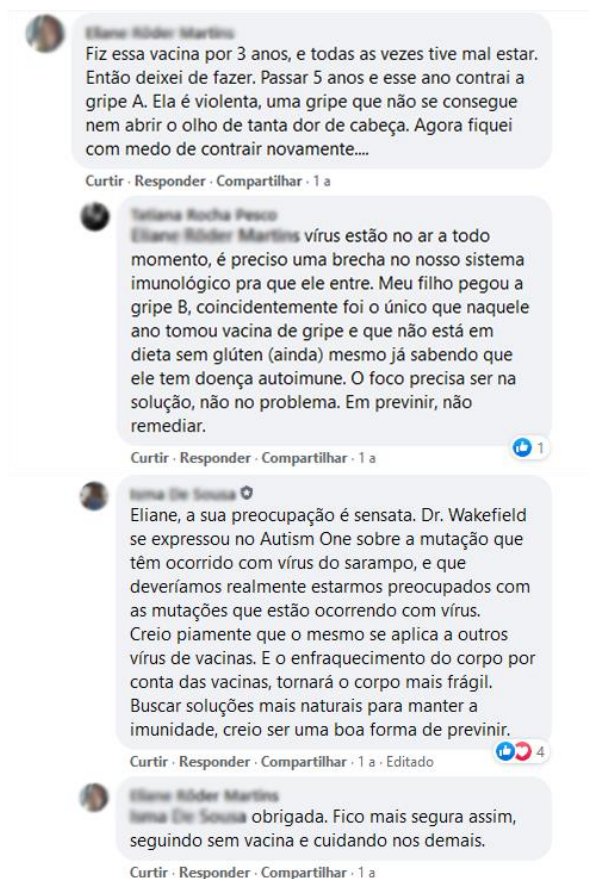
Assim como na categoria anterior, a apropriação de uma matéria jornalística ocorre para corroborar a crença do grupo. A manchete foi construída de maneira tão sensacionalista que I.S. nem ao menos escreve um texto para opinar ou contextualizar seu conteúdo. Tudo está dito.

Esta conveniência de conteúdo também é refletida no alto número de compartilhamentos da publicação. Os usuários, a exemplo da categoria “Toxicidade” compartilham muito a publicação em seus perfis pessoais, levando esta matéria legítima para suas conexões extra grupais.

Ela gerou um número relevante de comentários que, em sua maioria, são relatos de reações à mesma vacina. O apelo à experiência pessoal também se faz presente e a vacina é atacada como ineficiente, tóxica e potencialmente fatal. Vários

comentários são de membros marcando outros atores do grupo para que vissem a publicação.

Figura 37: Comentário em publicação sobre Mortes.



Fonte: <https://www.facebook.com/groups/OLadoObscuroDasVacinas/permalink/2330663573842917>

E.M. posta sua experiência pessoal com a reação à vacina da gripe: “*Fiz essa vacina por 3 anos, e todas as vezes tive mal estar*”, mas informa em sequência que após deixar de toma-la contraiu a gripe com sintomas fortes, o que a faz ter medo de contrair a doença novamente. T.P. responde salientando que a solução não é remediar o dano, mas prevenir. Porém, na lógica anti-vacina, esse prevenir não inclui a vacina.

Após isso, I.S. intercede e faz a associação da informação que obteve com Wakefield no evento Autism One, sobre uma suposta mutação do vírus do sarampo causada por vacinas, e estende esta lógica por conta própria para o vírus da gripe. O problema e a solução familiar são apresentados em seguida: “[...] *o enfraquecimento do corpo por conta das vacinas, tornará o corpo mais frágil. Buscar soluções mais naturais para manter a imunidade, creio ser uma boa forma de se prevenir*”.

Este trecho é importante para elucidar um ponto notado na fase etnográfica deste trabalho: após sua participação no Autism One, I.S. adotou uma postura muito mais resoluta dentro do grupo. Ela tomou para si um papel que vai além do de administradora, mas também de líder de opinião, conselheira para assuntos de saúde e políticos e mobilizadora política.

Neste comentário, ela extrapola a disseminação de desinformação e faz associações falsas por conta própria entre mutações virais e vacinas. Além disso, termina recomendando soluções naturais para prevenir e combater quaisquer infecções gripais.

Esta postura de I.S. não significaria nada se não fosse ancorada por certo nível de capital social acumulado. Mas essa postura é respaldada sem hesitação por E.M.: *“I.S. obrigada. Fico mais segura assim, seguindo sem vacina e cuidando nos demais”*. O conselho é inteiramente aceito, tanto por ser coeso com a crença grupal quanto por ser emitido por alguém tão importante no grupo.

5.2.8 Informativo

A geração de capital relacional cognitivo está fortemente ancorada no compartilhamento de informações, dados, relatórios, documentos e pesquisas (legítimas, suspeitas ou desinformativas) dentro do grupo. Este tipo de conteúdo é o coração desta categoria, que engloba seu compartilhamento nas mais variadas formas e de diversas origens.

Exemplos de publicações deste tipo eram a disponibilização de bulas de vacinas, artigos científicos, dados de pesquisas estatísticas, receitas de medicamentos e tratamentos alternativos, conteúdo legislativo, entre outros. Na fase etnográfica no estudo, ficou claro que conteúdos de fontes legítimas eram menos populares do que aqueles falsos, suspeitos ou legítimos usados de maneira enganosa. Este fato pode ajudar a explicar sua frequência modesta e a segunda mais baixa de todas as médias de reações de publicações entre todas as categorias.

A publicação amostral desta categoria, contudo, possui excelente média de reações. Ela é um relato postado por G. L. no dia 3 de novembro e conta com 118 reações, 127 comentários e 26 compartilhamentos. Na publicação, que pode ser vista na figura 38, G. L. relata como contactou um “naturopata” para curar seus filhos do

sarampo somente com manipulação de suplementos alimentares e em seguida compartilha o tratamento para pais em situação similar que queiram evitar a vacina.

Figura 38: Informativo.

18/10 O estava coberto de manchas vermelhas, muitas no rosto e tb apresentou na palma das mãos e sola dos pés, não é uma coisa comum no sarampo (mutação?). J seguiu tossindo sem parar e isso me deixou muito preocupada, mas a tosse era seca e pneumonia a tosse tem secreção.

19/10 As manchas do J foram quase que imperceptíveis, já o O estava coberto. fomos até a Médica Naturopata pois eu estava preocupada com a tosse do J, os dois fizeram vitamina C intravenosa e melhoraram bastante, mas quando cheguei lá a própria médica me disse que eles já estavam na estrada da recuperação. Eles tiveram uma melhora imediata.

20/10 febre e tosse começaram a ceder e eles começaram a beliscar um pouco de comida.

21/10 muitos cuidados com alimentação e continuei suplementando com altas doses de vit o e doses normais de vit A, vit D, zinco e probióticos. Eles estão 100% recuperados e com imunidade pra vida toda!

Mais informações nos comentários.

Fonte: <https://www.facebook.com/groups/OLadoObscuroDasVacinas/permalink/2420069554902318>

G.L., que mora na Nova Zelândia, descreve a situação: “*Meus filhos de 3 e 6 anos, não vacinados, tiveram contato com uma criança [...] e no dia seguinte ela foi diagnosticada com sarampo. Meus filhos começaram a ter sintomas de infecção 8 dias depois do contato*”. Aqui ela já estabelece que não vacinou seus filhos e, embora muitos no grupo questionem a possibilidade de contágio do sarampo pelo ar, ela assume que seus filhos contraíram a doença da outra criança.

Depois ela descreve a sua reação aos sintomas de seus filhos, sem leva-los ao médico: “*Eu cuidei deles em casa e apenas uma visita a uma naturopata*”. Aqui ela deixa claro que não confia na medicina para tratamento dos seus filhos, mesmo

assumindo que eles estão com sarampo. A crença anti-vacina se estende para uma crença anti-medicina.

A seguir ela descreve o tratamento, que durou do dia 5 de outubro até o dia 21 de outubro. Chama a atenção os “remédios” e “tratamentos” utilizados. Ela não administrou anti-inflamatório quando os garotos tiveram febre, o que ocorreu durante todo tratamento. Ao invés disso, ela passava em seus pés e braços uma solução de cloreto de magnésio⁵⁵ com água para tentar amenizar a febre. Para solucionar as tosse, ela dava chá de ervas e, em uma crise mais grave de seu filho “J”, ela o fez usar a bombinha de asma do irmão.

Durante todo o tratamento, ela ministrou quantidades grandes de vitamina C, Vitamina A, Zinco e probióticos. E alega ter ministrado “sodium ascórbico” também, que pode ser compreendido como ácido ascórbico sódico, é só mais uma fórmula de vitamina C⁵⁶. A manipulação de dois suplementos com propósitos iguais demonstra ignorância sobre os compostos administrados. Outra questão relacionada à dieta foi a suspensão de consumo de glúten e lactose por supostamente fazerem mal à mucosa.

Outros remédios aplicados foram óleo de calêndula nas manchas, para evitar a coceira. A nebulização em caso de crise de tosse com água oxigenada e a vaporização noturna nos quartos dos garotos com prata coloidal⁵⁷ diluída em água. G.L. afirma diversas vezes que os seus filhos estavam constantemente com febre e tosse o que a levou a ir novamente no naturopata, que afirmou que eles já estariam em fase final de recuperação e ministrou mais uma dose intravenosa de vitamina C.

Após 16 dias, ela afirma que os filhos melhoraram. Mais ainda: “*Eles estão 100% recuperados e com imunidade para a vida toda!*”. Este relato deve servir de alerta para o perigo da proximidade do movimento anti-vacina com a crença na medicina alternativa. Deveria servir de alerta também para a abdicação de

⁵⁵ Cloreto de magnésio é apenas um suplemento mineral. Saiba mais em: <https://www.terra.com.br/noticias/dino/magnesio-as-versoes-de-cloreto-de-magnesio-e-magnesio-dimalato,15a5b7601cbcd60a1e493a1cec212c2a93qea810.html>. Acesso em 04/02/2020.

⁵⁶ Saiba mais em: <https://www.infoteca.cnptia.embrapa.br/bitstream/doc/799021/1/DOC49.pdf>. Acesso em 02/02/2020.

⁵⁷ A prata coloidal não é um medicamento regulamentado pela Anvisa e seu uso não é recomendado por danos à saúde. Saiba mais em: http://portal.anvisa.gov.br/documents/33868/2895105/boletim_OMS_05_07.pdf/41910757-4a99-4f62-9200-dd4a78e2d258?version=1.0. Acesso em 05/02/2020.

tratamentos médicos por tratamentos sem eficiência médica confirmada e potencialmente prejudiciais.

O número de reações que o relato trouxe, associada com a cultura observada do grupo, demonstra que a medicina alternativa é vista como um dos últimos níveis da crença anti-vacina. Se não é possível confiar em vacinas, médicos, indústria farmacêutica, poder público e mídia o que pais podem fazer quando seus filhos ficam doentes? Indivíduos promotores, e em alguns casos vendedores, da medicina alternativa estão ali para dar a resposta.

A publicação gerou muitos comentários que, em sua maioria, apoiavam a atitude de G.L. e requeriam mais informações sobre este tratamento alternativo. Outros atacavam as vacinas e questionavam sua eficácia e se ela era de fato benigna. Uma seção dos comentários merece destaque, contudo. Nela G.L., C.D. e I.S. discutem aspectos médicos como especialistas. Observe a figura 39.

Figura 39: Comentário em publicação com tópico informativo.



I.S. levanta a hipótese da variante de sarampo que acometeu os filhos de G.L. ser selvagem ao que G.L. responde: “*Tomara, mas duvido, deve ter sido de vacina mesmo*”. Aqui G.L. deduz que a causa da infecção de sarampo tem poucas chances de ter sido ocasionada pelo contato de seus filhos com outra criança infectada, mas sim de uma criança que tomou a vacina e, portanto, estava infecciosa.

Quando C.D. pede mais informações sobre os diferentes tipos de variantes de sarampo, G.L. atribui uma multiplicação destas variantes às vacinas: “[...] *a verdade é que o sarampo tem mutado e antes da introdução da vacina nos eua em 1963, haviam 3 genótipos e agora já são 24!* [sic]”. Esta lógica cita fatos verdadeiros, mas utilizados de maneira enganosa.

Realmente existem atualmente 24 genótipos conhecidos do sarampo atualmente⁵⁸ mas associar isso ao surgimento das vacinas é intelectualmente desonesto. As mutações do vírus do sarampo ocorrem muito mais em função de surtos provocados por baixas taxas de vacinação e ilhas de não imunizados que foram expostos ao vírus do que qualquer outro fator. Na verdade, em locais onde a vacina contra o sarampo alcança níveis satisfatórios de cobertura, a doença era considerada eliminada. O Brasil, por exemplo, considerava-se livre de sarampo até 2016, quando as taxas de vacinação começaram a cair⁵⁹.

Por fim, C.D. agradece a (des)informação de G.L. e pergunta: “*Você é da área da saúde?*”. É natural este tipo de dúvida surgir quando um interlocutor soa tão confiante no uso de termos técnicos e relações causais da área da saúde. G.L. então replica: “*Parei minha faculdade de enfermagem na metade, mas sinceramente, isso não tem relevância nenhuma! Muito mais vale uma mãe bem intencionada, que sabe analisar pesquisas médicas científicas e um bom grupo de apoio pra rapidinho saber-se mais do que os traficantes de drogas com jaleco branco*”.

Num só comentário, G.L. expõe a sua falta de formação na área, desdenha do conhecimento científico em detrimento da experiência pessoal de uma “mãe bem intencionada” e ataca os profissionais de medicina tradicional de maneira pejorativa. A sua falta de formação na área não é questionada em momento nenhum após isso,

⁵⁸ Disponível em: <https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/14475?locale=es>. Acesso em 21/02/2021.

⁵⁹ Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2019/08/30/ciencia/1567186275_036503.html. Acesso e 21/02/2021.

a experiência pessoal já foi identificada como válida para o grupo desde que coesa com suas crenças e profissionais de medicina tradicional que não compactuam com o discurso anti-vacina nunca tiveram voz ou espaço no grupo.

5.2.9 Big Pharma

O termo Big Pharma, no dicionário Cambridge⁶⁰, designa as grandes indústrias farmacêuticas, especialmente quando são vistas como possuidoras de um grande poder e influência negativa. Esta definição dá o tom do peso que carrega esse termo para conspiracionistas. A Big Pharma representa, para eles, o conglomerado de vis manipulações, influências e controle na busca por poder e lucro. Alguns até associam seu papel a planos de dominação mundial, redução populacional ou planos satanistas de venerar o anticristo.

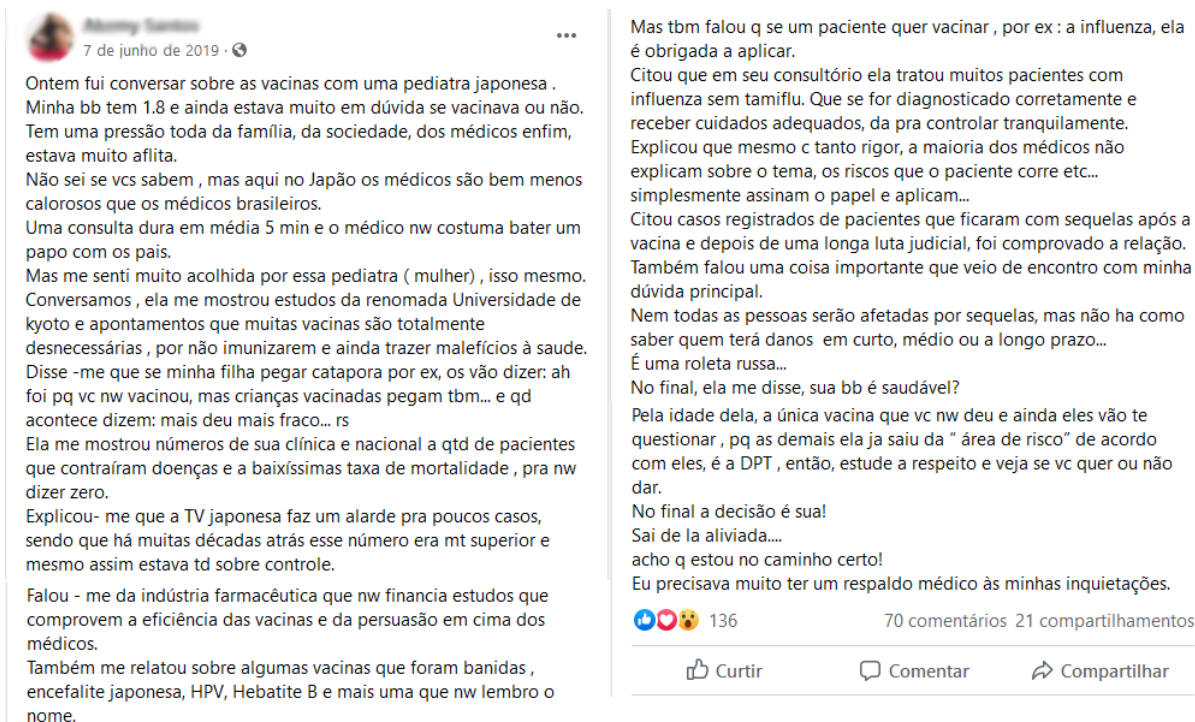
Porém, nem todas as associações tem esse tom. Em uma boa fatia das publicações que tocam neste tópico, ocorre uma discussão sóbria, mesmo que desconfiada do papel ocupado pelas indústrias farmacêuticas na saúde pública mundial. O problema é que conversas sérias sobre agrotóxicos, *accountability*, transparência e democratização na decisão de políticas públicas na área da saúde logo se mesclam com teorias conspiratórias e acusações ensandecidas nesta categoria.

Isto torna esta categoria uma mescla de discussões políticas sobre consciência cidadã no debate sobre saúde pública e desinformações. Seguindo esta lógica, as publicações desta categoria podem possuir origens legítimas, suspeitas ou desinformativas. Seu conteúdo é veiculado por relatos, notícias, vídeos conspiratórios e até mesmo memes. Esta discrepância ou inconsistência cobra seu preço e esta categoria apresenta frequência modesta e a mais baixa de todas as médias de reações.

A amostra categorial, contudo, apresenta um caso interessante de personificação do discurso científico, aqui representado pela médica pediatra com a qual A.S. se consultou, e acusações contra a famigerada Big Pharma. A publicação, que ocorreu em 7 de junho, conseguiu 227 reações e pode ser vista na figura 40.

⁶⁰ Disponível em: <https://dictionary.cambridge.org/pt/dicionario/ingles/big-pharma>. Acesso em 09/08/2021.

Figura 40: Big Pharma.



Mariana Santos
7 de junho de 2019 · 🌐

Ontem fui conversar sobre as vacinas com uma pediatra japonesa . Minha bb tem 1.8 e ainda estava muito em dúvida se vacinava ou não. Tem uma pressão toda da família, da sociedade, dos médicos enfim, estava muito aflita. Não sei se vcs sabem , mas aqui no Japão os médicos são bem menos calorosos que os médicos brasileiros. Uma consulta dura em média 5 min e o médico nw costuma bater um papo com os pais. Mas me senti muito acolhida por essa pediatra (mulher) , isso mesmo. Conversamos , ela me mostrou estudos da renomada Universidade de kyoto e apontamentos que muitas vacinas são totalmente desnecessárias , por não imunizarem e ainda trazer malefícios à saúde. Disse -me que se minha filha pegar catapora por ex, os vão dizer: ah foi pq vc nw vacinou, mas crianças vacinadas pegam tbm... e qd acontece dizem: mais deu mais fraco... rs Ela me mostrou números de sua clínica e nacional a qtd de pacientes que contraíram doenças e a baixíssimas taxa de mortalidade , pra nw dizer zero. Explicou- me que a TV japonesa faz um alarde pra poucos casos, sendo que há muitas décadas atrás esse número era mt superior e mesmo assim estava td sobre controle. Falou - me da indústria farmacêutica que nw financia estudos que comprovem a eficiência das vacinas e da persuasão em cima dos médicos. Também me relatou sobre algumas vacinas que foram banidas , encefalite japonesa, HPV, Hebatite B e mais uma que nw lembro o nome.

Mas tbm falou q se um paciente quer vacinar , por ex : a influenza, ela é obrigada a aplicar. Citou que em seu consultório ela tratou muitos pacientes com influenza sem tamiflu. Que se for diagnosticado corretamente e receber cuidados adequados, da pra controlar tranquilamente. Explicou que mesmo c tanto rigor, a maioria dos médicos não explicam sobre o tema, os riscos que o paciente corre etc... simplesmente assinam o papel e aplicam... Citou casos registrados de pacientes que ficaram com sequelas após a vacina e depois de uma longa luta judicial, foi comprovado a relação. Também falou uma coisa importante que veio de encontro com minha dúvida principal. Nem todas as pessoas serão afetadas por sequelas, mas não ha como saber quem terá danos em curto, médio ou a longo prazo... É uma roleta russa... No final, ela me disse, sua bb é saudável? Pela idade dela, a única vacina que vc nw deu e ainda eles vão te questionar , pq as demais ela ja saiu da " área de risco" de acordo com eles, é a DPT , então, estude a respeito e veja se vc quer ou não dar. No final a decisão é sua! Sai de la aliviada... acho q estou no caminho certo! Eu precisava muito ter um respaldo médico às minhas inquietações.

👍❤️👎 136 70 comentários 21 compartilhamentos

👍 Curtir Comentar ➦ Compartilhar

Fonte: <https://www.facebook.com/groups/OLadoObscuroDasVacinas/permalink/2306940639548544>

A.S., que mora no Japão, e relata a consulta com a pediatra de sua filha de 18 meses. Em seu relato, a pediatra se revela aversa às vacinas: *“Mas me senti muito acolhida por essa pediatra (mulher), isso mesmo. Conversamos, ela me mostrou estudos da renomada Universidade de Kyoto e apontamentos que muitas vacinas são totalmente desnecessárias, por não imunizarem e ainda trazer malefícios à saúde”*. A apropriação do discurso científico fica clara e, novamente, corrobora a crença do grupo.

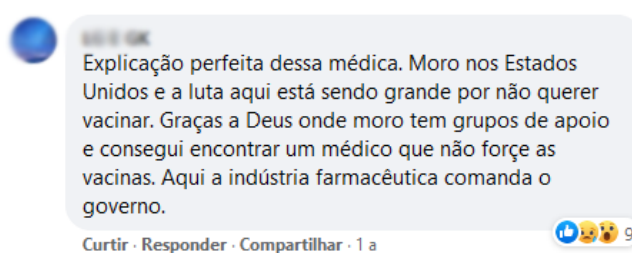
Em seguida, segundo o relato, a médica critica a mídia e a indústria farmacêutica: *“Falou-me da indústria farmacêutica que nw financia estudos que comprovem a eficiência das vacinas e da persuasão em cima dos médicos [sic]”*. Aqui fica clara a perspectiva conspiratória sobre a Big Pharma, operando seu poder de influência sobre cientistas e poder sobre médicos. O movimento anti-vacina não pode pedir por porta-vozes melhores do que aqueles como esta pediatra, se ela realmente existir.

O relato é complementado com a sugestão de evitar ao máximo as vacinas e que a mãe deve confiar no seu instinto materno. Naturalmente, esta publicação gerou

grande reação, especialmente as reativas (“curtir”, “amei”, etc.) e um bom número de comentários, como conteúdos com relatos e relacionais costumam apresentar.

A maioria destes comentários era enaltecendo a postura da médica. Uma boa parte requeria mais informações sobre a situação legal da obrigatoriedade vacinal no Brasil, Japão, EUA e outros países. Uma menor parte discutia reações às vacinas citadas pela médica. Na figura 41 é possível observar, contudo, um comentário que elucida bem a relação desta publicação com sua categoria.

Figura 41: Comentário em publicação com tópico Big Pharma.



Fonte: <https://www.facebook.com/groups/OLadoObscuroDasVacinas/permalink/2306940639548544>

O comentário de L.G., que mora nos EUA, enaltece a médica e não pestaneja em associar a dificuldade de evadir as vacinas obrigatórias com uma atuação conspiratória da Big Pharma: “*Aqui a indústria farmacêutica comanda o governo*”. Ele, contudo, alega também ter encontrado um médico simpático à sua hesitação vacinal.

As discussões apresentadas em torno da Big Pharma perdem a chance de serem legítimas, de questionarem o papel dos lobistas da indústria farmacêutica em contratos com governos, em exigir uma governança mais transparente e ética e uma atuação mais voltada para o bem-estar social e não somente para o lucro. Porém, afundando-se no redemoinho desinformativo, os atores que tocam neste assunto não conseguem construir uma argumentação séria para mobilizar politicamente o movimento para alcançar conquistas legítimas nesta área.

5.2.10 Autismo

Dada a sua relevância para o movimento anti-vacina e aos conteúdos desinformativos que constantemente associam vacinas a ele, o autismo foi destacado em uma categoria própria. Outros malefícios à saúde associados às vacinas ficaram na categoria “Toxicidade”.

Este destaque, contudo, não prejudicou a análise de sua antiga categoria e serve para elucidar alguns pontos importantes da dinâmica comunicativa do grupo. Em sua análise, Almeida (2019, p. 104) demonstrou que o autismo era a consequência vacinal mais citada nos grupos “O Lado Obscuro das Vacinas” e “Sou Contra a Vacina HPV” durante seu período de observação. Isto corrobora o destaque dado a este tópico quando se trata deste transtorno.

A falsa relação entre autismo e vacinas já foi extensivamente discutida neste trabalho, assim como a importância de Andrew Wakefield na difusão desta desinformação. Publicações que citavam autismo eram, em sua grande maioria, seguidoras da cartilha perpetuada por Wakefield. Isto demonstra uma continuidade e relevância do autor para o movimento que ultrapassa fronteiras. Quase todos os conteúdos desta categoria eram desinformativos e/ou provenientes de fontes desinformativas.

Embora sua frequência e média de reações possa parecer baixa, ela na verdade é alta quando se considera que ela é apenas mais uma consequência vacinal listada entre tantas nesta análise. A amostra categorial demonstra exatamente isto. Na figura 42 é possível ver uma *live* realizada por I.S. para os membros do grupo.

Figura 42: Autismo.



Fonte: <https://www.facebook.com/groups/OLadoObscuroDasVacinas/permalink/2316413358601272>

Após sua participação no Autism One, como citado anteriormente, I.S. adotou uma postura muito mais ativa dentro do grupo. A realização desta *live*, que conquistou 239 reações, é uma dentre tantas que ocorreram após o evento e onde I.S. adota uma postura de representante do movimento e líder de opinião. A sua postura é a de uma influenciadora digital, por vezes. Nesta transmissão, I.S. discorreu sobre sua experiência com as palestras de Wakefield e outros “pesquisadores” do evento e sumariza o conteúdo delas. Em linhas gerais, o vídeo fala sobre como vacinas são causa incontestável do autismo e como uma alimentação saudável associada a um transplante fecal podem reduzir ou eliminar sintomas do transtorno.

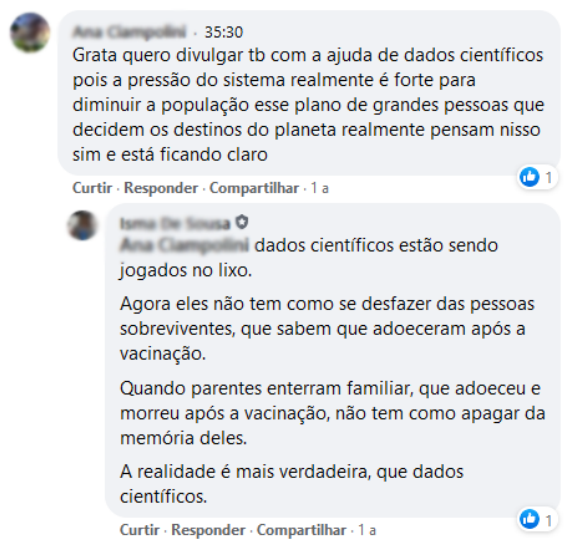
À primeira vista o conteúdo parece inteiramente falso, mas descobertas recentes realmente demonstraram que o transplante fecal pode ter resultados positivos em portadores deste transtorno⁶¹. A *live* fica desinformativa a partir do momento que o autismo é creditado a vacinas e se fala da medicina alternativa como saída para os “males das vacinas”.

Os comentários são uníssonos de apoio a I.S. Boa parte deles começa a requerer conselhos, informações e dados para a administradora que responde a diversos comentários como se fosse uma especialista. Ela lança mão de informações creditas a terceiros e conclusões próprias para atender a quem tem dúvidas. O capital social agregado por I.S. tem cunho relacional e cognitivo neste ponto.

Ocorrem também vários relatos de confrontos com profissionais de saúde, agentes públicos da área da saúde e parentes sobre vacinas, além dos costumeiros ataques aos atores que suportam as vacinas. Dito isto, uma das interações merece destaque pela sua natureza. Observa na figura 43 o diálogo entre A.C. e I.S.

⁶¹ Disponível em: <https://revistagalileu.globo.com/Ciencia/Saude/noticia/2019/04/transplante-fecal-ameniza-sintomas-de-criancas-com-autismo-aponta-estudo.html>. Acesso em 29/08/2020

Figura 43: Comentário em publicação sobre autismo.



Fonte: <https://www.facebook.com/groups/OLadoObscuroDasVacinas/permalink/2316413358601272>

A.C. alega querer ajuda I.S. a divulgar estas informações, que agora possuem propriedade científica aos olhos do grupo, pois “a pressão do sistema é forte para diminuir a população”. Aqui fica claro como os membros do grupo enxergam seu posicionamento como louvável e opositor a conspirações vis. O engajamento no discurso travestido de ciência empolga A.C. que talvez enxergue ali uma chance de abrir os olhos dos indivíduos de fora do grupo.

Esta perspectiva ensandecida não é solitária. I.S. corrobora o discurso de A.C. e complementa: “*Dados científicos são jogados no lixo*”, sugerindo que o “sistema” está ignorando evidências e pesquisas que comprovam as crenças anti-vacina. Nesta perspectiva, seria a ciência inteira a errada, não o punhado de autores anti-vacina a que o grupo se agarra.

Por fim, de maneira incisiva, I.S. completa: “*A realidade é mais verdadeira que dados científicos*”. Após alegar que dados estavam sendo ignorados, ela inverte novamente o sistema de crença para suplantar o conhecimento científico com a experiência pessoal. O discurso anti-vacina parece ser tão maleável quanto a imaginação do locutor o permitir.

5.2.11 Medicina alternativa

Fazem parte destas categorias as publicações cujos tópicos eram a descrição de terapias ou medicamentos de medicina alternativa. Dentro destes tópicos há um universo de variações de soluções alternativas para prevenção e/ou tratamento de

doenças. Algumas vezes essas publicações eram acompanhadas de críticas às vacinas, à indústria farmacêutica, à mídia ou à indústria alimentícia.

Exemplos comuns de medicina alternativa nas publicações eram dietas que prometiam imunidade a doenças, suplementos alimentares capazes de curar e imunizar, tratamentos que não eram cientificamente comprovados como a ozonoterapia⁶², o MMS e até mesmo respirar ar de colmeia.

A presença destes indivíduos e discursos não era prevista no início do trabalho e possui os seguintes níveis de penetração no grupo: a) publicações de páginas de medicina alternativa vendendo seus serviços ou produtos; b) publicações de páginas de medicina alternativa disseminando desinformação anti-vacina; c) publicações de perfis defendendo/vendendo tratamentos ou medicamentos da medicina alternativa; d) publicação de perfis disseminando desinformação anti-vacina e defendendo/vendendo tratamentos ou medicamentos da medicina alternativa; e) compartilhamento de desinformação proveniente de sites de medicina alternativa.

Um fator relevante para esta categoria é a sua relação com empresas voltadas para a área da saúde. Diversos sites e profissionais que comercializavam produtos e serviços voltados para medicina alternativa foram identificados veiculando conteúdo no grupo. Por exemplo, foram observadas uma página de uma empresa de suplementos alimentares, um perfil de uma fisioterapeuta⁶³ (F.A., que foi citada na seção 5.1.3) que era gerente de uma empresa de remédios naturais e propagava desinformação anti-vacina em suas redes sociais.

Algumas vezes estas postagens eram somente publicizando os benefícios destes produtos, terapias e tratamentos. Outras vezes, eram relatos de pessoas que consumiam e compartilhavam sua experiência. Porém, na maioria das vezes (58%) das vezes em que este era um tópico da publicação, seu conteúdo foi classificado como suspeito ou desinformativo. Este fato indica que há interesses econômicos

⁶² Ozonoterapia é a especialidade da Dra. Serra, que foi a voz “científica” do movimento anti-vacina na crise do Acre. Ela é constantemente referenciada em publicações. I.S., inclusive, defendeu em publicações as críticas recebidas pela médica na imprensa, ao tratamento de ozonoterapia e a sanção solicitada pelo Ministério da Saúde aos profissionais de Saúde que participaram do caso propagando desinformação sobre a vacina do HPV.

⁶³ A atora da comunidade é F. A. e seu caso foi explicado no item 4.1.2 Capital social.

atrelados ao discurso anti-vacina e que a desinformação anti-vacina é usada em favor destes interesses.

Porém, não é possível afirmar que I. S., a administradora da página, tenha qualquer tipo de relação com estas empresas. Embora em uma ocasião tenha defendido a terapia por ozonoterapia, ela o fez mais em sentido de defender a Dra. Gadelha de acusações de conflito de interesse do que propriamente defender ou indicar a terapia. O que foi possível evidenciar foi a relação amistosa entre I.S. e F.A., com a cessão de certos privilégios dentro do grupo a esta última, como o direito de usar o selo da página em suas próprias publicações dentro do grupo.

A relevância desta categoria dentro do grupo é modesta se compararmos com os tópicos basilares da interação observados até aqui. Sua frequência e média de reações pode fazer crer que não possui nenhuma relevância essencial na discussão do grupo. Contudo, uma das maneiras mais comuns de compartilhamento e consumo deste tipo de conteúdo fugiu da quantificação na metodologia escolhida neste trabalho.

Os comentários das publicações são recheados de trocas de receitas, experiências com tratamentos, sugestão de medicamentos alternativos entre todas outras trocas possíveis dentro desta categoria. Pode-se dizer, portanto, que sua presença no grupo sofreu uma sub-representação enquanto tópico, mas foi recurso registrado com frequência na etapa etnográfica.

A amostra desta categoria representa bem a ligação entre desinformação e medicina alternativa. Observa na figura 44, onde L.R., profissional de medicina alternativa, compartilha um link de seu canal no Youtube onde ataca as vacinas em benefício de tratamentos homeopáticos.

Figura 44: Medicina alternativa.

Ivandélio Rodrigues compartilhou um link.
24 de outubro de 2019 · 🌐

Aqui apresentamos a solução também. Quem vacinou pode se salvar através da homeopatia. Infelizmente a homeopatia é tratada como placebo. Pura desinformação. Tem estudos clínicos e resultados milagrosos em TODAS as doenças. Só é tratada com desdém porque não pode patentear. Um tanto de bobo acredita no sistema e repete esses jargões de q não é científico e bla bla.

AQUI O LINK MOSTRANDO PORQUÊ A HOMEOPATIA FUNCIONA E COM TRABALHOS PUBLICADOS, PARA AQUELAS BESTAS QUADRADAS QUE ACREDITAM EM FALSOS CIENTISTAS E NO SISTEMA CORROMPIDO: <https://portuguese.mercola.com/.../homeopatia-funciona.aspx>

AS EVIDÊNCIAS CIENTÍFICAS DA HOMEOPATIA: <https://jornal.usp.br/.../a-verdade-sobre-as-evidencias.../>

Link ivandelio sanctus: <https://youtu.be/oHFCL0zZso8>

YOUTUBE.COM
VACINODETOX , APRENDA COMO NEUTRALIZAR OS MAUS EFEITOS DAS VACINAS -- Ivandélio sanctus

42 75 comentários 10 compartilhamentos

Fonte: <https://www.facebook.com/groups/OLadoObscuroDasVacinas/permalink/2389332131309394>

A publicação é de 24 de outubro e obteve 127 reações. Merece destaque o conjunto de recursos utilizados por L.R. para buscar corroborar seu argumento. O ator apresenta vacinas como causadoras de males que podem ser sanados através da homeopatia, convenientemente seu ramo de negócio. Ele inverte a lógica argumentativa ao afirmar que as críticas à homeopatia são desinformação e desdenha dos críticos na sentença: “*Um tanto de bobo acredita no sistema e repete esses jargões de q não é científico e bla bla [sic]*”.

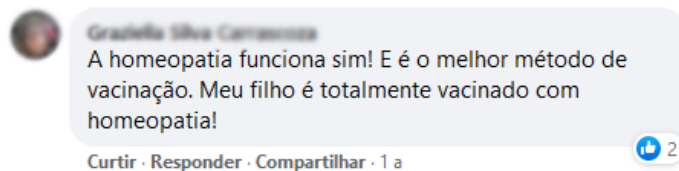
Para buscar dar embasamento a suas alegações, ele compartilha também um link do site do Dr. Mercola, outro profissional da medicina alternativa. O que demonstra que há uma retroalimentação de conteúdo entre estes profissionais, onde eles usam uns aos outros como referência. Ele também disponibiliza um artigo opinativo real no *Jornal da USP*⁶⁴ onde um médico homeopata que faz parte da instituição defende a validade da homeopatia e rebate críticos aos estudos que comprovam sua eficácia. Mesmo que seja de cunho opinativo, a associação com a USP revela uma estratégia de apropriação do conhecimento científico, de maneira conveniente para reforçar seu argumento.

Os comentários são em grande parte de testemunhos de eficácia da homeopatia, troca de informações sobre medicamentos, tratamentos e profissionais e enaltecimento das práticas. Se há qualquer dúvida da aderência deste tipo de

⁶⁴ Disponível em: <https://jornal.usp.br/artigos/a-verdade-sobre-as-evidencias-cientificas-em-homeopatia/>. Acesso em 02/09/2020.

conteúdo no grupo, mesmo que não tão evidente enquanto tópicos de publicações, ela fica mais clara no comentário da figura 45.

Figura 45: Comentário em publicação sobre medicina alternativa.



Fonte: <https://www.facebook.com/groups/OLadoObscuroDasVacinas/permalink/2389332131309394>

Este trabalho não pretende discutir a validade científica ou não de nenhum tratamento proveniente da medicina alternativa. Este tipo de discussão não tem espaço em um trabalho da área da comunicação. O que se discute aqui é o perigo da disseminação do discurso da medicina alternativa enquanto substituto às vacinas.

G.C. afirma: “*Meu filho é totalmente vacinado com homeopatia!*”. Isto demonstra uma crença profunda neste tipo de tratamento que, no contexto de um grupo anti-vacina, é resultado de um medo de morte, de uma hesitação vacinal que é explorada por indivíduos interessados em lucro.

Embora possa parecer aceitável à primeira vista a ideia de uma mãe querer usar remédios naturais para cuidar da saúde de sua família, essa situação pode significar a privação de tratamento ou medicamento adequado para uma criança, uma intoxicação por medicamentos sem comprovação científica e talvez até mesmo sua morte. Como afirma Teixeira (2018), “*as fake news matam*” (TEIXEIRA, 2018, p. 82).

5.2.12 Mídia

Esta categoria difere da categoria “Notícias” por seu foco. Enquanto esta última compreende conteúdos compartilhados de portais jornalísticos, a categoria “Mídia” engloba publicações que criticam a grande mídia ou a imprensa tradicional. O ponto deste tipo de publicação é deslegitimar a imprensa enquanto fonte de informação, atacar ela por supostamente ocultar a “verdade” sobre as vacinas, não dar espaço para o discurso anti-vacina e, mais ainda, condenar o movimento.

A grande maioria destas publicações são de teor autoral, através de prints, textos, vídeos e links comentados. As origens são geralmente suspeitas ou desinformativas. Seu conteúdo possui natureza diversa, ao passo que também incluía

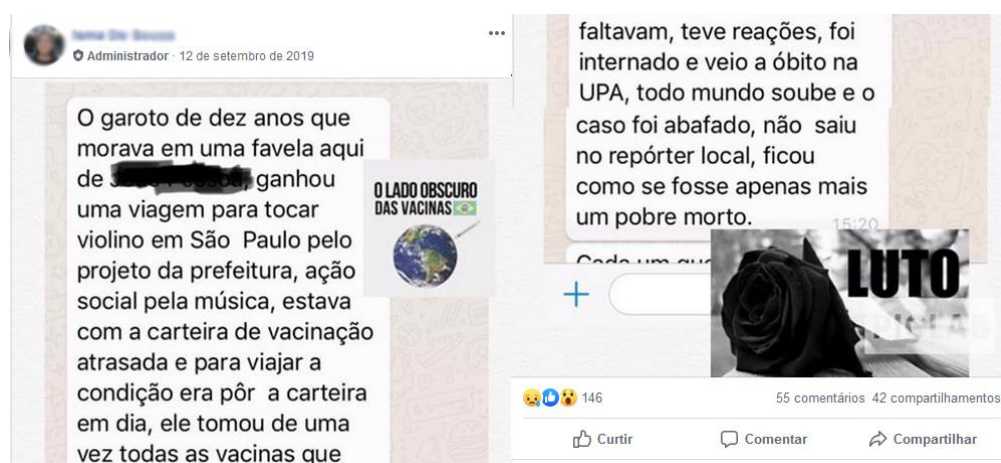
matérias legítimas de sites jornalísticos, mesmo que acompanhadas de textos com críticas.

A sua frequência é a segunda menor dentro das categorias analisadas, mas sua média é a maior de todas as registradas. Esse fato pode ser talvez explicado pela alta capacidade de polarização que o papel exercido pela imprensa pode gerar. Um mesmo portal de notícia pode publicar uma notícia de reação vacinal mas pouco tempo depois realizar uma matéria sobre o impacto do discurso anti-vacina na queda dos índices de cobertura vacinal.

É importante ressaltar que na fase etnográfica foram registrados diversos diálogos sobre estabelecimento de estratégias para alcançar relevância e presença na imprensa. Portanto, o papel da mídia tradicional não é irrelevante para o grupo, tampouco completamente negativo. É algo a ser objetivado. Fato corroborado pela alta presença de links de sites de notícias nas origens e frequente simulação da linguagem jornalística nos conteúdos desinformativos.

A amostra categorial demonstra bem como é ambígua a relação e natureza de ataque à mídia nesta categoria. Nela, I.S. compartilha o print de uma mensagem que supostamente recebeu anonimamente de um membro. Observe a figura 46, com a publicação postada em 12 de setembro e que obteve 243 reações.

Figura 46: Mídia.



Fonte: <https://www.facebook.com/groups/OLadoObscuroDasVacinas/permalink/2375520159357258/>

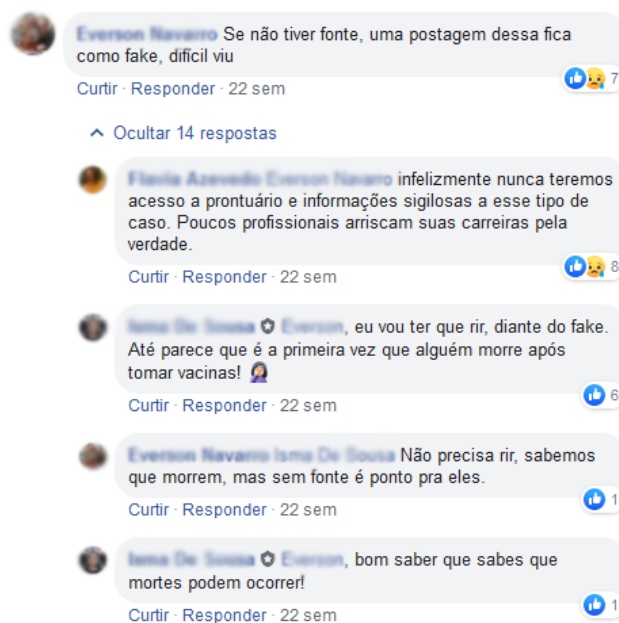
A imagem com o relato faz parte daquele modelo de publicação empregado periodicamente por I.S., onde ela posta supostos relatos recebidos em sua caixa de mensagens. Isso joga automaticamente o relato na categoria suspeito, pois ele é

inacessível, não cita localidades, datas, nomes, etc. O ponto central aqui é associar a vacinação com a morte do garoto, gerando hesitação vacinal.

O papel da mídia, neste exemplo, fica sendo o de omissão. Não se deu importância ao fato e se tratou a morte do garoto “como se fosse apenas mais um pobre morto”. O tom vitimista e a história apelativa dão a aparência de conteúdo desinformativo, mas é impossível classificar este conteúdo desta maneira. O que é possível apontar é que ele ataca as vacinas e a mídia.

A publicação gerou muitos comentários e, surpreendentemente, eles se dividiram entre um sentimento de lamentação e um ceticismo quanto à veracidade do relato. Talvez alguns elementos dele não soaram convincentes ao grupo, ou a modalidade anônima, dentro de um grupo com laços tão fortes, tenha levantado suspeitas. Conseqüentemente, houve questionamentos nos comentários, como pode ser observado na figura 47.

Figura 47: Comentário em publicação com o tópico mídia.



Fonte: <https://www.facebook.com/groups/OLadoObscuroDasVacinas/permalink/2375520159357258/>

E.N. reclama da publicação: “*Se não tiver fonte, uma postagem dessa fica como fake, difícil viu*”. Esse discurso é um exemplo de como há uma preocupação por veracidade, ou pelo menos a aparência dela, para boa parte dos membros dentro do grupo. F.A., a terapeuta alternativa próxima de I.S., rebate em defesa da veracidade do relato de imediato, trazendo desculpas para o relato não conter fontes.

I.S. não responde educadamente, talvez se sentindo questionada ou desafiada: “*Eu vou ter que rir, diante do fake. Até parece que é a primeira vez que alguém morre após tomar vacinas!*”. Este tom de ironia e confrontamento foi observado outras vezes na fase etnográfica. Quando I.S. se sente desafiada ou questionada, ela adota um tom impositivo e autoritário. Por diversas vezes, confrontos deste tipo resultaram em expulsão do grupo.

E.N. retrai sua dúvida e só indica que a falta de fonte pode fortalecer o lado deles, ou seja, o dos que defendem vacinas. Ao que I.S. responde, em tom rude: “*Bom saber que sabes que mortes podem ocorrer!*”. Este embate serve de amostra de como o papel de I.S. no grupo é peculiar. Ela se incube e age sobre o grupo e seus membros de maneira tão intensa que às vezes ela parece uma matriarca tribal. Com certeza muitos atores no grupo a enxergam e tratam assim.

5.1.13 Religioso

Por fim, o último tópico de análise é o religioso. Esta categoria engloba mensagens religiosas, notícias relacionadas a aspectos religiosos, questionamento de atos de líderes e instituições religiosos, teorias conspiratórias envolvendo aspectos religiosos e trechos de escrituras sacras. Seu conteúdo normalmente é autoral, constituído por texto ou imagem.

Sua função no grupo é puramente relacional, com raras exceções. Um exemplo é uma publicação em que I.S. questiona a decisão de uma congregação religiosa ceder seu espaço para a campanha de vacinação contra a gripe. Em seu argumento, I.S. usa trechos da bíblia para questionar a decisão dos líderes, acusando-os de estarem agindo contra a vontade divina ao fazer essa cessão.

Essa é uma representação adequada de como o discurso religioso perpassa o ambiente desinformativo. Ele é apropriado, por vezes descaracterizado e deturpado, tudo para servir a um propósito dentro da dinâmica relacional do grupo. Com sua frequência ínfima, o conteúdo religioso se mostra uma estratégia eficiente para conquistar reações. Esta categoria possui uma média de reações párea com tópicos muito mais pertinentes ao tema central do grupo

A última amostra categorial da análise demonstra bem como os membros lançam mão da linguagem religiosa. A publicação é de I.S., do dia 29 de julho, e conquistou 135 reações.

Figura 48: Religioso.

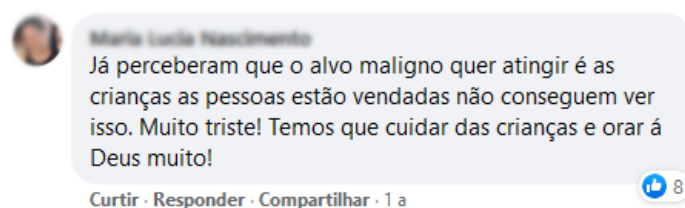


Fonte: <https://www.facebook.com/groups/OLadoObscuroDasVacinas/permalink/2344358312473443>

I.S. adiciona à imagem, uma mãe protegendo seu bebê, uma legenda: “*Quando não souberem o que fazer OREM! Rezem por vossos filhos!*”. Vários elementos desta composição remetem diretamente à natureza dos membros do grupo. Almeida (2019, p. 110) analisou o perfil dos usuários do grupo “Sou contra a vacina HPV” e “O Lado Obscuro das Vacinas” e traçou um perfil geral de mulheres, casadas, com filhos, formadas no ensino superior, que moram no Sudeste, cujos interesses variavam entre política nacional, vida saudável, maternidade e religião.

A composição entre imagem e legenda apela ao menos para três destes elementos: mulheres, maternidade, religião. O sentimento de ataque, proteção e desespero também ressoa com a hesitação vacinal por medo de morte própria e de filhos. Mais ainda, se há um ataque ele vem de algum lugar. A figura 49 parece dar esta mesma conotação à publicação original.

Figura 49: Comentário em publicação com o tópico religioso.



Fonte: <https://www.facebook.com/groups/OLadoObscuroDasVacinas/permalink/2344358312473443>

Nela M.N. reafirma um sentimento de medo pelas crianças de um ente maligno vago. A solução seria cuidar das crianças e orar. No contexto de análise deste trabalho, depois de toda a discussão levantada até aqui, não parece absurdo supor que este ente maligno vago para muitos são as vacinas.

5.3 Campanha nacional contra o sarampo

Um último elemento de análise é a atividade do grupo durante o período da campanha nacional de vacinação contra o sarampo, realizada pelo Ministério da Saúde entre outubro e novembro de 2019⁶⁵. Esta última etapa da análise é importante para compreender de que maneira a campanha nacional de vacinação contra o sarampo pode ter impactado a comunicação do grupo. As datas específicas da campanha podem ser observadas na tabela 18.

Tabela 18: Cronograma da campanha nacional de vacinação contra o sarampo de 2019

-	Primeira etapa	Segunda etapa
Período	7 a 25 de outubro	18 a 30 de novembro
Dia D	19 de outubro	30 de novembro
Público alvo	Crianças de seis meses a menores de 5 anos de idade (4 anos, 11 meses e 29 dias)	População de 20 a 29 anos

Fonte: Ministério da Saúde

O histograma apresentado na seção 5.2 auxilia na compreensão do contexto do grupo à época da campanha. Como pôde ser observado, em setembro houve o pico de publicações do período analisado, o mês de outubro apresentou uma abrupta queda de publicações e, em novembro, esse nível voltou a subir de maneira drástica.

É importante analisar este gráfico em contraste com o início da campanha nacional de sarampo, que se iniciou no dia 7 de outubro de 2019 e ia até o dia 25⁶⁶. O início da campanha, que nesta fase se focava na vacinação infantil, não provocou um aumento da atividade do grupo. De fato, após a data, houve uma queda no número de publicações seguida por uma ligeira subida. A segunda fase da campanha, que iniciou no dia 18 de novembro e tinha como objetivo a vacinação de adultos, também foi simultânea a uma queda no número de publicações.

⁶⁵ Saiba mais em: <https://antigo.saude.gov.br/images/pdf/2019/novembro/07/Boletim-epidemiologico-SVS-30.pdf>. Acesso em 05/05/2021.

⁶⁶ Saiba mais em: <https://www.saude.gov.br/noticias/agencia-saude/45873-campanha-de-vacinacao-contra-o-sarampo-comeca-na-segunda-feira-7-10>. Acesso em 02/02/2020.

Poderia ser possível inferir que o início da campanha causou ou coincidiu com uma redução de atividade no grupo, mas um olhar rápido mostra que essa redução não significou queda de interação no grupo. Na verdade, das 13 publicações amostrais, que alcançaram mais reações em suas categorias, 6 ocorreram nos meses de outubro e novembro, três em cada mês. Isso quer dizer que quase metade da amostra ocorreu no período de campanha.

Na tabela 19 são elencadas as doenças imunopreveníveis que foram citadas ou que tiveram suas vacinas citadas. É possível observar que o Sarampo aparece em um primeiro lugar quase empatado com o HPV. Seria o caso de se supor que a campanha conseguiu mudar a opinião dos membros? Difícil acreditar, pois o número de membros no período não se alterou de maneira significativa tampouco a campanha foi assunto preponderante no período.

De fato, o pico de publicações entre os períodos da campanha tinha outro motivador: o caso das reações à vacina HPV no Acre⁶⁷. Isto confirma predominância de discussões sobre vacinas contra o sarampo e também que a crise da vacinação no Acre gerou um grande volume de publicações sobre HPV.

Tabela 19: Frequência citação de doenças.

Doenças	Frequência
Sarampo	107
HPV	102
Gripe	45
Caxumba	33
Rubéola	30
Polio	30
Tétano	20
Difteria	17
Coqueluche	17
Febre amarela	14
Varíola	6

Fonte: Autor.

Mas é possível filtrar de maneira mais específica, sob a luz dos dados registrados, e buscar compreender o impacto da comunicação pública da campanha nacional de vacinação obteve sobre o grupo. A tabela 20 apresenta a frequência de

⁶⁷ Saiba mais em: <https://g1.globo.com/ac/acre/noticia/2019/11/28/no-ac-ministerio-da-saude-diz-que-vacina-hpv-e-segura-e-reacao-em-pacientes-foi-desencadeada-por-crise-psicogenica.ghtml>. Acesso em 02/02/2020.

publicações com o tópico sarampo nos quatro trimestres do ano, juntamente com sua média de reações.

Tabela 20: Frequência do tópico sarampo.

Sarampo	Frequência	Média
1º trimestre	12	32,5
2º trimestre	17	51,41
3º trimestre	57	41,28
4º trimestre	21	58,23

Fonte: Autor.

A partir dos dados desta tabela é possível concluir que o período da campanha não houve um aumento do número de publicações sobre sarampo. Na verdade, houve uma grande queda de publicações do tipo. Porém, o número de publicações do terceiro trimestre demonstra, talvez, que a iminência da campanha pode ter gerado expectativa e debate público suficiente para a doença ou sua vacina serem citados várias vezes.

Isso pode indicar um sentimento de preocupação ou tentativa de alertar e evitar que os membros se vacinem, ou pelo menos se convençam de que a vacina não é necessária ou maléfica. Outro dado importante é que, embora o último trimestre apresente número de publicações inferior, foi quando houve a maior média de reações às publicações.

Enfim, é possível afirmar que a campanha nacional de vacinação contra o sarampo teve impacto na dinâmica comunicacional do grupo? Sim, é possível. A predominância do tópico “Sarampo” sobre outras doenças, a subida do número de publicações às vésperas da campanha e a maior média de reações durante o período de vacinação demonstram que a comunicação do grupo foi pautada pela campanha.

Mas é importante salientar que pautar não quer dizer influenciar. O Uso de fontes governamentais, materiais de campanha ou conteúdo informativo legítimo foi pífio. Na verdade, quando utilizados, eram em sentido de crítica, ironia, alerta ou deboche. Assim como aconteceu com conteúdos provenientes da mídia e da ciência, instituições basilares nas democracias e moradas da verdade em condições ideais, a apropriação de conteúdos de fontes oficiais geralmente só se dava quando conveniente para corroborar a crença do grupo.

Os indivíduos estão cientes de onde estão e como estão em sociedade. Mais ainda, tem consciência de como eles podem agir para tentar mudar politicamente a realidade a seu modo. O estereótipo de conspiracionista alienado não condiz com a realidade observada neste trabalho. Os membros do grupo demonstraram consciência da existência da campanha, do discurso pró-vacina difundido na mídia e na comunicação pública e da forma como sua mobilização política era vista. Nessa perspectiva, a campanha não impactou nem um pouco o grupo.

6. Considerações finais

A realização desta pesquisa topou com um grande desafio: o de se debruçar sobre um fenômeno contemporâneo que ecoa de um hábito tão antigo quanto a humanidade: o do engano. Talvez, sob um olhar histórico menos aprofundado, a desinformação possa parecer uma repetição deste hábito. Contudo, ao longo do percurso desta pesquisa, este fenômeno não parece ser tão simples.

A desinformação nas redes sociais se constitui num fenômeno único e diferente do engano, manipulação e boatos espalhados como estratégia de poder em vários momentos históricos. Tanto quanto a internet, elemento central em um novo tipo de sociabilidade e realidade, se difere da comunicação em praças públicas, por exemplo. A capacidade de observar esta diferença oportuniza uma melhor compreensão de sua natureza.

Desta maneira, para compreender melhor este fenômeno, foi necessário recorrer a autores que se dedicavam a investigar os contextos, problemáticas e eventos provenientes desta nova forma de sociedade que gera e é gerada pelas novas tecnologias de informação e comunicação. Incluindo, entre estas, a desinformação enquanto parte deste quadro. De forma complementar, autores que tratam sobre comunicação pública também foram utilizados para compreender melhor a dinâmica da relação de disputa entre desinformação e comunicação governamental sobre vacinas.

A base teórica proveniente proporciona uma perspectiva mais ampla, que permite compreender as interfaces das novas formas de sociabilidades inerentes ao nosso tempo, marcadas pelas novas TIC's, a gravidade do fenômeno desinformativo anti-vacina na internet e sua ameaça à saúde pública, além do paralelo entre uma prática ideal de comunicação pública e a realidade observada no MS.

Outro fator significativo é a complexidade do fenômeno desinformativo, que envolve disputas por poder e capital, empresas bilionárias que fornecem plataformas de redes sociais, movimentos sociais engajados na rede, financiamentos escusos, enfim, diversos tipos de atores e práticas que nebulam uma definição exata e cartesiana de sua natureza. Isso implicou em dificuldade de acesso ao corpus, quer seja por bloqueio das plataformas aos seus dados, utilização de *bots* programados

para simular atividade de atores reais, algoritmos e regras de uso da plataforma que mudam o tempo todo.

Práticas metodológicas tiveram que ser adaptadas à realidade da plataforma no momento de realização da pesquisa, como foi observado, por exemplo, na coleta e análise manual dos dados. O grande volume de dados somado a uma cultura quase tribal dos membros do grupo observado impediu a cobertura de um período maior de tempo e a realização de entrevistas. O primeiro problema exigiria a busca de alternativas, como a pesquisa em plataformas cuja extração de dados ainda é possível, como o Twitter, por exemplo, ou a criação de ferramentas que consigam driblar as barreiras das plataformas e extrair seus dados. O sucesso de grupos de pesquisa como o MídiaRS⁶⁸, da Universidade Federal de Pelotas, que agem neste sentido, demonstra que este é um trabalho árduo, mas possível.

No entanto, mesmo com esta limitação encontrada, esta pesquisa consegue uma amostra significativa, maior que algumas das obras observadas no levantamento bibliográfico deste campo de pesquisa. Já o segundo problema, a dificuldade de realização das entrevistas, formou uma lacuna a ser explorada em pesquisas posteriores que encontrem maneiras melhores de realizá-las. Portanto, mesmo que os objetivos da pesquisa tenham sido alcançados, a realização das entrevistas foi inviável nesta dissertação.

Esta condição se dá pela dinâmica comunicativa do grupo, que é predominantemente de colaboração e sem espaço para argumentos dissonantes da crença anti-vacina. A comunicação pública pró-vacina existe em outros âmbitos fora da campanha e, provavelmente, é uma das causas de ojeriza social ao discurso anti-vacina. Esta ojeriza pode ser percebida pela posição reativa de defesa dos membros em relação às instituições sociais que agem, na visão dos membros, de maneira antagônica ao seu discurso.

Se a sociedade em rede é marcada pela penetrabilidade, interconectividade, convergência de meios e lógica de redes aplicada às estruturas sociais (CASTELLS, 1999) é importante notar que nenhuma destas características garante entendimento, conhecimento ou consumo consciente de conteúdo. De fato, a Aldeia Global de McLuhan (1964) serve de metáfora para a tribalização de movimentos de contrapoder,

⁶⁸ Saiba mais em: <https://wp.ufpel.edu.br/midiars/>. Acesso em 01/08/2021.

como o anti-vacina. Em uma batalha de nós contra eles, abre-se pouco espaço para informação divergente. Como afirma Castells (2018):

Em vez do surgimento de uma cultura homogênea global, o que observamos é a diversidade cultural histórica como a principal tendência comum: fragmentação em vez de convergência. (CASTELLS, 2018, p. 83)

Tais instituições, como a ciência, o poder público, as indústrias farmacêuticas e organizações de saúde são constantemente alvo de críticas no grupo. Além de tudo, várias delas são inseridas em teorias conspiratórias que delegam a elas um papel vil em suas narrativas. Não há espaço para discordância. Há uma seletividade conveniente das fontes, formas e temas. Isto respalda os resultados de Nyhan e Reifler (2007) que demonstram que a desinformação não é um fenômeno racional. É um fenômeno emocional, têm-se um comprometimento emocional com o tema que fecha os olhos dos indivíduos para quaisquer fatos que contradigam sua crença adquirida.

O movimento anti-vacina se apropriou eficazmente das TIC's, usando a própria lógica das redes sociais para crescer e se fortalecer ainda mais. Este movimento ascendente é uma ameaça à saúde pública e merece atenção. Políticas públicas e políticas comunicacionais eficientes na área da saúde podem ser uma resposta.

Portanto, estes cidadãos presos nestas crenças precisam de atenção especial dos comunicadores responsáveis pelas ações comunicacionais pró-vacina e por criar ambientes de diálogo onde possa ocorrer comunicação pública neste sentido. Não em sentido de confronto, mas em sentido de reeducação informacional e tecnológica.

A lógica da comunicação governamental de massa deve ser abandonada. Se campanhas continuarem a ser executadas com os mesmos problemas de comunicação pública identificados por Motta (2018) nas campanhas nacionais da área da saúde em sua análise, um futuro promissor não parece tão próximo.

Iniciativas que se aproximem mais de uma comunicação dialógica com setores da sociedade, como instituições de saúde e de ensino, podem tornar mais nítido um horizonte de comunicação pública de fato. E é na comunicação pública, dialógica e participativa, que se pode depositar esperança de maior probabilidade de solução deste problema.

Não é possível classificar nenhum dos atores da comunidade como desinformadores, mesmo com indícios de ação neste sentido. O ato de desinformar, como demonstra Fallis (2009) exige consciência da inveracidade do conteúdo para obter a crença no receptor. Esta crença não pode ser acessada, mas as informações, em sua maioria, podem ser averiguadas e identificadas enquanto falsas ou não. Existe todo outro espectro de publicações que possuem o potencial de serem falsas, mas não fornecem meios de averiguação.

A consciência, então, é a distinção entre o desinformador e o ator na rede social que espalha informações falsas. As autoridades da área da saúde que participam do movimento anti-vacina, como a Dra. Maria Gadelha, estão um pouco mais próximas de receberem este título ao passo que parecem agir em detrimento de seu próprio conhecimento técnico e conhecimento produzido por seus pares. A desinformação exige uma seletividade de fontes e informações para adequação à crença e à comunicação com a comunidade ou audiência.

Há ainda que se considerar os casos como o de F. A., indivíduos por trás de empresas que disseminam desinformação em benefício de seu próprio negócio de medicina alternativa. Sites que vendem serviços e produtos da área produzem conteúdo desinformativo sobre vacinas e, como no caso observado na análise da categoria Medicina Alternativa, podem promover danos à saúde de pessoas.

Outro fator imprevisto que se mostrou determinante na dinâmica comunicacional foi a busca por capital social (RECUERO, 2010) para alcançar relevância o suficiente para se tornar uma autoridade no movimento anti-vacina. F.A., I.S. (administradora) e “celebridades” do movimento como Dra. Serra a Virologista Mikovits e o Geóssico/Youtuber Alonso Lopes demonstram que há interesses financeiros e de carreira envolvidos no mundo anti-vacina. Enquanto crianças deixam de ser vacinadas e pais se iludem com desinformação, pessoas lucram.

Este lucro está diretamente ligado à obtenção de capital social proveniente pela relevância e autoridade conquistada em comunidades como “O Lado Obscuro das Vacinas”. Respeitadas as diferenças dos casos, este lucro pode se dar em forma de audiência em um canal no Youtube que gera monetização da plataforma pelo número de visualizações conquistado, ou pela venda de produtos ou serviços de medicina

alternativa cujo ator disseminador/desinformador tem parte, pode ser ainda por relevância política pela adoção de uma bandeira que, como demonstrado na crise do Acre, pode gerar até mesmo capital político.

Esta reverberação no poder legislativo alcançada pelo movimento anti-vacina também demonstra o alcance da comunicação em rede ao poder. Longe do estereótipo de indivíduos alienados falando bobagens para os seus, os atores do grupo possuem noção clara de legislação, discussão midiática, política, lógica das redes sociais entre outros assuntos que, em sua concepção, os creditam enquanto cidadãos requerentes do direito de não vacinar seus filhos.

Atores instrumentalizam estes anseios e mobilização visando capital social que, em alguns casos, pode ser convertido em capital financeiro ou poder, como demonstra Castells (2018, p. 95-96). Programadores ou comutadores desta rede estão alcançando o poder. Parece natural associar estes elementos à concepção de D'Ancona (2018) de que a desinformação é uma indústria, com objetivos claros e beneficiários pré-estabelecidos.

Os desinformadores não são alienados, no sentido literal da palavra. Na verdade, são extremamente articulados e perscrutam o conhecimento científico, midiático e político atrás de informações que possam ser úteis em seu discurso. Artigos científicos, matérias e projetos de lei, por exemplo, podem ser selecionados especificadamente para este fim, mesmo que isto signifique ignorar seu contexto, integralidade ou propósito.

Um dado importante é que posts contendo teorias conspiratórias costumam ter menos reações que outros conteúdos desinformativos. Isso pode se dar por alguns diferentes fatores como: a) reticência em adesão pública a narrativas conspiratórias; b) desinteresse por teorias conspiratórias; c) autoimagem de cidadão crítico e inteligente, que não acredita facilmente em qualquer coisa; d) receio de que publicações como esta maculem a imagem e legitimidade do grupo. Investigações posteriores podem elucidar esta resistência.

É possível observar também a complicada relação da imprensa com a desinformação. Se *junk science*, ou ciência malfeita, pode municiar a desinformação anti-vacina, o mesmo pode ser dito do jornalismo malfeito, ou pode-se dizer *junk*

journalism? Ao abrir espaço para argumentos e discursos anti-vacina, sem contextualizar o conhecimento científico como referência na discussão sobre o tópico, a mídia ultrapassa seu papel no interesse público e começa a agir contra ele. Por vezes em uma fachada de democratização do acesso à mídia, estas aberturas abrem espaço para um dano por vezes irreparável na sociedade.

Alguns dos requerimentos do movimento são legítimos, como uma maior transparência das decisões do poder público e dos órgãos de saúde sobre as políticas públicas de saúde, padrões éticos e profissionais claros e rigorosos para empresas e profissionais que atuam na área da saúde, uma gestão eficiente da saúde pública que busque melhorar a saúde da população de todas as maneiras possíveis (preventivamente), etc.

Porém estes requerimentos esbarram em discursos completamente infundados e arruinam a possibilidade de participação destes cidadãos no debate público de maneira eficiente. Embaralhados no meio de desinformações e desinformadores mal-intencionados, eles se aglomeram tribalmente e caem cada vez mais fundo no poço desinformativo, para gozo dos que lucram de alguma maneira com seu medo, desespero e desorientação.

Grande parte dos membros não são agentes ativos com o objetivo de desinformar. Não esquecendo o impacto de seus atos na saúde pública, deve-se observar estes indivíduos pelo que eles são em essência: pais, mães e cidadãos com medo e preocupação sobre sua saúde e a de seus familiares. Este medo e preocupação destes indivíduos foram cooptados por uma narrativa que muitas vezes visa instrumentalizar e domar as crenças destes indivíduos em benefício próprio. Quer seja no espectro político de ultra direita, nos vendedores da medicina alternativa ou nos mercadores de atenção, as fontes destas desinformações e seus argumentos servem de indício de sua origem. E são estas origens que devem ser investigadas e combatidas.

Esta é, possivelmente, a maior contribuição que esta pesquisa pode oferecer. Indicar um caminho para compreender cada vez mais os indivíduos pertencentes a grupos como o anti-vacina pode auxiliar pesquisas e políticas públicas futuras a lidar melhor com este problema. Os resultados conseguem jogar luz sobre a dinâmica comunicativa do grupo, demonstrando que estes atores conectados não podem ser

tratados como um bloco único, ignorante ou simplesmente intelectualmente incapaz. Na verdade, existem atores e instituições participantes que devem ser observados de perto, dado o seu papel determinante no ecossistema desinformativo.

Atacar e censurar indivíduos desinformados só reforça o argumento de perseguição (como Galileu). A responsabilização legal do ato desinformativo institucionalizado, porém, deve ser incisiva, significativa e exemplar. Embora a educação informacional seja um passo essencial para a lida com este problema, ela demanda tempo e seus resultados serão mais tardios que a urgência do problema exige.

Conforme a análise de Albuquerque (2021), D'Ancona (2018) e Oreskes e Conway (2010) a desinformação não é um fenômeno exclusivo de indivíduos isolados ou políticos. Ele também envolve instituições midiáticas, setores do segundo e até mesmo do terceiro setor. Uma ação de prevenção, remediação e combate à desinformação tem que ser ampla e não confiar em somente um ator social para sua execução, mas sim na colaboração representativa democrática.

Se há uma disputa pela verdade, deve-se atentar em retirar aqueles interessados na disseminação de desinformação, mas, igualmente, se preocupar em quem ou o que vai ocupar este espaço de enunciador da verdade. Em outras palavras: a luta contra a desinformação não pode legitimar uma desinformação velada praticada por instituições que ocupem este espaço da verdade. Mídia, Estado, segundo e terceiro setor devem ser tão auditáveis quanto qualquer outra entidade que ocupe o espaço de debate público.

Outro desafio no horizonte é a acirrada disputa das empresas bilionárias que são donas das plataformas de redes sociais contra regulamentação, auditoria ou responsabilização. Mesmo em casos escandalosos como o da Cambridge Analytica citado anteriormente, a resposta parece ser mais no sentido de ocultar o problema, retirando a possibilidade de acesso aos dados da plataforma através de ferramentas simples, do que de fato prevenindo ou combatendo sua origem. Na verdade, recentemente⁶⁹, o Facebook chegou até mesmo a suspender as contas de

⁶⁹ Saiba mais em: <https://gizmodo.uol.com.br/facebook-suspende-perfis-jornalistas-pesquisadores/>. Acesso em 05/08/2021.

pesquisadores de desinformação, gerando acusações de retaliação por estes exporem a livre circulação da desinformação em suas plataformas.

Por mais urgente e justificado que seja, o caminho do combate à desinformação parece ser espinhoso e nebuloso. Novas investigações podem elucidar melhor estes desafios, principalmente nas interfaces da desinformação com a mídia e a ciência – e sua disputa pela verdade, instituições e atores financiadores e disseminadores de conteúdo desinformativo na rede, as próprias plataformas e, é claro, com a cultura dentro de grupos onde a desinformação se prolifera.

Um flanco vulnerável para se atacar a desinformação, portanto, é o ponto de contato entre desinformadores e atores na rede. Os desinformadores devem ser identificados, responsabilizados e acompanhados. Esta postura mais rígida, talvez a rigor legal, se faz necessária pela instrumentalização da desinformação empregada pelas pessoas, organizações e movimentos por trás deste tipo de iniciativa em busca de algum tipo de capital. O ator na rede merece outro tipo de atenção.

Lewandowski et al. (2012, p. 118-119) apontam estratégias alternativas possíveis e comprovadamente eficientes para não se combater o desinformador, mas prevenir o indivíduo em rede de ser desinformado ou resgatá-lo desta condição. Estas estratégias seriam: a) a criação de alertas prévios de conteúdo desinformativo nas redes; b) correções das desinformações de maneira repetida; c) para acompanhar estas correções, explicações alternativas para o evento foco da desinformação, para preencher o vácuo de narrativa para este evento.

Existem ainda outros flancos. O grande sucesso de iniciativas como a do Sleeping Giants⁷⁰, que buscam minar o capital envolvido na desinformação, mostra que esse é outro calcanhar de Aquiles da indústria desinformativa. Se o capital (social, simbólico, político ou financeiro) for tirado da equação por um processo legal e estratégico de avariação, pode-se visar um futuro em que a desinformação volte a ser um fenômeno que habita ambientes conspiratórios, alienados e malvistas na sociedade. Capacitando os atores nas redes para que não mordam a isca desinformativa, é possível reduzir seu poder. Pode-se retirar teorias conspiratórias da pauta na comunicação pública, do poder público e voltar a pô-las em seu devido lugar: com o sujeito com chapéu de papel alumínio na cabeça que não sai de seu próprio

⁷⁰ Saiba mais em: <https://sleepinggiantsbrazil.com/>. Acesso em 14/05/2021.

quarto, ignorado pela sociedade. O idiota da aldeia, como diria Umberto Eco⁷¹, estaria de volta em seu lugar.

⁷¹ O escritor e filólogo Umberto Eco, ao receber o título de doutor *honoris causa* em Comunicação e Cultura, pela Universidade de Turim, na Itália, afirmou: “O drama da internet é que ela promoveu o idiota da aldeia a portador da verdade”. Disponível em: https://ansabrasil.com.br/brasil/noticias/brasil/cultura/2015/06/11/Redes-sociais-deram-voz-legiao-imbecis-diz-Eco_8559017.html. Acesso em 05/05/2021.

Referências

ALBUQUERQUE, A. de. As fake news e o Ministério da Verdade Corporativa. In: **Revista Eptic**. Vol. 23, nº 1, Jan-Abr. 2021. UFS.

ALBUQUERQUE, A. de. Protecting democracy or conspiring against it? media and politics in Latin America: a glimpse from Brazil. In: **Journalism**, n. 20, v. 7, p. 906-923, 2019.

ALMEIDA, Amanda Milléo. **Movimento antivacinas na internet: da apropriação e recirculação do jornalismo de saúde ao empoderamento em grupos no Facebook**. Curitiba, 2019. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Universidade Federal do Paraná, Setor de Artes, Comunicação e Design, Programa de Pós-Graduação em Comunicação, 2019.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Edições 70, Lisboa 1977.

BOURDIEU, Pierre. **O capital social: notas provisórias**. In: Escritos de educação. Petrópolis. Ed. Vozes, 2015.

BRANDÃO, Elizabeth. Conceito de comunicação pública. In: DUARTE, Jorge (org.). **Comunicação Pública: Estado, mercado sociedade e interesse**. -2. ed. - São Paulo: Atlas, 2009.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Boletim Epidemiológico** | Secretaria de Vigilância em Saúde | Ministério da Saúde. Volume 51 | Nº 06 | Fev. 2020

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Análise em Saúde e Vigilância de Doenças não Transmissíveis. **Saúde Brasil 2019 uma análise da situação de saúde com enfoque nas doenças imunopreveníveis e na imunização** / Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde, Departamento de Análise em Saúde e Vigilância de Doenças não Transmissíveis – Brasília: Ministério da Saúde, 2019. 520 p. : il.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [2016]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 1 jan. 2017.

BRITES, F.; PORCELLO, F. Verdade x Mentira: A ameaça das fakenews nas eleições de 2018 no Brasil. In: **41º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação** – Intercom, 2018, Joinville. São Paulo: Intercom, 2018. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/184434/001078994.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 03/01/2018.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

CARVALHO, José Murilo de. **Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

CARVALHO, Janaína de Pina; BARROS, MARY GOMES DE; Falqueto, Elda. **Uso correto de medicamentos: cartilha**. Rio de Janeiro: Instituto de Tecnologia em Fármacos, 2013.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede** – 7 ed. São Paulo, Paz e Terra, 1999.

CASTELLS, Manuel. **O poder da Comunicação**. São Paulo/Rio de Janeiro. Ed. Paz e Terra, 2015.

CASTIEL, Luis; GRIEP, Rosane; VASCONSELLOS-SILVA, Paulo. A sociedade de risco midiaticizada, o movimento antivacinação e o risco do autismo. In: **Ciência & Saúde Coletiva**, 20(2):607-616, 2015.

COSTA; Bianca Barros da; VIEGAS, Thamyris Almeida; Abreu, Paula Alvarez. O movimento anti-vacina no YouTube nos tempos de pós-verdade: Educação em saúde ou desinformação? In: **Revista Mídia e Cotidiano**. Volume 14, Número 1,j an-abr de 2020.

D'ANCONA, Matthew. **Pós-verdade**: a nova guerra contra os fatos em tempos de fake news. Ed. Faro Editorial, Barueri, 2018.

DUARTE, Jorge (org.). **Comunicação Pública**: Estado, mercado sociedade e interesse. -2. ed. - São Paulo: Atlas, 2009.

DUARTE, Marcia. Comunicação e cidadania. In: **Comunicação Pública**: Estado, mercado sociedade e interesse. DUARTE, Jorge (org.) -2. ed. - São Paulo: Atlas, 2009.

FALLIS, Don. **A conceptual Analysis of Disinformation**. University of Arizona.[Internet]. 2009 Disponível em: https://www.ideals.illinois.edu/bitstream/handle/2142/15205/fallis_disinfo1.pdf?seq

FRAGOSO, Suely; RECUERO, Raquel; AMARAL, Adriana. **Métodos de pesquisa para internet**. Alegre: Sulina, 2011.

GARCIA, Marcelo. Discursos alternativos sobre a vacinação contra o HPV: análise das mensagens em uma comunidade virtual no Facebook. In: **Cadernos do Tempo Presente**, n. 27, mar./abr. 2017, p. 101-11

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.

HINE, Christine. **Virtual Ethnography**. SAGE Publications Ltd. Londres. 2000.

HootSuite; WeSocial. **Global Digital Report. 2020**. Disponível em: <https://wearesocial.com/digital-2020>. Acesso em 02/02/2020.

IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2016/2017**. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101631_informativo.pdf. Acesso em 01/02/2020.

ILHARCO, Fernando. Filosofia da informação: alguns problemas fundadores. In: **Ciências da Comunicação em Congresso na Covilhã: Teorias e estratégias Discursivas**. Volume II. Actas do III Sopcom, VI Lusocom e II Ibérico. IDALGO, António; SERRA, Paulo (org). Universidade da Beira Interior. Covilhã, 2005.

ILHARCO, Fernando. **Filosofia da informação: uma introdução à informação como fundamento da ação da comunicação e da decisão**. Ed. Universidade Católica Editora. Coleção Campus do Saber. Lisboa, 2003.

QUEVEDO, Josemari; et al. A política de vacinação contra o HPV no Brasil: a comunicação pública oficial e midiática face à emergência de controvérsias. In: **Revista Tecnologia e Sociedade**, Curitiba, v. 12, n. 24, p. 1-26, UFPR. Jan./abr. 2016.

JENKINS, Henry; FORD, Sam; GREEN, Joshua. **Cultura da conexão**: criando valor e significado por meio da mídia propagável. São Paulo. Ed. Aleph, 2014.

KATA, Anna. Anti-vaccine activists, Web 2.0, and the postmodern paradigm – An overview of tactics and tropes used online by the anti-vaccination movement. In: **Vaccine**, Volume 30, Issue 25, 2012. Pages 3778-3789, ISSN 0264-410X. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0264410X11019086?via%3Dihub>.

KEELEY, Brian. Of Conspiracy Theories. In: **Conspiracy theories**: the philosophical debate; COADY, David. (org). Ashgate Publishing Limited, Hampshire. 2006

KERCKHOVE, Derrick de. **A Pele da Cultura**. 2009. São Paulo. Ed. Annablume.

KOÇOUSKI, Marina. Comunicação pública: construindo um conceito. In: **Comunicação pública: interlocuções, interlocutores e perspectivas**. Heloiza Matos (org.). São Paulo, ECA/USP, 2012.

KOZINETS, Robert. **Netnography: Doing Ethnographic Research Online**. SAGE Publications Ltd, London. 2010.

KUNSCH, Margarida Krohling. Comunicação pública: direitos de cidadania, fundamentos e práticas. In: **Comunicação pública: interlocuções, interlocutores e perspectivas**. MATOS, Heloiza (org.). São Paulo, ECA/USP, 2012.

LEVI, Guido. **Recusa de vacinas: causas e consequências**. São Paulo: Segmento Farma, 2013.

LEWANDOWSKY, Stephan; ECKER, Ullrich; SEIFERT, Colleen; SCHARZ, Norbert; COOK, John. Misinformation and its correction: continued influence and successful debiasing. In: **Psychological Science in the Public Interest** 13(3) 106-131. association for psychological science. 2012.

MAINIERI, Tiago. **Um peso duas medidas: desvelando a comunicação pública na sociedade midiaticizada**. Goiânia, Gráfica UFG. 2016.

MARINELLI, Fábio. O terraplanismo e o apelo à experiência pessoal como critério epistemológico. In: **Caderno Brasileiro de Ensino de Física**, v. 37, n. 3, p. 1173-1192, dez. 2020.

MCLUHAN, Marshall. **A galáxia de Gutenberg; a formação do homem tipográfico**. Editora Nacional, Editora da USP, 1972.

MCLUHAN, Marshal. **Os meios de comunicação como extensões do homem**. Editora Cultrix São Paulo, 1964.

MOTTA, Johnny Ribas da. **Comunicação Pública e Campanhas Nacionais de Vacinação em Contexto de Mídiação: as estratégias comunicacionais do Ministério da Saúde na crise da cobertura vacinal de 2018**. Johnny Ribas da Motta. -2020.CCCXXI, 321f.: il. Orientadora: Profa. Dra. Nelia Rodrigues Del Bianco. Dissertação (Mestrado) -Universidade Federal de Goiás, Faculdade de Informação e Comunicação (FIC), Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Goiânia, 2020

NYHAN, Brendan; REIFLER, Jason. **When corrections fail: the persistence of political misperceptions**. Duke University; Georgia State University; 2007. Disponível em: <https://psycnet.apa.org/record/2010-08932-007>

ORESQUES, Naomi. CONWAY, Erik M. **Merchants of doubt: how a handful of scientists obscured the truth on issues from tobacco smoke to global warming**. ISBN: 978-1-59691-610-4 (ebook).

RECUERO, Raquel. **Redes sociais na internet**. Porto Alegre, Ed. Sulina. 2010.

SARAIVA, José Eduardo Soares. **Minha filha minhas regras: análise dos argumentos em um grupo online sobre a implantação da vacina contra a HPV no Brasil**. Rio de Janeiro, 2018. Dissertação (Mestrado) - Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde, Pós-Graduação em Informação e Comunicação em Saúde, 2018.

SILVA, Luiz. Publicidade do poder, poder da publicidade. In: **Comunicação Pública: Estado, mercado sociedade e interesse**. DUARTE, Jorge (org.). 2. ed. - São Paulo: Atlas, 2009.

SILVA, Sandra. **Teorias da conspiração: Sedução e Resistência a partir da Literacia Midiática**, 2010. 87 f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação). Faculdade de Letras da Universidade de Porto, Porto 2010.

SUCCI, Regina. Recusa vacinal: o que é preciso saber. In: **Jornal de Pediatria**, Volume 94, Issue 6, Novembro–Dezembro 2018, Páginas 574-581.

TEIXEIRA, Adriana. **Fake news contra a vida: desinformação ameaça vacinação de combate à febre amarela**. São Paulo, 2018. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Semiótica - Dimensões Políticas na Comunicação), Programa de Pós-Graduação da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2018.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do Jornalismo, porque as notícias são como são**. Florianópolis: Insular, 2. d., 2005 224p.

TREMBLAY, Gaëtan. De Marshall McLuhan a Harold Innis ou da Aldeia Global ao Império Mundial. In: **Revista FAMECOS** - Porto Alegre - nº 22 - dezembro 2003 - quadrimestral. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistafamecos/article/viewFile/3228/2492>. Acesso em 20/06/2019.

WAKEFIELD, Andrew, et al. **Ileal-lymphoid-nodular hyperplasia, non-specific colitis, and pervasive developmental disorder in children**. Lancet 1998; 351(9103):637–41 [Retraction of Wakefield et al. In: Lancet 2010;375(9713): 445]. Disponível em: [https://www.thelancet.com/journals/lancet/article/PIIS0140-6736\(97\)11096-0/fulltext](https://www.thelancet.com/journals/lancet/article/PIIS0140-6736(97)11096-0/fulltext).

WARDLE, Claire; DERAKHSHAN, Hossein. Information disorder: toward an interdisciplinary framework for research and policymaking. Published by the Council of Europe. Strasbourg Sedex, 2017. Disponível em: <https://rm.coe.int/information-disorder-toward-an-interdisciplinary-framework-for-research/168076277c>.

WOLTON, Dominique. **Informar não é comunicar**. Porto Alegre. Ed. Meridional/Sulina, 2011.

World Health Organization. [Internet] **World Health Statistics**; 2018 [citado em 2019 nov. 11] Disponível em: https://www.who.int/gho/publications/world_health_statistics/2018/en/.

ZÉMOR, Pierre. As formas de comunicação pública. In: **Comunicação Pública: Estado, mercado sociedade e interesse**. DUARTE, Jorge (org.). 2. ed. - São Paulo: Atlas, 2009.